

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Rafael de Castilho Cezzarette

**Geografia e questão socioambiental:
A contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves**

(Versão corrigida)

São Paulo

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Rafael de Castilho Cezzaretti

**Geografia e questão socioambiental:
A contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Teoria e método.
Orientação: Prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho.

(Versão corrigida)

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desse trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C425g Cezzaretti, Rafael de Castilho
Geografia e questão socioambiental: A contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves / Rafael de Castilho Cezzaretti; orientador Prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho - São Paulo, 2020.
222 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Porto-Gonçalves. 2. Epistemologia. 3. Questão Socioambiental. 4. Teoria. 5. Geografia. I. Carvalho, Prof. Dr. Marcos Bernardino de, orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): RAFAEL DE CASTILHO CEZZARETTI

Data da defesa: 14 DE DEZEMBRO DE 2020

**Nome do Prof. (a) orientador (a): PROF. DR. MARCOS BERNARDINO DE
CARVALHO**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 29/ janeiro / 2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: CEZZARETTI, R. C. Geografia e questão socioambiental: A contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Dissertação apresentada ao programa de Geografia Humana para obtenção de título de mestre.

Aprovado em: 14 de dezembro de 2020.

Banca examinadora

Prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho (orientador)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte

Instituição: Universidade Estadual de Campinas

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Agradecimentos

O processo de elaboração de uma dissertação não se limita apenas ao tempo relacionado ao vínculo institucional com a universidade. É um processo que, em meu caso, vem de longa data e tenho muita gratidão pelos que me apoiaram nisso.

Assim, não posso deixar de agradecer a grandes amigos que estiveram nesse percurso contribuindo com ideias, discussões e provocações pertinentes: Ronaldo Capel, Leandro Erran, Marcos Moreira, Mônica Cruz, Érika Pasqual e Renan Macedo. Agradeço a meus pais, Roberto Cezzaretti e Miriam de Castilho, e a minha noiva Tatiane Siqueira que, sem dúvida, foram muito importantes ao longo do processo, sobretudo por não me deixarem desistir antes e ao longo da pesquisa, respeitando meu tempo e espaço necessários à dedicação a esse percurso.

Agradeço meu orientador, o professor Dr. Marcos Bernardino de Carvalho, por seu crédito a meu projeto, por sua atenção, paciência e dedicação, extremamente profissional e respeitosa, em todas as etapas de elaboração da presente pesquisa.

Agradeço aos professores: Dr. Elvio Rodrigues Martins, pelas ideias e incentivo no desenvolvimento do projeto, quase um ano e meio antes de meu ingresso no PPGH e, também, por suas participações e orientações na banca de qualificação e banca final; ao professor Dr. Diamantino Alves Correia Pereira, por aceitar e compor a banca de qualificação e banca final e ao professor Dr. Antonio Carlos Vitte por aceitar e compor a banca final.

Agradeço também à professora Dra. Rita Cruz que, em meio ao processo de elaboração da pesquisa, contribuiu grandemente no levantamento de reflexões derivadas, durante e após a conclusão de sua disciplina oferecida no PPGH.

Resumo

Na presente pesquisa temos como objetivo analisar a questão socioambiental sob a ótica da Geografia, tomando como base a contribuição do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves. Seus primeiros trabalhos remontam ao final da década de 1970 e sempre apresentam como marco característico a questão socioambiental. Desse modo, enxergamos a análise de sua obra como uma possibilidade de observação do desenvolvimento da Geografia brasileira, tendo em vista a relevância de seu trabalho em escala nacional e internacional. Afirmamos isso devido à própria extensão de sua obra, que ultrapassa os limites do território brasileiro para dialogar com autores latino-americanos. Contudo, ao nos depararmos com a obra do autor em questão, sabemos que existe a necessidade de uma seleção de obras em sua bibliografia que permita uma leitura exequível e que não apresente lacunas estruturantes para a compreensão do desenvolvimento de seu pensamento, sobretudo na compreensão da questão socioambiental. Dessa forma, ao tomarmos posse das dezenas de publicações do autor, optamos por apresentar na presente pesquisa aquilo que, em seu currículo Lattes, é apresentado como livros publicados, ou seja, excluimos as publicações de artigos, capítulos de livros etc. Analisaremos, portanto, nove livros: *Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e Geografia*; *Os (des)caminhos do meio ambiente*; *Amazônia, Amazônias*; *O desafio ambiental*; *A nova (des)ordem mundial*; *A globalização da natureza e a natureza da globalização*; *Encrucijada latino-americana en Bolivia: el conflicto del TIPNIS y sus implicaciones civilizatorias*; *Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo em La Amazonia e Amazônia – encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso*. A partir dessa seleção, subdividimos suas obras em três grupos, nos quais a proximidade da temática e das datas de publicação, além da confluência de ideias, foram os principais critérios adotados para realizarmos suas análises. Por meio dessas análises, apresentada em ordem cronológica inversa, destacamos os autores e elementos teóricos que sustentam/sustentaram a exposição da questão socioambiental em Porto-Gonçalves para, assim, compreendermos como sua obra se apresenta para ampliar as possibilidades teóricas de tal questão dentro da Geografia e elevando, dessa forma, o nível da discussão dessa temática.

Palavras-chave: Porto-Gonçalves; Epistemologia, Questão Socioambiental, Teoria, Geografia.

Abstract

Within the present research our aim is to analyse the socio-environmental issues from the viewpoint of Geography by taking as our basis the contribution of geographer Carlos Walter Porto-Gonçalves. His first works date back the late seventies, which always present as their characteristic landmark the socio-environmental issue. Thus we consider the analysis of his work as a possibility to observe the development of Brazilian Geography owing to the relevance of his work in both national and international scale – and we claim this due to the extension of his work, which goes beyond the limits of Brazilian territory in order to dialogue with Latin-American authors. Nevertheless whenever we come across Porto-Gonçalves's works, we are aware about the necessity of an assortment of works in his bibliography that can permit a feasible reading without structuring gaps, for readers to understand the development of his thinking, mainly the socio-environmental issue. Thus, by the time we got to dozens of publications of the referred author, we opted to present in this research those ones that are present on his "Currículo Lattes", the ones presented as his published books. It means that we excluded the articles, book chapters etc. Therefore we are going to analyse nine books: *Paixão da Terra – critical essays about ecology and Geography*; *Os (des)caminhos do meio ambiente*; *Amazônia, Amazônias*; *O desafio ambiental*; *A nova (des)ordem mundial*; *A globalização da natureza e a natureza da globalização*; *Encrucijada latino-americana en Bolivia: el conflicto del TIPNIS y sus implicaciones civilizatorias*; *Tensiones territoriales y Políticas públicas de desarrollo em La Amazonia e Amazônia – civilizing crossroads – ongoing territorial tensions*. From such an assortment we subdivided his works within three different groups on which the closeness of themes, dates of publication as well the confluence of ideas were the main criteria adopted to accomplish his analysis. Through this analysis, presented in reverse chronological order, we intend to highlight the authors and theoretical elements that support/supported the exposing of the socio-environmental in Porto-Gonçalves, to permit us to understand how he presents his work – thus, expanding the theoretical possibilities within Geography and increasing the level of the discussion about the theme.

Keywords: Porto-Gonçalves; Epistemology; Socio-environmental issue; Theory; Geography.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1 – A Geografia decolonial sobre a Amazônia.....	25
1.1 – <i>Encrucijada latino-americana en Bolivia: el conflicto y sus implicaciones civilizatórias</i>	25
1.2 – <i>Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo en la Amazonia</i>	33
1.3 – Amazônia: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso	40
1.4 – A abordagem decolonial: revisão teórica.....	50
1.5 – Decolonialidade: conceitos e questão socioambiental.....	55
1.6 – Territorialidades: lutas na Amazônia.....	61
1.7 – A questão socioambiental entre a decolonialidade e a territorialidade.....	65
Capítulo 2 – A questão socioambiental em escala global e a perspectiva geográfica....	69
2.1 – O desafio ambiental	69
2.2 – A nova des-ordem mundial.....	88
2.3 – A globalização da natureza e a natureza da globalização	99
2.4 – Escala global e neoliberalismo	109
2.5 – O sistema-mundo moderno-colonial: o decolonialismo em voga	114
Capítulo 3 – Práxis e Geografia: reflexões sobre as confluências teóricas.	134
3.1 – Paixão da Terra	134
3.2 – Os (des)caminhos do meio ambiente	147
3.3 – Amazônia, Amazônias	156
3.4 – A questão político-ideológica: de Marx a Chico Mendes.....	166
3.5 – Do conceito de <i>physis</i> à influência de Morin.....	176
3.6 – Questões socioambientais de um período plural.....	188
Considerações finais.....	193
Referências bibliográficas	202

Introdução

A Geografia possui uma história, e essa história não se resume em poucas palavras ou linhas. Ela avança no tempo, numa escala que supera séculos e gerações. Portanto, ela nos apresenta um produto, mas está inacabada. Nesta pesquisa, procuraremos abordar uma parte de todo esse processo histórico que se insere na Geografia atual, permeando as universidades, as escolas de ensino básico e a sociedade, difusa também através dos meios de comunicação como televisão, celulares, internet e todas as possibilidades que o mundo globalizado permite. A Geografia está em todos os locais, sendo (re)construída todo o tempo.

Propor a análise da questão socioambiental inserida na obra de um determinado autor acarreta determinadas consequências, como quanto à minuciosidade necessária de se realizar tal trabalho. Na presente pesquisa, dispomo-nos a apresentar e discutir a questão socioambiental e como tal tema se apresenta na obra do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves. Dessa maneira, teremos como expectativa elaborar um modo de abordagem que não se perca diante das imensas possibilidades existentes ao nos empenharmos para tal fim – a análise de um tema por meio da obra de um geógrafo. Com base para isso, seremos guiados pela seguinte pergunta: Como se apresenta a questão socioambiental na Geografia, à luz da contribuição do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves?

Dentre os pontos que podemos destacar inicialmente, nos ateremos à preocupação com temas intrínsecos e relevantes à Geografia, primando, como mencionado, a questão socioambiental. Tal questão perpassa, por exemplo, a temática relacionada à dicotomia sociedade-natureza e os desafios epistemológicos inerentes a essa, no interior da ciência geográfica. Abordar tal tema – que é de extrema relevância frente ao cenário geográfico brasileiro, dada as constantes discussões expostas através de diversos autores –, incide sobre a Geografia de modo enfático. E tal ciência não pode se postar alheia aos fatos e as possibilidades de estudos que advém desse cenário, onde a fragmentação da ciência geográfica – e das ciências de modo geral – salta aos olhos, bem como as reflexões resultantes dessa situação (MENDONÇA, 2001).

A partir disso, observamos que a obra de Porto-Gonçalves se apresenta de modo convergente a nossa preocupação em introduzir uma discussão desse caráter na Geografia brasileira. Com isso, pretendemos apresentar determinados aspectos estruturantes na obra do autor– tais como o político e o epistemológico – de modo a

expor suas considerações teórico-metodológicas que perpassam o tema central de nosso trabalho – a questão socioambiental.

Compreendemos, portanto, que para que se alcance o resultado desejado, a exposição e análise da obra de Porto-Gonçalves é imprescindível. Também não podemos ignorar que a contribuição para realização de tal análise da obra desse autor pode ser nutrida com discussões já realizadas, sobre os temas por ele abordados. Tais fontes contribuirão significativamente para o desencadeamento de ideias pertinentes aos nossos propósitos. Dito de outra maneira, afirmamos que demais autores que discutem e apresentam preocupações similares à de Porto-Gonçalves – no que tange a questão socioambiental – nos trarão subsídios preciosos para realizarmos nossas análises, permitindo contextualização pertinente a nossas aspirações, além, evidentemente, da observação de outras obras que tenham como foco a análise de um determinado autor.

Ainda sobre as possibilidades do tema citado, será na relação sociedade-natureza que se desdobrarão muitas das ideias e apontamentos críticos de Porto-Gonçalves, que nos permitirão refletir sobre os diversos fatores intrínsecos a tal relação, discutidos em sua obra. É nesse ponto que seus diversos livros, artigos e demais materiais publicados irão impor duras críticas ao modo como é concebido/produzido o espaço geográfico e o modo como nos apropriamos dele – um espaço que absorve todas as alterações geradas pelo ser humano sob um ímpeto determinado e homogeneizador: o modo de produção capitalista – de tal forma que não irão fugir a tais análises suas concepções por vezes embasadas em determinadas teorias que exprimem as intencionalidades no modo pelo qual a sociedade se relaciona com a natureza e consigo própria (PORTO-GONÇALVES, 2004a; 2008a; 2015a).

Para compor tais ideias iniciais, consideramos todo o trabalho do autor junto a movimentos sociais e parcerias diversas realizadas com colegas profissionais brasileiros e estrangeiros. Destacamos que Porto-Gonçalves possui diversas publicações em periódicos estrangeiros, cuja maior parte encontra-se escrita em idioma espanhol, dada sua proximidade com instituições e profissionais latino-americanos.

Nessa diversidade de publicações nacionais e estrangeiras, sua linha de pesquisa notoriamente abrange: a Geografia dos conflitos no campo brasileiro (com foco no último quartel do século XX e início do século XXI), os conflitos sociais latino-americanos e a problemática intrínseca à relação sociedade-natureza – tema esse que permeia os demais.

Não podemos ignorar que, ao analisarmos a obra de Porto-Gonçalves, mesmo sendo Geografia sua formação específica, suas ideias ultrapassam os limites entre as ciências, ora indo ao campo da filosofia, ora indo ao campo histórico, para citarmos breves possibilidades observáveis, dialogando com as intenções interdisciplinares do próprio autor, fato que contribui amplamente para estruturar suas ideias acerca da questão socioambiental.

Assim, temos diante de nós um contexto que ultrapassa a ciência geográfica, as ciências humanas e que se entrelaça na realidade humana em vários aspectos e que resultam, por exemplo, em análises críticas da perspectiva fragmentária que temos hoje – na ciência e, em especial, na Geografia – de como isso se relaciona às questões de desigualdades na distribuição de riquezas e na apropriação e/ou demarcação de distintos territórios, para citarmos uma possibilidade analítica (MOREIRA, 2014a; PORTO-GONÇALVES, 2008a; 2015a).

Tal perspectiva fragmentária é verificável quando observamos a história do pensamento geográfico no qual, através da leitura dos cientistas e de correntes filosóficas pretéritas e contemporâneas, podemos remontar as sequências e as conexões de ideias pelas quais o corpo das ciências – focando na Geografia – perpassa. Como a temática socioambiental é amplamente presente em trabalhos de Porto-Gonçalves, abordar tal tema “significa tocar em uma das principais discussões que marcaram o último quarto de século (ou mesmo antes?!) dos debates de geógrafos, ou seja, a dicotomia ou dualidade entre Geografia física e Geografia humana” (MENDONÇA, 2001, p.115).

Salientamos esse ponto, pois queremos evidenciar que o contexto no qual se insere o pensamento geográfico atual e, por consequência, a obra de Porto-Gonçalves, insere-se num contexto ainda mais amplo, que levaremos em consideração, para assim, trilharmos possibilidades que a pesquisa possa nos levar, partindo-se para alternativas que tangenciem ou se aprofundem em áreas próximas ou não a da Geografia, quando necessário.

Diante do exposto, destacamos que, para atingirmos o escopo da presente pesquisa, é necessário esclarecemos sua delimitação no que tange nosso objeto de estudo – a questão socioambiental inserida na obra de Porto-Gonçalves. Dessa forma, nossa análise terá como recorte as obras de Porto-Gonçalves, excluindo-se artigos, capítulos em livros e outros trabalhos acadêmicos. Optamos, portanto, pela análise de seus livros publicados, sem a pretensão de esgotar as possibilidades de estudo da obra

do referido autor. Queremos, de fato, indicar que se trata de uma opção metodológica por um tipo específico de publicação, embasado numa proposta coerente para o entendimento da obra de Porto-Gonçalves como um todo. Ao estabelecermos tal recorte, apresentamos de forma mais explícita o que iremos analisar, para então evidenciarmos como a questão socioambiental ali se insere, tendo em vista que seus livros condensam de forma satisfatória suas ideias presentes em outros tipos de trabalhos.

Desse modo, nossa análise contemplará as seguintes obras: *Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e Geografia*; *Os (des)caminhos do meio ambiente*; *Amazônia, Amazônias*; *O desafio ambiental*; *A nova (des)ordem mundial*; *A globalização da natureza e a natureza da globalização*; *Encrucijada latino-americana em Bolívia: el conflicto del TIPNIS y sus implicaciones civilizatorias*; *Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo en La Amazonia e Amazônia – encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso*.

Por termos realizado a leitura de parte considerável de seus trabalhos – artigos, capítulos de livro etc., além dos livros, obviamente – reiteramos que foi possível identificar que suas ideias centrais acerca da questão socioambiental se expressam de modo evidente e conciso em seus livros, a ponto de recortarmos, com uma segurança metodológica satisfatória, esse tipo de publicação para compor e delimitar nossos estudos sobre a temática socioambiental.

Assim, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar e compreender como a questão socioambiental, presente na obra de Porto-Gonçalves, é exposta pelo autor, tendo em vista o modo como tal tema é discutido de forma a contribuir para a Geografia e para o diálogo entre essa ciência e as demais, no debate interdisciplinar, no que tange tal temática.

Tendo tal objetivo geral em vista, pretendemos apresentar uma análise que evidencie a Geografia brasileira produzida – e em processo de realização – apontando os caminhos realizados pelo autor escolhido, dada a relevância de sua produção frente à questão socioambiental no cenário nacional e internacional. Desse modo, nossos objetivos específicos são:

- i. Compreender a construção do pensamento científico na obra de Porto-Gonçalves;
- ii. Analisar as matrizes teóricas do autor, atentando-nos para suas opções políticas e metodológicas;

- iii. Analisar o modo como a Geografia está exposta em sua obra, sob a perspectiva epistemológica;
- iv. Compreender o contexto da obra do autor, ou seja, porque sua obra é de seu tempo e por que a questão socioambiental se faz tão presente;
- v. Expor como a questão socioambiental, em sua obra, é apresentada a partir dos demais itens citados acima, ou seja, como tal questão se fundamenta, quais são seus percursos e problemas enfrentados na colaboração de uma Geografia que amplie e eleve o nível de discussão do tema.

No último capítulo da trilogia *O pensamento geográfico brasileiro*, Ruy Moreira (2014a, p.145) questiona se “*Há uma Geografia brasileira?*”. Em seguida, temos uma afirmativa que se baseia num longo processo de análise de autores, obras e teorias que precedem esse fechamento, em sua obra. Contudo, o autor destaca que “sente-se que falta o seu próprio rosto”.

Desse modo, são desenvolvidos, ao longo do capítulo citado na obra de Moreira, outros tantos questionamentos e possibilidades para analisar o pensamento geográfico brasileiro. É refletindo sobre esse ponto que podemos nos pautar pela busca pela Geografia brasileira – expondo suas obras, descortinando seu rosto por meio de trabalhos pretéritos que nos sirvam de possibilidades, analisando caminhos já trilhados que iluminam o percurso da Geografia e suas possibilidades no presente e no futuro.

Podemos, ainda, destacar três razões estabelecidas por Osório (2016, p.3) para aprofundarmos os estudos da produção geográfica brasileira. Tais razões seriam: o caráter epistemológico – que nos faz olhar a teoria ou as lacunas existentes, permitindo “situar a Geografia na história da ciência”; o esforço automático que surge para se estudar a história do país, e a presença do elemento político que nos direciona a um posicionamento frente à realidade dos fatos geográficos – que, por sinal, a autora destaca como elemento pouco explorado pelos geógrafos.

Como não podemos seguir essas possibilidades sem critérios, e tomando cuidado para não perdermos o foco na elucidação do problema socioambiental, vemos na obra de Porto-Gonçalves possibilidades que se apresentam em consonância com as inquietações que a Geografia brasileira possui, mencionadas no parágrafo anterior. Essas inquietações se pautam por um longo processo de construção, possuindo diversos momentos passíveis de discussão ao longo do tempo.

Portanto, cabe também destacarmos as características acadêmicas de Porto-Gonçalves, apresentando, de início, sua formação, de modo a evidenciar sua relevância no cenário geográfico/científico atual, demonstrando que nossa opção de recorte bibliográfico, na análise da questão socioambiental, não se dá de modo aleatório.

Porto-Gonçalves possui graduação e mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – títulos de 1972 e 1985, respectivamente – e título de Doutor pela mesma universidade, de 1998. Atualmente, trabalha como Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF). Seu vínculo com essa instituição é de 1987, como coordenador do Laboratório de Estudos e Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO). Em 2016, ele inicia seu pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, possui três projetos em andamento: Geografia dos conflitos no campo – Brasil: 1985 aos dias atuais; Atlas dos conflitos agrários no Brasil; Geografia dos conflitos sociais na América Latina e Caribe. Realiza trabalhos no corpo editorial em três periódicos: Observatório Social de América Latina; Revista da ANPEGE¹ e Revista Geographia, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Também trabalha como revisor em dois periódicos dedicados à temática agrária – Revista Agrária e Revista Agrária do Laboratório de Geografia Agrária do Departamento da Universidade de São Paulo.

Por fim, podemos indicar suas premiações. Destacaremos primeiramente três: *Prêmio Chico Mendes* (2004), oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente na extinta categoria Ciência e Tecnologia, pelo lançamento de livros sobre movimentos sociais na Amazônia. O segundo prêmio é o *Premio Casa de las Americas* (2008)², pela publicação do livro *A globalização da natureza e a natureza da globalização*, na categoria literatura brasileira. No XVII Encontro de Geógrafos da América Latina, ocorrido em 2019, na cidade de Quito, Porto-Gonçalves recebeu o *Prêmio Milton Santos*. Na ocasião, o prêmio também foi concedido ao geógrafo chileno Hugo Romero.

Assim, pautamos nossa pesquisa na justificativa de que a Geografia brasileira deve olhar para si e descobrir-se não só no passado, como também no presente. Isso nos permite concluir que explorar uma temática específica, tal como a questão socioambiental, permite nos depararmos com a Geografia brasileira e verificar seu potencial para elevar a discussão em pauta. Conforme aponta Andrade (1999, p.34):

¹ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

² A *Casa de Las Americas* é uma instituição cubana, criada em 1959, que premia diversos autores anualmente em determinadas categorias estabelecidas.

Na verdade, não podemos compreender que a Geografia brasileira não está construída, não concluiu ainda o seu processo evolutivo. Ela segue um processo de construção que nunca terá fim, à proporção que vai sendo construída, vai descortinando novos desafios que precisam ser respondidos. É um devenir que não se encerra, porque a construção implica em uma permanente reconstrução. A solução de problemas vai sempre provocando o surgimento de novos problemas, em vista das transformações que a sociedade vai realizando.

Dispomos, sem dúvida, de notáveis autores que, ao longo do século XIX, antes mesmo da Geografia institucionalizada no Brasil e, no século XX, após sua institucionalização, apresentaram seus trabalhos e foram amplamente reconhecidos. Do início do século XXI até a presente data, observamos também uma ampla gama de geógrafos brasileiros igualmente notáveis. Nessas condições, vemos a possibilidade de aprofundarmo-nos num tema de extrema relevância internacional – a questão socioambiental – à luz dos trabalhos de Porto-Gonçalves, como oportunidade de adentrar perspectivas emergentes na Geografia brasileira contemporânea.

Assim, a abordagem de um tema inserido na obra de um determinado autor, como é o caso específico de nossa pesquisa, presume uma interpelação teórica na qual seja possível o desenvolvimento de suas ideias, bem como o modo como estas são pertinentes ao contexto no qual tal autor vive, tais como: questões políticas, sociais, econômicas etc.

Ao nos direcionarmos para uma abordagem da obra de um intelectual brasileiro que possui um extenso caminho acadêmico percorrido, podemos apontar aspectos relevantes quanto à fundamentação teórica que nos servirá como referência, que se apresenta como uma, dentre outras possibilidades possíveis, pelas quais optamos, tendo em vista a convergência com que tal teoria nos permite desenvolver a presente pesquisa de forma coerente com seu escopo.

Assim, observamos ser por meio da História Intelectual o percurso para o desenvolvimento adequado e de nosso interesse na abordagem da obra de Porto-Gonçalves. Desse modo, a observação dessa linha teórica apresenta-se como um aporte passível de conduzir-nos diante do desafio de discutir a questão socioambiental nos trabalhos do autor.

Para apontarmos o caminho pelo qual somos guiados, salientamos a definição de Wasserman (2015, p.63), na qual ele afirma que a História Intelectual “diz respeito às diversas interpretações sobre os agentes, as práticas, os processos e os produtos classificáveis como intelectuais”. Em sua linha teórica, o autor nos apresenta um

aspecto relevante para o desenvolvimento de uma História Intelectual ao assinalar que é preciso observar os chamados lugares de sociabilidade. Isso significa, segundo Wasserman (2015, p.70) levar em consideração “as relações que os atores sociais estabelecem entre si e com a sociedade”.

Apona-se que tais relações podem possuir dois fatores: as redes e a estratificação. As redes, conforme aponta Wasserman (2015, p.70):

Correspondem aos vínculos que unem os intelectuais em torno de uma estrutura de sociabilidade, sendo a última representada pelas revistas, universidades, associações, jornais, etc. e as redes representadas pelas relações dos seus membros.

Quanto à estratificação, tal fator corresponderia à existência de uma hierarquia de prestígio no campo dos intelectuais, na qual uns possuem mais reconhecimento do que outros, ocupando posições mais proeminentes e possuindo, portanto, maior reputação (WASSERMAN, 2015).

Proseguindo com as ideias apresentadas por Wasserman, podemos apontar, ao menos, mais duas questões relevantes para nossos propósitos: a primeira, que de certo modo nos é pertinente, diz respeito à produção latino-americana voltada para a História Intelectual. A autora (2015, p.75) afirma que:

Os múltiplos esforços por desenvolver esse âmbito dos estudos históricos e as excelentes análises de História Intelectual existentes em cada país da América Latina não são, entretanto, suficientes para suprir a ausência de uma História Intelectual latino-americana.

Tal fato nos aponta a relevância quanto ao desenvolvimento da presente pesquisa, tendo em vista o excerto supracitado. O segundo aspecto, que complementa o primeiro, refere-se à importância da História Intelectual. Segundo Wasserman (2015, p.77):

A despeito das dificuldades de definição da natureza e das funções dos intelectuais e, mesmo considerando a multiplicidade de abordagens possíveis, a História Intelectual pode fornecer pistas muito concretas sobre as sociedades e seus problemas ao longo da história.

Quanto às questões metodológicas que envolvem a produção da História Intelectual, podemos apontar que existe uma flexibilidade em sua produção. Isso é evidenciado por Altamirano (2007, p.9), ao afirmar que:

A História Intelectual, como se sabe, é praticada de muitas maneiras e não possui em seu âmbito uma linguagem teórica ou modos de proceder que funcionem como modelos obrigatórios nem para analisar, nem para interpretar objetos – nem tampouco para definir, sem referência a uma problemática, a quais objetos conceder primazia.

Olhar para a obra de Porto-Gonçalves sob o prisma da História Intelectual, nos é, portanto, uma oportunidade de observar a Geografia brasileira – e latino-americana – quanto a seu percurso literário. Afinal, o autor possui obras publicadas que constituem o nosso instrumento de análise selecionado, tendo em vista seu potencial científico para a Geografia, sobretudo da temática socioambiental, além de demonstrar muito sobre si e sobre sua época.

Reforçamos que nossa escolha significa, por consequência metodológica, observar sua trajetória contextual, ou seja, pretendemos identificar o momento de sua obra e os momentos que a antecederam, de modo a permitir sua (re)construção para analisarmos criteriosamente a questão socioambiental nela inserida.

Explanarmos sobre a fundamentação teórica na presente pesquisa possibilita, também, ir além da perspectiva teórica apresentada acima – a História Intelectual. Tomando-a como uma das teorias que pode nos auxiliar, e não a única, vemo-nos diante da possibilidade de utilização de outras teorias que possibilitam um desenvolvimento pertinente aos nossos objetivos. Assim, seremos pautados por teorias que nossa análise nos proporciona. A partir da leitura da obra de Porto-Gonçalves, poderemos observar tais aportes teóricos adequados e necessários à compreensão de nosso objeto – a questão socioambiental – e à própria obra do autor.

De saída, podemos apontar que a leitura prévia de determinadas obras do autor em questão nos direcionam para algumas de suas bases teóricas e metodológicas que, notadamente, compõem parte de sua obra a ser investigada.

Por meio da leitura de suas obras circunscritas em nossas delimitações, podemos apresentar teóricos que saltam aos olhos. Desse modo, citaremos aqui, de início, três autores que merecem destaque frente às suas intensas abordagens realizadas por Porto

Gonçalves, que permitem uma compreensão maior de sua obra e que possuem teorias relevantes para nossos propósitos.

Assim, Karl Marx, Enrique Leff e Edgar Morin são os nomes apontados, a priori, para ilustrar o aporte teórico referido. Marx, bem como suas formulações sobre o conceito de valor e um amplo conjunto de ideias críticas ao capital(ismo), por meio de citações diretas e indiretas, aparece em diversas obras de Porto-Gonçalves. A sistematização teórica, realizável por meio de uma melhor e mais precisa identificação de temas, conceitos e teorias de Marx, emergem como uma objetivação intrínseca à análise das obras de nosso autor.

Podemos apontar, a título de exemplo, diversas passagens marcantes na obra *Paixões da Terra*, que utilizam ideias de Marx. Aqui, destacamos a seguinte: “A sociedade capitalista é fundamentalmente produtora de mercadorias e, embora as mercadorias tenham alguma utilidade, o que regula as trocas de mercadorias não é o valor de uso, mas o valor de troca”³(PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 85).

De modo semelhante, podemos nos referir a Leff. Sua teorização sobre a racionalidade ambiental – que se expressa, entre outras publicações, por meio de sua obra homônima – acompanha frequentemente as análises e todo o conjunto de problemáticas ambientais apresentadas por Porto-Gonçalves.

Assim, podemos destacar a seguinte passagem, na qual Porto-Gonçalves (2004, p.74-75) utiliza tais ideias:

O capital não tem pátria, já ouvimos, e, assim, por meio da questão ambiental, que se debate é a natureza das relações sociais, culturais e políticas que estabelecemos com a natureza. São racionalidades distintas em conflito, sobretudo a racionalidade econômico-crematística, levada ao paroxismo no capitalismo, e as racionalidades ambientais, conforme sugere Enrique Leff.

Esclarecemos que as racionalidades distintas – a econômica-crematística e a ambiental – compõem uma dualidade que se exprime pela, entre outras formas, relação sociedade-natureza, direcionada por diversos fatores, entre eles o modo de produção capitalista, muito comentado e criticado por Porto-Gonçalves para estruturar suas considerações sobre a questão socioambiental.

³Os conceitos de valor de uso e valor de troca são amplamente discutidos no primeiro capítulo da obra *O capital*, de Marx.

Destacamos também que, no caso de Leff, é possível observar, inclusive, parcerias em diversos trabalhos realizados com Porto-Gonçalves. Tais parcerias se expressam desde textos e artigos escritos em conjunto, até a redação de prefácios em livros publicados.

Morin é o terceiro nome que destacaremos. Não sendo mencionado diretamente em diferentes obras como os demais autores citados nos parágrafos acima, Morin, no entanto, é referência fundamental na obra *Os (des)caminhos do meio ambiente*, de Porto-Gonçalves. Isso não significa que tal autor esteja ausente das demais obras existentes. Apenas notificamos que suas ideias nutrem de modo substancial as de Porto-Gonçalves em um de seus livros mais teóricos, que versa consideravelmente sobre a questão da relação sociedade-natureza.

Como afirmamos, é no âmbito filosófico que Morin fica mais evidente na obra em questão. São diversas as citações diretas apresentadas por Porto-Gonçalves, nas quais as obras mais significativas apontadas nas referências bibliográficas deste livro são: *O enigma do homem*; *O método: A natureza da natureza* e *O método II: A vida da vida*. Dentre as influências analisadas previamente, verificamos a teoria do pensamento complexo de Morin, que, conforme nos aponta Porto-Gonçalves (2008), une-se consideravelmente às conexões que a realidade emana, passíveis de entendimento, desde que seja por uma ótica distinta da ciência fragmentária que impera nos tempos atuais e limita a interpretação científica da questão socioambiental.

Assim, ao lado da própria obra de Porto-Gonçalves a ser (re)analisada, (re)estudada e destrinchada, temos, num primeiro momento, o acompanhamento dos três autores mencionados – Marx, Leff e Morin – que se apresentam como a tríade básica que permitirá a melhor compreensão do desenvolvimento do pensamento de Porto-Gonçalves, dada as influências notadas.

Com isso, acreditamos na possibilidade de lançar novos olhares sobre a Geografia brasileira, compondo um quadro de análise de um determinado autor em evidência, que possui diversas obras publicadas e que contém opiniões e caminhos próprios na construção do pensamento geográfico brasileiro para desenvolver a questão socioambiental de maneira própria.

Reiteramos que nossas pretensões não se pautam no esgotamento de possibilidades de análise. Contudo, acreditamos ser relevante o reconhecimento e a tentativa de esforço de interpretação aqui apontados, dada a trajetória da Geografia no Brasil – trajetória essa que possui diversas fases e confrontos que resultam na Geografia

eclética atual, amplamente debatida e marcada por intensas discussões (DINIZ-FILHO, 2009; MOREIRA, 2014b; PORTO-GONÇALVES, 2008a).

É o que endossa Corrêa (2010, p.65), quando aponta que:

A trajetória da Geografia brasileira caracterizou-se por crescente complexidade de paradigmas, na qual matrizes distintas, antagônicas ou complementares foram sendo incorporadas, gerando no começo do século XXI, um nítido e enriquecedor pluralismo.

Além dos autores acima apontados, podemos destacar, também, a importância de determinado conceito inserido na obra de Porto-Gonçalves. Trata-se do conceito de sistema-mundo moderno-colonial. É em *A globalização da natureza e a natureza da globalização* que se percebe um aprofundamento maior do trabalho dado a tal conceito.

Destacamos que esse é forjado com bases teóricas que conjugam ideias de diferentes autores, entre os quais destacaremos, de um lado, Immanuel Wallerstein, associado ao conceito de sistema-mundo e, de outro, Aníbal Quijano e Enrique Dussel, associados, portanto, ao conceito de moderno-colonial.

As concepções desses autores frente aos temas que trabalham se conformam, assim, numa valiosa possibilidade de aprofundamento do pensamento de Porto-Gonçalves, visto que a utilização de suas ideias perfaz ampla crítica às questões políticas atuais, principalmente às associadas a questões socioambientais. Isso significa que não somente políticas públicas são discutidas, mas também a questão de como empresas transnacionais se apropriam de recursos naturais a fim de mercantilizar a natureza a favor da perpetuação de uma lógica neoliberal persistente, remetendo-se à submissão latino-americana diante do eurocentrismo, que remonta aos tempos coloniais. Daí a possibilidade de uso de tais conceitos, juntos – sistema-mundo e moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2015a).

Destacamos, portanto, que a teoria decolonial também conforma uma outra teoria para estruturar nossos propósitos, como chave de compreensão para a obra de Porto-Gonçalves, ou seja: assim como as demais teorias apontadas anteriormente, teremos essa ferramenta metodológica que possibilita, a partir de sua utilização, uma análise mais criteriosa para a compreensão da questão socioambiental exposta por Porto-Gonçalves.

Desse modo, a abordagem dos autores supracitados irá realizar-se sob uma ótica específica, tendo em vista os limites de abordagem da presente pesquisa. Referimo-nos

à seguinte questão: para podermos identificar e dissertar sobre as matrizes teóricas da obra de Porto-Gonçalves, usaremos uma abordagem que leve em consideração a forma como esse autor faz uso de suas matrizes por suas próprias palavras, ou seja: não nos caberá como propósito final a discussão e possíveis conflitos teóricos que Porto-Gonçalves possa vir a realizar por conformar uma confluência de autores diversos para ter sua forma de conduzir a questão socioambiental.

A análise da obra de Porto-Gonçalves torna-se, portanto, o caminho selecionado, dentre outros possíveis, para observarmos como a questão socioambiental é construída e discutida pelo autor, para, assim, termos um parâmetro de como tal questão está inserida na ciência geográfica. Compreendemos que, ao enfatizarmos a necessidade de uma análise minuciosa de sua obra, podemos estabelecer um alicerce seguro o suficiente para podemos observar, discutir e apresentar conclusões possíveis sobre a questão socioambiental. Portanto, estabelecemos que o escopo dessa pesquisa, dentro de nossas intenções, é inerente à discussão das obras, pois estas conformam a matéria-prima de nosso produto.

A partir disso, iremos esclarecer as etapas de realização de nossa pesquisa. Num primeiro momento, nos atemos às informações constantes no currículo Lattes do autor. Sua leitura e análise nos permitiram um levantamento preciso da relação de suas publicações, bem como o modo como cada uma delas está classificada – em livro publicado, artigo, capítulos de livro etc. Com isso, evitamos relacionar em nosso levantamento obras duplicadas como, por exemplo, as citadas mais de uma vez por constarem em dois veículos de informação diferentes ou em dois idiomas distintos.

Uma segunda etapa, portanto, foi a obtenção de todo o material possível. Tal processo foi facilitado pela disponibilização de tais publicações em sites de revistas especializadas ou em bibliotecas. Além das obras do próprio autor, seguimos por um caminho de pesquisa bibliográfico paralelo, o que evidenciou o contexto de vida do autor, pautando-se nos temas inerentes à questão socioambiental e epistemológicas da Geografia, de modo que foi possível observar as influências da construção das ideias de Porto-Gonçalves.

A partir da reunião desses materiais, partimos para a etapa de sua leitura e análise, obedecendo à ordem cronológica de publicação. Assim, foi possível observar o que o autor destaca ou deixa de enfatizar/utilizar ou não, ao longo do tempo. Em outras palavras, observaremos a evolução de seu pensamento e, sobretudo, como a questão socioambiental apresenta-se em cada uma das obras e como esta se altera.

A partir do exposto, organizamos nossa pesquisa em três capítulos. O primeiro, denominado *A Geografia decolonial sobre a Amazônia*, discorre sobre as três obras mais recentes do autor, a saber: *Encrucijada latino-americana em Bolivia: el conflicto y sus implicaciones civilizatórias*; *Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo em la Amazônia e Amazônia: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso*. Partimos, inicialmente, de uma análise das três obras, observando e destacando, sobretudo, o pensamento decolonial que passa, de modo enfático, sobre a região amazônica.

Em seguida, dissertamos sobre o próprio pensamento decolonial, observando as matrizes teóricas que sustentam Porto-Gonçalves. No momento seguinte, observamos como a questão decolonial associa-se à questão socioambiental em Porto-Gonçalves, para, por fim, ressaltarmos o conceito de territorialidade e suas implicações. Encerramos com um balanço sobre o modo como a questão socioambiental foi apresentada e estruturada mediante os parâmetros teórico-metodológicos do autor, sobretudo, com relação à teoria decolonial.

No segundo capítulo, denominado *A questão socioambiental em escala global e a perspectiva geográfica*, analisamos outras três obras do autor, publicadas na década de 2000. Essas obras discutem amplamente a questão socioambiental em escala global. São elas: *O desafio ambiental*; *A nova (des)ordem mundial* e *A natureza da globalização e a globalização da natureza*. De modo idêntico ao capítulo anterior, após analisarmos as obras, partimos para as considerações teóricas que embasam as ideias de Porto-Gonçalves no que tange a questão socioambiental. Discute-se, portanto, a relação entre neoliberalismo e globalização, o conceito de sistema-mundo moderno-colonial e a influência de Enrique Leff e de sua racionalidade ambiental sobre Porto-Gonçalves. Após essa exposição, apresentamos nossas considerações sobre a questão socioambiental desenvolvida nas três obras analisadas neste capítulo.

No terceiro capítulo, debruçamo-nos sobre as três primeiras obras publicadas pelo autor: *Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e Geografia*; *Os (des)caminhos do meio ambiente e Amazônia, Amazônias*. Novamente, após sua análise, destacamos como pontos teóricos a serem elucidadas, sobretudo, suas influências políticas voltadas à ideias, conceitos e ações de Marx, Gramsci, Habermas e Chico Mendes.

Em seguida, é apresentada uma interpretação da influência de Edgar Morin e sua ideia de complexidade. Aqui é discutido o conceito de *physis*, amplamente utilizado por

Porto-Gonçalves, muito significativo para seus propósitos e também associado a Morin. Na sequência, apresentamos a preocupação do autor com relação à construção da ciência moderna e da Geografia atual, a fim de podermos indicar os motivos de sua Geografia ser de seu tempo.

O terceiro capítulo agrupa obras mais distintas entre si, ao menos em relação ao que propomos nos capítulos anteriores. Contudo, sua heterogeneidade é relativa, pois se realiza quanto aos caminhos particulares de cada obra. Ressaltamos, no entanto, que a questão socioambiental perpassa as três publicações. Isso nos permite realizarmos, ao final do capítulo, a forma como tal questão é apresentada e relacionada às particularidades de cada obra.

Capítulo 1 – A Geografia decolonial sobre a Amazônia

Destacamos, de início, nossas pretensões neste capítulo. Aqui nos preocupamos com a questão socioambiental na Geografia – nosso eixo central. Logo, vemos a obra de Porto-Gonçalves despontando com solidez para fomentar o debate sobre tal questão, como destacado na introdução da presente pesquisa. Partiremos, desse modo, para uma breve análise de suas obras mais recentes, que exprimem imensa carga teórica associada a sua militância⁴ diante da questão ambiental.

Após tais análises, teceremos considerações sobre a questão socioambiental inserida nessas obras escritas na década de 2010, somadas à construção de seu pensamento recente, amplamente influenciado por um pensamento decolonial, o qual discutiremos num momento posterior às análises. Destacamos que as três obras que analisaremos nesse capítulo são: *Encrucijada latino-americana en Bolivia: el conflicto y sus implicaciones civilizatorias*; *Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo en la Amazonia* e *Amazonia: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso*. A análise destas permitirá maior compreensão do desenvolvimento das ideias do autor e de como esse apresenta a questão socioambiental, produzida por sua Geografia.

1.1 – *Encrucijada latino-americana en Bolivia: el conflicto y sus implicaciones civilizatorias*

Essa obra, publicada em coautoria com Milson Betancourt Santiago, em 2013, analisa as implantações dos planos de desenvolvimento de infraestruturas associados à Iniciativa para Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e ao *Proyecto Puebla Panamá* (PPP), hoje denominado *Proyecto Mesoamerica* – portanto, projetos direcionados à América Latina. Contudo, temos um recorte específico que possui como objeto de estudo uma área denominada *Territorio indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure* (TIPNIS), uma área de proteção ambiental inserida em território boliviano, que abriga comunidades indígenas.

A grande questão que se procura apresentar ao longo do texto é o conflito territorial subjacente à implementação de uma estrada a ser implantada sobre o território

⁴ Sua militância, sem dúvida, constrói sua trajetória e deve ser entendida como elemento estruturante de sua geografia.

da TIPNIS. Aponta-se que tal obra significaria um enorme conflito para as territorialidades já inseridas nessa área. Ou seja, com a abertura de uma estrada onde habitam povos tradicionais não se leva em consideração as mudanças territoriais do espaço geográfico inseridas na TIPNIS.

Em primeiro lugar, fica salientado que existem diversos conflitos que ameaçam a integridade da TIPNIS, tais como a expansão do agronegócio, dos plantadores de coca e da atividade madeireira, entre outros. A abertura da estrada torna-se, na verdade, a abertura para intervenções mais severas ao ecossistema e às comunidades indígenas ali inseridas.

Em segundo lugar, temos que a execução de tal obra retrata a materialização da primarização da economia boliviana, bem como da América Latina – afinal, pretende-se facilitar o escoamento de commodities via Oceanos Atlântico ou Pacífico, dependendo do país importador. Verifica-se, atualmente, uma enorme força econômica importadora chinesa, na qual o Brasil possui grandes interesses também. Assim, uma facilitação do escoamento da produção brasileira pelo Pacífico, via estradas que atravessem o continente sul-americano, facilitariam a lógica capitalista das empresas mineradoras.

Através desse panorama, temos uma severa crítica por parte dos autores, que destaca a permanência da lógica colonialista nos dias atuais. Porto-Gonçalves e Santiago trazem à tona um estudo de caso que ilustra teorias apresentadas em trabalhos anteriores do primeiro autor citado⁵, no qual o tema da discussão do conceito de sistema-mundo moderno-colonial está novamente inserido, mostrando-se atual.

Com isso, os autores apontam como saídas possíveis a reflexão para a implantação de uma democracia voltada para a participação dos “de baixo”, na discussão territorial. Ou seja: no caso boliviano, é preciso pensar-se numa democracia plurinacional que leve em conta os anseios dos povos tradicionais inseridos em suas territorialidades próprias, massacradas pela lógica das territorialidades dominantes não só da América Latina, como do mundo colonizado outrora que ainda se encontram inseridos numa lógica colonial. Vejamos como tais ideias se apresentam na obra.

Em sua introdução é explicado como surge o conflito que atinge a TIPNIS. Trata-se de uma iniciativa do governo boliviano, iniciada em 2007, que, como destacado anteriormente, materializa-se pela construção de uma estrada sobre esse

⁵ Destaca-se que tais obras serão analisadas nos capítulos seguintes.

território indígena. Destaca-se que o estabelecimento desse território é resultado de lutas locais de suas comunidades, desde a década de 1990. Nessa década, foi realizada a *I Marcha por la dignidad, por la vida y por el Territorio*, na qual indígenas da região foram os protagonistas. O resultado dessa marcha se concretizara na criação da própria TIPNIS.

Contudo, conforme apontam Porto-Gonçalves e Betancourt (2013, p.1.), “El conflicto sobre el TIPNIS alcanza su máxima expresión en agosto/septiembre de 2011 cuando la VIII Marcha llega a La Paz con más de 500.000 marchistas, una de las mayores manifestaciones hasta entonces realizada en el país”, fato que mostra como a criação da TIPNIS não encerra os problemas da região.

Apointa-se que esse território abriga uma complexa rede de interesses diversos. Em meio a essas afirmações, usa-se um conceito muito utilizado por Porto-Gonçalves: sistema-mundo moderno colonial. Explica-se que o momento em que vivemos e o local que estamos inseridos – ou seja, século XX/XXI; América Latina – possui aspectos históricos, políticos e geográficos que fazem jus a associação com esse termo, que, por sinal, associa-se ao capitalismo vigente.

Os autores afirmam uma postura crítica à esse sistema econômico, perfazendo uma associação com outra característica: a existência do Estado Moderno. Dessa forma, a América Latina encontra-se sob uma condição de sistema-mundo moderno-colonial, capitalista e imersa na territorialização europeia do Estado Moderno. Essa conjunção, conforme nos apresenta Porto-Gonçalves e Betancourt (2013), “privilegia desde el siglo XIX la escala nacional y, así, invisibiliza otros lugares de enunciación/de prácticas a través de las cuales otra/s etnias/grupos/clases sociales se realizan”. Essa invisibilidade destacada, mostra-nos a preocupação com os povos locais latino-americanos, que não se resumem à TIPNIS, mas sim, à toda essa região.

Para tentar compreender os conflitos que ali existem, é preciso levar duas medidas em conta: compreender as imbricações escalares e superar a separação espaço-tempo. Com isso, afirmam os autores, pode-se compreender melhor como se dão as relações sociais e de poder.

Valendo-se das afirmações de Wallerstein e Arrighi, os autores apontam que o sistema-mundo vigente vive um “caos sistêmico”, situação existente desde os anos 60. Trata-se de uma situação na qual a organização do sistema-mundo, sob a perspectiva dos países centrais, em relação aos países periféricos, se altera, tendo em vista que os países periféricos começam a ter seus espaços mais reconhecidos seja por vias formais,

seja pela luta. Desse modo, temos, ao mesmo tempo, uma transformação da ordem territorial.

Propõe-se, para o desenvolvimento desta obra, a absorção da tese de Milton Santos, na qual o espaço é dado pela acumulação desigual de tempo. Com tal perspectiva é possível superar os obstáculos epistemológicos herdados pelas tradições de pensamento eurocêntrico: a linearidade temporal. Assim, pode-se fazer uma nova leitura do espaço geográfico, espaços nos quais convivem múltiplas territorialidades/temporalidades ao mesmo tempo. Assim, não há sentido em situar espaços, regiões, lugares e grupos sociais que os habitam numa linha temporal, como se houvesse um mais atrasado e outro mais adiantado. Dessa forma, o pensamento linear coloca as territorialidades numa única temporalidade, no qual o modelo é o europeu-branco-burguês-patriarcal.

Dar privilégio ao tempo em detrimento do espaço causa hierarquização das escalas, nas quais as menores são suprimidas pelo âmbito escalar nacional, ocasionando, automaticamente, uma desvalorização do preenchimento humano-natural inserido em escalas menores.

O segundo item da obra denomina-se “Sobre el TIPNIS: sitio e posición”. Trata-se de um capítulo mais descritivo, no qual são apontadas determinadas características do território em questão. A princípio, são citados os povos locais, sendo eles os Tsimane, os Yuracaré e os Mojeno-Trinitario.

Em seguida, são apontadas descrições físicas do local. Afirma-se que tal território possui regiões que ficam alagadas boa parte do ano, território que conta de modo predominante com três ecossistemas: subandino, com diversos bosques; o Piedemonte ou selva alta e os Bosques e savanas inundáveis. Verificam-se espécies endêmicas nos três ecossistemas, além de áreas de proteção ambiental que rodeiam o território da TPINIS.

Por fim, apresentam-se os elementos que se imbricam nas relações conflituosas desse território, a saber: empresas madeireiras ao norte; camponeses ao sul; fazendas de gado a nordeste; subsolo rico, com a presença de petróleo e gás natural, e uma dinâmica do agronegócio com destaque para a soja, próxima a Santa Cruz de la Sierra.

O terceiro capítulo denomina-se “Los multiples espacio-tiempos em el conflicto del TIPINIS”. Numa tomada teórica, aponta-se novamente para a concepção de Milton Santos, mencionada anteriormente. Além disso, é discutido como espaço e tempo são tomados de modo separado e que essa concepção resulta numa indiferença frente a

distintas espaço-temporalidades de povos tradicionais, perfazendo-se uma severa crítica à construção do pensamento científico atual. Aponta-se que a predominância dessa perspectiva resulta na ameaça à integridade da TIPNIS e dos povos que ali vivem.

É realizada uma identificação dos múltiplos espaços-tempo da TIPNIS, onde são descritas as sobreposições espaciais e escalares identificadas pelos autores. O primeiro deles é o espaço-tempo ancestral: marcado pela presença dos povos tradicionais.

O segundo é o espaço-tempo estrutural: é, resumidamente, a imposição do espaço-tempo pautado na concepção moderno-colonial vigente desde 1492, que se perfaz por meio da sobreposição de territorialidades distintas.

Em terceiro lugar é apresentado o espaço-tempo dos Estados Nacionais: emerge com a independência dos Estados Unidos, onde o nome América se impõe em detrimento do nome Índias Ocidentais. Nesse contexto, as revoltas quéchuas e aymara enfraquecem o império espanhol, favorecendo a independência das colônias espanholas. No entanto, a hegemonia criolla no interior dos diversos países que se tornavam independentes daria continuidade à colonialidade do saber e do poder. Já a Doutrina Monroe, do século XIX, faz prevalecer a vontade estadunidense sobre o continente, provocando uma cisão entre as duas Américas – as elites criollas, contudo, mantêm o caráter colonizador-subalterno.

O quarto é o espaço-tempo Pós-Guerra Fria e descolonização (1945-68): esse período traz à tona as contradições do capitalismo e o “velho continente” perde sua centralidade para os Estados Unidos. Na América Latina, emerge um contexto revolucionário de medidas únicas, com nacionalizações de empresas e reformas agrárias. Ao mesmo tempo, temos uma subordinação aos Estados Unidos que, por meio de agências internacionais, introduz logísticas próprias em diversas regiões latino-americanas, entre elas, a Bolívia e suas territorialidades. Assim, as integrações nacionais se dão junto à integração do imperialismo estadunidense.

Por fim, são apresentadas duas concepções de espaço-tempo semelhantes, mas divididas por uma ruptura temporal. A primeira é o espaço-tempo do sistema-mundo num caos sistêmico I, que vai de 1968 a 1989: nela, o mapa do mundo dos anos de 1960 nos mostra a força de movimentos contra o sistema capitalista, tais como o comunismo, social-democracia e nacionalismos revolucionários. O caos sistêmico traz à tona a crise do Estado, uma vez que temos, através dos anos 60 e de seus movimentos, uma reflexão sobre a lógica territorial vigente e sua forma geográfica de organização e poder, que coloca em xeque o caráter nacional do Estado e suas limitações. Assim, o território

emana como conceito teórico-político frente às complexas questões de territorialidades latino-americanas e as imposições que essas sofrem, tal como o Consenso de Washington.

O espaço-tempo do sistema-mundo, num caos sistêmico II, vai de 1990 aos dias atuais. Diversos processos culminam nessa nova concepção espaço-temporal, e entre elas são apontados os desdobramentos das revoluções dos anos 1960, a morte de Chico Mendes (1988), o fim da revolução sandinista (1989), a Marcha pela dignidade, pela vida e por território, na Bolívia (1990) e o Rio-92, que traz a questão ambiental numa escala jamais imaginada na América Latina, entre outros.

O quarto capítulo da obra denomina-se “TIPNIS – Bolivia vista desde los más subalternos entre los subalternos y la reinención de los territorios”. Não muito extenso, esse capítulo traz considerações relevantes sobre a concepção aplicada do conceito de sistema-mundo moderno-colonial, pois aponta a Bolívia como um caso esclarecedor para a compreensão desse conceito.

O sistema-mundo moderno-colonial se perfaz diante da desterritorialização dos povos americanos, sendo o caso dos povos em território boliviano uma demonstração precisa disso. Aponta-se para a complexidade das tensões internas da TIPNIS, que não podem ser resumidas a grupos-locais de ocupação, mas a grupos com perspectivas de mundo muito distintas.

Comenta-se, também, sobre os encontros realizados pelos povos locais bolivianos, apontando-se para suas organizações que culminam na marcha pela dignidade (1990), mencionada anteriormente. Edifica-se a ideia de que toda territorialidade é decorrente de um processo de territorialização. Todos esses processos que se associam na TIPNIS exemplificam e materializam as diferentes visões de mundo que se chocam nesse território.

O quinto capítulo aborda as tensões territoriais em torno da TIPNIS. Comenta-se sobre as dinâmicas socioespaciais que estão inseridas na TIPNIS, propondo-se evidenciar cada uma delas. A primeira a ser comentada é a do núcleo indígena e suas dinâmicas socioespaciais, possuidoras de economias étnicas de caráter comunitário. Desde 2001 são desenvolvidos projetos que visam a uma economia florestal, agrícola e de turismo compatíveis com as relações comunitárias indígenas que possuem uma relação com o território distinta das demais dinâmicas a serem observadas.

As demais dinâmicas são a socioespacial florestal do noroeste da TIPNIS; a dinâmica socioespacial pecuária a nordeste, com atividades estabelecidas desde o

período colonial, por jesuítas; a dinâmica socioespacial da coca ao sul, apontada como a área de maior tensão; a dinâmica socioespacial ligada ao subsolo rico em gás e petróleo, amplamente visada pelo mercado internacional, e a dinâmica socioespacial do agronegócio, que seria amplamente beneficiada pela construção da estrada que atravessaria a TIPNIS, rendendo a circulação das mercadorias mais eficiente.

No sexto capítulo discute-se a TIPNIS frente à nova geopolítica latino-americana. Aqui, retoma-se a ideia de que é preciso compreender as múltiplas escalas dos conflitos ali existentes, tais como a Iniciativa de Integração Regional Sul-americana (IIRSA) e o Plano Puebla Panama (PPP), hoje denominado Projeto Mesoamérica, ambos apoiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os autores deixam evidentes suas ideias sobre as intencionalidades de tais iniciativas sobre o território latino-americano. Porto-Gonçalves e Betancourt (2013, p.36), apontam que:

El apoyo del Banco Interamericano de Desarrollo a estas iniciativas indica que, por primera vez, la integración del continente es pensada por sectores hegemónicos más allá de la retórica diplomática. Integrar físicamente el continente buscando su integración a los nuevos mercados que se abren con la reconfiguración geoeconómica del capitalismo donde Asia, sobre todo China, se destaca, es el objetivo que sobresale claramente en la lectura de los documentos oficiales del IIRSA.

Assim, integra-se fisicamente o continente em busca de novos mercados. Essa é a lógica na qual tanto o IIRSA como o Projeto Mesoamérica foram pensados, ou seja, nos marcos da estruturação espacial do capitalismo e não através de uma perspectiva emancipatória interna.

Podemos apontar, assim, para uma crítica à primarização da economia dos países sul-americanos, dada a execução desses projetos de desenvolvimento por meio do IIRSA e do Projeto Mesoamérica. Nesse contexto, o Brasil passa a prover (exportar) maior número de produtos manufaturados aos demais países do continente. Além disso, com o crescente comércio entre Brasil e China, a conexão via Pacífico seria fundamental, e sua conexão com a Bolívia, com toda a logística necessária para isso, também seria relevante para a economia exportadora brasileira, voltada para a lógica moderno-colonial.

Há, portanto, uma nítida tendência na reconfiguração geoeconômica do capitalismo, que resulta em sérias consequências políticas e sociais, onde a América

Latina que se apresenta no papel de provedor de matérias-primas, característica histórica sua, mesmo após sua emancipação política.

Como resultado desse processo, os autores apontam sérias implicações para as populações tradicionais como indígenas, quilombolas e camponeses, entre outros, que veem suas condições materiais de trabalho (território) reduzidas a nada, resultando, como alternativa, em sua migração forçada para as cidades.

O antepenúltimo capítulo denomina-se “*La encrucijada Moderno-colonial del TIPNIS: la carretera que (des)integra*”. Aponta-se que a Bolívia se encontra entre dois movimentos: o primeiro, representado pelos “de baixo”, retratado pelos povos indígenas que lutam por dignidade e território. O segundo movimento é realizado pelos “de cima”. Tal movimento conforma a alternativa de desenvolvimento econômico por meio dos planos de infraestrutura da lógica de mercado, que por sua vez desconsidera as alternativas de territorialidades que não se associam a seus interesses hegemônicos.

Voltando-se para uma descrição dos planos de execução das obras propriamente ditas, apontam os autores que a Bolívia seria perpassada por cinco eixos do IIRSA. Tais eixos não foram pensados a fim de promover uma integração nacional, mas para concretizar uma integração regional ao continente sul-americano.

Para a compreensão das intenções dos “de cima”, os autores apoiam-se em Marx. Assim, eles evidenciam a função das estradas na ótica desse autor muito utilizado nas obras de Porto-Gonçalves: viabilizar a circulação de dinheiro, resultando na produção de mais-valia. Apontam Porto-Gonçalves e Betancourt (2013, p.45):

Como Marx había señalado em su libro II del Capital, las carreteras cumplen la misma función del dinero, de facilitar la circulación y, así, las carreteras (y el dinero) no sólo ayudan a expandir geográficamente el capital, sino que también cumplen la función de aumentar la productividad global al disminuir el tiempo de rotación global del capital y, de este modo, aumentar la producción de plus valía global a ser apropiada por los capitalistas y por los gestores. Así, se explicita la función complementaria entre las dos clases capitalistas, la burguesía y los gestores a las que ya hicimos alusión en este trabajo, pues mientras que los Gestores cuidan de las condiciones generales de producción, la burguesía cuida de sus unidades particulares de producción que, todavía, no pueden desarrollarse si en aquellas condiciones generales.

Levanta-se, assim, um desafio teórico-político: constituir um Estado pluricultural comunitário, realizando-se uma integração entre iguais, apoiado na diferença. A ideia de um Estado plurinacional implica o desafio de incorporar escalas

locais e regionais no debate nacional, no qual a Geografia serviria como instrumento, dentre outros possíveis, para executar tal ideia.

O penúltimo capítulo aborda a questão da soberania territorial e sua relação com os confrontos de poder existentes. A questão do narcotráfico é trazida à tona, como mais um dentre outros problemas enfrentados no contexto da TIPNIS. Aponta-se, assim, que a questão da coca e do narcotráfico só colabora para que a Bolívia se dirija para um dilema civilizatório que coloca de um lado a exportação das commodities e demais produtos, tais como a coca – que encerra uma lógica territorial, tal qual uma commodity – e de outro lado, temos os denominados direitos da Mãe Terra, ou seja, uma lógica incompatível com a lógica mercantil vigente.

Assim, aponta-se que o único modo de se fazer uma integração verdadeira é fazê-la de baixo para cima, reinventando a democracia. Ou seja, é construir uma democracia plurinacional, que considere que com a ausência de justiça e democracia territorial não se pode fazer democracia de fato.

Na parte final do trabalho, propositalmente chamada de “Inconclusiones”, os autores procuram apontar para a necessidade de caminhos que reflitam e não caiam em reducionismo ou dicotomias para se compreender a complexidade do tema e dos conflitos de territorialidades inseridos na TIPNIS. As transformações nas quais a América Latina insere-se rumam para um processo de exclusão, ao invés de uma inclusão de fato. Afinal, vê-se como o IIRSA se aplica sobre um projeto integracionista continental, que na verdade materializa-se de modo segregacionista, ao tencionar as territorialidades locais inseridas na TIPNIS.

1.2 – *Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo en la Amazonia*

Esta obra, realizada em coautoria com Milson Betancourt e Lina M. Hurtado, publicada em 2015 pela Clacso, divide-se em três partes: na primeira, *Marco teórico y metodológico*, temos discussões voltadas para as ideias que irão embasar os autores na construção do encadeamento da obra. Destaca-se que a “Amazônia”, discutida na obra, é a floresta que se encontra em território sul-americano, situando-se, portanto, em vários países ao mesmo tempo. Os autores buscam, na obra, discutir determinadas ações decorrentes de políticas públicas locais para elucidar questões pertinentes às críticas consonante com as ideias dos autores.

Temos, de início, um delineamento teórico-metodológico bem evidente. Afirma-se que a perspectiva socioespacial é a opção conveniente aos propósitos da obra. Tem-se em vista que tal opção favorece uma perspectiva crítica ao historicismo. A razão para que essa crítica seja realizada baseia-se na afirmação de que o historicismo não leva em consideração as dinâmicas espaciais inseridas em todos os processos sociais. Isso significa, ao mesmo tempo, realizar uma severa crítica à visão de mundo vigente. Porto-Gonçalves, Betancourt e Hurtado (2015, p.9) apontam que:

Cuando todavía las ciencias sociales dejan a un lado el espacio, no solo desconocen la multiplicidad espacial, invisibilizando sujetos y epistemes, sino que también, en el mismo movimiento, acaban quedando atrapadas en una sola temporalidad, la temporalidad moderno-colonial eurocéntrica, que organiza y clasifica el mundo en una sola escala temporal, que es además lineal.

Como apresentado na obra anterior, são admitidos dois grupos que entram em conflito, com suas dinâmicas espaciais próprias: os “de baixo” e os “de cima”. Essa ideia é sustentada pelo conceito de sistema-mundo moderno-colonial, dado na obra como:

[...]corriente que tiene entre sus principales tesis afirmar: a) que el fin del colonialismo no significo el fin de la colonialidad, b) que la colonialidad y la modernidad son dos caras de la misma moneda, c) que la colonialidad y la modernidad fueron procesos mutuamente constitutivos, desde siempre, em la formación del capitalismo, y d) que el Estado-nación es el aparato ideal y necesario para la continuidad de la expansión de la colonialidad a todos los rincones del mundo, en donde no llegó em la época de la colonia. Uno de los principales intelectuales de este giro descolonial em la teoría social crítica es el sociólogo peruano Aníbal Quijano (PORTO-GONÇALVES; BETANCOURT; HURTADO, 2015, p.10-11).

São discutidos, em seguida, todos os pontos apresentados no excerto acima. Quando se afirma que o fim do colonialismo não é o fim da colonialidade, sustenta-se, entre outros fatores, a continuidade de decisões externas à América Latina serem impostas e aceitas por suas respectivas elites, que admitem uma posição subalterna, subalternizando ainda mais os denominados “de baixo”. Denominar regiões, ou até países inteiros, como subdesenvolvidos relaciona-se com a imposição da perspectiva europeia como o marco condutor de um desenvolvimento cujo parâmetro é o próprio contexto europeu.

Ao abordarem que a colonialidade e a modernidade são duas faces de uma mesma moeda, os autores indicam passos sobre o processo de constituição da modernidade. Esse é dado como um processo realizado inteiramente no contexto europeu ocidental. Afirma-se que quatro etapas/fatos históricos são dados como marcos da emergência da modernidade, sendo eles: o Renascimento, a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa.

A profundidade com que o contexto europeu elabora a concepção de modernidade é tamanha, que adentra outras localidades e pensamentos como se o parâmetro europeu de elaboração da história fosse o principal para se tomar como padrão para a produção intelectual. Nesse momento, faz-se uso das ideias de Quijano para apontar que essa concepção da Europa como parâmetro central para produção científica denomina-se “colonialidade do saber”.

Desse modo, para a construção de um pensamento próprio latino-americano, é preciso se despir dessa única versão histórica dos fatos, baseada no contexto europeu e trazer à tona as informações que de fato contribuíram para a pujança europeia. Assim, é possível perceber como a colonialidade e a modernidade são duas faces da mesma moeda. Para isso, Porto-Gonçalves, Betancourt e Hurtado (2015, p.12) apontam que:

La posición hegemónica que asumió Europa después de 1492, no puede entenderse sin el oro, la plata, las plantas, los ríos, los suelos, el trabajo esclavo, y la explotación de indígenas en América.

E complementam (*ibidem*, 2015, p.12):

[...]es necesario romper con el “evolucionismo eurocéntrico que ve cada lugar del mundo como si fuese un determinado estado de evolución europea”, algo que solo es posible dentro de una perspectiva teórica que considera un solo tiempo lineal, el europeo, y desde ahí organiza el resto del mundo. Esta es una perspectiva de la Historia, mono-temporal lineal y unidireccional, que ignora tanto otras temporalidades, como otras espacialidades, invisibilizando la simultaneidad constitutiva (espacio-tiempo) de la Historia y la Geografía del “sistema-mundo moderno-colonial.

Dessa discussão decorre a terceira tese levantada, de que a colonialidade e a modernidade são processos que, mutuamente, se constituíram para a formação do capitalismo. Tendo em vista a conexão direta e indissociável da modernidade com a colonialidade para formação do sistema-mundo, a formação do capitalismo sempre foi

dada como sendo unicamente em solo europeu. Contudo, propõe-se nesta obra que é preciso atentar-se para uma compreensão que vá além da Europa. Ou seja, o capitalismo não se consolida em solo europeu, apenas. Ele deve ser compreendido como um sistema que se forma numa escala mundial, conectando áreas distintas.

É relevante salientar que essa concepção exposta acima, apresenta-se como uma, dentre outras, condição teórica de que os autores fazem uso para sustentar suas ideias para a análise das tensões na região amazônica. Por meio dessas ideias, podemos perceber como o Estado-nação – uma concepção “exportada” pela Europa – permite que as políticas públicas do dito “desenvolvimento” favorecem a perpetuação das ideias que sustentam o sistema-mundo moderno-colonial capitalista.

Percebemos, assim, como são conectadas as teses apresentadas pelos autores, pois tendo em vista a quarta tese apresentada, observamos como ela se conecta com a anterior ao afirmar que o Estado-nação é o aparato ideal e necessário para a continuidade e expansão da colonialidade e do capitalismo em todos os lugares do mundo.

O caso latino-americano é contundente. A formação dos Estados-nações dessa região se faz pelo controle de elites locais, que são permeadas pela mentalidade moderno-colonial, tendo em vista apenas uma via para a questão do desenvolvimento de seus Estados, justamente a via de desenvolvimento estabelecida pelos padrões europeus. Nessa obra, faz-se o uso do conceito de “colonialismo interno” para representar tal ideia.

Como resultado do colonialismo interno, temos, no desenrolar dos séculos, a ocorrência de territorialidades oprimidas e subalternizadas em diversas localidades. O foco dessa obra será expor casos na Colômbia e na Bolívia, para mostrar como se dá a disposição dessas ideias empiricamente. Dessa forma, podemos verificar a preocupação dos autores com a diversidade étnica latino-americana que é ignorada pela forma como tais Estados se sobrepõem sobre as territorialidades que não condizem com seus interesses.

Terminada a apresentação das quatro teses levantadas, o primeiro capítulo termina com uma subseção dedicada à questão do desenvolvimento, de Estado-nação e de políticas públicas. Logo em seu início, Porto-Gonçalves, Betancourt e Hurtado (2015, p.16) apresentam o seguinte:

El desarrollo realmente existente, ha sido el desarrollo del capitalismo, y como hemos demostrado el Estado se ha convertido en el “adecuador”, social, político y obviamente espacial, para la llegada del capital, aunque constituido contradictoriamente a través de los conflictos/luchas sociales.

Nos é exposto, em seguida, como essa lógica se materializa sobre o território sul-americano. Na obra em questão, os autores indicam uma reprimarização da economia dessa região, que é feita de modo a perpetuar a lógica colonial. O resultado disso para os ecossistemas locais não é nada menos que a destruição não somente dos ecossistemas, mas também das populações tradicionais que vivem neles – se é que podemos afirmar que exista uma separação entre os ecossistemas e os povos tradicionais que neles habitam, tendo em vista que esta é uma ideia muito marcante nas obras de Porto-Gonçalves, como veremos no decorrer de nossa pesquisa.

Assim, fica evidente como o modo de produção capitalista perpetua uma lógica que persiste há séculos na América Latina, submetendo-a a uma condição subalterna frente à Europa. Essa lógica ainda é legitimada pela forma de territorialização específica “exportada” pelos europeus, a de Estado-nação. Será dentro dessa lógica territorial, concatenada com a lógica capitalista, que as territorialidades locais serão ignoradas.

A segunda parte desse livro denomina-se *Políticas públicas de desarrollo y tensiones territoriales em la Amazonia Andina, los casos del Área de Manejo Especial de la Macarena – AMEM – em Colombia y em Territorio indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure em Bolivia – TIPNIS*. Procura-se um caminho semelhante ao desenvolvido na obra anterior de Porto-Gonçalves, onde, no entanto, além de uma análise das políticas públicas da TIPNIS, é realizada uma análise das políticas públicas voltadas, também, para a AMEM.

A princípio, apresentam-se diversas informações da AMEM. Localizada na região conhecida como Macarena, na Colômbia, a AMEM foi criada em 1989, estendendo-se por uma área superior a quatro milhões de hectares. Assim como a TIPNIS, esse território possui em seu interior diversos ecossistemas e diversas tensões ocasionadas pelo choque de territorialidades entre seus povos locais – compostos por indígenas e colonos que vieram da região andina – e o jogo de interesse capitalista incentivado pelo lucro e legitimado pelas autorizações estatais, conforme o conflito que destacamos parágrafos acima.

Após uma descrição histórica desse território, os autores apresentam as tensões territoriais identificadas. Porto-Gonçalves, Betancourt e Hurtado (2015, p.29), nos apontam três delas:

La del Nororiente bajo la influencia de la región Orinoquia con una tendencia al avance del monocultivo de palma africana, ganadería, coca e hidrocarburos; la del Noroccidente bajo el influjo de la zona Andina cuyas mayores presiones las constituyen las proyecciones de minería e hidrocarburos; y finalmente la del Sur de mayor articulación com la Amazonia y sobre la cual avanzalas dinámicas de hidrocarburos y ganadería fuertemente em la parte oriental.

A segunda parte do capítulo volta-se para a TIPNIS. Nessa parte, temos comentários muito semelhantes aos já apresentados da obra anterior. O que podemos destacar aqui, de forma breve, é a forma organizacional da apresentação, apontando como se estrutura essa parte da obra, sem sermos repetitivos com relação à opinião dos autores sobre a questão cerne do trabalho, que gira em torno da temática socioambiental, numa perspectiva decolonial.

Inicia-se apontando as características físico-geográficas locais partindo-se, em seguida, para sua conformação histórico-geográfica, assinalando-se que tal região era ocupada por uma população nativa milenar. Um ponto a se desatacar, que não nos remete à obra anterior, é uma apresentação sobre a colonização dos povos andinos sobre o território.

Apointa-se, nessa parte, que existiu, em 1966, um programa de parceria entre Bolívia e Estados Unidos, no qual se previa implementar medidas para viabilizar a circulação interna de mercadorias bolivianas. Disso decorrem sérias consequências. Uma delas, apontada no texto, indica a fixação de colonos em áreas ao sul da TIPNIS, onde a produção de coca é notável.

O momento seguinte é o de apontamento sobre as políticas públicas, os conflitos e as tensões existentes no território da TIPNIS. Conforme apontamos anteriormente, determinadas partes desta obra assemelham-se com a obra analisada anteriormente e, por isso, não nos ateremos adetalhá-la, para evitar sermos repetitivos.

Será na terceira e última parte da obra, denominada *Políticas públicas de desarrollo extractivista y tensiones territoriales em la Amazonia*, que os autores irão propor uma forma de análise de caso baseada em quatro eixos. O primeiro é sobre o efeito das políticas públicas de desenvolvimento que integram a região em proveito

nacional através de uma perspectiva moderno-colonial e que ignoram as territorialidades pré-existentes.

Assim sendo, fica exposto que a forma como os Estados se portam favorece a lógica do capital. Com isso, os territórios amazônicos são dados como improdutivos. Ou seja, o que estiver situado em seus territórios não valerão de nada, tendo em vista que nada produzem para circulação de capital – afinal, essa é a lógica que rege. Os povos tradicionais locais e os ecossistemas, por consequência, ficam marginalizados nas políticas públicas que, por sua vez, direcionam-se para uma reprimarização da economia.

O segundo eixo será sobre a análise do papel do Estado-nação como instrumento que permite a continuidade do colonialismo interno – esse, entendido como a condição colonial-moderna viabilizada por suas elites. O Estado é apontado como o agente que causa a invisibilidade dos territórios amazônicos e dos povos que ali vivem, ao colonizar tais áreas por meio de políticas específicas.

O terceiro eixo baseia-se nas tensões entre práticas públicas do Estado que convergem num mesmo território, ou seja, nas questões conflituosas e mal administradas pelo próprio Estado em que se encontram a AMEM e a TIPNIS. Destaca-se que as ações de cunho privado encontrarão amparo nas próprias políticas públicas ofertadas pelo Estado. Isso faz com que os autores indaguem sobre uma postura contraditória: fala-se de proteção às áreas específicas, mas tais áreas serão, aos poucos, disponibilizadas ao poder do capital. Portanto, indaga-se sobre qual a lógica de criar territórios “protegidos” para comunidades tradicionais se, na verdade, eles protegem o capital. São duas lógicas opostas, duas territorialidades opostas.

O último eixo baseia-se numa análise interescalar das tensões territoriais analisadas nos estudos de caso, ou seja, como as análises escalares permitem compreender a situação em que se encontram as populações locais, bem como qual a natureza de sua relação com as políticas públicas existentes.

Reforça-se a ideia do protagonismo dos Estados-nações ao dirigirem suas políticas públicas de modo a viabilizar a implementação de projetos que visem atravessar o território amazônico andino, independentemente do significado que isso tenha para as lógicas territoriais locais. O capital possui a necessidade de expansão e, inseridos nessa lógica, os governos bolivianos e colombianos submetem-se a ela. Assim, planos como o IIRSA e o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e

Planejamento, somados às necessidades logísticas de mercado de Brasil e China, formam um conjunto de operações que perpetua a moderno-colonialidade.

1.3 – Amazônia: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso

Nossa última obra analisada nesse capítulo é *Amazônia: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso*. Publicada em 2017 pela editora Consequência, seu conteúdo se divide em sete capítulos. Porto-Gonçalves retoma, nessa obra, muitos de seus temas trabalhados em publicações anteriores.

A discussão em torno da Amazônia é muito presente, como o próprio título nos indica. É possível realizarmos um paralelo com o livro *Amazônia, Amazônias*. Contudo, nessa obra, publicada pela primeira vez no final da década de 1980, o autor centra suas atenções na parte da Amazônia circunscrita ao território brasileiro. Já neste livro de 2017, a Amazônia é abordada em sua totalidade, ou seja, estuda-se toda a região, levando-se em consideração sua abrangência pela América do Sul.

É interessante apontar que, na introdução da obra, temos explicitados apontamentos metodológicos do autor, muitos deles já apresentados em suas obras precedentes, ou seja, não há mudanças na visão metodológica. Que fique evidentes a observação e atenção dadas a outras racionalidades que servem para inspirar o autor a produzir essa obra. A partir disso, ficam apontadas “necessidades” que devem ser superadas na análise da região amazônica. São elas: a separação homem-natureza; a dicotomia espaço-tempo; a visão linear da História e o etnocentrismo ou, como dito por Porto-Gonçalves (2017, p.9), “a colonialidade do saber e do poder”.

Com relação à dicotomia entre espaço e tempo, que aliás é um apontamento recorrente de Porto-Gonçalves, aponta-se que as superações de algumas ciências como a física, têm contribuído significativamente para reflexões que direcionam para a superação dessa dicotomia e de outros desafios associados à interdisciplinaridade. Com isso, vemos a preocupação do autor na perspectiva de um todo para compreensão do real.

Quanto às ciências sociais, deixa-se clara a inspiração no geógrafo Milton Santos e no historiador Marc Bloch. Com relação ao primeiro autor, Porto-Gonçalves explicita que é significativo o uso da tese do espaço geográfico como acumulação desigual de tempo. Já com relação ao segundo autor, faz-se uso da tese de contemporaneidade do não coetâneo. Aponta-se que esse caminho escolhido

proporciona, justamente, uma interdisciplinaridade, aspecto marcante nas obras de Porto-Gonçalves.

Tendo em vista, ainda, as ciências humanas e a questão da separação sociedade-natureza, o autor mostra que o delineamento de suas ideias absorvem e reproduzem os conhecimentos estudados e observados pelo mesmo em anos de pesquisa e militância pela América do Sul. Dessa forma, as racionalidades de diversos povos que existem há milênios, na região, servem de estrutura para compor suas críticas às territorialidades impostas pelos Estados à região amazônica. Dessa forma, aponta Porto-Gonçalves (2017, p.10): “a antropologia e a arqueologia têm apontado que outras matrizes do conhecimento se desenvolveram sem dicotomias como homem-natureza, espaço-tempo, sujeito-objeto”, ou seja, elas concebem uma realidade não pautada pela ciência moderna eurocêntrica.

O autor destaca que essas concepções se expressam de diversas formas. Uma das formas destacadas nessa obra é a linguagem escrita e oral. Por exemplo, para designar espaço e tempo, sem exercer uma dicotomia sobre os conceitos, os quéchua-aymara fazem uso da expressão “Pacha” para designarem um mundo sem a separação de espírito e matéria, e a expressão *Pachamama*, que representa um conceito, como nos aponta Porto-Gonçalves (2017, p.11) “que se aproxima da ideia grega de *Physis*⁶, no qual não se separa espírito de matéria”.

O potencial de estudo sobre a região amazônica é imenso. Observemos como Porto-Gonçalves (2017, p.11) nos apresenta tal ideia:

A Amazônia é uma região que nos oferece a possibilidade de uma análise crítica, de caminhos que superem a encruzilhada que o padrão de poder e de saber fundado na ideia de ‘dominação da natureza’ (Francis Bacon) que nos conduziu ao colapso ambiental que hoje vivemos e não só pelas funções que o metabolismo específico da região cumpre no planeta como um todo, mas também pelas múltiplas matrizes de conhecimento que seus povos/etnias/nacionalidades comportam e ativam e que nos oferecem referências para uma relação de convivência, e não de dominação, com as condições materiais da vida.

Destacamos, para finalizar essa dissertação sobre a introdução da obra, apontamentos que dizem respeito à perspectiva de análise da mesma, bem como seus propósitos. Deixemos o autor falar sobre tais aspectos. Com referência à perspectiva de análise aberta ao leitor da obra, por meio da metodologia escolhida, Porto-Gonçalves

⁶ Esse conceito será mais bem apresentado e discutido no terceiro capítulo da presente pesquisa.

(2017, p.12) a denomina de “geograficidade da história, [pois essa] nos obriga a ver a sociedade em seu metabolismo biogeográfico num espaço-tempo determinado, no caso, a região amazônica”. Já sobre seus propósitos, Porto-Gonçalves (2017, p. 14), aponta que a obra trata de “uma análise que se funda não só em rigorosa análise científica, mas também no diálogo de saberes com outras matrizes de racionalidade que nos oferecem outras perspectivas de conhecimento”.

O primeiro capítulo da obra denomina-se “*Das relações de poder e das visões sobre a Amazônia*”, e possui duas subseções: “*Das visões sobre a Amazônia*” e “*Das relações de poder, da Geografia política interna*”. Na primeira subseção, Porto-Gonçalves mostra o modo como a visão externa da Amazônia recai sobre ela própria, apontando também as consequências disso.

A região amazônica é dada como uma área periférica, dentro dos países periféricos. Inserida numa lógica que perpetua o sistema-mundo moderno-colonial, essas visões “de fora” são, portanto, convenientes para a perpetuação dessa lógica externa sobrepondo-se sobre a lógica interna. Fica evidenciado, durante esse capítulo, quais são essas visões externas, ou seja, como a Amazônia é concebida dentro dessa lógica capitalista moderno-colonial.

O primeiro apontamento afirma que essa região é dada como natureza pristina, que exalta a longevidade de sua existência. Um segundo apontamento coloca a Amazônia como “vazio demográfico”. Essa expressão dá a entender, dentro de uma visão moderno-colonial, que se trata de um local pouco habitado, passível de ocupação. Levando-se em conta a lógica de acumulação capitalista, abrem-se imensas possibilidades para a obtenção de capitais por meio da exploração de um local onde “não tem ninguém”. Isso leva ao terceiro apontamento, que coloca a Amazônia como local de obtenção inesgotável de recursos. Por consequência, temos o quarto apontamento, no qual essa região é dada como a região do futuro. Assim, a lógica capitalista moderno-colonial externa, que se sobrepõe à Amazônia, fecha todas as brechas possíveis para legitimar sua preponderância.

Após apresentar outras informações sobre a Geografia da região, Porto-Gonçalves (2017, p.16) aponta que se ignora “o colonialismo interno, como Pablo González Casanova denuncia há 50 anos”, além disso, a postura que permite com que prevaleçam os apontamento citados no parágrafo anterior:

[...] subsidiam políticas que silenciam/invisibilizam esses povos/etnias/nacionalidades, assim como as comunidades negras

quilombolas/*pallenqueras* e camponesas (ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, etc.) que ali habitam numa larga trajetória de ocupação da região e seu acervo de conhecimento produzido durante esses 17 mil anos (ibidem).

Ainda sobre o processo histórico dessa visão sobre a Amazônia, e não da Amazônia, temos uma breve reconstrução histórica sobre a ciência ocidental, na qual Francis Bacon (1561-1626) é apresentado como grande influenciador. É com Bacon – e outros autores não citados, também – que a ideia de dominação de natureza se estrutura ao longo dos últimos séculos. Essa pretensão de dominação não é ingênua. Ela favorecerá um ponto de vista específico: do homem branco, europeu e burguês⁷.

Como não poderia ser deixada de lado, discute-se também a questão das resistências existentes na Amazônia – ou, como apontado pelo autor, “r-existência”, para elucidar uma amplitude maior, que represente dignamente a luta dos povos contra as imposições externas exercidas. Fala-se de alguns grupos de resistência, com destaque para a luta dos seringueiros na Amazônia. Desse modo, não poderia ser esquecida a figura de Chico Mendes (1944-1988), assassinado exatamente por sua luta contra a opressão capitalista que esmagava (e esmaga) os seringueiros e a floresta amazônica há décadas.

A segunda subseção do primeiro capítulo se propõe a dissertar das relações de poder à Geografia política interna da região. Pautado por Moraes e Gramsci, Porto-Gonçalves retoma a ideia da Amazônia como região periférica, dentro de países periféricos. Aponta-se, assim, que a Geografia política interna dos países amazônicos coloca as populações tradicionais de modo subordinado às políticas públicas que favorecem as intervenções que o Estado admite como satisfatórias. Com isso, temos as legitimações de ações que o Estado (construção europeia, específica do contexto de consolidação capitalista) determina o que deve ser realizado sobre os territórios amazônicos. Reitera-se assim, a questão da sobreposição de lógicas distintas.

Contudo, os povos tradicionais começam se expressar dentro desse contexto. Porto-Gonçalves (2017, p. 22) nos demonstra que:

[...] o sistema mundo capitalista moderno-colonial vive, desde a década de 1960, uma crise de seu padrão de poder (e de saber), como

⁷ Destacamos que essa construção do pensamento ocidental e da ciência moderna é muito discutida e apresentada nas obras de Porto-Gonçalves. Não à toa, pois, a questão socioambiental, que destacamos em sua obra, pauta-se pela crise que esse pensamento traz para a relação do ser humano com a natureza. Apontamos, por fim, que discutiremos essa temática com mais ênfase no capítulo seguinte.

se depreende do fato de grupos/classes sociais tradicionalmente invisibilizados começarem a ser fazer presentes na cena política.

Ao longo do século XX, a região Amazônica apresentou dois padrões sociogeográficos. O primeiro, anterior à década de 1960, no qual as ocupações dos povos da região giravam em torno das várzeas e da floresta, acompanhando os cursos dos rios. Após essa década, o mundo passa por grandes transformações e os efeitos da globalização recente se fazem presentes de modo marcante. A demanda e a produção aumentam exponencialmente com a informatização e robotização do processo produtivo que vai se entranhando pela força capitalista. A “fragilidade” dos países periféricos abre veios de oportunidades de ampliação do capital e o que estiver em seu caminho deverá se adaptar, mesmo que sejam povos tradicionais, ecossistemas inteiros, etc. Ocorre o que Porto-Gonçalves denomina de “industrialização da selva”.

O segundo capítulo procura mostrar um caminho para a compreensão da complexidade sociometabólica amazônica. Sem apresentar subseções, o capítulo inicia-se com uma breve revisão sobre a complexidade amazônica. Destacamos o uso de um termo muito específico para a concepção de Porto-Gonçalves, no que tange seu viés científico: trata-se da percepção da Amazônia como um floresta cultural tropical úmida.

Conceitos e termos não são utilizados de forma aleatória pelo autor. Esse termo, mencionado acima, designa a concepção de que a floresta Amazônica se desenvolveu não só por fatores não-humanos, mas também por fatores associados aos grupos indígenas que ali vivem há milênios, contribuindo para a conformação da floresta tal como ela é hoje. Nota-se que é um termo que viabiliza a conjunção ser humano-natureza, sem levar em consideração um dos entes, de forma isolada.

O curto capítulo envereda para uma interpretação da importância da Amazônia, associando uma leitura decolonial – citando Casanova e seu colonialismo interno a ser superado – somada a informações técnicas que demonstram o “frágil” equilíbrio ecossistêmico. Para exemplificar essas menções, Porto-Gonçalves (2017, p.26) assinala que essa floresta apresenta:

O maior volume de biomassa por área do mundo, entre 500 e 700 toneladas por hectare, teria se formado com solos considerados de baixa fertilidade pela lixiviação a que estão submetidos pela água abundante que lhes dissolve o cálcio, o potássio e o sódio [...] os solos da Amazônia só são pobres sob a perspectiva analítica disjuntiva que comanda as ciências convencionais que separa o orgânico do

inorgânico, o químico do biológico, o climático do biológico, enfim, o solo da floresta.

Vemos claramente como a visão holística, que leva em consideração o todo e não suas parcelas constituintes, são apresentadas no discurso de Porto-Gonçalves. Essa visão, que considera o todo acima das partes, acompanha o autor há mais tempo que o próprio discurso decolonial⁸. Assim, é interessante percebermos como sua obra atual resulta de uma gama de “leituras de mundo”. Percebemos o apontamento das limitações da leitura da ciência moderna através do seguinte trecho, em que Porto-Gonçalves (2017, p.29) afirma que:

O complexo metabolismo amazônico tem um equilíbrio Sol-fotossíntese/vegetação/água/solo extremamente delicado, e a matriz eurocêntrica de conhecimento, a que coloniza nossas universidades e nosso pensamento, não dispõe de tecnologias apropriadas para lidar com ele.

O terceiro capítulo denomina-se “*Amazônia: a grande transformação sociometabólica em curso*”. O texto inicia-se estabelecendo uma leitura histórica da região amazônica, onde os anos 1960 estabelecem um marco divisório. Aponta-se que, antes desse período, as influências capitalistas nessa região ocorreram de forma descontínua. No entanto, a partir de tal década, o ciclo das drogas do sertão – onde produtos primários formaram a principal fatia de exportação da região – cai em decadência. Ressalta-se que esse ciclo pré-1960 estabelece uma dependência/convivência maior em torno dos rios da região.

Após a década de 1960, emergem nacionalismos em escala global, tendo em vista o contexto das descolonizações do século XX. Somado a isso, existe uma forte influência estadunidense – lembrando que o contexto mundial era o da Guerra Fria, que pregava uma ideologia desenvolvimentista severa.

Porto-Gonçalves (2017, p.32) faz uma crítica ao desenvolvimentismo, sem esquivar-se da postura que o bloco socialista assume, que é idêntica ao bloco capitalista: “Assim, à direita e à esquerda do espectro político, o desenvolvimento se impôs, seja como nacional-desenvolvimentismo, seja como nacionalismo revolucionário e popular”.

A questão da superação do subdesenvolvimento tomará as pautas dos países. Contudo, essa “superação”, somada ao nacionalismo injetado nas mentes

⁸ Levantaremos essa discussão no terceiro capítulo da presente pesquisa, quando abordaremos as influências de uma Geografia holística somada à leitura do pensamento complexo de Morin.

governamentais do período, apresentarão um resultado notório para a questão ambiental, seja pela realização das políticas de direita ou de esquerda: sua destruição e a destruição de seus povos, exatamente o que vemos hoje.

A preocupação do autor com relação às mudanças que os anos 1960 trazem são bem evidentes. O Estado é dado como o agente viabilizador das alterações que podem ocorrer no território. A lógica capitalista e desenvolvimentista impulsiona as ideias estatais que incentivam e viabilizam as transformações no espaço geográfico, de modo a satisfazer as demandas do capital. Disso resultam alterações que não necessariamente integram social e culturalmente os povos/etnias/nacionalidades à nação entendida em sua pluralidade” (PORTO-GONÇALVES, 2017a, p.33).

Os efeitos dessa perseguição pelo desenvolvimento não cessam. O neoliberalismo deflagrado na segunda metade do século XX espalha-se pela Amazônia, produzindo consequências jamais vistas. A lógica externa sobrepõe-se à lógica interna pela força. A partir dos anos 1990, percebe-se, conforme demonstra Porto-Gonçalves (2017, p.38), que ocorre um “deslocamento do centro geográfico da dinâmica da produção capitalista para a Ásia, sobretudo para a China, deixando em segundo plano o Atlântico Norte”. Esse fato trará consequências severas para os povos tradicionais da região amazônica.

O quarto capítulo versa sobre as integrações disputadas por planos estratégicos a serem implantados na região amazônica. Em seu título, *A Amazônia e as (des) integrações*, o autor acrescenta o prefixo (des) à palavra integração, para evidenciar sua conotação para as populações tradicionais locais amazônicas.

Procurando explicar os fluxos de investimentos que irão agir sobre a região, menciona-se o BID e o BIRD como os organismos multilaterais que prevalecem na viabilização financeira, sobretudo ao longo da década de 1990. Mencionam-se também os (já citados em outras obras) PPP (Plano Puebla-Panamá) e IIRSA (Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana), para ilustrar a forma como estão sendo executados os planos de investimentos.

Como consequência desse contexto, Porto-Gonçalves (2017, p.41) deixa claro que “estamos diante, pois, de uma reconfiguração geográfica profunda regional/continental/global que abre uma nova fase de acumulação de capital e de uma nova aliança entre classes e frações de classe”. E complementa o autor (*ibidem*, 2017, p.43):

A Amazônia se verá diante de uma inserção não mais descontínua no espaço e no tempo, mas de uma ação política estratégica de outra magnitude, pelo volume de recursos financeiros implicados, e numa outra escala pan-amazônica/sul-americana de inserção global com a IIRSA com 5 Eixos de Integração e Desenvolvimento que atravessam a região.

Com isso, ocorrerá a denominada “industrialização da selva”. A nova configuração, uma vez estabelecida, irá implementar uma nova temporalidade, não mais aquela da própria região, mas sim, e com mais intensidade, uma temporalidade externa ajustada ao tempo humano capitalista que prescinde, ao menos no imaginário ocidental, de circulações bem estabelecidas e viáveis para as mercadorias, suplantando as barreiras, sejam elas quais forem. As lutas amazônicas irão se intensificar.

O quinto capítulo da obra apresenta e discute os megaprojetos de infraestrutura previstos para a região amazônica. Subdividida em quatro partes, a primeira detalha sobre os planos relacionados à estradas e hidrovias. Trazendo dados estatísticos, comenta-se sobre o genocídio das populações locais e sobre o desmatamento. Tanto um fato quanto outro decorrem da cada vez mais frequente intervenção realizada na região amazônica.

Os quatorze projetos estabelecidos pelo IIRSA para a região possuem uma função determinada para o autor. Segundo Porto-Gonçalves (2017, p.53), tal função é a de:

Servir para diminuir o tempo geral de produção, diminuindo o tempo de circulação e, assim, aumentar a produtividade social total permitindo uma maior rotação do capital e da produção da mais valia social total e, deste modo, expandir a acumulação de capital. Sublinhe-se: submeter o espaço ao tempo, e não a um tempo qualquer, mas ao tempo do capital das grandes corporações.

O genocídio apontado anteriormente tem os indígenas como principal vítima. Aponta-se que mais de quinhentos líderes indígenas foram assassinados entre 2005 e 2015. Isso ocorre porque a floresta amazônica e tudo que impede sua exploração, incluindo-se aí as populações tradicionais locais, são vistas como obstáculos dentro da lógica capitalista que prevê o desenvolvimento como objetivo. Como vimos anteriormente, as lógicas capitalistas e das populações locais são incompatíveis.

A subseção seguinte discute a implantação das hidrelétricas. Voltando para dados estatísticos novamente, temos que a região amazônica possuía, até 2012, 171

hidrelétricas. Os planos prevêem a construção de mais 246, cuja maioria seria do tipo PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas). Assim como a construção das estradas e das hidrovias, Porto-Gonçalves (2017, p.68) aponta os problemas relacionados às hidrelétricas e à falácia que acompanha suas construções – o mito da energia limpa. Apontam-se que essas são:

Fontes importantes de emissão de gases do efeito estufa, inundação de terras mais férteis, de remoção forçada de comunidades que ali vivem, interrompem o trânsito humano e, assim, seus territórios e suas territorialidades. Contribuem, ainda, para o desmatamento das importantíssimas matas de igapó.

A terceira subseção discute os megaprojetos associados à exploração de petróleo e gás natural. Aqui fica muito evidente a questão da moderno-colonialidade – tendo em vista que essas matrizes enérgicas passam a ser cada vez mais questionadas por suas limitações, impactos ambientais e à liberação de carbono – além da constatação de que regiões periféricas de países periféricos devem atender à demanda fossilista externa à própria Amazônia, sem sentido algum para suas próprias populações.

Os números referentes a petróleo e gás natural são alarmantes. Porto-Gonçalves afirma que temos mais de trezentos lotes petrolíferos na região amazônica, onde mais de setenta empresas petrolíferas trabalham. Essa logística de exploração demanda estradas, oleodutos e gasodutos, bem como infraestrutura conveniente aos projetos.

A quarta e última subseção aborda a mineração e o dinamismo dos capitalistas privados. Contando com mais de cinquenta e duas mil zonas mineiras⁹, a região amazônica tem uma área atingida por essa atividade superior a um milhão e seiscentos mil quilômetros quadrados, que se espalha por vários países sul-americanos. A mesma lógica estabelecida nas atividades anteriores prevalece aqui: vê-se o passado colonial persistindo, comum futuro incerto para a floresta e para os povos que nela habitam.

O penúltimo capítulo aborda a questão dos conflitos, tratados como “a manifestação prática, concreta, dessas contradições”, associadas às tensões territoriais (PORTO-GONÇALVES, 2017a, p.77). É o ponto em que nenhum diálogo mais é possível entre duas ou mais partes. É exatamente isso que ocorre na região amazônica – uma luta dos povos tradicionais contra um padrão sociogeográfico destruidor. São os conflitos, também, que oferecem uma oportunidade para a compreensão da Geografia

⁹Dados de 2017.

dos mesmos, observando-se suas espacialidades e direcionamentos, além, claro, das circunstâncias motivadoras, que, no caso amazônico, é a expansão da lógica capitalista inerente ao sistema-mundo moderno-colonial.

Alguns exemplos são mencionados pelo autor, tais como a construção de uma hidrelétrica em Inambari, no Peru, e a tentativa de privatização da água em Cochabamba, na Bolívia. Além desses exemplos, são mencionadas, novamente pelo autor, as questões territoriais da TIPNIS. Cabe destacar que, em meio aos parágrafos que descrevemos, nota-se uma análise típica da linguagem de Porto-Gonçalves. Trata-se de um encadeamento de ideias que procura, sempre, mostrar uma linguagem articuladora entre aspectos humanos e aspectos naturais, pois, na visão do autor, esse é um caminho para se mostrar a complexa interação entre os elementos da realidade, tais como são.

Exemplifiquemos com as palavras de Porto-Gonçalves (2017, p.80-81):

O ciclo hidrológico da Amazônia passa pela floresta, enfim, pela água em estado vivo, um outro estado da água não devidamente caracterizado como tal que é diferente do líquido, do gasoso e do sólido. A vida dessas comunidades tradicionais, afetadas por hidrelétricas e empresas mineradoras é afetada não só pelo uso intensivo de água por parte das mineradoras, mas também pelas represas que, ao represarem as águas, interrompem o ciclo de vida dos peixes e, assim, afetam negativamente a piscosidade dos rios e a disponibilidade de proteínas das comunidades à jusante.

Como não poderia deixar de ser, tendo em vista a militância do autor na questão ambiental, é mencionada a Aliança dos Povos da Floresta, grupo organizado por seringueiros e índios na região amazônica brasileira, que surge nos anos 1980 e é acompanhando de perto por Porto-Gonçalves. Essa Aliança, tendo como um dos protagonistas Chico Mendes, é sempre trazida à luz pelo autor, pois além de conhecer e lutar junto à Chico Mendes nas militâncias locais, diversos estudos seus dirigem-se para essa luta e para a criação da Reserva Extrativista criada em decorrência dos conflitos que ocorreram na região acreana brasileira.

O último capítulo intitula-se “*A Amazônia, no passado, havia um futuro. E no presente, há futuro?*”. Inicia-se apontando as pressões que os países centrais exercem sobre os países que possuem soberania sobre o território da Amazônia para que exista uma preservação da área, contudo, tais pressões são totalmente contraditórias com o

estilo de vida das populações dos países centrais, tendo em vista que a demanda por matérias-primas advém de territórios periféricos, tal qual a Amazônia.

Complementa-se afirmando que o deslocamento da logística econômica para a Ásia tem representado um novo impacto para a produção industrial e para a demanda de matéria-prima. Frente a esse cenário, temos o papel de protagonismo do Brasil junto à implementação do IIRSA visando a uma comunicação com o Pacífico, o que se torna evidente no governo Lula, a partir de 2003. Os agentes que fomentam a implantação do IIRSA são apontados como sendo os Gestores territorialistas dos Estados e os Gestores das grandes corporações capitalistas.

Assim, essa postura dos Estados, frente ao contexto discutido, demonstra, segundo Porto-Gonçalves (2017, p.91) que “a modernidade-colonial do Estado reproduz o ‘colonialismo interno’ por sua aliança com as grandes empresas da construção civil, do agrobusiness, petroleiras e mineradoras e da economia verde”, o que gera diversas consequências diretas, como o enfraquecimento das legislações ambientais, restrições imorais aos povos locais, protelação de reformas agrárias, entre outros. Mais uma vez, percebemos a contradição existente entre a fala dos países centrais e as ações de suas empresas.

Direcionando seu discurso para uma retomada das considerações sobre as comunidades tradicionais abordadas ao longo da obra, bem como seus conflitos, associados à luta por uma territorialidade própria na região amazônica, Porto-Gonçalves (2017, p.105) traz, ao final da obra, a seguinte consideração:

Ouçamos, pois, o que nos dizem seus povos em luta pela vida, pela dignidade e pelo território; que estão nos oferecendo um outro léxico teórico-político onde o estado não seja somente nacional, mas plurinacional; que se reconheça que dentro de um mesmo território de um estado habitam múltiplas territorialidades; onde, mas que a luta pela terra, que se lute pela terra como territórios; não mais alternativa de desenvolvimento, mas alternativa ao desenvolvimento; onde se busca a vida em plenitude ou sumakkawsay ou suma qamaña; onde a natureza seja portadora de direitos, como consagram as novas Cartas Magnas da Bolívia e do Equador.

1.4 – A abordagem decolonial: revisão teórica

A observação das obras analisadas na seção anterior nos mostra uma preocupação do autor, amparada, claramente, numa perspectiva decolonial. Essa é uma característica marcante da obra de Porto-Gonçalves, ao longo da década de 2010.

Obviamente, esse pensamento não se incorpora às obras do autor de uma única vez, ou seja, obras anteriores apresentam esse pensamento, mas a ênfase era menor, ao menos, se comparada com as três obras que expomos neste capítulo. Assim, procuraremos analisar a questão decolonial em si, ao mesmo tempo em que vemos como essa perspectiva se imbrica com a questão socioambiental trabalhada pelo autor numa visão sobre a Amazônia.

Tendo como base, portanto, as obras destacadas, podemos observar a influência de determinados autores que, direta ou indiretamente, estão muito presentes nos textos, seja por meio de citação direta ou indireta. Observamos, também, as indicações bibliográficas presentes nas obras, para tentarmos elencar nomes específicos que contribuirão para entendermos a visão do autor. Dessa forma, destacamos os seguintes autores: Immanuel Wallerstein (1930-); Edgardo Lander (1942-); Walter D. Mignolo (1941-); Aníbal Quijano (1928-2018); Pablo González Casanova (1922-) e Boaventura de Sousa Santos (1940-).

Afirmamos, também, que ao mencionarmos esses nomes, não estamos apresentando intenções de delimitar rigidamente a influência somente desses autores, dado que outros autores e autoras que podem ser citados. Contudo, pode-se afirmar que o modo como os autores destacados acima aparecem nos textos de Porto-Gonçalves nos direcionam com maior precisão. Dessa forma, pretendemos verificar porque tais nomes aparecem nas obras analisadas e como essa estruturação do decolonialismo associam-se à questão socioambiental.

Para uma melhor compreensão do pensamento decolonial presente em Porto-Gonçalves, acreditamos que apontar, brevemente, seu histórico, permita um entendimento contextual necessário para à própria compreensão de seu uso nas obras analisadas. Dessa forma, podemos iniciar apontando uma definição dada por Almeida e Silva (2015, p.43), na qual o pensamento decolonial pode ser compreendido por tratar-se de:

Um movimento de resistência – teórico, epistêmico, cultural, prático e político – à lógica da Modernidade/Colonialidade. É teórico e epistemológico porque ao estudar as heranças/feridas coloniais da América Latina em diálogo com a teoria do sistema-mundo moderno-colonial de Wallerstein (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 10) denuncia e questiona a geopolítica do conhecimento e a Colonialidade do Poder oferecendo às ciências humanas e sociais uma inteligibilidade outra ao Projeto Moderno, desvelando sua outra face que é a Colonialidade (QUIJANO, 2005, 2010). É prático e político

porque a Rede Modernidade/Colonialidade “no se especializa solo en publicar libros dirigidos a expertos, sino que participa también en vários proyectos académico-políticos. Algunos de sus miembros se encuentran vinculados com el movimiento indígena em Bolivia y Ecuador, y otros organizan actividade sen el marco del Foro Social Mundial” (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007, p. 12).

A partir do exposto, temos alguns conceitos principais que se destacam para a compreensão do pensamento decolonial, tais como: sistema-mundo moderno; Colonialidade do poder; Modernidade; Colonialismo interno e Rede Modernidade/Colonialidade. Dissertaremos, primeiramente, sobre o último conceito apontado, que traz consigo uma carga histórica e explicativa do movimento decolonial¹⁰.

De início, podemos apontar que a Rede Modernidade/Colonialidade é resultado de transformações, inspirações e divergências de outros pensamentos que o antecedem (BALLESTRIN, 2013). Podemos afirmar que os autores que compõem esse grupo específico são os que mais são referenciados nas obras de Porto-Gonçalves. Portanto, compreender sua história nos situará melhor frente a inspiração das obras analisadas.

Num primeiro momento, devemos apontar que o conjunto de estudos que se volta para uma análise de questões que se associam ao colonialismo, de forma genérica, compõem o denominado pós-colonialismo. Contudo, é necessário sermos mais precisos quanto ao uso dos termos. Para tanto, Ballestrin (2013, p.90) nos traz uma distinção relevante com relação ao termo pós-colonialismo. Afirma a autora que temos dois entendimentos possíveis:

O primeiro diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, a independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano. A outra utilização do termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra.

¹⁰ Destacamos que, dentre os conceitos elucidados nesse parágrafo, o conceito de sistema-mundo moderno, mesmo compondo uma ideia fundamental para o pensamento decolonial, será apresentado e discutido no segundo capítulo da presente pesquisa. Isso, deve-se ao fato de que sua utilização se realiza anteriormente ao aprofundamento decolonial presente na obra de Porto-Gonçalves. Assim, afirmamos que o pensamento decolonial de Porto-Gonçalves direciona-se para uma sistematização mais concreta num momento seguinte à publicação das três obras que compõem a análise do segundo capítulo.

Assim, será esse segundo entendimento que nos interessará. Observar sua história se faz necessário. Para isso, remontaremos à década de 1970, onde temos na porção sul asiática a formação do Grupo de Estudos Subalternos. Sob a liderança de Ranajit Guha (1922-), as aspirações desse grupo assemelham-se às do atual pensamento decolonial. Guha, sob influência do marxismo indiano, junto à demais autores, preocupava-se em analisar a historiografia colonial indiana e a forma como o eurocentrismo ramificava-se na própria Índia e sobre seus autores (BALLESTRIN, 2013).

Ao longo da década de 1980, outros autores indianos associados aos estudos subalternos, tornam-se mais conhecidos, tais como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakravorty Spivak. Tanto autores da década de 1970, quanto esses mencionados, da década de 1980, trarão nova dimensão ao uso do pensamento pós-colonial, tendo em vista que suas preocupações recaem sobre o modo como as ciências sociais relacionam-se com o entendimento da questão colonial e o que isso representa para as próprias ciências.

Desse modo, para tais autores, o colonialismo não é “apenas” uma questão associada a assuntos políticos e econômicos – como preocupa-se o primeiro entendimento do termo pós-colonialismo, apontado nos parágrafos acima –, mas sim, o modo como as sociedades dos países colonizados se veem e produzem sua própria ciência. Ou seja, tais estudos colocam os cientistas dos países colonizados como produtores de ciência, e não meros reprodutores da ciência eurocêntrica (BALLESTRIN, 2013).

A inserção da América Latina, de fato, nos estudos pós-coloniais, aparece na década de 1990, com a fundação do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Contudo, existem diferenças entre os grupos subalternos sul-asiáticos e os latino-americanos que merecem atenção. Um dos expoentes do grupo latino-americano é o já citado Walter Mignolo. Conforme Ballestrin (2013, p.95-96),

Mignolo denuncia o “imperialismo” dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizaram uma ruptura adequada com autores eurocêntricos (MIGNOLO, 1998). Para ele, o grupo dos latinos subalternos não deveria se espelhar na resposta indiana ao colonialismo, já que a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ela própria oculta no debate. A história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Além disso, os latino-americanos

migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense – ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas.

Mignolo e demais autores que concordavam com a ideia de que os estudos subalternos sul-asiáticos não rompiam com o pensamento eurocêntrico de fato – principalmente pela forma como os autores europeus subsidiavam suas ideias, tais como Gramsci, Foucault e Derrida, em detrimento de um pensamento latino-americano original – criaram, em 1998 o Grupo Modernidade/Colonialidade, separando-se, portanto, do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos que, na visão daqueles, possuíam afinidades teóricas com os sul-asiáticos. Sobre tal questão, Quental (2012, p.47-48) aponta que:

A corrente teórica do *pensamiento decolonial* aproxima-se da perspectiva do pós-colonialismo, mas diferencia-se deste campo, entre outros aspectos, justamente por se configurar como teoria elaborada a partir de outro lócus de enunciação: a América Latina, um espaço-tempo constituído a partir de experiências históricas forjadas no colonialismo dos séculos XVI ao XIX e capitaneados por Espanha e Portugal. No pós-colonialismo, as referências são tributárias da experiência colonial na Ásia e África, entre os séculos XVIII e XX, e comandados por Inglaterra, França e Alemanha.

O Grupo Modernidade/Colonialidade consolida-se posteriormente por realizar diversos encontros e publicações aos quais, cada vez mais, diversos autores foram agregando-se ao longo do tempo. Obviamente, tais autores possuíam linhas de pensamento/pesquisa anteriores à formação do Grupo, fato que não foi desprezado nessa nova empreitada acadêmica.

Reproduzimos, a seguir, o quadro apresentado por Ballestrin (2013, p.99), no qual destacam-se os principais autores do Grupo Modernidade/Colonialidade, bem como suas áreas de atuação, nacionalidades e universidades em que lecionam:

Perfil dos membros do Grupo Modernidade/Colonialidade

integrante	área	nacionalidade	universidade onde leciona
Aníbal Quijano	sociologia	peruana	Universidad Nacional de San Marcos, Peru
Enrique Dussel	filosofia	argentina	Universidad Nacional Autónoma de México
Walter Dignolo	semiótica	argentina	Duke University, EUA
Immanuel Wallerstein	sociologia	estadounidense	Yale University, EUA
Santiago Castro-Gómez	filosofia	colombiana	Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia
Nelson Maldonado-Torres	filosofia	porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Ramón Grosfoguel	sociologia	porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Edgardo Lander	sociologia	venezuelana	Universidad Central de Venezuela
Arthuro Escobar	antropologia	colombiana	University of North Carolina, EUA
Fernando Coronil*	antropologia	venezuelana	University of New York, EUA
Catherine Walsh	linguística	estadounidense	Universidad Andina Simón Bolívar, Equador
Boaventura Santos	direito	portuguesa	Universidade de Coimbra, Portugal
Zulma Palermo	semiótica	argentina	Universidad Nacional de Salta, Argentina

*Falecido em 2011.

Fonte: Ballestrin (2013).

Nota-se, de forma evidente, que determinados autores apresentados no quadro acima são amplamente utilizados por Porto-Gonçalves, conforme afirmamos anteriormente. Tendo em vista o percurso do caminho do pensamento decolonial feito até aqui, nos direcionaremos para uma discussão de alguns de seus principais conceitos estruturantes, bem como a forma que Porto-Gonçalves faz uso deles para tecer suas ideias sobre a questão ambiental dentro de sua Geografia.

1.5 – Decolonialidade: conceitos e questão socioambiental

Um conceito amplamente utilizado por Porto-Gonçalves, que discutiremos a seguir, é o de “colonialidade do poder”. Para melhor compreender o significado de tal conceito, faremos uso das ideias de Ballestrin (2013, p.99-100):

A colonialidade do poder é um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989, e amplamente utilizado pelo grupo [Modernidade/Colonialidade]. Ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo. O conceito possui uma dupla pretensão. Por um lado, denuncia “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações

coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial”. Por outro, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade.

A partir do desenvolvimento desse conceito, a discussão sobre o significado de modernidade e colonialidade, na realidade latino-americana, desdobram-se através de muitas discussões cabíveis ao interesse da vertente decolonial. Nesse contexto, observemos o que nos traz Porto-Gonçalves. No sexto capítulo de *Encrucijada latino-americana em Bolívia: el conflicto y sus implicaciones civilizatorias* (2013), conforme apresentado anteriormente, temos uma discussão sobre as implantações do IIRSA, bem como do Projeto Mesoamérica. Um significado imperante e inerente desses projetos, associado ao pensamento decolonial, aponta as fragilidades existentes na América Latina desde o período de independência política de seus Estados. Conforme avançam os interesses externos sobre esse território e sobre suas populações, vemos o quanto ainda existem submissões políticas às vontades externas. Nesse sentido, Porto-Gonçalves e Betancourt (2013, p.36) apresentam que:

Estamos asistiendo a la actualización de otro histórica tensión que nos es constitutiva desde los momentos de las luchas independentistas em los de los años 1800, con el interamericanismo de James Monroe – “América para los americanos” -, de otro lado, y la Patria Grande, de Simón Bolívar, de otro. Sin embargo, esta no es la única tensión que nos constituye desde entonces y que también nos hasta hoy, como la que se hizo/se hace encunto colonialismo interno (GONZÁLEZ CASANOVA) y colonialidad del poder que sobrevivió al final del colonialismo (QUIJANO), tensión que es menos trabajada por la elite criolla y sus intelectuales. Sabemos como las elites criollas se verán amenazadas por el haitianismo y como vorazmente avanzaran sobre las áreas de depósitos minerales y sobre las tierras comunitarias indígenas para destinar las a los mercados que en la época también se abrían con el progreso de la Revolución (em las relaciones sociales y de poder) industrial. Progresismo, heaquí la ideología que los une.

Através do excerto, percebemos, obviamente, que o conceito de colonialidade do poder não é o eixo central da discussão. Contudo, seu uso não é aleatório. Ou seja, usar um conceito determinado exprime um modo de pensar dos autores que, por sua vez, exprime suas afinidades teóricas junto ao pensamento decolonial.

Ao longo do primeiro capítulo, na discussão da terceira subseção de *Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo em la Amazonia* (2015) é apontada a

conexão entre colonialidade, modernidade e constituição do capitalismo. Tal conexão é imensamente relevante na proposta decolonial e, por isso, a discutiremos mais adiante.

Voltando-se ao conceito de colonialidade do poder, temos na obra supracitada uma discussão sobre capitalismo, na qual, num excerto de Quijano, fica claro que todas as formas de trabalho associadas ao capitalismo, existentes há quinhentos anos – portanto, coincidindo com o período de exploração colonial europeu – trazem consigo uma ideia de que esse sistema econômico não emerge unicamente na Europa para, num momento posterior, espalhar-se pelo mundo. Sobre isso, Porto-Gonçalves, Betancourt e Hurtado (2015, p.14) comentam:

La osadía de esta apuesta teórico-política no acaba ahí, pues es preciso considerar que esta heterogeneidad articuladora de la colonialidad del poder a escala mundial no se reduce solamente a las diferentes formas del trabajo y a las formas de clasificación social “racial” y “étnica” de poblaciones (y territorios). Ella incluye otros ámbitos, que se construyen como funcionales a esta producción/reproducción de la colonialidad del poder, como “la autoridad, el sexo, la subjetividad”, presentes en las formas institucionales llamadas de modernas: el “Estado-nación”, “la familia burguesa”, y la “racionalidad moderna”.

Vemos, assim, como o conceito de colonialidade do poder traz consigo um caráter relevante do entendimento da situação latino-americana por parte dos autores. Coloca-se que o poder e as influências da colonialidade permanece ao longo do tempo, mesmo após o processo de independência política dos Estados latino-americanos.

Verificando nossa última obra analisada, ela também não deixa de apresentar em seu texto o mesmo conceito. O primeiro capítulo da obra *Amazônia: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso* (2017) elucida isso. Ao discutir a visão que a região amazônica possui pelos “de fora”, Porto-Gonçalves reúne uma gama de perspectivas para realizar uma leitura holística, que aponta como a natureza é vista inserida numa racionalidade puramente econômica-capitalista.

Eis um ponto bastante característico de sua abordagem sobre a questão ambiental. São levados em consideração muitos fatores baseados numa interpretação que procura integrar sociedade e natureza, indo ao encontro da proposta de novas racionalidades¹¹ que integram essa dicotomia marcante da ciência moderna.

¹¹ Essa questão será discutida no capítulo seguinte.

A visão decolonial nas obras de Porto-Gonçalves traz uma amarração teórica extremamente forte com a questão socioambiental, pois o autor, de modo recorrente, sempre faz uso de métodos que contribuem para expor os resultados negativos que a realidade apresenta, tendo em vista a “aceitação generalizada” da visão dicotômica entre sociedade e natureza. Assim, não é à toa que Porto-Gonçalves (2017, p.18) virá a afirmar: “Já estamos devidamente preparados para aceitar essa disposição dos entes como se fora natural. Eis a colonialidade do saber e do poder”.

Quanto à crítica à modernidade – e à ciência moderna – temos evidenciado um elemento fundamental da visão decolonial (QUIJANO, 2005). Por consequência, tal crítica está muito presente nas obras analisadas. Observemos o que Porto-Gonçalves, Betancourt e Hurtado (2015, p.11) dizem a respeito da formação do pensamento moderno:

Existe una tendencia de entender la modernidad como un fenómeno típico, esto es, originado y culminado en Europa especialmente occidental. Según este relato la modernidad es un proceso marcado por cuatro movimientos: el renacimiento, la reforma, la ilustración y la revolución francesa, todos ocurridos en las fronteras europeas. Para este relato, parte de los problemas de los Estados-nación en América Latina, se basan en el hecho de no haber vivido la modernidad, o haberla vivido de manera incompleta o deficiente. Visión que también ha colonizado las mentes de muchos intelectuales latino americanos, lo que Quijano (1992) llamó colonialidad del saber.

Contudo, a visão decolonial vai além da proposta acima. Afirma-se, também, que a modernidade é constituída num contexto muito além do europeu, sendo, fundamentalmente, baseada no colonialismo e na colonialidade latino-americana. Para compreender esse processo, devemos tomar como base o período da colonização na América, que se inicia entre os séculos XVI e XVII. Esse período é um divisor de águas, pois antes dele tínhamos circuitos comerciais que se estabeleciam entre Europa, Ásia e África, que não compunham uma interdependência entre eles para caracterizarmos um circuito mundial.

Será a partir do início do processo de colonização que teremos o estabelecimento de rotas direcionadas à América, somadas ao processo de centralização da Europa no comércio mundial. As potências desse continente, por sua vez, privilegiando-se do enriquecimento derivado de suas colônias americanas, exercerão maior influência e

interdependência sobre as antigas rotas comerciais, caracterizando, portanto, o início de uma escala mundial na qual a Europa torna-se protagonista (MIGNOLO, 2005).

Desse modo, uma conexão mais nítida irá se apresentar ao mundo, movida pelo comércio, ou seja, por um capitalismo incipiente que, paulatinamente, irá permear os demais continentes. Reiteramos que o papel da América, nesse contexto apresentado, não será de mera coadjuvante, mas de pilar central para o sucesso do capitalismo, associado ao acúmulo de riquezas das potências europeias (MIGNOLO, 2005).

A colonialidade explica, portanto, uma forma distorcida da realidade, como se a Europa fosse detentora de uma posição privilegiada, sem ocultar histórias alheias às de seus povos e nações.

Baseando-se em Dussel, Ballestrin (2013, p.102) apresenta-nos uma sistematização da civilização moderna sobre si e sobre as demais civilizações:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (e, de fato, um desenvolvimento unilinear e a europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite a “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera.

Entre outros aspectos destacáveis nesse contexto, modernidade, colonialismo e capitalismo são, portanto, elementos que constituem a realidade latino-americana há muitos séculos. Tomando como base essa visão de mundo, Porto-Gonçalves traz para

sua obra uma preocupação que abarca tanto sociedade quanto natureza, dentro da crítica decolonial.

Com relação às obras apresentadas nesse capítulo, a questão central gira em torno da Amazônia, de seus povos e de suas territorialidades. Não é possível, dentro de sua obra, perceber esses elementos da realidade separadamente. Para compreender a forma como se procura evidenciar os problemas enfrentados por populações tradicionais e pelos ecossistemas ali existentes, a teoria decolonial lhe garante uma perspectiva teórica suficiente para trazer o tema à tona e discuti-lo criticamente.

Não será à toa que a crítica à modernidade, à colonialidade do poder e ao capitalismo – sustentados por um Estado-moderno – por exemplo, estarão tão presentes. Esses elementos constituintes da realidade são, na visão de Porto-Gonçalves – a partir de sua perspectiva decolonial – os grandes arquitetos da destruição ambiental e do massacre dos povos tradicionais que vivem na Amazônia, pois apresentam uma racionalidade hegemônica própria que se sobrepõe à racionalidade de povos tradicionais ali existentes além, evidentemente, dos ecossistemas que compõem a Amazônia, pois esses são vistos como “obstáculos” ao desenvolvimento.

Essa racionalidade hegemônica prevalece graças ao denominado colonialismo interno, que se trata de outro conceito também trabalhado por Porto-Gonçalves, com influência fundamental de Pablo González Casanova. Esse autor destaca que existe uma espécie de pensamento que se consolida sobre uma população, fazendo-a admitir sua posição subalternizada diante de outras nações, tal como no período colonial (Casanova, 2007).

Desse modo, há a “aceitação” de uma posição que não superada mesmo após uma emancipação política do Estado que, contudo, será vantajosa para uma parcela da população do país “descolonizado”. Essa lógica terá, assim, um significado bem definido para a população como um todo do país na qual seu governo e sua elite apresentarem tal postura, pois para esses é que será interessante tal pensamento.

Porto-Gonçalves, Betancourt e Hurtado (2015, p. 15) nos trazem um excerto que ilustra bem o que discutimos:

En América Latina, luego de las guerras de independencia unas elites, que no superaban el 5–10% de la población, se hicieron al control del aparato de poder del Estado–nación, y desde ahí estas elites, impregnadas de una mentalidad moderno–colonial de nación monocultural, progreso y desarrollo, han venido extendiéndose/invadiendo poblaciones y territorios, con el fin de

construir la tan anhelada soberanía nacional de los recursos y territorios. Esta realidad ha sido definida como “colonialismo interno”.

Podemos, ainda, apontar outro excerto utilizado por Porto-Gonçalves (2017, p.91), no qual o conceito também é utilizado: “A modernidade-colonial do Estado reproduz o ‘colonialismo interno’ por sua aliança com as grandes empresas da construção civil, do agrobusiness, petroleiras, mineradoras e economia verde”, fato esse que gera diversas consequências diretas como o enfraquecimento das legislações ambientais, a protelação de reformas agrárias e restrições imorais contra a população local, entre outras.

A utilização dos conceitos discutidos até aqui por Porto-Gonçalves permeia sua lógica de explanação. É através do discurso decolonial – e, obviamente, não só através dele – que o autor constrói argumentos para mostrar como a relação sociedade-natureza se realiza através de uma lógica bem definida, na Amazônia. Essa lógica engloba uma racionalidade econômica baseada num processo histórico colonizador, sobre uma lógica territorial própria – a do Estado-moderno – sob a égide do capitalismo.

Essa gama de fatores legitima, dentro de sua própria lógica, a destruição de ecossistemas e territórios de povos tradicionais, pois ela não possui uma “visão do outro”, mas uma “visão de si sobre o outro”. Desse modo, a natureza é um mero recurso, e as comunidades tradicionais, meros impedimentos que podem ser realocados, como se o significado territorial fosse o mesmo para todos os povos. Na lógica do capital, a apropriação do território é igual em todas as partes, pois o território é visto sempre como mercadoria – perspectiva essa que não é idêntica à dos povos tradicionais.

1.6 – Territorialidades: lutas na Amazônia

Ouçamos, pois, o que nos dizem seus povos em luta pela vida, pela dignidade e pelo território; que estão nos oferecendo um outro léxico teórico-político onde o estado não seja somente nacional, mas plurinacional; que se reconheça que, dentro de um mesmo território de um estado, habitam múltiplas territorialidades; onde, mas que a luta pela terra, que se lute pela terra como territórios; não mais alternativa de desenvolvimento, mas alternativa ao desenvolvimento; onde se busca a vida em plenitude ou sumakkawsay ou suma qamaña; onde a natureza seja portadora de direitos, como consagra as novas Cartas Magnas da Bolívia e do Equador (PORTO-GONÇALVES, 2017a, p. 105).

Tendo em vista a estruturação dos trabalhos analisados, no presente capítulo, de Porto-Gonçalves, temos, associada ao pensamento decolonial, a questão das territorialidades. Esse conceito, por sua vez associado ao conceito de território¹², integra-se à discussão dos povos tradicionais da Amazônia, visando a uma discussão sobre as disputas territoriais de lógicas antagônicas inseridas nessa região, compondo um contexto de conflitos intensos, como nos mostra o excerto destacado acima.

Assim, tendo em vista a importância que o conceito apresenta frente às leituras de Porto-Gonçalves, vemos como relevante uma breve discussão que esclareça tal ponto, uma vez que a utilização do conceito não é realizada de modo aleatório, mas assim como todos os conceitos utilizados pelo autor, o de territorialidade traz consigo uma gama contextual que expressa uma lógica precisa dentro de uma abordagem geográfica, preocupada com a questão ambiental e social.

Nas três obras que compõem nossa análise do presente capítulo, todas colocam como locus a região da Amazônia. Englobam-se, portanto, territórios nacionais e territorialidades múltiplas, sendo que as últimas nem sempre coincidem com as primeiras. Ou seja, o estabelecimento de territórios nacionais – Estado nacional – não apresenta o mesmo significado para os povos tradicionais, frente às suas territorialidades, afinal, tratamos de povos que vivem nessa região há muito mais tempo do estabelecimento do Estado moderno, forjado na Europa.

Vemos, de início, que as territorialidades podem corresponder à uma ausência de territórios reconhecidos por outrem (HAESBAERT, 2015). Ou seja, o respeito às territorialidades pode não corresponder às expectativas e anseios dos povos cujas territorialidades são negligenciadas (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Em suas obras, Porto-Gonçalves traz à tona a questão das disputas territoriais envolvendo projetos que avançam sobre a Amazônia. Ele destaca, nesse sentido, que a territorialidade desencadeia um processo de territorialização e também de desterritorialização. A territorialidade ocorre em diversos âmbitos e possui um sentido amplo que se liga com a cotidianidade da sociedade, como nos traz Saquet (2015, p.86):

A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais,

¹² Não discutiremos o conceito de território na presente pesquisa. Não para nos esquivar da discussão, mas porque percebemos, através das leituras realizadas, que a questão das territorialidades exprime um significado mais relevante frente às pretensões de Porto-Gonçalves no que tange suas aspirações de expor críticas ao caráter colonial do sistema-mundo em que vivemos.

indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, *do e no* espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida.

As territorialidades são, assim, representações que exprimem o uso de seus territórios. Contudo, existem lutas pela sobreposição de umas territorialidades sobre outras (ALMEIDA, 2015). Conforme vemos em Porto-Gonçalves, Betancourt e Hurtado (2015), os Estados-nacionais sobre a Amazônia realizam uma adequação a favor dos interesses externos, permitindo um fluxo de capitais que se baseie na tensão territorial em favor de uma reprimarização da economia latino-americana, caracterizando um descompromisso com seus próprios povos. Vemos aqui uma crítica construída claramente pelo viés decolonial a favor dos povos tradicionais que residem na Amazônia, somado à preservação dos ecossistemas existentes nessa região. Na ótica dos autores, essa confluência articuladora entre sociedade e natureza, através de uma ótica decolonial, é marcante sobre tal território.

Sobre expressar o descompromisso do Estado-nação, Porto-Gonçalves; Betancourt e Hurtado (2015, p.20) apontam:

[...]los Estados-nación de América Latina se caracterizan en sus políticas públicas de desarrollo por desconocerlas territorialidades y sus formas de vida preexistentes, quienes no ven sus intereses reflejados en el diseño de las políticas públicas de desarrollo que se diseñan e implementan con un marcado carácter vertical. Esta verticalidade colonial es más fuerte aún en la forma de pensar e implementar políticas públicas de desarrollo em territorios considerados fronterizos, marginales, en regiones consideradas como “vacíos demográficos”, “subdesarrolladas”, o con “poblaciones atrasadas”.

A territorialidade perfaz, assim (*ibidem*, p.16), uma “forma de viver/sentir/pensar el espacio” que não se constrói repentinamente. Os povos tradicionais latino-americanos são um exemplo evidente disso. Sua fixação nesses territórios remonta a séculos atrás. Contudo, a violência repentina da lógica territorialista europeia desmancha esse conjunto de significados materializados a favor de uma lógica totalmente externa à Amazônia.

Desse modo, vemos de forma evidente que o conjunto de valores atribuídos ao Estado-moderno, de origem europeia, cria uma condição de estamentos entre os povos. Temos os mais “avançados”, representados pelos próprios europeus, por exemplo, e os demais, representados pelos povos que não agem de forma idêntica às práticas europeias no que diz respeito à concepções econômicas, científicas e religiosas, dentre outras.

A questão da territorialidade exprime, assim, como se conformam as relações sociais, políticas, econômicas, culturais de grupos ou de indivíduos. Correspondem, portanto, às formas como os seres humanos relacionam-se com seu meio e resultam de processos de produção dos territórios, englobando, desse modo, seus conflitos e sua organização cotidiana (SAQUET E BRISKIEVICZ, 2009).

Sobre tal pensamento, Haesbaert e Limonad (2007) afirmam que:

Se o território é uma construção histórica, sem esquecer que dele fazem parte diferentes formas de apropriação e domínio da natureza, as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial.

Porto-Gonçalves (2017, p.11) afirma que temos “registros de ocupação humana na Amazônia há mais de 17 mil anos do presente, como na Formação Cultural Chiribiquete, na Amazônia da atual Colômbia”. Dessa forma, as territorialidades ali existentes são extremamente mais antigas que as territorialidades impostas pelo modelo europeu, que se percebe como a mais moderna. Esclarecemos, assim, que tal choque de territorialidades não resulta de meros contratempos, mas sim de uma relevante desconsideração desse histórico regional.

Além disso, como apresentamos anteriormente, essa imposição da territorialidade moderna europeia incide brutalmente sobre os ecossistemas amazônicos. Isso significa que tais ecossistemas são dados como uma barreira ao progresso e ao desenvolvimento. Toda a problemática exposta nas obras de Porto-Gonçalves revelam uma enorme preocupação com esse aspecto. Dessa forma, a questão social e a questão natural perfazem um par indissociável no que tange ao direcionamento das preocupações, análises e denúncias do autor.

Essa é sua forma de expressão, a que une aspectos sociais e naturais, mostrando verdadeiramente sua dependência mútua para sobrevivência. Tal perspectiva não obtém sucesso quando a perspectiva derivada de uma racionalidade puramente econômica se impõem como “a verdadeira”. As demais perspectivas são jogadas num nível inferior

(como se existisse alguma possibilidade de tal comparação ser concretizada como uma verdade absoluta, elaborada por alguém) e transformadas em obstáculos. Daí a construção do pensamento de Porto-Gonçalves para obter no pensamento decolonial um de seus subsídios de entendimento.

1.7 – A questão socioambiental entre a decolonialidade e a territorialidade

Nesse primeiro capítulo, observamos e apontamos como se apresentam as obras de Porto-Gonçalves, publicadas na década de 2010. É a parte mais recente de sua obra, portanto, e vale apontar que estamos com a “soma” de todas as suas alterações metodológicas e epistemológicas desde a publicação de sua primeira obra publicada em 1984, a ser analisada e discutida no terceiro capítulo da presente pesquisa.

A partir do exposto, sugerimos que a questão socioambiental, incluída nessas três obras analisadas, alavanca-se por meio de dois componentes que estruturam as ideias do autor (e autores, nos caso de duas das obras apresentadas), sendo eles: a teoria decolonial e o conceito de territorialidade.

Ambos os componentes que destacamos se entrelaçam para formar uma interpretação geográfica dos assuntos discutidos acerca da Amazônia. Assim, temos uma Geografia decolonial que discute a questão das territorialidades para compreender a questão socioambiental e dados locais específicos, num espaço geográfico determinado. Contudo, não se restringe somente a um recorte da Amazônia, mas ao bioma tomado como uma totalidade, que ora se circunscreve em território boliviano, ora em território brasileiro, ora em outros pontos. Ou seja, dependendo da obra em evidência, teremos um recorte determinado.

Assim, a questão socioambiental, vista como um conceito de conexão inexorável entre natureza e sociedade, é tomada por uma perspectiva que leva em consideração toda a evolução histórica da região analisada, apontando-se que o fator histórico de dominação europeu constitui um ponto que não deve ser renegado para se compreender como se dão as infinitas relações socioespaciais desse local. Eis a teoria decolonial conformando a leitura da compreensão socioambiental inserida na Geografia construída pelo autor.

Ao mesmo tempo, essa teoria lança um projeto intrínseco a sua essência, que é a imposição de uma organização territorial. Mas como discutido, é uma organização determinada por interesses exógenos – os interesses europeus. Tais interesses, que se

conformam desde os tempos mais remotos da colonização da América Latina, formam um cenário extremamente conflituoso: o embate de diferentes territorialidades.

Como já discutimos, as territorialidades em si refletem-se no espaço geográfico, compõem uma forma da espécie humana se relacionar entre seus pares e com seu entorno. Nota-se que o autor procura evidenciar que as populações locais, tanto as indígenas – pretéritas e atuais – e determinadas populações tradicionais – que se agregaram ao espaço geográfico ao longo do tempo – procuram estabelecer uma territorialidade que diverge daquela imposta pela colonização europeia. Em suma, cada territorialidade estabelece uma relação entre sociedade e meio ambiente de forma única, mas a que deseja impor-se – e o faz – sobre as demais é a de caráter colonizador.

A territorialidade europeizante, conformada pelo processo de colonização, traz consigo elementos da realidade de povos que conjugam sua própria realidade: a supremacia da etnia branca, machista, cristã e conformada pelo Estado-moderno sob a economia capitalista. Sobretudo por esse último elemento que a compõem, essa territorialidade imposta irá se refletir no espaço geográfico, tratando os elementos que o compõem – seres humanos, fauna, flora, corpos de água, minérios etc. – como objetos ou mercadorias potencialmente lucrativas.

Com isso, as relações que ocorrem num cenário com essa lógica territorial – ou seja, na América Latina como um todo – serão únicas e trarão resultados únicos ao longo do tempo. Tais resultados compõem diversas informações apresentadas e discutidas por Porto-Gonçalves e demais coautores das obras analisadas.

As territorialidades indígenas e dos demais povos tradicionais mencionados estabelecem outras relações com o meio. A título de exemplo, podemos citar a obtenção de recursos de sobrevivência – obtenção de alimentos, água e moradia. Em contraposição à lógica colonizadora capitalista, na qual o acúmulo pode ser dado como um meio de obtenção de lucro – tendo em vista o potencial de capital que isso representa – os povos tradicionais não se direcionam para a obtenção de acúmulo de modo desenfreado. A caça, a coleta e a obtenção de outros recursos, por exemplo, devem obedecer à disponibilidade e equilíbrio do local onde tais recursos estão inseridos. Não podemos obter látex indefinidamente, é preciso esperar o tempo necessário para a seringueira recuperar-se e estar pronta novamente para a extração. Não é o tempo do capital que interessa, aqui. Se assim o fosse, tanto para extração de látex como para demais produtos, teríamos outra Amazônia, com outras relações sociais em voga e uma nova configuração da questão socioambiental. A partir disso, vemos

também como a questão da temporalidade constitui outro elemento que distingue as diferentes territorialidades em questão. A temporalidade do capital apresenta-se extremamente acelerada, tendo em vista sua necessidade de reprodução. Assim, tal reprodução procura determinar ritmos independentemente de onde se aplica o capital. Como podemos observar, a questão espaço-tempo apresenta-se como subsídio à compreensão dos conflitos de territorialidades.

Podemos apontar, portanto, que essa interpretação do autor traz uma perspectiva crítica à Geografia e à forma como essa ciência discute a questão socioambiental. Ela desafia a sociedade a olhar para si e observar a que lógica estamos servindo e quais são suas consequências. Ela coloca em xeque o modo como a maior parte da população mundial se organiza, pois, de uma forma ou de outra, ou se contribui para a permanência da lógica eurocêntrica de caráter capitalista ou se combate contra ela.

Desse modo, uma das grandes mensagens que a Geografia de Porto-Gonçalves apresenta, nesse ponto, atesta que outras territorialidades, além da eurocêntrica, devem ser respeitadas e, obviamente, levadas em consideração nesse contexto mundial em que vivemos, onde a questão socioambiental é menosprezada pelo grande capital.

A natureza, tal como é projetada pela perspectiva eurocêntrica e fragmentadora que discutimos, é um elemento da realidade apartado do ser humano, distante da realidade urbana onde se concentra a maior parte da população mundial, na atualidade. No caso brasileiro, isso também é realidade.

Os grandes centros urbanos brasileiros, tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, apresentam-se como grandes centros consumidores nos quais as discussões socioambientais parecem extremamente distantes do cotidiano da sociedade, de modo geral. Talvez não seja exagerado apontar aqui uma analogia com a astronomia, onde podemos citar as grandes cidades como buracos-negros: elas sugam tudo o que está ao seu redor – recursos naturais, trabalho humano etc., sem que nada escape a sua força e sem que nada seja devolvido de onde foi retirado. Vemos seres humanos e natureza separados, na prática. Diversas possibilidades existem para que uma ampla conscientização sobre a questão socioambiental se estabeleça, sobretudo nos grandes centros urbanos, onde a velocidade de reprodução do capital é acelerada e podemos afirmar, de fato, que trazer à tona essa discussão é, também, papel da Geografia, como na Geografia socioambiental de Porto-Gonçalves.

No contexto das obras discutidas neste primeiro capítulo, de certo, muito já aconteceu. O espaço geográfico discutido nas obras expostas aqui já não é mais o

mesmo. O conjunto de elementos que constitui o eurocentrismo colonizador permeia ferozmente a América Latina. As ciências humanas devem se portar adequadamente ao seu enfrentamento. Decerto, a decolonialidade inserida no debate geográfico para fomentar a questão socioambiental torna-se um elemento relevante, tendo em vista as investidas conservadoras que se propagam na América Latina ao final da década de 2010.

Capítulo 2 – A questão socioambiental em escala global e a perspectiva geográfica

No presente capítulo, abordaremos outras três obras de Porto-Gonçalves: *O desafio ambiental*; *A nova (des)ordem mundial* e *A natureza da globalização e a globalização da natureza*. Agora, no entanto, temos obras que foram publicadas ao longo da década de 2000. Nelas, a questão ambiental, obviamente, também se apresenta como um pilar central para o entendimento de suas ideias. Ao mesmo tempo, a escala global de análise prevalece, diferenciando consideravelmente essas três obras das apresentadas no capítulo anterior. Destacamos que as diferenças entre as obras que compõem esse capítulo e as demais não se resumem a esse aspecto. Contudo, é relevante a forma como a escala global se destaca.

A partir disso, e como estruturado no capítulo anterior, apresentaremos uma análise de cada uma das três obras, de modo a embasar nossa perspectiva de análise sobre a questão socioambiental presente nas ideias do autor. Após tais análises, dissertaremos sobre os temas e autores que tecem o pensamento de Porto-Gonçalves e contribuem para a formação do desenvolvimento da questão socioambiental em sua obra.

2.1 – O desafio ambiental

Nossa primeira obra a ser analisada denomina-se *O desafio ambiental*. Publicada em 2004 pela Editora Record, ela abarca temas de escala global da questão ambiental. Seus vinte e três capítulos agrupam-se em duas partes: a primeira parte – composta pelos nove primeiros capítulos – denomina-se *A natureza da globalização e a globalização da natureza*. A segunda parte denomina-se *O homem*, com treze capítulos.

No primeiro capítulo – denominado *Globalização, que imagem é essa? A Terra é um globo – a força da (imagem) globalização* – o texto inicia com comentários sobre o pouso do homem na lua. O autor nos traz a força que a imagem desse evento tem sobre nossas vidas, no período atual, pois se aborda a visão da Terra do espaço. Ao refletirmos sobre essa visão, vemos o quão artificial é nossa realidade global pois, visto do espaço, nosso planeta não apresenta as fronteiras entre países - temos somente as fronteiras da natureza.

A partir da visão construída por nós, seres humanos, de um planeta dividido, fragmentado, e não de um planeta uno, como de fato é, o autor aponta que conceitos como o de globalização, mundialização ou planetarização contribuem para construirmos um novo significado de pertencimento no qual a vida não se define somente num país, temos a emergência de um novo significado de pertencimento.

Assim, a recusa de uma escala local e a busca por uma escala global tornam-se intencionais. Porto-Gonçalves destaca que precisamos perceber quais são os protagonistas que querem fazer essa ideia do prevaletimento da escala global alavancar, pois, de certo, há intenções pra que isso ocorra. Desse modo, o autor (2004a, p. 14-15) nos traz que:

A sobrevalorização da escala global atinge seu auge por intermédio da afirmação daqueles que se afirmaram por meio dessa escala global: as grandes corporações transnacionais, as organizações multilaterais – o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, as organizações não-governamentais, todas instituições (e os sujeitos e grupos que as mantêm) que se afirmam deslocando o papel dos estados nacionais (e os sujeitos e grupos que os sustentam).

Temos, assim, a ideia posta de um mundo integrado. Tal ideia, como nos aponta o autor (2004a, p.15) remete-se ao denominado “Renascimento e a instauração do sistema-mundo moderno-colonial”. Essa ideia e esse conceito serão fundamentais para compreendermos a perspectiva que Porto-Gonçalves nos traz em seu entendimento de mundo. Nesse entendimento, os atores supracitados no excerto deslocam o poder dos Estados Nacionais, trazendo um novo significado para a questão do poder político-econômico que irá prevalecer ao longo da segunda metade do século XX. Caracteriza-se assim, por uma globalização não neutra.

Sob essa perspectiva, o capitalismo e suas mazelas veladas globo afora, são apontados como um sistema que se reveste de uma missão civilizatória: a burguesia cumpre sua missão ao “massacrar” os povos “atrasados”. As palavras entre aspas, na frase anterior, não estão assim escritas à toa. Existe realmente um massacre, uma imposição de determinados povos sobre outros. Isso se dá, entre outros motivos, porque aqueles que oprimem se julgam mais avançados numa métrica criada por eles mesmos. Tal ideia já era fortemente endossada pelas grandes corporações já em 1968, quando

empresas como a IBM bradavam discursos de “abaixo as fronteiras”, fortalecendo a ideia de globalização (PORTO-GONÇALVES, 2004a).

A seguir, Porto Gonçalves irá citar um autor de grande relevância para sua obra: Enrique Leff. Apoiando-se em suas ideias, Porto-Gonçalves (2004a, p.17) afirma que “há que se buscar outras racionalidades! Enrique Leff propõe uma racionalidade ambiental”. Essa racionalidade proposta vai de encontro aos modos alternativos de pensarmos a realidade tal como ela é, sob o comando do capital neoliberal.

A preocupação do autor não é para menos. O “abaixo as fronteiras”, que corresponde a uma espécie de rejeição da dinâmica da natureza, trata-se de uma premissa para ações globalizantes como as almejadas pela Organização Mundial do Comércio, o que se ajusta automaticamente a uma conduta neoliberal. Daí Porto-Gonçalves (2004a, p.17) afirmar: “Assim, a globalização neoliberal seria natural. A globalização da natureza e a natureza da globalização se encontram”.

A partir do exposto, temos que o desafio ambiental será apropriado por aqueles que controlam a globalização e o período neoliberal atual através de uma perspectiva econômico-financeira. Sob essa estratégia, a culpabilidade dos problemas ambientais é compartilhada, como se todos fossem culpados do mesmo modo – países ricos e países pobres – caracterizando a sociedade que temos hoje, uma sociedade de risco. Nessa sociedade são lançadas armadilhas que nos convidam à qualidade de vida e à existência de um desenvolvimento sustentável. Coloca-se na vitrine global que hábitos particulares contribuem para a questão ambiental. Contudo, tais medidas são extremamente rasas frente à magnitude das empresas e suas territorializações, tanto para produção quanto para o consumo de seus produtos.

Aponta-se que vivemos um momento de bifurcação histórica e que, independentemente do caminho a ser percorrido, é preciso levar em consideração a dimensão ambiental para superar as crises diversas que virão caso a negligência com nosso planeta e os recursos que nele existem sejam desconsiderados.

O segundo capítulo tem, em seu título, uma indagação: *Como se configura a nova fase da pilhagem da natureza (e do trabalho) em face da globalização neoliberal?* Para começar a responder tal questão, estabelece-se como é a dinâmica atual da sociedade capitalista. Temos, de saída, que essa se mostra insustentável ambiental e politicamente. Além disso, o fluxo de matérias-primas e energia flui no sentido moderno-colonial, ou seja, temos uma indicação de ideias decoloniais do autor que,

contudo, não são tão fortemente discutidas como nas obras sobre as quais discorreremos no capítulo anterior. Aqui, a grande influência, sob esse aspecto, será Wallerstein.

Procurando desenvolver suas ideias para busca de respostas, Porto-Gonçalves traz uma descrição do período pós Segunda Guerra Mundial, quando desponta o período denominado imperialista, de caráter fossilista. Ou seja, a lógica colonial prevalente se perfaz pela influência das grades potências que obtêm suas matérias-primas por meio da exploração exacerbada dos países periféricos na economia mundial. Tal denúncia contra a exploração dos recursos naturais nos é apresentada como pilhagens da natureza.

No embate dessa imposição imperialista emergem os nacionalismos nos países ditos subdesenvolvidos. Na visão do autor, o termo subdesenvolvimento (além de ser indicado pelo prefixo “sub”, ou seja, um modelo aquém, que adjetiva o nível de desenvolvimento de um Estado, algo amplamente criticado pelo autor) forma um modelo de dualidade que não se questiona, pois, como nos aponta Porto-Gonçalves (2004a, p.22), “quando se questiona a desigualdade, o objetivo parece ser a igualdade, e assim permanecemos nos marcos do pensamento eurocêntrico”.

Com isso, Porto-Gonçalves (2014a, p.23) aponta que o período atual “de globalização neoliberal, difere dos outros períodos que o antecederam pela especificidade do desafio ambiental que o acompanha e que, também, o constitui”. Será sob esses traços e pensamentos que será baseado o pensamento e a crítica ao modelo moderno-colonial, denunciado na obra.

Tendo em vista os desafios para sustentar suas economias, os países ricos precisam estabelecer estratégias que garantam seus modelos de economia – como, por exemplo, garantir que a globalização neoliberal será a resposta dada ao mundo. A questão ambiental, contudo, emerge nos anos 1960, quando a visão de pilhagem da natureza começa a ganhar contornos mais severos pois, além da exploração dos países periféricos, temos a manutenção da lógica pretérita, ou seja, o restabelecimento de um modelo persistente: o sistema-mundo moderno-colonial que, conforme nos aponta Porto-Gonçalves, faz a história da globalização remeter-se a 1492.

No terceiro capítulo, temos outras indagações que o intitulam: *Meio ambiente ou desenvolvimento? Meio ambiente e desenvolvimento? Ou para além das dicotomias?* De início, temos a afirmação de que o desafio ambiental se insere no centro das contradições do mundo moderno-colonial.

Essa afirmação baseia-se, entre outras coisas, na visão que se estabelece sobre o conceito de progresso que, modernamente, concebemos como desenvolvimento – que,

por sua vez, tornou-se sinônimo de dominação da natureza em objetos mercantilizados (capacidade de pilhagem e transformação).

Com base nessas ideias, Porto-Gonçalves (2004a, p.24) deixa evidente sua definição de desafio ambiental: “Aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: a ideia de dominação da natureza”.

Para o ambientalismo, existem limites para a dominação da natureza. Para a visão globalizante neoliberal, não. Desse modo, desenvolvimento é o nome-síntese de dominação da natureza. Por conta desse ponto de vista, o autor nos afirma que ambientalistas são acusados de ser contra o progresso e, desse modo, a força de expressão e denúncias ambientais será muito travada.

O desenvolvimento se apresenta como um direito imposto de modo velado, sem que haja uma alternativa para ele. Dessa forma, a ideia de igualdade parece vir alcançada somente via desenvolvimento. Esse, por sua vez, segue um modelo rígido baseado no estilo de vida dos países centrais, tais como os Estados Unidos e grandes potências europeias. A partir disso, Porto-Gonçalves (2014a, p.27) aponta que “O desafio ambiental continua a nos convidar à busca de alternativas *ao* e não *de* desenvolvimento”.

O quarto capítulo intitula-se: *Há limites para a relação das sociedades com a natureza?* Essa questão traz à tona um debate que vem se politizando ao longo do tempo. Ou seja, podemos apontar que diversos atores diferentes apresentam preocupações com relação à questão ambiental. Contudo, nem todos terão as mesmas perspectivas.

Um destaque desse capítulo é a discussão inicial sobre o Clube de Roma, realizado em 1960. Formado por um grupo de empresários – das nações centrais da economia mundial, diga-se de passagem – nele discute-se a demanda por recursos não renováveis. Aqui, observamos um direcionamento preocupante: em meados do século XX, ao invés de se preocuparem com alternativas aos recursos não renováveis, temos uma discussão que se empenha em procurar alternativas para manter os fluxos energéticos do jeito que estão.

O produto final desse encontro é o denominado relatório Meadows, que se encontra discutido e apresentado, em sua totalidade, na obra *Os limites do crescimento*. Nesta obra, temos estipulado o tempo residual de determinados recursos, que atendem a

demandas e ritmos de produção das economias centrais do mundo sob uma ótica malthusiana.

O panorama apresentado por Porto-Gonçalves evidencia que temos um modelo de vida e de produção forjado na Europa desde os séculos XVII e XVIII, que se configura numa sociedade de risco. O ser humano cria um espaço geográfico sobre suas próprias técnicas que, contudo, volta-se contra sua própria sobrevivência. Isso se deve, evidentemente, às opções políticas e econômicas que conduzem à própria realização humana sobre a superfície terrestre.

Observando-se as proposições acima, Porto-Gonçalves aponta sua interpretação sobre os resultados que o século XX nos apresenta. Comenta-se que temos dois resultados concretizados, em termos político-econômicos: o capitalismo monopolista de Estado – de caráter liberal e privatista – e o capitalismo de Estado monopolista – dado como o socialismo real. Em ambas as propostas a questão deveria estar presente pois, na visão ambiental que nos traz o autor, a questão ambiental deveria se sobressair sempre, pois se trata de nossa própria sobrevivência.

Existem, portanto, limites a serem considerados. Isso remete a Porto-Gonçalves (2004, p.30), que indica a questão cerne do desafio ambiental:

Trata-se de um risco para todo o planeta e para toda a humanidade, na exata medida em que tenta submeter o planeta e a humanidade a uma mesma lógica, sobretudo de caráter mercantil, que traz em si mesma o caráter desigual por estar atravessada pela colonialidade do poder.

Fazendo-se um balanço do capítulo, vemos que o autor crítica o ponto de vista malthusiano da proposta elaborada pelo Clube de Roma, apontando que o grande risco está na forma como as potências mundiais e suas grandes empresas guiam o processo produtivo, estimulando um consumo desenfreado. Nesse cenário todo, a culpa recai sobre a população, principalmente a mais pobre.

Obviamente é o estilo de vida proposto para os países ricos que não pode ser reproduzido em todas as partes, pois isso demandaria recursos superiores aos possíveis. Entra-se, assim, na questão mercadológica da coisa. Criam-se os modelos voltados para os ricos, e culpam-se os pobres. Dessa forma, Porto-Gonçalves (2004, p.33) afirma que “o desafio ambiental, vê-se, requer outros valores – solidariedade, generosidade, equidade, liberdade, democracia de alta qualidade”.

Já no início, o quinto capítulo da obra, *Os limites da técnica ou qual o papel da técnica na superação do desafio ambiental contemporâneo?*, apresenta considerações do autor sobre a questão das técnicas. Embasado no discurso de Milton Santos, Porto-Gonçalves afirma que as técnicas são quase sempre vistas como mediadoras entre a sociedade e a natureza, sendo possuidoras de intencionalidades às quais devemos estar atentos para compreender melhor suas finalidades. Vejamos como aponta Santos (2009, p.29):

É por demais sabido que a principal forma e relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.

As técnicas, portanto, possuem uma potencialidade imensa. Seus usos e intencionalidades podem se direcionar para uma gama de possibilidades que se afinam com interesses diversos e, por isso, afirma-se que elas trazem em si as contradições da sociedade. A dominação da natureza é, portanto, uma pauta relevante frente à questão das técnicas. Elas apontam como se dá a relação com a natureza. Mas, indo além, Porto-Gonçalves (2004, p.38) destaca, também, que as técnicas mostram as relações entre os seres humanos: “Para dominar a natureza, como mandam os fundamentos da sociedade moderno-colonial, é preciso que se dominem os homens, sem o que a natureza não pode ser dominada”.

E prossegue (2004, p.39):

É preciso que se construam determinadas condições jurídicas e políticas para que as técnicas de dominação da natureza possam se desenvolver [...] Assim, des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço.

No interior das relações humanas já está inscrita a forma como as pessoas se relacionarão com a natureza, cada sociedade apresentando um modo único de se relacionar com ela. O que ocorre, no entanto, é que a visão moderno-colonial que se impõe sobre os demais modos de vida e valores, encaixando-as numa etapa pré-determinada de um nível de desenvolvimento que obedece a lógica neoliberal dos países ditos desenvolvidos, irá ditar os preceitos básicos do dito desenvolvimento.

A sexta parte – *Quais as implicações para os destinos do planeta e da humanidade da privatização do mundo da ciência e da técnica?* – traz inicialmente uma discussão da história da ciência. Aponta-se que, desde o período iluminista, a ciência ocidental se impõe como visão dominante. Contudo, fala-se hoje da captura da ciência pelo mercado.

Dessa forma, temos evidenciado que existe uma espécie de submissão do conhecimento científico aos anseios do capital. Não temos a definição de ciência elaborada para a emancipação humana. Na esteira da submissão, os Estados também sucumbem às grandes corporações, que globalizam sua produção, suas vendas e padronizam o mundo tal como desejam. Essa formatação faz com que a ciência perca suas características de liberdade e democracia. Dessa forma, Porto-Gonçalves afirma que mudanças são necessárias, tendo em vista que o meio ambiente não deveria ser gerido sob a lógica empresarial, pois essa não traz consigo aspectos democráticos, mas, como o autor observa, é uma lógica que comporta aspirações de lucro, unicamente.

No sétimo capítulo, questiona-se: *Há limites ao mercado do ponto de vista ambiental?* O autor aponta que nosso período é caracterizado pela globalização neoliberal, no qual existe uma crença estabelecida, na vida das pessoas, a respeito das virtudes do mercado. Fora dessa concepção, nada faz sentido além de que algo pode ser comprado e vendido – até mesmo a natureza. Sob esse aspecto, o próprio mercado vai criar métodos para maquiagem os danos que se impõem sobre a natureza, com termos que irão despontar como “desenvolvimento sustentável” e “economia ecológica”, entre outros, que simbolizam políticas que denotam a aplicabilidade do pensamento ambiental dentro dos moldes mercantilistas.

O autor apresenta uma discussão filosófica acerca dos anseios da economia, citando o paradoxo de Midas, da mitologia grega. Ganancioso por riquezas materiais, Midas ganha o dom de transformar em ouro tudo aquilo em que toca. Não podendo mais alimentar-se ou beber água, por transformar tudo em ouro, Midas fenece vagarosamente, até sua morte. O que seria a ganância da humanidade sob o sistema capitalista, senão a ambição de Midas materializada no presente?

Ainda focando no mundo grego, Porto-Gonçalves traz à luz as ideias de Aristóteles. Esse autor estabelece uma interessante distinção de termos para o significado do debate ambiental proposto na obra que analisamos. Trata-se da diferença entre economia e crematística. A economia será uma administração de forma geral, na qual se pensa em como se administrar tudo o que for vital, de modo que os recursos

sejam poupados na medida certa para seu aproveitamento futuro. Já a crematística, segundo Porto-Gonçalves (2004, p.56), é o que Aristóteles estabelece como “a busca incessante de riqueza e o estudo da relação entre os preços das mercadorias”.

Assim, temos desenvolvida uma discussão sobre o conceito de riqueza. O autor afirma que riqueza é algo que, hoje em dia, é medido por questões de escassez, concepção que nos é dada pelas visões econômicas modernas. Contudo, riqueza seria exatamente o oposto, ou seja, abundância. Isso quer dizer que o conceito de riqueza, difundido hoje, seria exatamente o oposto do que deveria ser.

Tomam-se como exemplo os bens naturais, tais como a água ou o ar. A escassez da água é que a tornará mais valiosa, em termos mercadológicos. Nesse ponto, a economia lançará olhares para esse bem, valorizando-o justamente por sua escassez, não pelo seu valor intrínseco à própria vida. Vejamos o que Porto-Gonçalves (2004, p.57) aponta, na sequência:

Privar homens e mulheres da riqueza – a começar pela própria natureza, com a propriedade privada da terra – é condição para que se instaure o reino da economia mercantil (e crematística de Aristóteles).

Esse excerto nos mostra o que o autor denomina de primeiro paradoxo entre economia e meio ambiente. Ele é sustentado pela forma como a construção do pensamento moderno se estabelece, no qual a ciência moderna, com suas metodologias, é ferramenta única para interpretação e construção de mundo.

Nessa concepção, a matematização do mundo irá se estabelecer, ou seja, a fixação pela quantificação ganhará espaço como perspectiva fundamental. Nesse contexto, destacam-se as ideias de Galileu Galilei (1564-1642), que permearão o mundo ocidental. Temos, portanto, uma linguagem simbólica – matemática – que irá interpretar a natureza, quantificando-a e atribuindo valores numéricos, monetários. Temos assim, uma naturalização da perspectiva científica-matemática de mundo, que será muito conveniente para a evolução e perpetuação do capitalismo. Em sua interpretação, Porto-Gonçalves aponta que essa lógica não possibilita a compreensão da materialidade da *physis*¹³.

Enveredando, portanto, para uma crítica da mercantilização generalizada, Porto-Gonçalves retoma Marx e os fisiocratas, de modo a ilustrar como a concepção de

¹³ O conceito de *physis* será discutido no terceiro capítulo da presente pesquisa.

natureza é dada frente ao trabalho e à produção de mercadorias. Afirma-se que Marx concordava com o discurso dos fisiocratas, pois esses apontavam que a natureza estava inserida no processo de produção de riquezas. Dessa forma, não se pode pensar em produção sem se pensar na natureza. Obviamente, a discussão entre Marx e os fisiocratas pode-se estender muito mais. Contudo, interessa-nos aqui salientarmos a forma como Porto-Gonçalves busca o resgate da discussão em autores que possuem significado para sua leitura de mundo.

Ao final desse capítulo temos, ainda assim, apontamentos para uma crítica da ciência moderna, baseada na retomada da preponderância da ciência moderna frente aos demais modos de conhecimento. Restabelece-se uma posição que aponta para observarmos outros modos de ver o mundo, apontando-nos o amadurecimento das ideias decoloniais amplamente presentes nas obras mais recentes do autor.

O oitavo capítulo versa sobre a importância do território - *Por que o território se coloca como questão central no debate acerca do desafio ambiental contemporâneo?* De início, o autor já nos traz que o território é fundamental para garantir o suprimento da demanda, sempre em ascensão, por recursos naturais, apontando-nos que “as fronteiras e limites territoriais se impõem como fundamentais para entender as relações sociais e de poder, o que implicará relações de pertencimento e estranhamento” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.56).

Não é por menos que essa preocupação emerge. O território e sua administração correspondem à dominação. Isso só é possível se estiver instaurada uma determinada forma de territorialização que permita uma valorização específica sobre o que está nos territórios.

Será conveniente, portanto, o olhar mercadológico que separa os que produzem dos que consomem, mesmo que esses não estejam no mesmo território. Daí justifica-se todo o pensamento colonizador que se perpetua sobre países pobres. É sob essa rubrica que os fluxos de matéria e energia se deslocam sobre o espaço geográfico. Destaca-se, nesse contexto, que não importa quão desenvolvidas sejam as técnicas, a dependência com relação aos recursos sempre existirá e, portanto, a questão do território sempre será relevante. Assim, a forma como se realizam as administrações territoriais e como se darão as territorialidades e os choques entre elas também será sempre notável, como apontamos no primeiro capítulo da presente pesquisa.

O nono capítulo, que encerra a primeira parte desta obra, denomina-se *Qual a nova geopolítica de controle da natureza que se desenha no período neoliberal?* A

partir da questão elucidada neste título, são apontados três recursos naturais estratégicos, inseridos nas relações de poder por meio da tecnologia: energia e suas fontes; diversidade biológica e água, com uma breve discussão sobre esses três recursos e sua importância.

Assim, consumo e produção de rejeitos são pensamentos que aparecem em consequência da prioridade em relação aos recursos apresentados. O autor destaca, como exemplo, que deve existir um tratamento específico para cada rejeito produzido. Contudo, não se observa a mesma preocupação que temos com relação à obtenção e ao descarte dos recursos. O primeiro dá lucro; o segundo, gastos.

Porto-Gonçalves (2004a, p.75) reitera a ideia de que temos hoje racionalidades distintas em conflito retomando, para tanto, Enrique Leff e sua racionalidade ambiental:

O desafio ambiental se coloca no centro do debate geopolítico contemporâneo enquanto questão territorial, na medida em que põe em questão a própria relação da sociedade com a natureza, ou melhor, a relação da humanidade, na sua diversidade, com o planeta, nas suas diferentes qualidades.

Como afirmamos anteriormente, a partir do décimo capítulo, até o vigésimo terceiro, adentramos a segunda parte da obra, denominada *O homem*. Como na primeira parte, serão muito comuns também na segunda os títulos dos capítulos construídos sob indagações que movem e incentivam os diversos apontamentos feitos pelo autor. No décimo capítulo, a indagação-título é: *Quais as implicações ambientais da dívida externa?*

Aqui Porto-Gonçalves nos traz um histórico sobre os países pobres frente aos ricos, deixando evidente sua intenção de mostrar o quanto políticas neoliberais direcionam recursos dos primeiros sobre os segundos. Algumas estatísticas são apresentadas para ilustrar o modo como ocorrem tais explorações, associadas à visão decolonial do autor.

Para destacar tal visão, discorre-se sobre a questão da dívida externa dos países pobres, considerada um novo pacto colonial, destacando-se a dolarização da economia por Nixon, já em 1972. Nesse contexto, ambientalistas são vistos tanto pela elite dos países ricos, quanto pela dos países pobres como aqueles que atrapalham o progresso. A natureza é cercada em qualquer lugar.

No décimo-primeiro capítulo, *Quais os impactos ecológicos da urbanização?*, afirma-se que fenômeno urbano acelera e associa-se ao discurso malthusiano, dentre outros motivos, pelo contingente populacional de baixa renda existente nas cidades. Segundo dados apresentados por Porto-Gonçalves (2004a, p.82), “a população mundial que vive em favelas é maior que a população total dos países desenvolvidos”.

Concentrando enormes contingentes populacionais, as cidades terão todos os problemas ambientais em larga escala, destacando-se sua alta produção de lixo, alta necessidade de água e enorme demanda por saneamento básico e por saúde pública. Com isso, o impacto da população urbana não se reduz exclusivamente a seu sítio urbano ou seja, suas demandas extravasam seu próprio território. Daí aponta-se que existe um parâmetro de medida para impactos ecológicos amplamente utilizados, denominado “pegada ecológica”.

Nesse ponto, Porto-Gonçalves (2004, p.85) nos traz sua perspectiva, apontando que “o crescimento demográfico dessas populações [dos países pobres] não é o fator responsável pela manutenção dessa pegada ecológica que tanto vem agravando os problemas ambientais globais”. Em sua opinião, é o nível de consumo dos países ricos que têm pegada ecológica extremamente alta, e que são os principais responsáveis pela exploração ambiental em larga escala.

Um exemplo citado é o de que um estadunidense possui uma pegada ecológica dez vezes superior à de um africano. Ou seja, temos uma ideia disseminada de que a população pobre é a grande responsável pelas mazelas ecológicas, perspectiva essa que caracteriza a visão malthusiana. No entanto, fica evidente que o estilo de vida das populações de países e regiões ricas, tais como Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, possuem um nível de consumo extremamente elevado. Esse nível de consumo, sim, é o grande responsável pelas mazelas ambientais que presenciamos, e enfrentá-lo é o desafio ambiental que temos.

O décimo-segundo capítulo aborda a questão da fome, do meio ambiente e quais as consequências do atual modelo agrário agrícola de uso de recursos naturais. Destaca-se, de início, que Josué de Castro já tinha apresentado uma intensa discussão sobre a problemática da fome e, mesmo hoje, temos que a Organização das Nações Unidas parece ignorar tal questão, mesmo sendo uma das principais instituições a debruçar-se sobre o tema.

Por isso, discute-se a questão da segurança alimentar. Nesse âmbito, o autor nos aponta o fenômeno da transformação de ecossistemas em agroecossistemas. Ou seja,

parte da natureza agora faz parte da domesticação humana, de modo a garantir a sobrevivência dessa espécie por meio da mercantilização territorial que se amplia cada vez mais, sob a forma de monoculturas. É o velho e embate que nos faz perceber que “a monocultura não visa alimentar quem produz, e sim à mercantilização do produto” (*ibidem*, p.90).

Tamãha preocupação com essa temática associa-se à Geografia da produção de alimentos em escala mundial. Aponta-se que as regiões onde temos a maior produtividade biológica do planeta – as tropicais – não são as mesmas com maior produtividade econômica – as temperadas. De modo geral, são as nações ricas que se encontram em áreas temperadas, e as nações pobres em regiões tropicais. Para garantir seu abastecimento, portanto, os países ricos se valerão de todas as estratégias já vistas para obter melhores condições.

Daí retoma-se a questão da segurança alimentar, deixando evidente como essa é gerida pela lógica mercantil. Com as monoculturas que temos hoje em vários países pobres, fica muito explícita a ideia de como o agronegócio não visa à alimentação, mas à mercantilização generalizada, sob o controle dos mais ricos. Além desse aspecto econômico, temos outro aspecto ambiental relevante associado às monoculturas, também discutido por Porto-Gonçalves, que é a questão da erosão genética, ou seja, a imensa fragilidade a que as espécies são submetidas por sua baixa variabilidade genética, obviamente manipulada pelo ser humano.

Nesse capítulo aborda-se, também, a questão da manipulação do conhecimento alimentar. Muitos povos tradicionais já tinham domínio sobre certas variedades de alimento que foram sendo apropriadas por grandes empresas, geralmente de países ricos, que tomam tais conhecimentos para si, vendendo seu subproduto a preços muito acima do que pagaram. Trata-se, portanto, de uma exploração sem escrúpulos, através do qual a racionalidade dos povos tradicionais é transformada em outra: a econômica capitalista. Nessa transformação, a natureza é levada à condição única de mercadoria, na qual prepondera o valor de troca.

Na esteira do questionamento ambiental associado a problemas do campo, o décimo-terceiro capítulo (*Quais são as implicações ambientais específicas do atual modelo agrário agrícola?*) aponta os pilares básicos nos quais se apoia o atual modelo agrário-agrícola, sob a égide do processo de reprodução de capital ampliada.

A supervalorização da ciência e das técnicas, que procuram se universalizar por todos os cantos possíveis, promove a expansão das áreas cultivadas sobre ecossistemas

inteiros. Nesse ínterim, a produção de grãos, que aumentou três vezes nos últimos cinquenta anos, vê a produção de fertilizante crescer catorze vezes num mesmo período. Temos, assim, um sistema agrícola produtivo extremamente dependente dos insumos externos para se manter.

Como em outras passagens da obra, aqui também é destacada a forma como o Banco Mundial investe em programas que ampliam o capital inconsequente, que atropela ecossistemas a favor do agronegócio. O autor ilustra essa passagem mostrando-nos o quadro brasileiro. No Cerrado e na Floresta Amazônica, por exemplo, que são dados como biomas em risco, não podemos mais falar em arco de desenvolvimento, mas sim em fragmentação da floresta, com grande perda de diversidade biológica, de culturas e diferentes formas de propriedades distintas. A propriedade estatal, inclusive, é criticada, apresentando-se como uma forma de propriedade privada ao extremo, quando não permite que a sociedade decida sobre seu uso.

O décimo-quarto capítulo, denominado *Como o complexo oligárquico agroquímico “absorveu” as críticas pós Revolução Verde?*, direciona suas críticas à tal “revolução”. Ambientalistas, na maior parte dos casos, são contra a Revolução Verde que, por sua vez, é dada pelo autor como antagônica à Revolução Vermelha.

A Revolução Verde despolitiza o problema da fome, tornando-o uma questão técnica, na qual os “investimentos” devem ser “direcionados” corretamente para que ela seja combatida. Com isso, visando se fortalecer, o complexo oligárquico promove campanhas publicitárias diversas, demonstrando preocupação com sua imagem pública.

Temos ainda o uso geograficamente desigual de insumos: usam-se menos químicos em países desenvolvidos e mais em países subdesenvolvidos. Portanto, não será a maior eficiência ecológica das técnicas e o ganho ambiental que moverá essa lógica, mas, obviamente, a racionalidade econômica. Desse modo, a questão não irá girar em torno de como se faz um agronegócio mais limpo, pois não existe possibilidade de se afirmar novas concepções de racionalidades distintas das dominantes.

No décimo-quinto capítulo, temos uma discussão sobre poluição genética. Comenta-se a utilização de organismos transgeneticamente modificados (OTMs) e como sua utilização é ainda cercada de mistério quanto às consequências de seu consumo.

A poluição genética se dá quando do espalhamento de sementes modificadas parecendo que, por acaso e pela força dos ventos, tem-se um organismo patentado sendo colhido numa região que não pertence ao dono da patente. Após a utilização de

uma semente patenteada por terceiros, essas são processadas, mesmo que eles não saibam que sua plantação foi contaminada.

Mesmo existindo leis para amparar tal situação, a poluição genética é mais acelerada do quanto se possa proteger agricultores acusados de utilização indevida. Assim, um ambiente deve ser preservado desde que compatibilizado com a lógica da economia mercantil.

Que novas relações se colocam, hoje, entre a soberania nacional, soberania popular e diversidade biológica? é a questão que move o décimo-sexto capítulo da obra. Apontam-se, aqui, determinados embates e organizações atuais que trabalham nesse direcionamento. Primeiramente, o autor cita os Acordos Sobre Aspectos Dos Direitos Da Propriedade Intelectual Relacionados Com O Comércio (TRIPs), que buscam legitimar o direito das empresas sobre o uso de sementes e demais vegetais perante comunidades indígenas e outras tradicionais. As críticas giram em torno do poder das patentes que se apropriam de conhecimentos históricos de povos tradicionais e de determinados recursos da natureza, desprezando completamente a sabedoria dos povos que utilizavam determinado elemento natural.

Para complementar suas ideias, o autor cita a Convenção de Diversidade Biológica (CBD), produto da Rio-92, que defendia os interesses de indígenas e demais agricultores, justamente por estar inscrita no Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos Para a Alimentação e Agricultura.

O Tratado Internacional sobre Sementes e Direitos dos Agricultores, outro documento mencionado, estabelece uma lista de gêneros alimentícios que não podem ser patenteadas, além de mencionar quais são os direitos de agricultores.

Em meio a esses apontamentos, também temos expostas situações de divergência quanto ao estabelecido nos documentos mencionados. Os Estados Unidos, por exemplo, se recusam a assinar o CBD, Protocolo de Kyoto e Convenção da Basiléia – que tratam da questão do lixo tóxico. Essa é uma imensa contradição, tendo em vista que o país é um dos maiores “produtores de problemas ambientais” do mundo.

Por fim, cita-se o Grupo de Países Megadiversos, formado por determinados países, em sua maioria tropicais – entre eles o Brasil – que, segundo Porto-Gonçalves (2004a, p.119-120),

Vem sendo sistematicamente consultado pelos organismos internacionais, como a OMC e o Banco Mundial, e tudo vem sendo

decidido em nível de governo, sem a preocupação de consultar a população que comporta 45% da diversidade cultural do mundo (presente nesses países) para saber o que acha das propostas em curso.

O autor nos deixa evidente seu posicionamento perante o quadro de controle atual das grandes instituições multilaterais que, como se apresentam, demonstram sua orientação a favor dos países com maior controle sobre suas forças internas. Não aleatoriamente, serão os países ricos a ter maior poder de decisão dentro destas, o que torna suas decisões mero instrumento para a perpetuação de seus anseios econômicos.

O décimo-sétimo capítulo aborda a questão do aquecimento global e suas implicações. Teremos, portanto, a apresentação de dados teóricos e estatísticos versando sobre esse fenômeno climático. Fica evidente, contudo, que devemos estar atentos às dinâmicas da natureza para, assim, poder realizar nossas próprias atividades sobre a Terra, dado que o tempo que nos impomos para a realização de tudo o que criamos, além de tomar como base somente nosso próprio ritmo humano, interfere radicalmente nos níveis de gás carbônico da atmosfera terrestre, devido, principalmente, ao uso generalizado de combustíveis fósseis, que, quando queimados, devolvem à atmosfera imensas quantidades de carbono armazenadas há milhares de anos.

Por conta desses argumentos, Porto-Gonçalves apresenta várias ressalvas com relação ao desenvolvimento sustentável. Esse modelo, tomado em sua concepção, não procura transformar ou repensar os hábitos humanos associados à exploração contínua da natureza, deixando de vê-la como mercadoria, mas “levanta uma cortina de fumaça que vela as causas reais da crise ecológica”(PORTO-GONÇALVES, 2004, p.126).

O décimo-oitavo capítulo vai na esteira do anterior, discutindo o ambiente como *commodity*. Hoje, temos apontadas soluções liberais que trocam dívidas externas por natureza. Com isso, o autor aponta que governos e empresas se empenham em diminuir, ao menos nas concepções destes, sua contribuição para problemas atmosféricos, tomando como base o simples deslocamento espacial dos problemas.

Dois conceitos importantes são apresentados inicialmente: o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Mecanismo de Certificação Florestal (MCF), que denominados chantagens ambientais – dado que, a partir desses mecanismos, a natureza torna-se moeda de troca, sendo amplamente utilizada para o pagamento de dívidas.

A biodiversidade assume, nesse contexto, um papel passivo no qual a pegada ecológica dos países ricos lhes fornece mecanismos para que continuem intocáveis. Assim, vivemos o denominado “neoliberalismo ambiental”, ou seja: uma ordem

econômica com mecanismos diversos para tornar a natureza mercadoria e que, na presente de análise, destrói a natureza, de um lado, conservando-a de outro – o que se configura na legalização do desmatamento e demais problemas derivados dessa situação.

No décimo-nono capítulo – *Que nova divisão ecológico – territorial do trabalho vem se configurando no mundo?* – Porto-Gonçalves propõe uma divisão ecológico-territorial do trabalho instalada. De um lado, os países industrializados, que possuem pegadas ecológicas que não podem ser reproduzidas nos demais países. De outro, países e regiões com populações vivendo em condições subumanas, com imensas áreas de seus territórios transformando-se em unidades de conservação ambiental.

Na prática, os componentes desse segundo grupo de países funcionam como imensas lixeiras, cuja finalidade é “armazenar” sujeira do mundo desenvolvido. Além disso, eles aparecem também como reservas de valor para futuras investidas, tais como latifúndios genéticos.

O autor também propõe uma reflexão sobre a Geografia mundial dos proveitos e dos rejeitos, com a indústria da produção de alumínio como exemplo. Tal indústria é altamente poluidora e, por meio da leitura de uma tabela exposta (p. 130), apresenta-se sua distribuição geográfica pelo mundo, sendo possível perceber seu “fechamento” em países ricos e sua instalação crescente em países pobres.

Temos, novamente, a menção do Banco Mundial no envolvimento dessas empreitadas pois, como se afirma, tal instituição financia toda a estrutura física necessária para a instalação da indústria do alumínio, como a construção de estradas, hidroelétricas, aparelhamento de portos e ferrovias etc. Destaca-se, por fim, que para cada tonelada de alumínio são criadas quinze toneladas de rejeitos altamente poluidores. A conveniência beira o absurdo. A diferença entre países centrais e periféricos ultrapassa a questão da pilhagem e da superexploração, camuflando-se sob novas funções atribuídas à natureza, nas estratégias de apropriação de bens e serviços.

O vigésimo capítulo denomina-se *As novas relações entre instituições multilaterais, corporações multinacionais do petróleo e grandes ONGs na regulação dos recursos naturais à escala planetária: ligações perigosas?*, no qual as instituições multilaterais são dadas como responsáveis por colocar o mundo em risco. Grande parte dos recursos das políticas voltadas para o meio ambiente nos países pobres vem do Banco Mundial. Nesse contexto, as ONGs são estimuladas a participarem das

articulações políticas ambientais, sob o pretexto da incapacidade dos governos de darem conta da questão ambiental de seus países.

O capítulo segue apresentando exemplos que buscam expor o modo como empresas, por permissão de governos e com apoio de ONGs, se estabelecem em territórios convenientes aos interesses do mercado para exercer atividades extrativistas. Por fim, são dados alguns exemplos de comunidades tradicionais e do modo como elas enfrentaram adversidades ocasionadas em conflitos por territórios e seu reconhecimento, como é o caso dos seringueiros acreanos.

O antepenúltimo capítulo aborda a questão da água. Dada como a possível razão de guerras futuras, o autor nos fala de uma desordem ecológica global, referindo-se ao conjunto de problemas associados ao uso irracional da água, pelo homem. O desenvolvimento desse capítulo se pauta na crítica da visão fragmentada que temos de mundo. Um excerto do autor ilustra bem essa crítica:

A atual crise pelo controle e gestão da água, parte da crise ambiental, revela, também, a crise da racionalidade instrumental hegemônica na ciência da sociedade moderno-colonial. No caso da água, a própria natureza líquida da matéria parece escapar àqueles que tentam aprisioná-la às especialidades com que nossa departamentalizada universidade forma, conforma e deforma seus profissionais (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.150).

A separação estabelecida por essa visão fragmentada impede que percebamos a ligação da indústria e da agricultura ao ciclo da água, setores quais representam a maior parte do consumo de água para seus respectivos países. Se tivermos uma indústria e uma agricultura que visem apenas ao lucro, sua superprodução, conseqüentemente, trará efeitos negativos para os recursos naturais. A água não pode ser tratada de modo isolado e deve ser pensada enquanto território e enquanto algo que compõem uma totalidade maior e mais delicada na qual, obviamente, estamos inseridos. Seu ciclo não é externo à sociedade, pois ele contém todas as contradições presentes nas relações humanas.

O penúltimo capítulo – *Como se configura a desordem ecológica vista a partir das águas?* – no qual se aborda o discurso malthusiano e se afirma sua influência sobre o debate ambiental, a discussão sobre a água é ampliada. Na concepção desse discurso, afirma-se que o crescimento da população é responsável pela escassez de água.

Contudo, o nível de consumo dos países desenvolvidos é imensamente superior ao dos países pobres.

Temos apresentado que, de 1972 a 1991, a população cresceu 3%, e o consumo de água, 80%. Um habitante urbano representa três vezes o consumo de um habitante rural. Atualmente, mais da metade da população mundial, ou seja, mais de três bilhões e meio de pessoas, vive nas cidades.

Nos últimos 50 anos, entre 40 e 80 milhões de pessoas foram atingidas por conta de diques e barragens, sendo que 60% dos 227 maiores rios do mundo já possuem algum dique construído, muitos deles sob financiamento do Banco Mundial. Conforme nos aponta Porto-Gonçalves (2004a, p. 156),

A água flui por meio da agricultura, da indústria, do nosso estilo de vida, e a pressão sobre seu uso está longe de ser explicada pelo crescimento da população, simplesmente, como quer a matriz malthusiana do pensamento.

O último capítulo – *De onde emergem as forças para enfrentar o desafio ambiental contemporâneo?* – procura fazer um balanço, associado à revisão do que foi exposto na obra. Assim, retomam-se questões sobre o surgimento do movimento ambiental, das décadas de 1960 e 1970, somadas às emergências do conceito – questionado pelo autor – de desenvolvimento sustentável.

É retomada, também, a questão da dominação da natureza, quando Porto-Gonçalves (2004, p.166) aponta que devemos questioná-la, sendo que isso retrata o desafio ambiental em si. Portanto, questionar tal dominação é:

(1) Estar no centro da crítica do modo de organização societário que aí está e, ao mesmo tempo (2) é colocar no centro do debate todos aqueles que, assimilados à natureza, foram dominados, oprimidos e explorados, na medida em que o progresso e o desenvolvimento autorizam a dominação da natureza!

Porto-Gonçalves nos convida, assim, a buscar outra relação entre sociedade e natureza, pautada na preservação da diversidade cultural, ou seja, numa outra globalização, para além das fragmentações presentes na visão de mundo eurocêntrica e da ciência moderna.

2.2 – A nova des-ordem mundial

A nova des-ordem mundial é uma obra escrita por Porto-Gonçalves e Rogério Haesbaert. Publicada em 2005 pela editora da UNESP, apresenta ampla discussão sobre as possibilidades de leitura do mundo e de sua “des-ordem”, em vários aspectos. Desse modo, cada capítulo aborda um desses aspectos. Contudo, ressaltaremos de início os apontamentos contidos da introdução da obra, pois consideramos relevante o que ali está exposto, para um melhor entendimento desta.

Pensar nos fatos ocorridos nas últimas décadas do século XX, múltiplos e imprevisíveis, permite que os autores falem de uma nova Geografia, mais complexa do que as precedentes. Questiona-se, assim, “que Geografia é essa?”. Segundo os autores, alguns estudiosos afirmam que o mundo vive, neste início de século, um embate entre dois pensamentos sobre a organização espacial, que incide sobre a nova Geografia que temos.

O primeiro, como nos aponta Porto-Gonçalves e Haesbaert (2006, p.9-10), pauta-se “na lógica territorial clássica, zonal, de controle de áreas e fronteiras, denominada pelo Estado-nação westfaliano”. O segundo (*ibidem*, p.10) é centrado “na lógica globalizadora das redes ou lógica reticular, de fluxos e conexões, também fundada com o mundo moderno”.

Podemos falar, portanto, de um território-mundo, sobretudo em razão da rede capitalista que se difunde pelo planeta. Segundo os autores, os países se organizam de tal modo que podem nos remeter a uma ordem colonial da modernidade, e que o contexto de criação da Organização das Nações Unidas baseia-se numa organização espacial pautada no Estado westfaliano. O contexto mencionado – pós II Guerra, portanto – irá, também, instaurar regimes de produção de poder, com configurações territoriais contraditórias.

Porto-Gonçalves e Haesbaert (2006, p.11) concluem, afirmando que:

Assim como o mundo inteiro hoje parece mergulhar em uma rede comum de valores, individualista-consumista, e em um mesmo mercado de trabalho, em que as desigualdades e a exclusão socioespacial têm-se acentuado, também surgem resistências.

A partir do exposto sobre a introdução, temos no primeiro capítulo uma discussão relevante sobre a constituição do sistema-mundo moderno-colonial, conceito

esse amplamente empregado por Porto-Gonçalves, baseado principalmente nas teorias de Wallerstein, como vimos na seção anterior.

Afirma-se que somos habituados a pensar o mundo como se a ideia de Estado fosse natural, e é nessa frase que os autores tecem suas críticas à ideia de Estado atual, uma vez que esses formam uma invenção histórica que se generaliza pelo mundo através do colonialismo e imperialismo. O Estado constitui, portanto, um dos principais atores do sistema-mundo moderno-colonial atual. Contudo, afirma-se, também, que o Estado territorial passa hoje por uma crise, e compreender o sistema-mundo moderno-colonial faz-se necessário para compreendermos tal crise.

Nenhuma sociedade escapa da dimensão territorial, e daí a extrema relevância do entendimento do Estado. Assim, o território também precisa entrar na equação que abrange o entendimento do Estado. O território é entendido como abrigo e proteção, sendo também uma criação histórica que carrega em si os processos e sujeitos que protagonizam sua instituição. Dessa forma, não temos um território que não seja instituído ou externo à sociedade.

Sobre a questão propriamente dita da crise do Estado territorial nacional, Porto-Gonçalves e Haesbaert (2006, p.14), apontam que:

A crise do Estado territorial nacional, tal como o concebemos hoje, é a crise dos protagonistas que se fizeram a si mesmos por meio dele: a burocracia jurídica normativa (tornando legal a propriedade privada), os gestores civis (estatísticos, geógrafos, entre outros) e militares, a burguesia nas suas diversas facetas [...], os conquistadores, as oligarquias latifundiárias e os colonos que o conformaram e, contraditoriamente, os sujeitos e protagonistas que se constituíram resistindo com/contra este território sob a hegemonia desta territorialidade moderno-colonial.

Em seguida, nos é apresentado um painel histórico sobre os fatos que constituem o sistema-mundo moderno-colonial que se inicia entre 1453 e 1492, quando europeus imaginavam ter conhecimento total do mundo. Desde a formação de Portugal como Estado territorial, no século XIII, não temos um único caminho para a conformação dos Estados, de forma geral. Ou seja, cada período vai contribuindo para a formação dessa instituição, pois temos contextos e políticas distintas em cada momento histórico. O poder dos Estados que vão ascendendo ao longo da Idade Média mostram como ocorre a valorização progressiva da propriedade privada.

Parte-se, após esse breve discurso histórico, para uma explanação sobre a Geografia política atual e sua formação, derivada do percurso histórico apresentado. Essa Geografia constitui-se por um duplo movimento formado. No front interno,

Com os Estados territoriais modernos e formando-se a partir do controle sobre os camponeses, da propriedade privada absoluta e incondicional e de soberania absoluta do monarca e no front externo, mediante conquista colonial, com a reinvenção moderna da escravidão para fins mercantis na América (PORTO-GONÇALVES; HAESBAERT, 2006, p.18).

Assim, os autores abordam a riqueza europeia e sua causa, centrada no colonialismo, que usurpa, escraviza e faz concentrar cada vez mais riquezas em territórios europeus, moldados à estrutura do Estado moderno. Dessa forma, aponta-se para a ideia principal da análise do sistema-mundo moderno-colonial: o mundo moderno não é compreensível sem a colonialidade.

Assim, a força de imposição europeia será avassaladora diante das resistências que serão encontradas em seu caminho. É formada uma teia de ligação profunda e inédita no período colonial, o que garante a centralidade europeia do sistema-mundo. Ao mesmo tempo, questiona-se o autoposicionamento que a Europa assume, tendo em vista que sua definição de civilização avançada não prescinde de qualquer critério, senão de um elaborado por ela mesma. Além dessas imposições, temos demarcações relevantes do mundo atual que aparecem em decorrência das decisões europeias, tal como o Tratado de Tordesilhas e o Meridiano de Greenwich. Contudo, estabelece-se um primado do dominado: o dominado vive sem o dominador, mas o contrário não é verdadeiro.

A partir de Westfália, em 1648, quando se consagra a forma estatal desse sistema-mundo moderno-colonial, as soberanias europeias irão se deparar com rompimentos apenas em 1776, com a independência dos Estados Unidos. Com o Haiti, em 1804, temos um processo de independência no qual, pela primeira vez, tenta-se romper não só com o colonialismo, mas também com a colonialidade, na medida em que tal processo foi obra dos próprios negros, ex-escravos.

As Revoluções Industriais, iniciadas no século XVIII, geraram tecnologias que irão moldar a ordem da produção e das relações sociais, pois a tecnologia não é externa às relações sociais e de poder. Ali, a natureza passou por transformações diretas e

intensas, inseridas no processo de industrialização vigente, caracterizando nos séculos XIX e XX um comércio internacional com alto crescimento, o que consolidou a sociedade fossilista.

O segundo capítulo da obra aborda a questão econômica mundial, com destaque, como se aponta no título, para a nova divisão internacional do trabalho. Afirma-se que temos um jogo do poder mundial no qual todos estão subordinados aos interesses do grande capital e das grandes corporações transnacionais.

São apontados (novamente) o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial como os “gerentes” da economia mundial, onde uma ordem mundial aparece vinculada a uma nova divisão internacional do trabalho. O critério para se definir uma nova ordem mundial internacional parte de diferentes fases de reprodução/acumulação capitalista.

Pra distinguir as macrofases do capitalismo usa-se a distinção dos distintos ritmos de acumulação e exploração, além das transformações nos métodos de produção – e de tecnologias – que podem ser observadas ao longo da história. Com base nisso, é apresentada a distinção em três fases, dada por L. Harris, nas quais temos: o Capitalismo concorrencial; o Capitalismo monopolista e o Capitalismo monopolista de Estado. Os Estados associados ao socialismo são denominados como Capitalismo de Estado monopolista, sendo essa ideia associada a João Bernardo, ou também capitalismo Burocrático Total, nas palavras de Cornelius Castoriadis.

A seguir, parte-se a uma descrição cronológica de fatos histórico-econômicos. Inicia-se com o pós-1945, quando temos os anos dourados do capitalismo fordista, baseados numa sociedade de consumo em massa. Em 1971, destaca-se que os Estados Unidos rompem com o sistema fixo de câmbio e com o padrão ouro, de modo unilateral. Outro ponto destacado é que, em 1982, organismos financeiros internacionais aumentam seus juros de 6% para 20% ao ano. A partir desse momento, o dólar passa a ser o novo lastro que os países devem buscar, e somente um país, os Estado Unidos, obviamente, podem emitir essa moeda, denotando a supremacia estadunidense sobre a economia mundial desse período.

Com relação à produção, nas palavras de Harvey, destaca-se que o fordismo, na década de 1980, já se encontra ultrapassado, tendo que conviver com o pós-fordismo ou capitalismo de acumulação flexível. Assim, a modalidade flexível e a modalidade fordista “aparentemente dicotômicas se interpenetram no capitalismo atual e muitas são

as nuances de acordo com a região que está sendo abordada” (PORTO-GONÇALVES; HAESBAERT, 2006, p.36).

Nessa fase nova, o papel do Estado-Nação está sendo redirecionado, podendo-se afirmar que uma globalização neoliberal foi consolidada. Sobre esse tema, destaca-se uma citação de Negri & Hardt – com base em um texto de Marx – no qual são apresentados três aspectos do caráter desterritorializador e globalizador inerente ao capitalismo. São eles: o proletariado livre (ironicamente definido como “livre”); a unificação do valor em torno do dinheiro e o estabelecimento de leis inerentes ao próprio funcionamento do capitalismo.

Tais aspectos mencionados formam uma receita que contribui para a implantação da globalização que é, ao mesmo tempo, marcada pela ruptura de fronteiras, perda de influências dos condicionamentos locais, expansão de uma dinâmica de acumulação e pela concentração de capital a nível mundial. Sobre tal tema, Porto-Gonçalves e Haesbaert (2006, p.38) apontam que:

O capitalismo não corresponde a um processo unilateral e cumulativo de globalização [...], o capitalismo se reproduz contraditoriamente e, sobretudo, difunde a desigualdade, apropriando-se ou mesmo produzindo a diferenciação, a fim de expandir a lógica mercantil que lhe é inerente.

Nesse contexto de aprofundamento da discussão sobre a globalização neoliberal, apontam-se algumas considerações sobre a ação do Estado. Esse é dado como protagonista, cuja interferência possui dois aspectos contraditórios, ora voltados aos interesses públicos, ora aos privados. Mesmo não sendo um empecilho à acumulação em escala mundial, sua ação se dá em ciclos de interferência.

O Estado é colocado pelos autores como o responsável pelas políticas reguladoras dos conflitos entre o capital e o trabalho. Contudo, ele vem perdendo força na atual fase de globalização, sendo superado pelas forças do mercado.

Na parte final do capítulo, aborda-se a questão da divisão territorial do trabalho e as novas desigualdades produzidas. Aborda-se, primeiramente, para efeito de comparação, a antiga divisão territorial. Essa era baseada pelos diferentes setores da economia – primário, secundário e terciário. Os autores colocam tal divisão como questionável. A partir dos anos 1950, temos uma maior complexificação dos espaços produtivos e a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho, dado que:

Passou a ser baseada não estritamente nos setores da economia, por tipo de produto, mas nos níveis tecnológicos de produção, nas formas de gestão e nas relações de trabalho dominantes, o que inclui, é claro, o valor dos salários pagos aos trabalhadores” (PORTO-GONÇALVES; HAESBAERT, 2006, p.43).

Aponta-se como exemplo para compreendermos a explicação supracitada uma empresa madeireira sueca e outra congolosa. Na primeira, temos uma valorização pelo nível tecnológico empregado; na segunda, pelo baixo custo de mão de obra. Ressalta-se que cada momento histórico valoriza um determinado recurso natural específico, em distintas áreas do planeta.

A divisão internacional/territorial do trabalho permite, assim, diferenciar os espaços mundiais, visto que os “espaços que detém o domínio do capital financeiro e dos investimentos [...]; espaços com certa independência financeira, [...] espaços com grande dependência do capital financeiro internacional” (PORTO-GONÇALVES; HAESBAERT, 2006, p.44). Com isso, temos que o desenvolvimento tecnológico aparece de forma irregular quanto a sua distribuição geográfica pelo mundo. E isso não caberá só à questão tecnológica, mas à informação, à intensificação dos fluxos de capitais, aos tecnopolos etc. Em suma, o espaço geográfico irá se reproduzir, de modo desigual, evidenciando acúmulos e escassez.

No capítulo três, a temática principal gira em torno da des-ordem política mundial. Os Estados-nações e os grandes blocos internacionais formam o primeiro foco de análise. Assim, o Estado-nação é dado como uma instituição de papel ambivalente na constituição da nova desordem mundial. Aponta-se que autores que versam sobre o Estado divergem quanto a seu papel no cenário global atual - uns afirmam que ele se fragiliza, outros que ele se reestrutura. Contudo, afirma-se que o Estado se trata de uma invenção moderna que remonta a 1648, em Westfália. Contudo, o Estado só se universaliza efetivamente após a II Guerra Mundial, com a descolonização de África e Ásia.

Nesse contexto, as empresas transnacionais formam o símbolo máximo da globalização atual, que se insere numa fase do capitalismo dominado pelo neoliberalismo. Após a crise da fase desse sistema dominado pelo Estado de bem estar social, temos um encolhimento do Estado em detrimento das grandes corporações.

Os autores apontam algumas hipóteses que explicam a perda de poder do Estado. Primeiramente, comenta-se sobre o movimento de privatização, alimentado pelas propostas neoliberais. Aqui, soma-se a privatização de países capitalistas e a abertura dos países socialistas. Outro ponto destacado é que muitas empresas passam a desempenhar o papel que era do Estado, inclusive no que tange a infraestruturas diversas. Assim, os autores falam de um vácuo criado pela ausência do Estado, cuja consequência é o surgimento de circuitos como o crime organizado, narcotráfico etc.

As novas tecnologias também influenciaram a perda de poder dos Estados. Nesse ponto, comenta-se como os objetos associados à tecnologia são impregnados de intencionalidades, referindo-se explicitamente a Milton Santos. A concepção desse autor, com relação ao conceito de espaço geográfico, é aceita por Porto-Gonçalves e Haesbaert, nessa obra.

Os autores destacam que as fronteiras político-administrativas estão mudando seu papel, posicionando-se mais no controle da mobilidade humana e, muitas vezes, mudando de escala, como no caso de blocos econômicos como a união europeia. A formação dos blocos econômicos ocorre justamente para enfraquecer a atuação dos Estados. Nesse contexto, neoliberalismo e estruturação de blocos econômicos caminham juntos.

Na parte seguinte desse capítulo, comenta-se sobre as redes ilegais de poder, destacando-se o tráfico de drogas e o terrorismo globalizado. Conforme nos aponta Porto-Gonçalves e Haesbaert (2005, p.60), “a desregulamentação do mercado, que é uma característica central da globalização neoliberal, veio acompanhada também pela proliferação das redes ilegais ou ilícitas da economia”.

Não há país no mundo que esteja livre da teia de poder do tráfico de drogas, circuito altamente dinâmico com áreas de produção próprias, fluxos comerciais, sistemas de segurança, sistema bancário e financeiro internacional – encaixando-se numa nítida divisão internacional do trabalho, no qual a periferia se encarrega da produção e os países centrais do consumo e da concentração de capital gerada pela atividade ilícita em questão.

O terrorismo globalizado, outro fenômeno associado à globalização e apontado nesta parte da obra, não se refere a algo apartado do sistema vigente, visto que se favorece com as condições contraditórias que o capitalismo proporciona. Apontam-se dois terrorismos possíveis: o primeiro tipo é o terrorismo de Estado, no qual os Estados

são justamente os causadores do terrorismo que coíbem. O segundo tipo é o terrorismo globalizado, ocasionado por grupos específicos, tais como a Al Qaeda.

As organizações não governamentais compõem o tópico seguinte dentro desse mesmo capítulo. Dadas como entidades que melhor indicam o caos sistêmico, aponta-se que elas debilitam o Estado-nação e apresentam novos desafios aos movimentos sociais. Eclodindo pelo mundo a partir das décadas de 1970 e 1980, agem pelo desmantelamento do Estado diante do neoliberalismo.

Por fim, temos um tópico direcionado aos movimentos de resistência e o novo espaço global de poder. Destacam-se movimentos de resistências ao longo da história. Como exemplo, cita-se que ocorreram muitas resistências perceptíveis na África, contra a conquista europeia de 1492. Apontam-se também resistências no México, ainda no século XVI, e a Comuna de Paris, entre outros. Com isso, define-se uma trajetória de embates perpétuos gerados pelo sistema capitalista que existe há séculos e que, nos dias atuais, empodera-se pelo fortalecimento das configurações territoriais que existem e o legitimam – entre elas, o Estado moderno.

O quarto capítulo intitula-se *A des-ordem cultural mundial: “choque de civilizações” ou hibridismo cultural?* Com base em ideias de Manuel Castells e Samuel Huntington, afirma-se que a cultura dos diferentes povos do planeta resiste às grandes mudanças que afetam suas territorialidades. O último autor citado fala sobre as linhas de fraturas, que são os reflexos mais visíveis do contato da heterogeneidade cultural.

O período atual testemunha uma disposição fronteira no mundo derivada da Guerra Fria. Antes dela, os blocos antagônicos eram perceptíveis por sua orientação ideológica e liderança por parte de uma das duas superpotências da época. Atualmente, o cenário de divisão/regionalização possível incide sobre a questão econômica – assim, falamos hoje de países ricos e pobres. Nesse novo cenário, temos duas vertentes de pensamento que se abrem sobre a questão dos intensos contatos entre diferentes povos: um, que privilegia a diferenciação cultural; outro, que promove o intercâmbio entre culturas.

As migrações e a multiterritorialidade das diásporas compõem uma parte final desse capítulo. O texto remete aos intensos fluxos de pessoas e as razões pelas quais elas realizam seus deslocamentos pelo espaço geográfico mundial. Porto-Gonçalves e Haesbaert (2005, p.95), apontam que:

Os fenômenos das diásporas, que originalmente referia-se apenas à experiência judaica, estendeu-se por todos os grupos de migrantes, que, com forte identidade cultural, foram forçados a deixar seus espaços de origem e reconstituir suas vidas em torno de uma densa rede de relações (ou um “território-rede”) através do mundo [...] A dispersão espacial acaba funcionando como um recurso estratégico, na medida em que, dependendo das condições econômicas e políticas, pode-se recorrer a outros membros da diáspora em diferentes países do mundo.

Dessa forma, temos um território que parece se multiplicar, pois acaba se equivalendo por meio de grupos que se dispersam pelo espaço mundial. Aponta-se que as diásporas apresentam multipolaridade da migração pois, mesmo possuindo um Estado central, esse não necessariamente representa a função de centro. Além disso, a comunicação entre membros dispersos apresenta forte eficiência para seu fortalecimento.

O penúltimo capítulo da obra denomina-se *A des-ordem ambiental planetária*. Devido a sua temática, podemos observar maior influência de Porto-Gonçalves em seu desenvolvimento. Dividido em seis partes, o capítulo apresenta, na primeira, uma discussão sobre técnica e natureza.

Retoma-se a ideia de intencionalidade das técnicas para afirmar que essas, por si só, não podem ser consideradas boas ou más. Também não se pode deixar de lado a relação das técnicas com o poder. Dada essa questão, coloca-se uma importante pergunta em pauta: Por que e por quem a revolução tecnológica atual está em curso do modo como está, e a quem favorece?

A segunda parte aborda a segunda revolução prometeica e a invenção da des-ordem ambiental mundial. Segundo Porto-Gonçalves e Haesbaert (2005, p.107), tal revolução desponta “no imaginário europeu, causada pelo Renascimento e por sua crítica ao teocentrismo e afirmação do antropocentrismo, e teve importante implicação na relação da sociedade com a natureza”. Resulta desse pensamento uma natureza dessacralizada. Essa perspectiva permite a manipulação da natureza, que não pertence mais a um deus, e sim aos homens. A dominação da natureza é consequência direta dessa mudança de pensamento, de caráter antropocêntrico.

A terceira revolução prometeica e a nova des-ordem ambiental mundial perfazem a terceira parte desse capítulo. Nessa fase, temos o uso disseminado de carvão, petróleo e gás natural. Com a emergência dessas fontes de energia, os sistemas produtivos ganham novas dinâmicas e estabelecem-se novas formas de relações sociais

e de poder entre homens, o ser humano e a natureza. Apropriar-se de lugares torna-se estratégico e será por meio de guerras que as potências mundiais tentarão impor o controle de recursos estratégicos dos países periféricos.

A quarta parte aponta sobre o uso de novos materiais e as novas relações de poder através da tecnologia, no qual se apresentam dados da utilização dos elementos químicos da tabela periódica. Afirma-se que, na metade da década de 1950, poucos elementos naturais eram utilizados pelo ser humano nos processos produtivos. Já no final do século XX, além da utilização de todos os elementos da tabela periódica, temos ainda a produção de elementos sintéticos.

As indústrias passam a ser as mediadoras do mercado, não mais compradores ou vendedores. Como os países hegemônicos sustentam as indústrias mais avançadas, será nelas que o poder da intermediação do mercado se fará presente. Nesse sentido, a biodiversidade e sua dominação, tornam-se questões político-estratégicas, tanto quanto a tecnologia.

A penúltima parte falada des-ordem ambiental no contexto da des-ordem neoliberal. Comenta-se que é preciso existir um reconhecimento de limites das ações humanas, mensagem que foi lançada pelo movimento da Contracultura, de onde emergem os movimentos sociais nos anos 1960 – entre eles, o movimento ambientalista.

Contudo, as discussões acerca dos problemas ambientais, tais como a intensificação do efeito estufa, não são aprofundadas propositadamente, dado o poder de decisão da economia imperante em escala mundial, representada pelos interesses do grande capital empresarial. Assim, pouco se discutem as causas dos problemas ambientais; o que temos, de fato, é a discussão de seus efeitos.

Na última parte desse capítulo, denominada *A injustiça ambiental como parte da des-ordem* mundial, fala-se sobre o rompimento unilateral dos Estados Unidos do acordo de Breton Woods, em 1972, e sobre as crises do petróleo, desse mesmo período, que delinearão uma nova configuração de poder mundial, no qual existe uma crítica, por parte dos países desenvolvidos, ao subdesenvolvimento e, automaticamente, aponta-se que é preciso superar tal situação.

O modelo de desenvolvimento que temos tem como atores principais o FMI e o Banco Mundial, que financiam esse modelo “desenvolvido” aos países que o buscam, submetendo-os aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de seus maiores acionistas – no caso, os países desenvolvidos.

A partir de 1992, temos um fortalecimento das políticas de neoliberalismo ambiental que se pautam, em determinados pontos, por: possuir o Banco Mundial como maior incentivador, através do GEF, órgão específico para crédito; a visão da natureza sendo traduzida em linguagem mercantil e cada vez mais o discurso de commodity ambiental.

O último capítulo da obra denomina-se *Entre territórios, redes e aglomerados de exclusão: uma nova regionalização é possível?* Logo de início, os autores destacam que o raciocínio, na construção desse livro, apoia-se na ideia de que temos hoje uma dialética na produção dos territórios, que caracteriza a des-ordem mundial como processo de des-re-territorialização, na qual a leitura geográfica é pautada pela questão territorial.

Em seguida, é realizada uma revisão geral dos aspectos trabalhados em cada capítulo da obra – econômico, político, cultural, ambiental – além de uma revisão sobre a questão do Estado territorial moderno, apresentado como algo que nega territorialidades distintas, estabelecidas pelo próprio Estado, tais como a territorialidade camponesa, indígena e afrodescendente. Percebemos, aqui, um ponto muito relevante para o entendimento das obras que apresentamos e discutimos no primeiro capítulo. A questão decolonial pauta-se consideravelmente pela reflexão sobre as territorialidades distintas e ignoradas pelo Estado moderno.

Na sequência, e já se encaminhando para uma conclusão da obra, os autores propõem uma regionalização do espaço mundial. Salientando os limites temporais e espaciais de uma regionalização, aqui são apresentadas três lógicas espaciais: a primeira seria de caráter zonal, considerando Estados-nações e blocos econômicos ; a segunda seria de caráter reticular, considerando as redes, seus fluxos e polos; a última seria determinada por aglomerados, caracterizados por espaços pouco estruturados, instáveis e de territorialização precária.

Apointa-se que a inspiração para tal elaboração é baseada na regionalização mundial, proposta por Jacques Lévy. Contudo, os autores propõem uma interpretação de seus conceitos. Desse modo, pensa-se numa globalização que não negligencie os “de baixo”, mas tendo em vista todos os movimentos sociais que emergiram e lutam por reconhecimento político, econômico, cultural, ambiental e, evidentemente, territorial.

2.3 – A globalização da natureza e a natureza da globalização

A última obra que analisaremos, neste capítulo, é *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Sua primeira edição é de 2006. Em nossa análise, nos pautaremos por sua sexta edição, publicada em 2015. Essa é a obra mais extensa do autor, na qual é reunido, de forma organizada, todo o seu pensamento acerca das questões associadas ao desafio ambiental contemporâneo, remetendo-se, portanto, às duas obras anteriores, expostas neste capítulo. Para expor estas ideias, tal livro divide-se em seis capítulos¹⁴.

O primeiro capítulo denomina-se *Globalizando: a construção do sistema-mundo moderno-colonial*. Subdividido em três partes, temos na primeira a seguinte denominação: *A força da (imagem) globalização*. Destacamos que seu conteúdo é similar ao apresentado na primeira parte da obra *O desafio ambiental*. Dessa forma, não apresentaremos uma análise sobre a mesma, para não nos repetirmos.

As lutas sociais e a problemática ambiental intitulam a segunda parte. Possuindo poucas páginas, são apresentados comentários sobre como no período da globalização emerge, no terreno das lutas sociais, um número de greves crescentes que denotam disputas por condições de trabalho mais dignas. Tais lutas sociais possibilitam entender mais sobre a natureza da globalização. O autor não se preocupa só com condições de trabalho, mas com a forma como as lutas sociais se deparam:

A superação do desafio ambiental inscrito no cerne da globalização neoliberal requer a compreensão das questões colocadas pelo movimento da contracultura daqueles anos de 1960 na medida em que o período de globalização neoliberal que a partir dali se desenvolve se faz exatamente contra aquele movimento (PORTO-GONÇALVES, 2015a, p. 20).

A construção do sistema-mundo moderno-colonial de uma perspectiva ambiental é o título da última parte desse capítulo. Em meio a uma discussão sobre a globalização em si e uma periodização possível, o autor nos sugere quatro etapas ou períodos da globalização, “tomando como referência, em cada uma delas, como se dá a globalização da natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2015a, p.20). Tais etapas são: a) Colonialismo e a implantação da Moderno-colonialidade (do século XV-XVI ao século

¹⁴ A obra apresenta-se dividida em seis partes, mas aqui denominaremos capítulos com o intuito de facilitar sua exposição ao longo de nosso texto.

XVIII, até hoje); b) O capitalismo fossilista e o imperialismo (do século XVIII ao início do século XX, até hoje); c) O capitalismo de Estado fossilista fordista (de 1930 aos anos de 1960-70, até hoje) e d) A globalização neoliberal ou período técnico-científico-informacional (dos anos 1960, até hoje) ¹⁵.

O primeiro capítulo apresenta uma subseção final, denominada *Os limites ecológicos da universalização do American way of life*. Afirma-se que esse estilo de vida, apesar de ter sido tomado como modelo, não apresenta condições de ser universalizável. Daí, apresentam-se as causas de os Estados Unidos possuírem enorme proeminência no cenário econômico mundial.

Em primeiro lugar, fala-se da imigração maciça de mais de cinquenta milhões de pessoas, somente no século XIX. A imigração, nesse caso, significa que o ônus de criação do imigrante não é do país de destino. Em segundo lugar, temos as condições naturais singulares, associadas à riqueza mineral e à extensão territorial que, por meio de políticas públicas do século XIX, facilitaram a ocupação do território. Tais premissas conformam a ideia de que o modelo de desenvolvimento dos Estados Unidos não é reproduzível em outra parte do mundo. Tal fato não se repete na Europa ou no Japão, que, em seus respectivos desenvolvimentos históricos, dependeram da colonização e do imperialismo para suprir o que seus territórios não permitiam.

O segundo capítulo – *Desenvolvimento, tecnociência e poder* – inicia-se com uma subseção denominada *Para além do desenvolvimento*. Nela, o desafio ambiental é algo que nasce junto à globalização neoliberal dos anos 1960 e 1970. Na globalização, a ideia de progresso – cuja versão atual é o desenvolvimento – é sinônimo de dominação da natureza. Contudo, a década de 1960 também traz a emergência e consolidação de outros pontos de vista. Evidencia-se que a questão do desenvolvimento está associada tanto aos ideais capitalistas como aos socialistas. Assim, percebe-se que não há saída para a questão ambiental dentro dessas duas opções, pois ambas trazem a natureza como recurso. Desse modo, os ambientalistas sofrem críticas de ambos os lados.

O desenvolvimento parece ser, então, a imposição de um só ponto de vista, de um só conjunto de valores, como se houvesse uma única forma de produzir a vida. Nessa situação, obviamente, o padrão europeu e o estadunidense irão se impor como modelos de desenvolvimento. A modernização será, portanto, sempre apontada como uma forma de perpetuação da colonização, uma vez que, por meio de instituições

¹⁵Discutiremos as quatro etapas na seção 2.4 da presente pesquisa.

internacionais como o Banco Mundial, procura-se instalar o progresso nos países subdesenvolvidos, construindo-se hidrelétricas e outras obras de infraestrutura que simbolizam tal progresso.

A subseção seguinte discute os limites do desenvolvimento. Tal tema baseia-se no relatório Meadows, derivado do Clube de Roma, realizado em 1960 e descrito nesta parte da obra. Tal relatório apontava quanto tempo ainda existia para que os recursos da Terra fossem esgotados caso mantivéssemos o mesmo nível de consumo da época de sua elaboração. Destaca-se que esse relatório desloca a questão ambiental do âmbito cultural para o âmbito técnico-científico. Baseando suas análises em Beck e Giddens, e na ideia da sociedade de risco, temos que a sociedade humana sofre justamente pelo que ela própria cria através de sua busca por progresso, por modernidade.

Na crítica ao relatório Meadows, Porto-Gonçalves deixa explícito o discurso neomalthusiano presente nessa obra. Ou seja, temos um relatório que procura tratar de questões ambientais, mas que associa os problemas dessa questão ao contingente populacional de pobres, no mundo. Obviamente, não é a população pobre que está colocando o planeta em risco, mas as populações ricas, com seu nível de consumo desenfreado que alimenta constantemente o comércio mundial.

A modernidade é colonial não apenas por não poder universalizar seu estilo de vida, mas por incitar a ideia de que esse modelo é possível e alcançável a todos. Vemos, assim, o quão perverso é esse sistema globalizante neoliberal. Existe um limite da intervenção humana no planeta, que é dado pelas leis da termodinâmica. Além disso, a resiliência dos ecossistemas não é ilimitada. A vida, portanto, também é responsável pelo equilíbrio dinâmico do planeta. A Revolução Industrial nos indica como o ser humano altera a composição atmosférica, por exemplo, com o uso de motores a explosão, que liberam na atmosfera carbono que é acumulado ao longo de milhões de anos e que agora contribui para o aquecimento global. Ou seja: além de sermos responsáveis por um enorme prejuízo ambiental, temos a consciência disso e, mesmo assim, ignora-se tal fato em detrimento da perpetuação de uma racionalidade que privilegia parcela mínima da humanidade, desprezando as consequências desses atos sobre os ecossistemas.

A próxima e última subseção aborda os limites da técnica. Superar o desafio ambiental requer debater sobre dois aspectos embutidos no imaginário da sociedade moderno-colonial: os limites da ciência e das técnicas e os limites da economia. A técnica é algo inerente à vida humana, e refletir sobre ela significa refletir sobre nossa

própria capacidade de alterar o espaço geográfico, visto que ela se encontra na mediação entre sociedade e natureza. Dotada de intencionalidades, a técnica precisa ser útil para a sociedade que a cria – desse modo, ela não é neutra.

Outro ponto que Porto-Gonçalves (2015a, p.83) nos destaca sobre as técnicas é que a sociedade capitalista comporta uma “dupla dominação: maior dominação sobre a natureza com maior dominação sobre os homens e mulheres ao mesmo tempo”. Desse modo, as técnicas não se encerram sobre si mesmas, mas agem sobre o que está ao redor delas, atendendo a uma demanda ou necessidade específica.

Conforme nos aponta o autor, deveríamos pensar numa revolução nas relações de poder por meio da tecnologia e não somente da revolução tecnológica em si. Essa expressa somente o que aí está, ou seja, representa a formas de relações e intencionalidades que resultam numa sociedade que age observando a natureza como seu oposto, passível de dominação. Contudo, como é salientado na obra, para a dominação da natureza, é necessária a dominação do homem pelo homem.

O capítulo segue com o desenvolvimento de subtemas associados aos limites da técnica. Podemos apontar que o discurso apresentado é um aprofundamento do que fora desenvolvido até então. Também se destacam ideias retomadas de outras obras do próprio autor.

O terceiro capítulo da obra – *A questão demográfica para além do malthusianismo* – apresenta onze subseções que enfatizam, além da questão demográfica propriamente dita, os desafios de parcelas específicas da população que, dada a construção da globalização neoliberal que temos, torna os espaços excludentes, pois a conformação de nossa realidade obedeceu a uma lógica imposta com características intrínsecas aos anseios eurocêntricos.

Temos, inicialmente, uma discussão sobre a questão malthusiana, nos dias atuais, retomando-se a ideia de como ela direciona a culpa da escassez de recursos ao excesso populacional, mais diretamente relacionada à população pobre. Porto-Gonçalves reitera sua opinião sobre o tema, destacando a existência de um encurralamento dos países pobres no que tange suas dívidas externas, perpetuadas por renegociações exacerbadas em seus juros. Aponta, também, que muitas políticas de controle de natalidade são realizadas sob a supervisão de instituições multilaterais, tais como o Banco Mundial.

Desse ponto em diante, temos seções menores que, como mencionado anteriormente, versam sobre parcelas da população em geral e determinados problemas

a serem enfrentados, tendo em vista a supremacia de um modelo específico que a globalização neoliberal exerce estando inserida num sistema-mundo moderno-colonial: o homem branco e cristão.

Primeiramente, aborda-se a questão dos jovens e a forma como eles são “desperdiçados” frente ao desemprego estrutural crescente, resultado do aprimoramento das técnicas em geral. O caso africano é apontado em seguida, evidenciando-se a situação de muitas localidades na África, frente ao abandono associado ao moderno-colonialidade. Em seguida, aborda-se a questão dos idosos e como a longevidade deve impactar previdências mundo afora, tal como vemos em nosso país, nos últimos anos. A feminização da pobreza vem a seguir – a questão de gênero se torna fundamental para a questão ambiental, pois ela nos faz perceber a relação com a natureza interna de nossa própria espécie. Por fim, temos uma discussão sobre o problema da urbanização e seus impactos no meio ambiente. Vivemos como se devêssemos ser urbanos e é justamente nas cidades que temos as maiores segregações explicitadas. Além disso, o impacto ecológico da urbanização é notável. A concentração de população nas cidades implica impactos mais severos ao ambiente do que a dispersão da população rural. A esse entremeio associam-se temas relacionados aos impactos decorrentes de choques culturais ocasionados pela mídia, de forma geral e, ainda, pela questão da mobilidade da população.

O quarto capítulo da obra tem como eixo de análise a fome e o meio ambiente, dividindo-se em seis partes. Cita-se, de início, o nome de Josué de Castro, que aponta a fome como prioridade máxima de atenção. Trata, ao mesmo tempo, da questão da agricultura, que forma um conjunto de técnicas desenvolvidas pelo ser humano há mais de oito mil anos, e que trouxe à espécie a segurança alimentar. A partir disso, Porto-Gonçalves afirma que os ecossistemas são transformados em agrossistemas, com diversas implicações – entre elas, como citado na obra, o empobrecimento de espécies, o que as deixa vulneráveis a doenças e predadores pela diminuição de sua variabilidade genética.

Outro ponto relevante é a preocupação com as monoculturas, processos subvertidos que se consolidam através de base economicista e técnica, mesmo com sérias consequências políticas. Em outras palavras, é a transformação da essência da segurança alimentar, modificada para atender a uma lógica mercantil. Afirma-se isso com base na diferença entre produção e reprodução – possível devido ao monopólio do conhecimento de reprodução agrícola nas mãos de poucas empresas que detém patentes

de sementes. Assim, a insegurança alimentar passa a ser, paradoxalmente, a regra, e não a exceção para uma “segurança” alimentar. Tal lógica só é possível porque se enquadra na lógica de que a natureza, cada vez mais, tem seus elementos absorvidos pelas regras do capital.

Em seguida, aborda-se a Revolução Verde. Afirma-se que tal revolução possui um sucesso contraditório pois, de fato, a produção de alimentos no mundo aumentou a partir da segunda metade do século XX. Contudo, aponta-se que está em processo uma concentração de poder na manipulação do plantio de forma geral por parte de determinadas empresas do setor agrícola. Tais empresas prevalecem comercialmente por fazerem uso de técnicas voltadas para produções monocultoras. Assim, embora a Revolução Verde garanta alimento para uma crescente população urbana, na questão rural os processos se dão de modo complexo e contraditório, pois a queda dos preços dos produtos agrícolas, obtidos por meio da evolução técnica, resultam, ao mesmo tempo, na precarização das condições do trabalhador rural. Excluindo-se a terra e a mão de obra, o que mais pesa na produção são fertilizantes, herbicidas, inseticidas, praguicidas, sementes, maquinários etc.

As implicações ambientais específicas do atual modelo agrário/agrícola são apresentadas na sequência. Afirma-se que as implicações associadas à lógica vigente da agricultura geram duas áreas distintas: regiões que sofrem a expansão do modelo diretamente e regiões que a sofrem indiretamente. De certo modo, portanto, nada escapa.

A expansão das terras cultivadas é também assinalada como uma ameaça à diversidade biológica e cultural. O autor dá como exemplo a queda do preço dos produtos agrícolas que se deve, além do aumento da produtividade, à diminuição da renda diferencial por localização. A lógica exportadora que prevalece nos recantos do território brasileiro traz à tona o formato não democrático de beneficiamento do sistema produtivo agrário/agrícola uma vez que, após a instalação de toda uma infraestrutura ao longo de décadas, verifica-se que somente os já privilegiados por grandes extensões de terras saem ganhando com a monocultura exportadora.

Certamente, a redemocratização do acesso à terra já garantiria benefícios às populações locais, ou seja, a reforma agrária se faz necessária. A imposição do Estado moderno territorial resulta numa lógica colonial que propõe a exclusão de outras formas de territorialidades produtivas, como as terras comunitárias ou coletivas. Com base no exposto, abre-se uma crítica severa às ideias liberais. Tais ideias construíram uma visão

maniqueísta entre propriedade privada e estatal a fim de combater o comunismo, o que resulta na impossibilidade de outras vias de fato com outras territorialidades já construídas pela sociedade, como observamos por meio das diversas comunidades indígenas, por exemplo.

Vemos, em seguida, como o mundo rural é repleto de contradições. A questão do uso de pesticidas é um exemplo mencionado. Em primeiro lugar, já temos uma conotação diferenciada para esse termo. Os que são a favor os denominam “defensivos agrícolas”; os que são contra, “pesticidas”. Aponta-se, na sequência, para o uso geográfico desigual de insumos. Enquanto os países europeus, por exemplo, têm diminuído o uso de pesticidas, herbicidas etc., os países pobres têm aumentado.

Os Organismos Transgenicamente Modificados (OTMs) seguem, também, uma lógica contraditória gritante. Através dessa técnica, separa-se o conhecimento tradicional do utilizado nos laboratórios, como se esse não fosse associado ao acúmulo anterior. Além disso, os efeitos ambientais dos OTMs são ainda desconhecidos.

Tantas são as técnicas e tanto são os problemas. Mesmo com uma produção exorbitante de alimentos, muitos ainda passam fome. Entre tantas questões existentes, o fato é que “O modo de distribuição não é separado do modo de produção. Todo modo de produção é, ao mesmo tempo, um modo de produção da distribuição” (PORTO-GONÇALVES, 2015a, p.283). Assim, se a condição que temos é a que está aí, e não outra, isso se deve à mentalidade que permite à lógica de distribuição de ser assim – sendo essa nada mais que a lógica do modo de produção capitalista, que, por sua vez, impede que o fluxo de alimento chegue aos que não dispõem de meios para isso.

O quinto e penúltimo capítulo intitula-se *A construção da geopolítica do neoliberalismo ambiental*. Aqui, o autor nos traz diversos apontamentos críticos sobre a forma como a natureza é tratada como mercadoria. A apropriação da natureza na, lógica neoliberal, é dada como inerente ao processo de sobrevivência do capitalismo. Nestes termos, a questão do território torna-se “fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços assinalados dos novos materiais” (PORTO-GONÇALVES, 2015a, p.287).

Toda essa lógica prevalece sob a condição de separação entre sociedade e natureza. Assim, a propriedade privada é de suma importância, legitimando as ações e apartando os espaços. É dada como eixo central da territorialidade moderno-colonial, pois nega outras formas de apropriação.

Na primeira subseção desse capítulo – *A construção da geopolítica do desenvolvimento sustentável e seu neoliberalismo ambiental* – temos um aprofundamento da discussão de como a questão ambiental tem se tornado assunto obrigatório na agenda dos debates internacionais. É comum vermos, também, a atenção dada pelo setor empresarial e pelas corporações transnacionais sobre a questão. Na esteira dessas concepções, temos a ampliação da ideologia liberal e o uso do termo “não governamental” ascendendo através das Organizações Não-Governamentais (ONGs).

A discussão avança, pautando a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio 92, um dos mais relevantes da história, voltado para a questão ambiental. Destaca-se que, nesse mesmo ano, tivemos o Fórum Paralelo, com a participação de ONGs, da sociedade civil, de movimentos sociais etc.

Outros pontos de relevância discutidos são: a criação da OMC, que vem a favorecer os interesses das grandes corporações e ampliar as dificuldades que tangem as políticas ambientais; o papel do Banco Mundial, um dos principais alvos dos ambientalistas durante os anos 1980, por financiar a produção e o desenvolvimento nos países do Sul, com a construção de hidrelétricas, por exemplo; o papel do FMI, que influencia na expansão de agroecossistemas monocultores pelo mundo, e a influência das ONGs na construção/execução do neoliberalismo.

Em seguida, temos cinco subseções que visam a discutir o meio ambiente como mercadoria. A primeira versa sobre o mercado de carbono e suas contradições. Aborda, portanto, temas relacionados ao aquecimento global – e como entendê-lo. Para tanto, procura-se evidenciar como a lógica e o ritmo da natureza se distanciam, e muito, dos ritmos econômicos impostos. Deixa evidente que o ser humano é apontado como agente causador desse fenômeno global. Os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e seu entendimento fecham essa primeira parte.

A subseção seguinte é sobre o mercado da fotossíntese e suas contradições. Comenta-se sobre a exploração florestal e a importância da preservação da biodiversidade. Aponta-se que ONGs e empresas transnacionais, além do Banco Mundial, possuem amplo interesse na emissão dos Mecanismos de Certificação Florestal (MCF). Esses são mecanismos que indicam ao consumidor que a madeira provém de um bosque certificado, por exemplo. Como resultado de sua implementação, tem-se que o setor florestal fica altamente oligopolizado e controlado, sobretudo, por países ricos.

Esse esquema de concentração contribui para a denominada colonialidade do saber e do poder: “um conjunto de conceitos e valores produzidos numa província específica do mundo, a Europa e demais países desenvolvidos, que impõem ao mundo seus padrões provinciais como se fossem universais” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p.363).

Esse modelo de certificação não leva em conta a questão das diferentes territorialidades possíveis. Áreas florestais são, portanto, vistas sob uma ótica única e exclusiva, subalternizada pelo modelo mercadológico.

A terceira subseção que aborda o meio ambiente como mercadoria versa sobre a troca de dívida externa por natureza, e as contradições desse processo. A natureza torna-se moeda de troca, principalmente de países ricos para com os países pobres, como se vivêssemos em planetas diferentes, com dinâmicas diferentes. Fica evidente que a escala global é ignorada. A fragmentação territorial em Estados parece erigir muros de individualidade fora do sistema Terra. Nesse contexto, a biodiversidade ganha um papel econômico passivo.

Temos, por consequência, uma Geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos, sob uma nova divisão ecológico-territorial do trabalho no contexto neoliberal. Os países ricos poluem demais, enquanto países pobres vão transformando extensas porções de seus territórios em áreas preservadas por conta de acerto de suas dívidas extremas. Assim, tais áreas viram verdadeiras lixeiras para recolher o gás carbônico dos países ricos, ou se tornam latifúndios genéticos a serviço de interesses específicos.

Dessa forma, emerge uma Geografia da distribuição dos proveitos e dos rejeitos, erguida por meio de uma mercantilização da natureza para se atender o mercado. Temos como exemplo a questão do lixo exportado – denotando o racismo ambiental, em que áreas específicas, geralmente onde residem pessoas de determinada classe social, “recebem” o lixo produzido em outro lugar. Nesse raciocínio, a logística dos fluxos de rejeitos, equaciona rotas para o transporte de mercadorias com risco de poluírem grandes áreas, em caso de acidentes, para regiões onde a indenização seja mais barata.

A penúltima subseção fala das contradições da mercantilização da vida e outros caminhos possíveis. Inicia-se com a retomada da constituição do sistema-mundo moderno-colonial, afirmando-se que esse processo vem tomando dimensões planetárias, ao mesmo tempo em que a destruição da natureza se intensifica. Destaca-se que a preocupação com o meio ambiente remonta ao século XVIII, na Alemanha – por meio

da engenharia florestal – e, também, com a criação dos primeiros parques nacionais, nos Estados Unidos, no século XIX.

Toda essa alteração existente no mundo torna evidente que deixamos de conhecer propriedades naturais que poderiam nos auxiliar contra as doenças. Contudo, temos diversas populações que agem como partícipes das formações ecossistêmicas e do conhecimento que advém das particularidades de cada região. Porém, como vemos, a lógica de mercado exerce uma força desproporcional sobre as áreas de populações tradicionais, submetendo-as, geralmente, a uma territorialidade externa e estranha a sua população.

A diversidade biológica estabelece um embate entre a soberania nacional e a popular – étnica – num contexto de globalização neoliberal. Disso emergem as disputas por patentes, evidenciando a objetificação da natureza como mercadoria. É clara a necessidade de a soberania ser pensada de modo associado à democracia. Muitos grupos sociais não são consultados para se obter respaldo da exploração ambiental.

Na quinta e última subseção, temos a água como objeto de discussão principal. Trata-se de um problema crescente, que só entra em evidência quando atinge os ricos. A lógica com que a água é tratada só torna possível sua escassez. Portanto, ela e a problemática territorial, associada às relações sociais, deve ser pensada conjuntamente.

Seu consumo é absurdamente desigual entre os países ricos e os países pobres. Seu uso aprofunda-se, literalmente, em busca de reservas subterrâneas para que seja possível atender à crescente demanda por esse recurso. Contudo, o consumo excessivo de águas subterrâneas pode fazer com que as águas salgadas dos mares se infiltrem em áreas onde antes havia água doce, salinizando as terras e prejudicando todos os ecossistemas envolvidos. Esse “incentivo” de captação de águas subterrâneas ocorre simultaneamente ao avanço superficial humano sobre ecossistemas delicados, como florestas e mangues.

Comenta-se, também, sobre a questão da água virtual, presente nos produtos industrializados. Assim, sua circulação denota, também, a circulação de água utilizada ao longo de todo o processo produtivo. Todo produto, seja agrícola ou mineral, depende de água para sua produção. Assim, quando temos sua exportação, temos exportada também uma quantidade de água utilizada para sua produção que não entra na conta produtiva.

Indo para os comentários finais, aborda-se a questão da privatização da água. Explica-se que documentos da Organização das Nações Unidas que versavam sobre a

água, apontam que os governos deveriam ter um papel de destaque na problemática que envolve a administração e distribuição desse recurso para suas populações. Contudo, aponta-se também que tal medida foi se alterando ao longo do tempo. Assim, documentos posteriores indicam que o controle da água deveria ser mantido nas esferas regional e local, de modo que as comunidades locais possam prevalecer, bem como seus interesses. Temos mencionado, por fim, como instituições multilaterais procuram meios de mercantilizar a água, sendo essa uma verdadeira guerra que não cessará tão rapidamente.

O sexto e último capítulo refere-se à conclusão da obra apresentada pelo autor. Aqui é apontada a necessidade de se refletir sobre o quadro mundial pautado pelo processo histórico de longa data, que permite que lógicas passadas permaneçam e prevaleçam sobre povos e comunidades que não partilham da mesma lógica territorial imposta pela Europa. Essa lógica não leva em consideração possibilidades alternativas, ou outras racionalidades, como a ambiental, para reforçarmos um conceito amplamente utilizado na obra, associado a Leff. É por mudança de paradigmas e de visão de mundo que a obra se pauta.

2.4 – Escala global e neoliberalismo

Tendo em vista que a escala global predomina nas obras apresentadas, como os próprios nomes destas indicam, podemos questionar o motivo desse domínio. Ao observarmos o contexto em que se inserem as obras, ou seja, seu espaço-tempo de publicação, vemos a linha de coerência dessa escala de abordagem tendo em vista, ainda, a ênfase na questão ambiental que permeia as questões e discussões políticas na escala global que se intensificam no começo do século XXI.

O uso do termo globalização é relativamente recente. A interpretação de eventos associados à globalização, contudo, não se relaciona, necessariamente, à curta história do conceito. O termo começa a ser amplamente utilizado a partir da década de 1980, predominantemente por sua dimensão econômica, nos Estados Unidos (SENE, 2007). Tendo em vista as interpretações de que a globalização não se resume ao caráter econômico, mas também à política, cultura, meio ambiente, espaço etc., os estudos relacionados a esse termo voltam-se para o passado. Ou seja, o termo é recente, mas sua história é antiga, de acordo a interpretação de Porto-Gonçalves no que tange à

construção da globalização associada à interpretação decolonial na qual o ano de 1492 ganha destaque devido à chegada de Colombo à América (SENE, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2015).

Essa interpretação, destacada no parágrafo anterior, fica explícita na obra *A globalização da natureza e a natureza da globalização*, de 2015. Nessa obra, Porto-Gonçalves (2015a, p.23) nos deixa evidente sua periodização associada à globalização, dividindo-a em quatro etapas, como demonstradas na seção anterior: “i) O Colonialismo e a implantação da Moderno-Colonialidade (do século XV-XVI ao século XVIII, até hoje); ii) O Capitalismo Fossilista e o Imperialismo (do século XVIII ao início do século XX, até hoje); iii) O Capitalismo de Estado Fossilista Fordista (de 1930 aos anos de 1960-1970, até hoje) e iv) A Globalização Neoliberal ou Período Técnico-Científico-Informacional (dos anos 1960 até hoje)”.

Um ponto interessante a se destacar na periodização apresentada é o fato de que todas as etapas estão presentes até hoje. Tendo em vista a primeira etapa da globalização apresentada e o que discutimos no capítulo anterior, podemos apontar que temos uma interpretação sobre o colonialismo e sua perpetuidade, sob a ótica decolonial, enraizada na América Latina até os dias atuais.

A segunda etapa associa-se à emergência das indústrias e ao paulatino controle das potências industriais-colonizadoras que assumem a ponta da organização dos fluxos capitalistas no mundo. A terceira etapa, assim, reflete uma nova organização da produção, possibilitada pelos avanços tecnológicos que, na quarta etapa, em meio a um contexto mais complexo, se beneficia ainda mais dos avanços tecnológicos, principalmente pelos campos da robótica, da informática e dos fluxos de informação. Conforme nos aponta Sene (2007, p.32):

A unicidade das técnicas em escala planetária, embora progressiva desde o início da mundialização capitalista, acelerou-se muito no pós-Segunda Guerra, sobretudo depois da invenção do avião a jato, do satélite e do computador. Isso tem permitido crescente aceleração de fluxos e aproximação entre lugares, algo impensável na época do colonialismo ou mesmo do imperialismo.

Como nos propõe Porto-Gonçalves, existe um desafio ambiental que pauta sua preocupação, penetra o mundo contemporâneo e permite a interpretação das complexas tramas aí (des)organizadas. De fato, podemos afirmar que presenciamos um período que

é uma crise, como nos aponta Santos (2008). Tal crise incide sobre muitos aspectos do real, entre eles o meio ambiente. Como destaca Santos (2008, p.36), “Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis¹⁶ desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra”.

Contudo, existe um apontamento realizado por Porto-Gonçalves (2004; 2006; 2015) em que organismos multilaterais emergem como atores que influenciam diretamente os rumos de países pobres. Esse direcionamento exercido por esses organismos exerce forte impacto nas questões ambientais mundo afora. Observamos isso quando Porto-Gonçalves (2015a, p.309) nos indica que:

Há uma evidente relação não só entre a dinâmica geral do capitalismo e a tendência para a homogeneização das atividades de domesticação de plantas e animais como, nos últimos anos, vem ocorrendo uma expansão desses agroecossistemas monocultores capitalistas em direção a áreas ricas em diversidade biológica. Para isso tem havido grande estímulo por parte das políticas de ajuste estrutural recomendadas por instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e, cada vez mais, a OMC.

Com relação a esse ponto, Santos (2008, p.73) nos aponta que a:

Produção maciça de pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõem-se e explica-se como algo inevitável. Mas é a pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parciais, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza.

Concretiza-se, assim, a globalização perversa que Santos¹⁷ (2008) discute em sua obra. Trata-se de um fenômeno que imprime a tirania do dinheiro e da informação, dentre outros elementos, para estimular o consumo cada vez mais desenfreado, desregulamentado e amplamente incentivado pelos meios comunicativos. Ou seja, o

¹⁶ Entendidos aqui como os agentes hegemônicos da globalização, as grandes corporações, os símbolos máximos da globalização (PORTO-GONÇALVES; HAESBAERT, 2006; SANTOS, 2008).

¹⁷ Trazer Milton Santos a esta pesquisa tem um significado especial, tendo em vista que esse renomado geógrafo contribui decisivamente para a formação de Porto-Gonçalves, entre outros motivos, por suas ideias como orientador de mestrado desse autor.

poder das fábulas se sobrepõe às diversas nações, encantando-as enquanto o meio ambiente é sorrateiramente ignorado e suplantado.

Porto-Gonçalves utiliza-se das três globalizações que Santos (2008) apresenta em sua obra. Percebemos tal discurso tendo em vista sua inclinação para as questões ambientais. A globalização, tal como ela é, eleva o consumo e a pressão para os diversos ecossistemas do planeta, arrasando, nessa esteira, outras territorialidades. Destaca-se, aqui, que essa globalização real é seletiva espacialmente, ou seja, age em determinadas localidades e sobre determinadas pessoas, marginalizando uma imensa massa seduzida pelas possibilidades das benesses da globalização.

A globalização, como fábula, traz um disfarce das ações de empresas, organismos multilaterais – como os mencionados anteriormente – e organizações não-governamentais – amplamente criticadas por Porto-Gonçalves, em sua obra. Diante de tal quadro, é preciso imprimir esforço intelectual para realizar uma leitura dessa complexidade que nos cerca e que compõem o espaço geográfico. A partir dessa etapa, é possível traçar alternativas que rumem para outras possibilidades, por uma outra globalização. No caso de Porto-Gonçalves, a denúncia das ações dos atores supracitados, aliados a sua leitura que se direciona, nessas três obras analisadas no presente capítulo, para uma concepção decolonial, perfazem suas ideias e ações. Tais ideias tornam-se concretas em suas obras e suas ações, em sua militância contínua.

O cenário perverso que caracteriza a globalização, descrito na obra de Porto-Gonçalves, traz à tona, também, outro conceito relevante que tange suas obras voltadas para a análise global. Trata-se da ideia de sociedade de risco, associada a Giddens e Beck.

Beck (1997, p.17) aponta que o conceito de sociedade de risco:

Designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial. Isto levanta a questão da autolimitação daquele desenvolvimento, assim como da tarefa de redeterminar os padrões (de responsabilidade, segurança, controle, limitação do dano e distribuição das consequências do dano) atingidos até aquele momento, levando em conta as ameaças potenciais.

Ao afirmar que “vivemos em uma sociedade de risco”, Porto-Gonçalves (2015a, p. 16) compreende todo o significado que devemos levar em consideração ao presenciar os problemas que acompanham a sociedade contemporânea. A questão que associa o

processo de industrialização a questões ambientais emerge na segunda etapa da globalização, apontada em sua obra. Temos uma sociedade de risco, pois ela não se autoavalia, como sugere Beck. Tal sociedade, de caráter amplamente capitalista, ultrapassa os séculos XIX e XX, aprofundando suas marcas industriais nos ecossistemas por meio do processo de globalização, que interliga, velozmente, distintas áreas do globo em nome do consumo e do lucro.

Contudo, não podemos deixar de citar uma adjetivação relevante para a compreensão da globalização em Porto-Gonçalves. Por diversas vezes, a globalização é dada como um processo de caráter neoliberal. Portanto, cabe-nos agora observar o que tal conceito, que adjetiva a globalização, tem a nos dizer sobre a ótica do autor.

Para tanto, devemos compreender a natureza desse conceito. Primeiramente, é preciso levar em consideração, como indica Harvey (2008, p.15):

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento.

Dessa forma se apresenta o neoliberalismo nos dias atuais: inquestionável para uns, doutrina para outros. Extremamente ajustado ao capitalismo, esse conceito, dado como uma teoria de práticas político-econômicas, preza pelo bem-estar promovido à sociedade através de liberdades e empreendedorismo. Propriedade privada, livre-mercado e livre-comércio são premissas elementares dessa teoria. O Estado deve assumir uma postura de modo a não interferir nos aspectos econômicos da sociedade, pois é dado como incapaz de administrar tal âmbito. A preocupação máxima do Estado é garantir as condições mínimas para que possam existir mercados sólidos e livres.

Os direitos dos indivíduos ficam, assim, circunscritos à esfera economicizada da realidade, na qual tudo vira mercadoria. Por consequência, o caráter neoliberal da globalização coloca uma etiqueta de preço sobre a natureza, sobre os territórios dos povos tradicionais e sobre o ser humano, movendo-os conforme a necessidade do capital (HARVEY, 2008).

Observa-se, nas obras analisadas nesse capítulo, que Porto-Gonçalves menciona outra derivação do liberalismo. Trata-se do liberalismo ambiental. Reforça-se, por meio desse conceito, a questão ambiental dentro da lógica neoliberal vigente, na qual a

mercantilização da natureza se faz presente. Como grandes exemplos dessa questão, mencionam-se os Mecanismos de Certificação Florestal (MCF), Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), as implicações diversas da Revolução Verde e o mercado de carbono, entre outros.

Por meio desses exemplos citados, podemos verificar as estratégias do capital para mercantilizar a natureza, obtendo um caráter legal e disputado. Ou seja, trata-se de um pensamento já introjetado num caráter global e aceito mercadologicamente, atendendo às premissas que Harvey aponta para uma aceitação deliberada desse pensamento.

2.5 – O sistema-mundo moderno-colonial: o decolonialismo em voga

Diante de intensas contradições presentes no cenário global atual, seja diante das condições políticas, econômicas, ambientais, entre outras, olhar para ao passado se faz necessário como um, dentre outros, instrumentos possíveis para buscar uma compreensão satisfatória sobre o que constitui nosso tempo e nosso espaço atual. Contudo, não podemos ter um olhar ingênuo, que não desmistifique as contradições que foram construídas ao longo dos últimos séculos. Significa que é preciso se posicionar diante do real e percebê-lo como uma simultaneidade de fatos espaço-temporais que uma visão retilínea da História não nos permite compreender – só nos permite, de fato, analisá-lo de forma leviana, satisfazendo a quem se contentar com tal perspectiva (BHABBA, 2008).

É pensando nessas condições que diversos autores nos apresentam interpretações que permitem uma análise que vá além dos “fatos enfileirados”, como reza a modernidade europeia (*ibidem*, 2008). A perspectiva eurocêntrica apresenta-se como uma visão de mundo na qual os fatos tomam a Europa como uma região privilegiada por uma centralidade em vários aspectos. Tal “privilégio” se materializa, por exemplo, em questões econômicas, religiosas, científicas etc. Desse modo, podemos afirmar que o padrão europeu, visto por seus protagonistas colonizadores, situa-se num patamar superior, frente às demais culturas.

Tendo em vista o que nos aponta Porto-Gonçalves (2015a, p. 24), ao considerar que o mundo moderno está diretamente relacionado à afirmação de um papel hegemônico da Europa, ocorre que “com frequência, esquece-se que, junto ao processo de modernização, se deu o de colonização”. Nesse ponto, Porto-Gonçalves associa seu

pensamento a outros intelectuais latino-americanos, como percebemos ao analisar as obras mais recentes desse autor, no capítulo anterior.

Assim, temos amplas críticas ao processo de colonização, frente a todos os seus impactos gerados nas culturas já existentes na América, antes da chegada dos europeus. Desse modo, o processo exploratório perpassa os séculos, mesmo após os processos de independência dos países latino-americanos, mantendo-se a racionalidade colonial ativa (PORTO-GONÇALVES, 2015a).

Diante disso, vemos como necessária a discussão do conceito amplamente discutido em muitos trabalhos de Porto-Gonçalves – e alinhado à temática ambiental – denominado “sistema-mundo moderno-colonial”, conceito que possui estreita relação com a problemática apresentada no capítulo anterior.

Para podermos nos direcionar ao conceito, é preciso compreender seu contexto, ou seja, perceber minimamente como Porto-Gonçalves se entrelaça à temática que se associa a tal ideia. Assim, é preciso retomar que sua trajetória autoral é marcada pela questão do embate homem-natureza – que teima ainda em ser um embate – compondo esse um dos tópicos de maior relevância em sua obra. Somada a esse aspecto, temos também discussões e críticas severas ao modo de produção capitalista¹⁸.

Dessa forma, buscaremos apresentar aqui uma síntese da construção do conceito de sistema-mundo moderno-colonial em Porto-Gonçalves, observando sua abordagem e as associações nas quais fique explícita sua contribuição interpretativa frente ao plano teórico, observando-se que temos uma relação estreita ao materialismo histórico-geográfico de Soja (1993).

Para Porto-Gonçalves (2008a, p.39), apoiar-se em tal conceito teórico “significa abandonar uma visão linear do tempo, que certas correntes marxistas partilham com os liberais e que não é um tempo abstrato, mas o tempo europeu, branco, burguês e fálico da segunda moderno-colonialidade”.

Partindo-se para a discussão do conceito de sistema-mundo moderno-colonial, iniciaremos por uma abordagem que desmembra esse conceito em duas partes. Assim, sistema-mundo é um conceito formulado por Immanuel Wallerstein. Esse autor é a uma, dentre outras, fontes teóricas para Porto-Gonçalves conceber suas formulações acerca da atual América Latina de forma crítica à sua conformação eurocêntrica (PORTO-GONÇALVES, 2004a, 2015a; PORTO-GONÇALVES; HAESBAERT, 2006). Percebe-

¹⁸ Tais aspectos serão mais bem discutidos no terceiro capítulo da presente pesquisa.

se que o olhar histórico lançando tem como destino específico o continente europeu, pois é neste local que emergem as condições do que se consagra como sistema-mundo moderno.

É na análise da formação desse sistema mundial, dentre outros possíveis – e assinalados por Wallerstein – que se centra o foco principal de seus trabalhos (WALLERSTEIN, 1974, 1998, 1999). O modo como se constituem as Geografias pretéritas europeias resultam numa possibilidade jamais vista antes. A maneira como os impérios europeus anteriores ao século XV – ao menos – se relacionaram permitem uma sinalização importante: seu modo organizacional, referente a seu espaço geográfico-econômico, se dá por meio de uma esfera própria de relações internas que as distinguem de outras esferas. Dito de outra forma, a economia-mundo europeia aparta-se das demais devido a uma conjuntura intrínseca, possuidora de certas limitações (WALLERSTEIN, 1974).

Esse é um ponto bem assinalado por Wallerstein, que nos deixa evidente como podemos perceber o conceito “economia-mundo” no plural, tendo em vista que existiam outras possibilidades, tais como a Ásia e sua própria economia-mundo, onde a Europa aparecia como “parceira econômica” (*ibidem*, 1974). Contudo, cabe compreender os motivos para ambas as “economias-mundo” citadas não significarem uma só. Temos, nesse ponto, uma explicitação de que tal distinção se dá, entre outros motivos, pela coesão comercial estabelecida num espaço intraeuropeu em oposição a um espaço intra-asiático.

Reiterando o que afirmamos anteriormente, a relação comercial e o fluxo de pessoas/mercadores/mercadorias entre os dois continentes dão-se de forma que aquilo que existe no espaço interior a tais continentes é superior, em termos político-econômicos, a uma situação que caracterize uma hibridização ou superioridade de um continente sobre outro. Assim, as trocas comerciais são realizadas sob determinadas condições. Tais condições nos permitem apontar os limites entre as distintas economias-mundo ou, nas palavras de Wallerstein (2014, p.294):

Caracterizemos esta distinção como uma distinção entre a periferia duma economia-mundo e a sua arena exterior. A periferia duma arena-mundo é aquele seu sector geográfico onde a produção é essencialmente de bens de baixa categoria (isto é, de bens cuja mão de obra é pior remunerada), mas que é parte integrante do sistema global da divisão do trabalho, dado que as mercadorias implicadas são essenciais para o uso diário. A arena-exterior duma economia mundo

é composta por aqueles outros sistemas mundiais com os quais uma economia-mundo dada mantém algum tipo de relações comerciais, baseadas fundamentalmente no intercâmbio de objetos preciosos, o que às vezes se chamou comércios ricos.

Entretanto, a cristalização da economia-mundo europeia amplia-se em momento específico, concomitantemente à emergência do capitalismo como forma de organização econômica. Esse, por sua vez, também se consolida num contexto específico: o da crise do feudalismo. Dessa forma, temos que ter em mente que capitalismo, ampliação do sistema-mundo europeu, formação do Estado, colonialismo, escravidão e modernidade (para nos atermos ao mínimo que nossas intenções exigem) são elementos que se consubstanciam num mesmo processo (não de forma repentina), primeiramente no cenário europeu, sendo induzidos ao espaço geográfico de influência desse continente, o sistema-mundo europeu, “externo ao continente europeu”, num momento posterior. Conforme nos aponta Wallerstein (2014, p. 26), existiram:

economias-mundo antes. Mas transformaram-se em impérios: China, Pérsia, Roma. A economia-mundo moderna poderia ter ido na mesma direção [...] mas as técnicas do capitalismo moderno e a tecnologia da ciência moderna, que estão, como sabemos, ligadas por alguma forma, permitiram que esta economia-mundo prosperasse, produzisse e se expandisse sem a emergência de uma estrutura política unificada.

Já em Vilar (2001, p.49), também verificamos outra assertiva sobre a concepção de contexto histórico, ao apontar que: “a cada modo de produção corresponde não somente um sistema de relações de produção, como também um sistema de direito, de instituições e de formas de pensamento”.

Em síntese, podemos destacar o que Wallerstein (1974, p.337) resume como sistema-mundo:

É um sistema social, um sistema que possui limite, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo em seu proveito. Tem as características dum organismo, na medida em que tem um tempo de vida durante o qual as características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros. Podem definir-se as suas estruturas, em momentos diferentes, como fortes ou fracas, em termos da lógica interna do seu funcionamento.

Dentro dessa lógica de funcionamento, podemos destacar um aspecto relevante: o papel do comércio inserido tanto no contexto de transição entre feudalismo e capitalismo, como num momento posterior à consolidação do capitalismo. No contexto de transição podem existir discussões quanto ao papel do comércio no feudalismo, tendo em vista a dualidade campo-cidade. De certa forma, as cidades europeias representaram um espaço geográfico propício ao desenrolar da transição entre um sistema econômico e outro. De acordo com Vilar (2001, p.37), “todo elemento contrário ao princípio do modo de produção feudal prepara sua destruição”. No caso feudal, tal princípio significava a “propriedade da terra, em diferentes graus, e a propriedade limitada sobre as pessoas” (*ibidem*, p.37).

Podemos apontar, a título de exemplo, uma questão de conflitos impostos que se situam nesse sentido, tendo em vista que “a cidade adquire uma grande importância ao lado dos campos [...], os impostos do Estado vêm competir com os tributos senhoriais: todos estes atos são ameaças à pureza do regime feudal e preparam sua desagregação” (*ibidem*, p. 37). Assim, é relevante apontar, segundo Vilar (*ibidem*, p.40) que “de fato, a primeira etapa da formação do capitalismo, depois da crise dos séculos XIV e XV, não poderia fundar-se senão por um avanço das forças produtivas, que ocorreu entre meados do século XV e XVI”.

Contudo, cabe destacar que Wallerstein faz apontamentos sobre a relação cidade-campo, deixando evidente uma complementaridade entre ambos os espaços, tendo em vista que o comércio de excedentes também era prática feudal – porém, numa proporção menor do que tínhamos nas cidades, observando-se que a subsistência era favorecida no contexto rural em detrimento da produção de excedentes.

Desse modo, desajustes estruturais internos ao sistema feudal o vão minando, enquanto outras condições vão emergindo e se firmando nas cidades, locus das condições de prosperidade capitalistas, intimamente relacionadas às condições de ampliação do sistema-mundo. Contudo, como discutir tais condições que minam o feudalismo não representam os objetivos aqui pretendidos, analisaremos o que se dá no momento histórico seguinte ao processo de emergência do capitalismo no contexto urbano.

Com relação à questão do comércio no momento posterior à consolidação do capitalismo, é possível fazermos apontamentos que afirmem a presença de uma interdependência entre sistema-mundo e capitalismo. Segundo Wallerstein (1974, p.26):

As técnicas do capitalismo moderno e a tecnologia da ciência moderna, que estão, como sabemos, ligadas por alguma forma, permitiram que esta economia-mundo prosperasse, produzisse e se expandisse sem a emergência de uma estrutura política unificada.

O sistema-mundo moderno europeu erige-se, portanto, de acordo com suas configurações próprias e suas necessidades específicas associadas ao contexto desse continente nos séculos XV e XVI. Dessa forma podemos, nesse momento, destacar três pontos que se referem às condições fundamentais para que se estabelecesse o sistema-mundo associado ao capitalismo: a primeira seria a expansão geográfica do próprio sistema-mundo europeu para demais localidades; a segunda, a elaboração de métodos próprios de trabalho, de modo que o controle de produtos e áreas específicas fosse concretizado e, por fim, a fortificação do aparelho do Estado, de modo que a administração desse novo contexto possuísse um ator para geri-lo, com intenções determinadas (WALLERSTEIN, 1974).

Nesse contexto, procurando exemplificar o exposto acima, temos, no século XVI, a Expansão Marítima europeia, na qual Portugal (Estado fortificado) se destaca inicialmente, lançando seus incipientes interesses capitalistas às novas possibilidades que surgem desse novo contexto, entre as quais a colonização¹⁹. Eis os três pontos verificados, levantados no parágrafo anterior. A partir daí, podemos apontar autores que afirmam ser através desse processo que se inicia a globalização. Conforme nos aponta Porto-Gonçalves (2015, p.24) temos, a partir de então, “uma história e uma Geografia verdadeiramente mundiais, impondo-se cada vez mais às histórias regionais ou, pelo menos, condicionando-as”. É a cristalização do sistema-mundo europeu sobre a América, desde 1492. Esse novo amálgama converge para situações jamais pensadas, porém muito bem aproveitadas pelos colonizadores imersos nesse novo processo multiescalar ainda pouco desvendado por cientistas sociais (IANNI, 1998).

Até o momento, discutimos brevemente o que representou a emergência do sistema-mundo moderno-europeu dado por Wallerstein. Desse modo, é preciso levar em consideração que, por meio de tal interpretação, é gerado um contexto histórico relacionado ao processo de colonização do continente americano, o qual irá alterar

¹⁹ Vale destacar a colonização a que nos referimos aqui não se trata de um processo único e pontual. Outros processos de colonização, como os ocorridos em África, Ásia e Oceania, ao longo do século XIX, formam outros exemplos desse processo plural. Contudo, vale destacar que, ao longo desta pesquisa, o processo de colonização ao qual nos referimos é o iniciado no século XV/XVI por parte dos europeus, sobretudo em direção à América Latina.

drasticamente seu espaço geográfico e o espaço geográfico mundial, tendo em vista o modo como se dá tal processo – destacando-se, entre outros pontos, a emergência do capitalismo (MIGNOLO, 2005).

Os trabalhos de Porto-Gonçalves (PORTO-GONÇALVES, 2004a, 2015; PORTO-GONÇALVES; HAESBAERT, 2006) nos remetem de modo recorrente ao fato de termos uma situação específica na América Latina: a de que a colonialidade sobreviveu à colonização. Essa afirmação carrega em si uma visão de mundo muito ampla que, para ser sintetizada, denota uma condensação teórica ampla, como destacada no capítulo anterior. Tendo isso em vista, podemos nos voltar, brevemente, às matrizes teóricas que subsidiam a construção dessa perspectiva de seu pensamento, de modo a investigarmos quais são essas matrizes e em que contexto a afirmação destacada linhas acima se enraíza nas ideias de Porto-Gonçalves.

Um grande trunfo europeu rumo à concretização de seu eurocentrismo foi o modo como suas economias souberam se articular frente às mudanças geopolíticas ao longo da Idade Média, preponderantemente. Para compreendermos o contexto em que há uma guinada europeia, Dussel (2004, p.212) aponta-nos que o oriente, representado com maior força pela China, desarticulava as chances de existir um sistema-mundo controlado por europeus até o século XVI. Será com a América inserida nas finanças europeias que outro quadro se abre:

Por el contrario, la anexión de Amerindia en 1492 por España permitirá que Europa inicie el despliegue del sistema-mundo — ahora realmente “mundial” —, pero debemos tener conciencia de que esa Europa tenía significación periférica en referencia al espacio económico y cultural continental asiático.

O caráter periférico europeu será superado ao longo dos séculos, o que podemos caracterizar, também, como segunda modernidade, num momento associado à emergência da Revolução Industrial.

Até então, temos uma Europa que procura ampliar seu espaço de influência sobre outras áreas e que obtém tal êxito ao se deparar com a América. Mas deparar-se com a América não se restringe a um mero contato entre povos desconhecidos. Haverá outras representações, nesse intercâmbio. Um ponto de destaque, de início, é a questão do imaginário europeu sobre a América. Desse modo, deixamos explícito que há uma forma de ver, observar, subjugar e administrar o espaço americano, de um modo

específico às exigências europeias inseridas no contexto de Expansão Marítima e de sua pretensa afirmação no sistema-mundial moderno.

Podemos acrescentar, ainda, que nesse constructo europeu sobre a América, há o fator conflitos étnicos. Eis um ponto que Mignolo (2005, p.37-38) destaca, para compreendermos o desenvolvimento do processo colonizador: “o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactadas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado”.

A questão etnoracial também se faz presente em Quijano (2005, p.107), quando o autor nos apresenta os dois processos históricos que convergiram e se associaram na produção do espaço/tempo associado à América. São eles:

A codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça [...]; a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.

Vemos nesse ponto, como a questão etnoracial atende aos interesses dos colonizadores, ao lado das questões econômicas e da autoafirmação europeia no sistema-mundo, tendo em vista que “os povos conquistados foram postos numa situação natural de inferioridade e, conseqüentemente, também seus traços fenótipos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (*ibidem*, p.108). Dessa forma, pode-se falar de uma divisão racial do trabalho que é, assim, estabelecida.

A partir do exposto e a partir das ideias apresentadas no primeiro capítulo, associadas à discussão da colonialidade do poder de Mignolo, temos um sentido de modernidade que representa um amplo feixe de significações na construção histórica americana. Mignolo (2005, p.36) nos aponta que:

A configuração da modernidade na Europa e da colonialidade no resto do mundo (com exceções, por certo, como é o caso da Irlanda), foi a imagem hegemônica sustentada na colonialidade do poder que torna difícil pensar que não pode haver modernidade sem colonialidade; que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa.

Afirmamos, anteriormente, a relevância da questão ambiental na obra de Porto-Gonçalves. Contudo, até o momento, optamos pela apresentação da base do conceito de sistema-mundo moderno-colonial, amparando-nos nas matrizes teóricas presentes em

Porto-Gonçalves. Neste momento, portanto, pretendemos apontar o modo como se dá esse entrelaço teórico do conceito trabalhado à temática ambiental.

Para tanto, podemos observar frequentemente, em suas obras, o modo como se dá tal relação. A partir do uso dos conceitos de território e de Estado, aponta-se como os recursos existentes, provindos da natureza, são fundamentais desde os princípios do sistema-mundo moderno-colonial, tendo em vista a pujança europeia decorrente da exploração do continente americano. O território, tal como tomado pela modernidade europeia, se estabelece através do Estado. O Estado, por sua vez, é uma instituição, que, desde seus primórdios, viabiliza interesses específicos que, para serem atendidos, demandam recursos naturais, internos ou externos ao próprio Estado. A obtenção de recursos externos impulsionou, já no século XV-XVI, nações europeias em busca de novas terras para obtenção de novos recursos (PORTO-GONÇALVES; HAESBAERT, 2006).

Ocorre que a simples obtenção de terras não significa somente a presença física do colonizador – ela vai além, expressando-se numa territorialidade própria que se sobrepõe às outras existentes. Dito de outra forma, a presença europeia no continente americano se desdobra numa gama de modos interventivos, implantando novas territorialidades/racionalidades sobre os povos originários. Daí, termos em Porto-Gonçalves e Haesbaert (2006, p.20) que “o espaço-mundo em sua totalidade é que deve ser levado em conta, para que possamos entender por que o pensamento europeu privilegia o tempo em detrimento do espaço”.

Observamos aqui uma convergência com as ideias de Dussel (2005) e Mignolo (2005), ao realizar-se a crítica ao eurocentrismo, ao mesmo tempo em que temos as ideias de Soja (1993), visto o questionamento do tempo em relação ao espaço na concepção histórica da colonialidade.

Outro ponto relevante para a questão ambiental associada ao conceito de sistema-mundo moderno-colonial é trabalhado por Porto-Gonçalves quando ele realiza, em sua obra *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (2005, p.23), a compartimentação em fases do processo de globalização, conforme apresentamos na seção respectiva do presente capítulo, afirmando que seu início é simultâneo à emergência do sistema-mundo moderno-colonial.

Dessa forma, temos que os processos de intervenção humana sobre os ambientes naturais se darão de forma cada vez mais intensa e cumulativa. Porto-Gonçalves (2015,

p.25), afirma que “o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente”.

Após a Revolução Industrial, os processos de intervenção sobre os recursos tendem a se ampliar cada vez mais, iniciando-se por meio da máquina a vapor até a utilização em larga escala do petróleo, um ritmo inédito de pilhagem da natureza. Tendo em vista que os processos de independência na América se dão entre os séculos XVIII e XIX, afirma-se que a lógica de obtenção de recursos naturais para as indústrias europeias mantém um padrão colonizador que se instala sobre as ex-colônias em diversos aspectos, tais como o político e o econômico, por exemplo. Daí a permanência da lógica colonial amplamente criticada pelos autores decoloniais que servem de matriz a Porto-Gonçalves.

Contudo, o quadro de obtenção de matérias-primas altera-se cada vez mais, observando-se que a tecnologia (principalmente a partir do século XX), alinhada a interesses capitalistas, constitui-se num método eficaz e cada vez mais intenso de extração de recursos, o que resulta na complexa globalização da natureza de que presenciamos hoje.

Destacamos que a leitura de Porto-Gonçalves é feita sobre o contemporâneo, predominantemente. Com isso, destacamos que sua abordagem de sistema-mundo moderno-colonial se pauta por seus estudos sobre as questões ambientais, territoriais etc., atuais na América Latina, e daí sua preocupação com a reprodução de um modelo moderno-colonizador frente a uma região riquíssima em amplos sentidos, tais como o cultural e o ambiental.

Mesmo que cultura e ambiente sejam apresentados aqui de forma separada, esclarecemos que é por meio de uma visão integradora que esses elementos são vistos por Porto-Gonçalves. Com isso, todas as ressalvas que os atuais projetos moderno-colonizadores representam atingem homem e natureza, sem distinção. E não só isso. Tratando-se de uma mentalidade eurocêntrica (estadunidense também) permeada pela modernidade industrial-cristã-branca-machista, ela se assenta, de modo forçoso, sobre as territorialidades pré-existentes à colonização.

Nas quatro fases da globalização que temos assinaladas por Porto-Gonçalves, há uma sobreposição de fatores que resultam na globalização neoliberal que dilacera as economias mais enfraquecidas, sendo essas localizadas justamente em territórios de ex-colônias.

2.6 – Racionalidade ambiental: a influência de Leff

A presença de Enrique Leff e de seu conceito sobre a racionalidade ambiental é extremamente relevante nas obras de Porto-Gonçalves, analisadas neste capítulo. Com isso, não afirmamos que em obras posteriores, como as expostas no capítulo anterior, tal conceito não estava presente. Afirmamos, contudo, que nas obras analisadas no presente capítulo tal conceito torna-se estruturante das ideias de Porto-Gonçalves para a construção de suas elaborações relacionadas à questão ambiental inserida em sua Geografia.

Portanto, presenciamos constantemente citações e ideias desenvolvidas que remetem às ideias de Leff, associadas a tal conceito. Assim, tendo em vista o escopo da presente pesquisa, devemos nos indagar quais são os motivos para Leff ser constantemente citado. Ou seja, partimos da questão: Por que esse autor é incorporado ao discurso de Porto-Gonçalves diversas vezes? É procurando responder tal questão que desenvolveremos essa parte de nossa pesquisa.

Observemos um excerto de Porto-Gonçalves (2004a, p.75), destacando de início:

O capital não tem pátria, já ouvimos, e, assim, por meio da questão ambiental, o que se debate é a natureza das relações sociais, culturais e políticas que estabelecemos com a natureza. São racionalidades distintas em conflito, sobretudo a racionalidade econômico-crematística, levada ao paroxismo no capitalismo, e as racionalidades ambientais, conforme sugere Enrique Leff.

Dessa forma, percebemos que o conceito de racionalidade ambiental se apresenta como uma ideia oposta ao que o capitalismo propõe, algo de caráter estritamente econômico-crematístico. A ideia de adjetivar o capitalismo da forma que faz não é em vão. O termo “crematística” refere-se a uma utilização inconsequente de algo, visando ao acúmulo de riqueza daquele que detém algo a ser vendido.

É exatamente esse um dos grandes problemas que temos denunciado na questão ambiental de Porto-Gonçalves, em seu discurso. Estamos inseridos num sistema econômico que, sem muitos escrúpulos, ignora as limitações do planeta, como se o sistema produtivo fosse alheio às questões ambientais. No discurso de Leff, podemos perceber tal preocupação. É o ponto no qual tal autor menciona a externalidade com que a natureza é tratada pois, como nos aponta Leff (2002, p.109):

A problemática ambiental propõe a necessidade de internalizar um saber ambiental emergente e todo um conjunto de disciplinas, tanto das ciências naturais, como sociais, para construir um conhecimento capaz de captar a multicausalidade e as relações de interdependência dos processos de ordem natural e social que determinam as mudanças socioambientais, bem como para construir um saber e uma racionalidade social orientados para os objetivos de um desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro.

Sendo observada e tratada como um elemento da realidade apartado do ser humano, o sistema produtivo capitalista apodera-se dos recursos existentes no planeta e, indiscriminadamente, faz uso desses, custe o que custar. Obviamente, admitindo-se a própria lógica mercantilista que temos, os custos pairam sobre um determinado espaço geográfico. É nesse ponto que temos uma convergência significativa entre Porto-Gonçalves e Leff, pois ambos possuem a América Latina como protagonista de seus estudos.

Assim, tendo-se esse recorte espacial definido, ambos os autores, cada um à sua maneira, traçam as problemáticas existentes nessa região, associando os fluxos diversos ali existentes à questão ambiental e ao capitalismo contemporâneo. Com isso, partindo-se para uma observação da realidade, é possível apontar como as populações locais são atingidas pela soberania da lógica capitalista e como o meio ambiente “paga” por ser dado como algo externo ao ser humano.

Essa situação, na qual a natureza aparta-se do ser humano, deriva de uma discussão que visa, por uma perspectiva que os autores apresentam, explicar o desenvolvimento das ciências. Com isso, temos que a situação da ciência hoje é resultante de uma série de pensamentos estruturados ao longo de séculos, que esteve sob a tutela de interesses específicos. Leff (2002, p.62) nos aponta que:

Uma das principais causas da problemática ambiental foi atribuída ao processo histórico do qual emerge a ciência moderna e a Revolução Industrial. Esse processo deu lugar à distinção das ciências, ao fracionamento do conhecimento e à compartimentação da realidade em campos disciplinares confinados, com o propósito de incrementar a eficácia do saber científico e a eficiência da cadeia tecnológica de produção.

A partir do exposto acima, temos que a construção e o desenvolvimento da ciência moderna, associados ao desenvolvimento do capital e impulsionados pela

Revolução Industrial, especializam-se de modo específico. Obviamente, essa espacialização não se dá de modo idêntico entre as diferentes nações.

Vemos que a presença de pressupostos decoloniais em Porto-Gonçalves indicam isso, pois a diferença de espacialização da ciência moderna e do capitalismo tem uma marca característica na América Latina. A expropriação dos recursos naturais, ao longo de séculos de colonialismo (deixando evidente que colocamos o tempo presente inserido na lógica colonial) afeta não somente o meio ambiente, mas diversos povos que não estão inseridos nessa lógica, tal como deseja o capital.

Porto-Gonçalves e Haesbaert (2006, p.105) esclarecem que não se deve “confundir uma análise crítica da ideologia científico-tecnológica com a recusa à ciência e à técnica”. O que é preciso levar em consideração é que existem diferentes formas de se pensar a produção do espaço geográfico sob diferentes concepções, ou seja, sob diferentes racionalidades. A grande questão aqui é que temos uma racionalidade imperante – a econômica – que se sobrepõe às demais racionalidades.

A racionalidade econômica é inerente ao processo de constituição do capital e da ciência moderna. Sendo a principal territorialidade imposta no mundo, a do Estado Moderno, tal conformação também estará em consonância com as aspirações eurocêntricas capitalistas, ao menos num primeiro momento, uma vez que, em momentos históricos posteriores, temos a emergência dos Estados Unidos e do Japão, para citarmos outros exemplos de Estados imperialistas que, dançando no ritmo capitalista, ampliam aquilo que fora construído pelas potências europeias desde o século XVI (PORTO-GONÇALVES; HAESBAERT, 2006).

A racionalidade ambiental é, portanto, uma saída frente a um cenário instalado, imposto e efetivo no cenário global. Leff (2006, p.228) evidencia que a execução da racionalidade econômica, tal como ela é, indica que:

Não há solução meramente tecnológica para uma economia sustentável a não ser a criação de outra racionalidade produtiva, que permita um equilíbrio entre produção neguentrópica de biomassa a partir da fotossíntese e a transformação entrópica dos recursos finitos do planeta.

Tendo em vista esses processos históricos que conformam a crítica que a racionalidade ambiental traz, vemos como necessário, nesse momento, apontar mais

informações que trazem à tona o contexto e definições desse conceito. Desse modo, Lopes (2009, p.108) aponta que:

Compreendemos que a construção de uma racionalidade ambiental é um processo que não pode ser resolvido por atos de uma individualidade, empreendida por apenas uma ciência ou um grupo social; envolve processo teórico de produção e de transformação social amplo e complexo.

Essa perspectiva exposta no excerto acima contribui para evidenciar como a conformação da racionalidade ambiental traz à tona que o “pensar sobre o meio ambiente”, de modo ontológico e epistemológico, exige uma complexidade que não pode ser obtida através de uma única ciência. Será o diálogo entre diferentes saberes, entre eles os que não são vistos como ciência pela própria visão científica, o que permitirá a construção de uma racionalidade nova.

Para elaborar suas ideias, Leff se valerá de teóricos dados como essenciais na conformação de seu conceito de racionalidade ambiental. Em suas palavras, Leff (2002, p.110) usará três teorias

Que aparecem como campos férteis para compreender os processos sociais que constituem uma racionalidade ambiental: o conceito de formação socioeconômica de Marx, o conceito de racionalidade de Weber e o conceito de saber em Foucault.

Como pré-requisitos para a construção de seu conceito Leff (2002, p.111-112), aponta ser necessário:

A incorporação dos valores do ambiente na ética individual, nos direitos humanos e na forma jurídica dos atores econômicos e sociais; a socialização do acesso e apropriação da natureza; a democratização dos processos produtivos e do poder; as reformas do Estado que lhe permitam mediar a resolução de conflitos de interesses em torno da propriedade e aproveitamento dos recursos e que favoreçam a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais; o estabelecimento de uma legislação ambiental eficaz que normatiza os agentes econômicos, o governo e a sociedade civil; as transformações institucionais que permitam uma administração transsetorial do desenvolvimento; e a reorientação interdisciplinar do desenvolvimento do conhecimento e da formação profissional.

Após observar esses elementos estruturantes do conceito de Leff, ao voltarmos nossa atenção para a obra de Porto-Gonçalves, vemos como a similaridade de ideias entre os autores é notória. Não é à toa que teremos obras elaboradas em conjunto pelos dois autores, que prefaciem um a obra do outro, entre outros exemplos que demonstram sua afinidade de ideias não apenas no âmbito da escrita, mas na vida e nos propósitos de luta.

As ideias de ambos os autores se complementam em sua militância pela América Latina, difundindo um modo de ver o mundo que julgam necessário, tendo em vista as possibilidades caóticas que o sistema capitalista e sua racionalidade econômica propõe à natureza, aos diversos povos tradicionais das entranhas latino-americanas, à população das grandes cidades etc.

Dada até mesmo como utopia, a racionalidade ambiental enfrenta aspectos fundantes dessa racionalidade econômica que aí está: economia, política, tecnologia e cultura devem ser repensadas, refletidas, reestruturadas. Será dentro de uma dialética social que o confronto das lógicas opostas – representadas pelas racionalidades que aí está e pela racionalidade ambiental – se realizará (LEFF, 2006).

O conceito de racionalidade ambiental, em Leff, é construído ao lado do saber ambiental. A complementaridade entre os conceitos é inquestionável. O saber ambiental se identifica com os conhecimentos possíveis ao redor do meio ambiente. Assim, a compreensão do meio ambiente não se dará de modo único. Por isso, podemos falar de saberes ambientais, o que torna a constituição da racionalidade ambiental um saber não homogêneo.

De acordo com Leff (2006, p.280-281):

O saber ambiental não conforma uma doutrina homogênea, fechada e acabada; emerge e se desdobra em um campo de formações ideológicas heterogêneas e dispersas, constituídas por uma multiplicidade de interesses e práticas sociais; nas estratégias de poder inscritas no discurso teórico das ciências (economia, ecologia, antropologia, direito); no saber camponês e das comunidades indígenas integrado a seus sistemas gnosiológicos, seus valores culturais e suas práticas tradicionais de uso da natureza; no saber ambiental inscrito nas políticas de desenvolvimento sustentável, em suas estratégias e em suas práticas discursivas, e em seus instrumentos normativos e jurídicos.

De acordo com Leff (2006) e Porto-Gonçalves (2015a), estamos diante de uma crise ambiental já instalada e desenvolvida há séculos, criada desde a emergência do capitalismo, associada à Revolução Industrial, à instituição do Estado Moderno etc.

Desse modo, pensar a crise ambiental é pensar na crise de todos esses elementos. Diante dessa situação caótica, os movimentos ambientais são uma consequência lúcida em meio à insensatez predominante, sob a tutela da racionalidade econômica.

Tais grupos, segundo Leff (2006, p.458) “nem sempre se identificam com uma classe, um partido ou um estrato social. É movimento que atravessa, com diferentes linhas de tensão, todo o tecido social”. A luta ambiental tem seus protagonistas, na América Latina, representados pelas populações que possuem suas territorialidades facetadas e/ou exterminadas. Contudo, a luta ambientalista é nutrida por todos que procuram esclarecimentos no funcionamento da ordem social. A racionalidade ambiental aparece desse modo. Os textos de Porto-Gonçalves representam a aplicação dessa “ferramenta teórica” para compor um conjunto de outras ideias que visam a problemática ambiental que atinge não somente a América Latina, mas o mundo todo.

Por fim, apontamos uma consideração relevante de Leff (2006, p.464) que versa sobre a irracionalidade da racionalidade econômica:

A racionalidade ambiental orienta, assim, processos e ações sociais para a desconstrução da racionalidade econômica, a descentralização do processo de desenvolvimento e o descentramento das próprias bases do processo produtivo. A revalorização e a capitalização da natureza não resolvem a contradição entre conservação e desenvolvimento ao incorporar as condições ecológicas da produção ao crescimento sustentado da economia, mas levam a repensar o ambiente como um potencial para um desenvolvimento alternativo que integre a natureza e a cultura como forças produtivas.

Observamos, no excerto acima, que o modo como (re)pensar a questão da relação entre sociedade e natureza, nos moldes capitalistas, não basta. Será impossível um efeito concreto de mudanças que levem em consideração todas as variantes associadas à questão ambiental se perpetuarmos o pensamento de mudanças dentro do “compartimento neoliberal”. Somente suplantando essa condição de pensamento será possível outro devir. A racionalidade ambiental está aí como um caminho possível para contribuir para novos devires.

2.7 – O socioambientalismo na escala global

Neste segundo capítulo, apresentamos as obras publicadas na primeira década deste século. Observamos com facilidade o modo como a escala global de abordagem se sobressai, somada à questão socioambiental fortemente influenciada por Wallerstein e Leff.

De fato, não são apenas esses dois autores que contribuem para a diversidade de temas levantada nessas obras. Contudo, é perceptível que o desenvolvimento das ideias de Porto-Gonçalves se ampara nesses autores de modo substancial para a construção e discussão da problemática socioambiental sob o viés da Geografia, numa escala global.

Da mesma forma como vimos no primeiro capítulo desta pesquisa, notamos a influência de autores não geógrafos. Esse interessante dado nos leva a refletir sobre a forma como Porto-Gonçalves entrelaça as disciplinas para produzir sua Geografia. Decerto, as influências de geógrafos como Milton Santos (do qual Porto-Gonçalves foi orientando, por sinal) nos parece de modo implicitamente estrutural, o que não significa, necessariamente, um fato a ser negligenciado ou de menor valor para a elaboração das ideias do autor, de sua Geografia e da questão socioambiental por ele construída.

Já analisados, Wallerstein e Leff trazem, em suas respectivas áreas, temas e conceitos que Porto-Gonçalves trabalha em suas obras. Para portar sentido, esse entrelaçamento de ideias deve ser objetivamente claro, como vemos em Porto-Gonçalves.

Desenvolver a ideia e o conceito de sistema-mundo moderno colonial, como o autor nos apresenta, denota a afinidade com a teoria decolonial de interpretação da América Latina levantada no primeiro capítulo. Contudo, Wallerstein não está tão presente nas obras recentes – discutidas no primeiro capítulo – quanto nas apresentadas neste segundo capítulo. Podemos dizer, assim, que sua utilização viabiliza um posterior amadurecimento para a inserção do decolonialismo na questão socioambiental discutida pelo geógrafo.

A abordagem das obras, aqui, é dada numa escala geográfica diferente do que podemos ver nas demais obras. A questão socioambiental, por sua vez, pode ser tratada em qualquer escala de análise: podemos abordá-la do global ao local sem grandes problemas, ainda por cima associando as ações de uma escala na outra, o que não representa grande dificuldade para a ciência geográfica. As obras do presente capítulo optam pela preponderância na escala global para lançar o entendimento da questão

socioambiental. Para tanto, o autor faz uso da construção histórica que resulta no processo de globalização que temos e vivemos hoje. Temos, com o aumento das infinitas conexões de fluxos, maior interdependência entre os elementos do espaço geográfico, o que não existia outrora. Nesse cenário, a relação sociedade-natureza que se apresenta será, como nos foi apontado, cada vez mais predatória sobre os recursos naturais.

É visto repetidas vezes, na obra, como os Estados influenciam uns nos outros, através de mecanismos políticos e econômicos, muitas vezes sob os auspícios de órgãos multilaterais tais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC – coordenados pelos países centrais, diga-se de passagem. Ao trazer Wallerstein para a discussão, Porto-Gonçalves aponta o princípio das desigualdades de construção histórico-geográficas que temos na atualidade. Sem o passado não se compreende o presente. Sem saber como se transformou o espaço geográfico, também.

Voltar no tempo e trazer à tona o processo de colonização da América Latina nos faz refletir sobre como era a situação territorial e as mudanças de territorialidades que irão se conformar, século a século. A visão da natureza como fornecedora de recursos, objeto passivo para servir à sociedade – não a toda a sociedade, mas à classe que predomina sobre as demais – desde tempos remotos, persiste até hoje. Antes colonizadores, agora potências econômicas industrializadas, países centrais, burguesias etc. Os efeitos e transformações praticados pelo ser humano sobre o espaço geográfico não é mais o mesmo, mas a condução de sua produção e o modo como a natureza é vista, assemelham-se historicamente.

Daí, temos as ideias de Leff, complementando a interpretação dessa situação toda. Ele identifica e caracteriza o modo como o espaço geográfico é racionalizado, pensado e projetado, em escala mundial. E será sob uma forma específica, a da racionalidade econômica. Como discutido em subseção anterior, essa racionalidade está imersa num conjunto de valores inerentes às ações dos atores de países centrais, sobretudo, os europeus. De modo hegemônico, tal pensamento se territorializa. Contudo, traz consigo uma forma de organização econômica própria, o capitalismo; uma forma de organização política, definida sob valores europeus; uma forma de trabalho próprio, o assalariado; uma forma de ciência própria, a ciência moderna, fragmentada ao extremo, e uma forma de relacionar-se com a natureza: exteriorizando-a.

Frente a essa alternativa (ou alternativas) levantada sobre a racionalidade econômica predominante de mundo, empobrecida e excludente, Porto-Gonçalves aponta, entre outros elementos, para a ideia de racionalidade ambiental. A utilização desse conceito, por meio da interlocução entre Porto-Gonçalves e o sociólogo mexicano, traz mais uma vez à tona seu caráter interdisciplinar que caracteriza sua Geografia. Ou seja, a ciência geográfica, por si só, traz uma leitura determinada. Contudo, ao somar contribuições de ciências diversas, aprimora-se a compreensão daquilo que se deseja estudar no que se busca interpretar a complexidade do real por meio de ferramentas que se complementam através de diferentes perspectivas.

Tendo em vista a disposição das ações capitalistas, de cunho neoliberal, e o modo como esse processo de espacializa, denotando as diferenciações espaciais, a América Latina se apresenta como um palco de análise muito fértil do ponto de vista das ciências humanas. A interpretação dessa conjugação quase infinita de processos históricos, entrecruzando-se ao longo de séculos, nos traz hoje uma singularidade distinta de qualquer outra região do planeta.

Contudo, para lembrarmos Milton Santos (2008), as forças de atores hegemônicos buscam a homogeneização do espaço geográfico, a imposição de sua concepção de mundo, de lógica, de economia e, enfim, da racionalidade econômica. Pode-se dizer que tal racionalidade simula a ação de um rolo compressor, aniquilando o que estiver à frente, para que outros elementos sejam colocados em seu lugar.

Dentro de nosso contexto, esse processo de aniquilação incide sobre a questão socioambiental sobre a qual Porto-Gonçalves discorre. Primeiro, porque o autor elucida como são dispostas as intenções das ações submissas à racionalidade econômica – ou seja, como agem os atores hegemônicos, quais são suas estratégias etc. Segundo, porque natureza e sociedade representam elementos-chave na interpretação da imposição dessa racionalidade. Ao colocar uma racionalidade frente à outra (econômica x ambiental), sociedade e natureza ganham uma disposição nova. Na racionalidade ambiental, ambas se separam; na racionalidade econômica, elas se juntam. Vemos isso de modo mais desenvolvido nas obras mais recentes de Porto-Gonçalves, expostas no primeiro capítulo da presente pesquisa. Temos apresentada, mais uma vez, uma Geografia que visa à relação sociedade-natureza como um par indissociável. Cada parte do par terá suas características inerentes. Contudo, o modo como ambas se reproduzem sobre o espaço geográfico é inter-relacionado.

Os povos tradicionais, tão amplamente discutidos por Porto-Gonçalves, representam de forma mais madura a racionalidade ambiental proposta na construção de uma Geografia voltada para a questão socioambiental. Tomemos, como exemplo, os povos indígenas da Amazônia. Esses, quanto mais isolados são, mais irão apresentar uma forma de territorialização particularizada, diferente das formas de territorialização de uma cidade grande como São Paulo, onde predominam a especulação, a disputa fiscal, as desapropriações de pessoas sem-teto etc.

Temos sim, nas grandes cidades, diversos fluxos regidos por legislações e acordos políticos sempre ordenados na lógica da racionalidade econômica sobre uma infraestrutura que – assim deseja o grande capital – coaduna com seus objetivos. O que não condiz com essa lógica é dado quase como algo extraterrestre e, portanto, descartado.

Vemos, cada vez mais, como Porto-Gonçalves busca sua forma de evidenciar que a soma das ciências vale mais que uma única ciência buscando a verdade, e daí seu intenso diálogo com autores diversos. Isso se replica em sua concepção ao apresentar a relação sociedade-natureza: compreender os dois elementos como algo único, dentro de uma mesma lógica e de uma mesma racionalidade, garante não só um entendimento mais próximo do real, como também permite que a vida sobreviva às “intenções fossilistas”²⁰ do ser humano. A Geografia que compreendemos aqui, portanto, é solidária quanto a sua contribuição, e madura quanto a suas limitações, pois o que está acima de qualquer ciência é a busca pelo conhecimento.

²⁰Ou seja, a perpetuação do uso de combustíveis fósseis para a realização das atividades produtivas e cotidianas.

Capítulo 3 – Práxis e Geografia: reflexões sobre as confluências teóricas.

Em nosso terceiro capítulo, abordaremos as obras mais antigas de Porto-Gonçalves. Aqui, observaremos como se realizam suas abordagens e construções teóricas voltadas para a questão socioambiental, levando-se em consideração os principais autores que contribuíram para a construção de suas ideias que resultam e contribuem para suas obras posteriores, analisadas nos dois primeiros capítulos da presente pesquisa. Para tanto, analisaremos as seguintes obras: *Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e Geografia* e *Os (des)caminhos do meio ambiente e Amazônia, Amazônias*.

3.1 – Paixão da Terra

Nossa primeira obra de análise (que é, também, a primeira publicada pelo autor) é *Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e Geografia*. Publicada em 1984, pela editora Rocco, esse livro apresenta uma compilação de nove textos escritos pelo autor, que se unem sob um fio condutor bem estabelecido: o de propor uma reflexão das ações humanas sobre o meio ambiente, pelo viés ecológico e geográfico. Esse conjunto de textos traz ferramentas de compreensão para temas específicos, analisados pelo autor, que partem de estudos de caso a estudos teóricos sobre a relação sociedade-natureza. Para efeito de exposição nesta pesquisa, denominaremos cada texto da obra como capítulo.

Já no prefácio da obra, Porto-Gonçalves evidencia o modo de condução de suas ideias, apontando suas afinidades político-epistemológicas. Instando pela necessidade de pensarmos um novo modo de relação sociedade-natureza, o autor (1984, p.15) evidencia que tal relação como “condição de reprodução da própria sociedade”. Para isso, afirma que “o socialismo está deixando de ser um sonho e se tornando uma necessidade” (PORTO-GONÇALVES, 1984, p.16).

O primeiro capítulo, denominado *Acidente ecológico: Os casos Tucuruí, Rio São Francisco e Vila Socó ou o dilema entre ecologia e política*, discute a forma como a ecologia é retratada em determinadas notícias veiculadas na mídia. Ele afirma que as

notícias de cunho ecológico são sempre apresentadas sob dois vieses: ou como “acidentes” ou como “ações educativas”, ou seja, uma conduta a servir de exemplo.

Desse modo, são retratadas três notícias específicas veiculadas no ano de 1984: a morte de homens, fauna e flora em Tucuruí, dado o uso de desfolhantes químicos; a contaminação das águas do Rio São Francisco, o que impediu a muitas pessoas de pescarem em suas águas e, por fim, o incêndio na comunidade de Vila Socó, em Cubatão, onde morreram quinhentas, aproximadamente

Desse modo, é preciso refletir sobre que leis existem para organizar a vida em sociedade, diante dos problemas apontados. Nesse contexto, o Estado é dado como executor das leis que corrigem os problemas que emperram a execução de atividades empresariais em áreas que possuem ambientes pouco alterados pelo ser humano. A reflexão implícita, sobre esse ponto, é a seguinte: para quem são essas leis, criadas pelo Estado?

No caso de Tucuruí, ligado ao projeto Carajás, aponta-se para a existência do mito da superioridade produtiva e da maior rentabilidade de grandes empresas que se materializam em prol do desenvolvimento, cujas consequências, como descritas, são trágicas para o meio ambiente, para as pessoas envolvidas (sobretudo, trabalhadores), bem como para a fauna e flora locais. Aqui, o autor apresenta forte crítica ao grande capital, territorializando-se através das atividades de Carajás. Esse capital “necessitado de urgência” precisa de alta rotação. Para isso, abrem-se vias, instalam-se redes elétricas e tudo o mais necessário para efetivar as atividades empresariais. Assim, justifica-se o uso do desfolhante, que viabiliza a conjuntura do projeto e adéqua o território à dinâmica do capital, para sua penetração. Obviamente, a tragédia anunciada pelo uso da substância citada se realiza, e as atividades da empresa também.

Ao analisar o caso da contaminação das águas do Rio São Francisco, o autor apresenta duas hipóteses para o ocorrido: na primeira, a contaminação fora causada pelo despejo de vinhoto – lixo advindo das fábricas de álcool, nas proximidades do rio. A segunda é de que a poluição advém da alta quantidade de produtos químicos originários das lavouras das regiões adjacentes.

Para se compreender essas possibilidades, é preciso, segundo nos é apontado, entender que existe a lógica que paira sobre os produtores locais. A obtenção de crédito, para eles, é condicionada a regras que impõem determinadas ações, tais como uma produção efetiva que faça uso de adubos, fertilizantes e máquinas específicas, a fim de garantir sua produção, lucro e o pagamento das dívidas aos bancos credores. Porto-

Gonçalves (1984, p.22) aponta, de maneira enfática, que “a indústria depende dos bancos para terem seu capital de giro”. Desse modo, entra-se num ciclo vicioso que engloba os produtores numa determinada condição circunscrita ao capital.

Com relação ao incêndio de Socó, o autor descreve uma comunidade composta por imigrantes oriundos de Minas Gerais e de estados do nordeste brasileiro, que tinham sido notificados para se retirar do local. Porto-Gonçalves (1984, p.23) aponta que “poucos se dão conta de que morar em Vila Socó não é uma opção. Ao contrário, mora-se em Vila Socó por falta de opções”. Destaca, ainda, que no período em que ocorre o incêndio, Cubatão abrigava a localidade mais poluída do mundo: a Vila Parisi. Portanto, como se não bastasse o incêndio que vitimou centenas de pessoas, a cidade paulista detinha um “título” desonroso, sob a perspectiva socioambiental.

Porto-Gonçalves (1984, p.23) afirma que “em nenhum dos três casos então relatados cabe a denominação de acidente ecológico que comumente é usada”. Não se trata de acidentes, mas de possibilidades reais de decorrências, dada a postura que empresas e Estado assumiram diante das ações empresariais na obtenção de lucro e da negligência com a questão ambiental particular de cada localidade. Por isso, deve-se assumir que ecologia e política não estão separadas. É preciso refletir sobre (*ibidem*, 1984, p.25) “que destino queremos dar à natureza, mas antes disso, se queremos também dividir homens entre os que pensam e os que fazem, entre os que mandam e os que obedecem, entre dominantes e dominados”.

O segundo capítulo dessa obra denomina-se *Da luta ecológica e suas ambiguidades*. Aqui, o autor pretende expor uma reflexão sobre debates temáticos para ecologistas. Para tanto, inicia uma abordagem que mostra, de modo evidente, os ideais políticos do autor, nos quais ele demonstra sua perspectiva de sociedade dividida em classes nas quais cada uma busca saciar seus interesses. Apresenta-se, assim, uma perspectiva marxista, que se descortina ao longo de toda a obra.

Parte-se para a análise das contradições do discurso ecológico – discurso que pode se tornar “refém” de ideologias que não prezam pela preservação do meio ambiente. A título de exemplo, são apresentadas estratégias de marketing nas quais determinadas empresas se dizem ecológicas, ao mesmo tempo em que financiam projetos que contribuem para expulsão de indígenas de suas terras. Pensando nesses impasses, Porto-Gonçalves (1984, p.33) afirma que:

Se o modo como os homens se relacionam com a natureza depende do modo como os homens se relacionam entre si, não se pode trabalhar seriamente no movimento ecológico sem precisarmos muito bem o significado das relações sociais em que vivemos, para a compreensão de nossa relação com a natureza.

Em seguida, o autor direciona suas preocupações para três associações específicas: Capitalismo e ecologia; Imperialismo e ecologia e Política e ecologia. A primeira associação demonstra preocupações teórico-marxistas, na qual ele disserta sobre o capitalismo e suas inerências.

Ele destaca que é muito comum, no discurso do movimento ecológico, que o lucro seja colocado como o maior responsável pela destruição da natureza. No entanto, a definição de lucro pode não estar bem definida. A crítica ao capitalismo deve ser muito bem estudada, pois, segundo Porto-Gonçalves, podemos, também, direcionar críticas aos marxistas que não compreendem o significado de suas teorias para a Geografia.

Para compreender e exemplificar essa ideia, o autor nos afirma que muitos estudiosos marxistas não conseguem explicar como a estatização da URSS não deu fim à poluição do rio Volga. Ou seja, não se supera o capitalismo mantendo-se a mesma relação sociedade-natureza no socialismo.

O autor insiste na necessidade de uma nova visão do conceito de riqueza, pois, como afirma no texto, “não se trata de dar automóvel para todo mundo, pois isso significaria socializar o congestionamento” (PORTO-GONÇALVES, 1984, p.34).

O capitalismo é dado, assim, como um sistema totalizador, homogeneizador que apresenta relações para a sociedade bem demarcadas. A expropriação dos instrumentos de trabalho, alienação do trabalho, separação trabalho manual do intelectual, são exemplos disso. Toda a vida passa a ser medida pela mercantilização. Desse modo, (PORTO-GONÇALVES, 1984, p.36) declara que:

Separar o homem da natureza é abrir um campo ilimitado a produção de mercadorias, o que está perfeitamente em consonância com a lógica de uma sociedade que se vê permanentemente impulsionada a ampliar seus mercados.

Não só a separação homem-natureza é marcante, como a separação trabalho manual e intelectual também se dá de forma enfática na introdução da maquinofatura, perpetuando-se no tempo, até os dias atuais. Assim, emerge com o capitalismo uma

nova temporalidade, a do capital. Os inevitáveis avanços associados à tecnologia poderiam permitir situações nunca imaginadas antes, tais como a erradicação da fome, fato não decorrente da realidade capitalista atual.

Seu tempo e sua reprodução necessitam de uma situação em que a fome e a questão ambiental, por exemplo, tornam-se parte indissociável da realidade. Daí termos apontado o caráter antiecológico do capital. O autor afirma que “a ideologia produtivista acompanha muitos dos que se pretendem críticos do capitalismo. O racionalismo antropocêntrico cartesiano deixou raízes profundas na intelectualidade do mundo ocidental capitalista” (PORTO-GONÇALVES, 1984, p.38).

A segunda associação – Imperialismo e ecologia – faz considerações sobre o modo como o imperialismo dos séculos XIX e XX traz duras consequências para o meio ambiente e para as sociedades. Ele afirma, por exemplo, que a partir do momento em que a expansão imperialista ocorre, tal processo contribui, simultaneamente, para que o excedente demográfico europeu rume para outras terras. Não só isso, como também que:

[a] exportação de capitais para os continente periféricos criou, basicamente, uma infraestrutura ferro-portuária-administrativa-comercial destinada à exportação de matérias-primas e, ao mesmo tempo, condições para a ampliação dos mercados para os grandes monopólios europeus (PORTO-GONÇALVES, p.39).

Não resumida a esse aspecto, a ideologia tradicional sob os moldes do imperialismo também nos aponta que os países pobres têm uma “vocação natural” para a agricultura e demais atividades primárias. Podemos apontar isso, observando, no contexto do período da ditadura militar brasileiro, e de sua submissão ao imperialismo, a facilidade para a instala o de empresas poluidoras no país, tais como Jari, Carajás e Itaipu. Assim, como nos aponta Porto-Gonçalves (1984, p.43),

[...] devemos entender a apropria o da natureza como um momento da totalidade social, que só pode ser compreendido levando-se em conta o papel que tem na produ o/reprodu o da sociedade.

Na terceira associa o – Política e ecologia – o autor comenta a constru o cientificista do ecologismo, que cai numa estrutura histórica que privilegia interesses

daqueles que a usam de modo conveniente aos interesses imperialistas. Como exemplo, ele cita o Clube de Roma e sua proposta de crescimento zero.

Dessa forma, o autor propõe aos ecologistas mais atenção para com essas “armadilhas” que imobilizam a ciência em prol de interesses econômicos associados ao capitalismo. Com isso, afirma que (1984, p.43) “a ciência é, assim, o discurso que serve para legitimar a política, recorrendo-se ao Estado que deve garantir, através de uma política científica, o bem de todos”. Com uma ciência desprovida de senso crítico – o que, para o autor, significa ausência de reflexão profunda sobre o sistema capitalista e as relações entre sociedade-natureza – existe uma aparente neutralidade que, decerto, ruma para a permissividade em se aceitar o que aí está. Ou seja, aceita-se passivamente a realização de uma política que privilegia o engessamento das estruturas econômicas e políticas.

O terceiro capítulo, denominado *Espaço e luta: O amargo mel de Campos*, é um breve texto no qual o autor narra duas situações particulares que exemplificam um caso de relação sociedade-natureza. No primeiro, temos a questão do corte da cana atrelado a sua produtividade, ou seja, seu teor de sacarose. Descreve-se como os compradores usineiros esperam o teor da produção baixar para pagar preços mais baixos pela cana, fato que indigna os produtores.

No segundo caso é abordada a questão da implantação de uma draga que drena mais rapidamente o rio que abastece quinhentas pessoas do município de Ponta Grossa dos Fidalgos. O autor relata que as ações da população local contra tal empreitada não tiveram o efeito alcançado, pois a instalação da draga tem apoio do Estado e, claro, do capital. Afirma-se, ao final, que a práxis humana constrói uma segunda natureza, remetendo, conforme concepções do próprio autor, a Marx. Retoma-se, assim, a forma como empresas e Estado agem em conjunto a favor de interesses econômicos, desprezando-se as particularidades locais.

No quarto capítulo – *Lutas de classes e apropriação da natureza* – temos uma entrevista de Porto-Gonçalves ao jornal Folha da Manhã (Campos – RJ), realizada pelo jornalista Ricardo Prata Tavares, em 1º de novembro de 1978. Aqui é discutida a questão da macrodrenagem do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), na baixada dos Goitacazes – RJ, e retomada a questão de como interesses divergentes podem se confrontar.

No caso da entrevista em questão, fica evidente o modo como populações locais irão sofrer danos econômicos severos por conta do interesses de empreiteiras e

fazendeiros ligados à produção de etanol. Conforme as ideias que temos apresentadas nesse capítulo, os interesses dos fazendeiros convergem para a opção da macropolítica pós-64, quando se abriu espaço para o investimento externo (capitais internacionais), de modo que o Brasil abrigasse grandes monopólios financeiro-industriais. Portanto, a crítica, aqui, permeia o modo como o capital se expande e altera um ambiente de forma dramática – inclusive, evidentemente, as pessoas que ali residem e possuem um modo de viver próprio, associado às condições locais, que serão alteradas por decisões externas.

O quinto capítulo – *Ditadura na fábrica e democracia no consumo* – é pautado pela análise de outra notícia: a morte de trabalhadores envolvidos no transporte de material corrosivo. O breve capítulo parte para uma análise de condições trabalhistas associada a questões de administração de empresas.

O autor comenta como a visão fragmentada, sob a qual vivemos, provoca, inclusive, a fragmentação trabalhista, que impede maior esclarecimento e articulação entre trabalhadores – preme, portanto, por uma consciência de classe. A crítica sobre a separação entre trabalho intelectual e braçal, no início do texto, é relacionada à separação entre homem e natureza, pois tudo o que for necessário à produção e à expansão do capital será separado e amplamente fragmentado. Assim, para o autor é necessária a articulação dos trabalhadores para sua autogestão, direcionada ao socialismo.

O sexto capítulo, denominado *Um passeio pela ordem do caos urbano*, tem, como o nome sugere, uma preocupação voltada para as questões relacionadas às cidades. O discurso de Porto-Gonçalves (1984, p. 65) envereda nitidamente para uma visão marxista de análise, tendo em vista as preocupações salientadas, tais como a do seguinte excerto: “a sociedade que vivemos está fundada na produção de mercadorias. Nela, todos são proprietários de mercadorias, inclusive os trabalhadores, que vendem a sua capacidade de trabalho”.

Temos apresentado um texto que passa pelo viés histórico de análise das cidades industriais, no qual fica evidente que a espacialização dessa forma de produção do espaço expressa uma sociedade específica, que privilegia determinados tipos de relações sociais e relações entre sociedade-natureza que se alinha ao processo organizativo capitalista.

O capítulo possui uma subseção denominada *O problema e suas explicações*. Ao descrever o problema (a condição caótica urbana), o autor aponta as dificuldades de se

viver numa cidade, tendo em vista as complicações dos habitantes, pensando-se nos mais pobres, em reproduzir suas existências e a de suas famílias. Temos que as cidades compõem os espaços geográficos apropriados para a venda da força de trabalho e exploração da classe trabalhadora. Dessa forma, podemos dizer que existe uma adequação ao espaço urbano com relação aos interesses do capital.

Ao procurar explicações sobre a condição de vida dos indivíduos urbanos, Porto-Gonçalves salienta que existem hipóteses levantadas por determinados autores, voltadas para o caso brasileiro, que se mostram equivocadas. Dentre tais hipóteses está a ideia que aponta que o crescimento da população perfaz um componente de explicação.

Porto-Gonçalves procura desconstruir tal ideia pelo viés histórico da cidade industrial moderna. Ele aponta que o aumento populacional das cidades industrializadas sempre foi observado no continente berço da indústria. Contudo, os países europeus passaram por processos históricos diferenciados, que configuram sua população atual. Anteriormente, as empresas não eram de grande escala, como são hoje, fato que também implica um processo específico de urbanização. Em suma, é preciso analisar o processo de urbanização associado ao de industrialização não por um viés quantitativo e raso, mas qualitativo e profundo, no qual as particularidades sejam observadas.

Outro ponto levantado é a questão dos imigrantes. Considerados como problema para alguns, podemos apontar de saída que a condição do imigrante não é por mera opção, mas por necessidade. Como salientado pelo autor (1984, p.71):

A História tem demonstrado que o melhor anticoncepcional é a melhoria das condições de vida da população. É, no mínimo, falta de respeito querer que pessoas que mal ganham para comprar o pão tenham um comportamento com relação ao problema da natalidade semelhante ao da chamada “classe média”.

Afirmar que existe um crescimento caótico das cidades é apontar para a incapacidade de se analisar profundamente tema. A partir dessa ideia, Porto-Gonçalves (1984, p.76) expõe que:

O processo de organização do espaço urbano não é assim tão caótico. Ele tem suas leis, que são as da sociedade na qual está inserida a cidade. Tampouco podemos falar de falta de planejamento por parte do Estado, já que foi feita uma opção pelos investimentos necessários ao desenvolvimento industrial.

Fica estabelecido, assim, que governos concedem demasiada atenção às empresas monopolistas, direcionando fluxos para a produção espacial que lhes convém mas deixando, contudo, a população e suas necessidades em segundo plano.

O capítulo termina com uma subseção denominada *Para não concluir*. Nele são levantadas questões que indagam sobre se os problemas urbanos são meramente urbanos ou se refletem o modo como são as contradições das sociedades, de forma geral. Aponta-se que a cidade é uma criação humana, passível de análise por meio das relações sociais. Ao final, segundo Porto-Gonçalves (1984, p.79):

A cidade é uma das formas materiais que assumem as relações sociais e, por isso, achamos difícil separar o problema do consumo dos problemas enfrentados pelos homens na esfera da produção – nas fábricas, nas minas, nos campos.

O sétimo capítulo – *Geografia do imperialismo: uma introdução* – possui Nilce Moreira de Azevedo como coautora. O texto aborda uma interligação entre Geografia e pensamento imperialista. Ou seja, pensa-se na espacialização do fenômeno do imperialismo, fazendo-se um percurso histórico de seu desenvolvimento. Novamente, são utilizadas ideias marxistas tais como a concepção de valor de uso/troca, análise do capitalismo e a luta de classes. Os autores realizam, também, análises epistemológicas da Geografia, sugerindo a superação de ideias associadas ao possibilismo e ao determinismo.

Como exposto, a afirmação inicial desse texto coloca o pensamento geográfico e o fenômeno do imperialismo como elementos interligados num aspecto histórico. Com isso, afirma-se que a Geografia “atua” como justificativa das ações imperialistas. A partir desse raciocínio, resulta a ideia de termos países não-desenvolvidos com vocação agrícola. A expansão imperialista encontra na Geografia determinista uma forte justificativa para legitimar-se.

Sem dúvida, devemos levar em consideração o ano de publicação desse texto, quando a renovação da Geografia brasileira estava num processo bastante recente²¹. Dessa forma, é preciso considerar que os efeitos do determinismo ainda eram muito mais influentes do que nos dias atuais. Dessa forma, a dualidade possibilismo x determinismo possuía muita força teórica. Nesse sentido os autores apontam, aí, a existência de uma armadilha ideológica que os geógrafos teimam em ignorar.

²¹ Abordaremos tal questão mais adiante.

O possibilismo credita à capacidade humana a possibilidade de criar, não situando historicamente este atributo. Portanto, de onde viria tal capacidade, senão de Deus ou da natureza? O possibilismo, portanto, apresenta problemas em seu percurso, similarmente aos que o determinismo apresenta ao discorrer sobre a capacidade humana pois, como tratamos de uma ciência cética, será da natureza que advirá a capacidade humana. A partir disso, Porto-Gonçalves aponta (1984, p.80): “desse modo, o possibilismo constitui, de fato, mais uma ideologia naturalizante, com forte tendência a cair numa biologia de conotação racista”.

Os autores sugerem, portanto, recusarmos a falsa opção entre determinismo naturalista e possibilismo antropológico. Desse modo, como tratar o assunto Geografia e Imperialismo para além dessa relação entre ideologias geográficas e a prática imperialista? O autor assinala que:

Não há fenômeno social que possa ser compreendido fora da História, sem o estudo de sua gênese, do seu movimento de constituição e autodiferenciação. Aí está a raiz do equívoco das abordagens do espaço fora do tempo (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 84).

Voltando-se para o imperialismo, propriamente dito, esse é apontado como uma consequência lógica do desenvolvimento capitalista. Emerge, por meio dele, uma naturalização da divisão internacional do trabalho, em que países agrários devem se portar como meros expectadores da pujança industrial e científica dos países centrais.

O capitalismo, por sua vez, produz uma sociedade produtora de mercadorias, na qual a lógica dos valores de uso e valores de troca devem ser bem compreendidas por parte dos geógrafos. Conforme nos aponta o texto (1984, p.85),

Não é o fato de ser um alimento necessário aos habitantes da cidade que faz com que o produto se desloque no espaço, mas o fato de ser uma mercadoria: algo produzido objetivando a troca que valorize o capital do proprietário.

O autor deixa evidente sua perspectiva marxista. Desse modo, a crítica direcionada ao modo como ocorre a expansão do capital, sob a tutela do imperialismo, será discorrida num caráter histórico, no qual se evidencia sua posição não neutra no desenvolvimento do comércio mundial, que garante uma ampla desigualdade entre os

países centrais e periféricos na economia-mundo que emerge ao longo do século XX. Cabe destacar que os próprios Estados nacionais periféricos se posicionam a favor do imperialismo.

Ao finalizar o capítulo, o autor destaca que, ao se analisar o imperialismo, precisamos nos distanciar da visão simplória das ideologias geográficas que remetem ao possibilismo e ao determinismo, no que é necessário um olhar histórico-processual. Por fim, aponta-se para um internacionalismo proletário na luta contra o imperialismo, parafraseando o desfecho da obra de Marx e Engels, *A ideologia alemã*.

O oitavo capítulo – *Estrutura agrária e dominação do campo brasileiro* – trata da transcrição de uma conferência realizada para professores e estudantes universitários do Centro de Professores do Estado do Rio de Janeiro. O texto passa, primeiramente, por uma crítica às correntes da Geografia (New Geography e tradicional), tecendo comentários sobre capitalismo e sobre a questão agrária no Brasil, sob um viés histórico. A questão agrária não pode ser compreendida por ela mesma, ou seja, é preciso analisar o contexto associado a essa questão que, na visão de Porto-Gonçalves, é perpassada por inúmeros outros temas, nos quais a Geografia cumpre papel fundamental para sua compreensão – mas não qualquer Geografia, mas uma renovada, que abdique do positivismo e demais métodos anteriores a seu movimento de renovação.

Desse modo, a crítica ao capitalismo será intrínseca ao texto. Aponta-se que esse sistema econômico não favorece as minorias, visando sempre a interesses hegemônicos. Sob essa perspectiva, Porto-Gonçalves deixa registrada, também, sua crítica ao que ele chama de ecologistas românticos, definidos como os que se “refugiam” em temas que não tanjam polêmicas políticas, sociais e econômicas.

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil e a questão agrária são dados como elementos associados. O capitalismo é dado como influenciador no esvaziamento do campo brasileiro, sendo, portanto, o êxodo rural uma consequente expropriação do trabalhador que contribui para uma homogeneização do espaço rural-urbano brasileiro.

A partir dessa perspectiva atual, o autor lança um olhar histórico, que relaciona a acumulação primitiva brasileira à sequência dos grandes eventos políticos e econômicos, desde o Brasil Colônia. Retomam-se, portanto, etapas que contribuíram, ao longo dos séculos, para conformar o Brasil que temos hoje. Parte-se, em primeiro lugar, da questão do capital financeiro estrangeiro que precisava de brechas no território

brasileiro para infiltrar-se. Por meio do liberalismo econômico, tal doutrina irá influenciar decisivamente na proibição do tráfico de escravos para o Brasil e, por consequência, na abolição, em 1888. Nesse contexto do século XIX, as terras brasileiras tornam-se um território agroexportador mais maduro, do ponto de vista do capital, pois se integra a um mercado mais amplo do que o que tinha até então.

Contudo, com a crise da economia agroexportadora nas primeiras décadas do século XX, a industrialização surge como um grande trunfo. A agricultura, nesse novo contexto, deverá se adequar ao ritmo das indústrias. Ao longo do século XX, são mencionadas as relações da agricultura e da distribuição de terras, no Brasil. O perfil agroexportador, sempre predominante, garantem o quadro que as elites pretendem manter: as grandes produções mecanizadas voltadas para as exportações são dadas como prioridades para o setor agrícola. A produção de médio e pequeno porte, em que predominam os trabalhadores rurais e os que lutam pelas terras no âmbito da reforma agrária, são excluídos de muitos processos e decisões político-econômicas, restando-lhes a luta organizada, por meio de movimentos sociais.

O texto seguinte da obra, exposto como *apêndice* do oitavo capítulo, aprofunda-se teoricamente nas questões sobre a contradição do campo brasileiro. Primeiramente destacam-se as pretensões de se discutir o desenvolvimento desigual associado à questão agrária. Atribuído a J. S. Martins, o modo de produção vigente direciona o movimento da sociedade brasileira e como nos é dado no texto por Porto-Gonçalves (1984, p.131) “Estamos apoiados na teoria do desenvolvimento desigual tal como formulada por Lênin, Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky” – no que ficam evidenciadas as bases teóricas que marcam o autor nesse período.

Em seguida, temos que o desconhecimento da teoria da Renda da Terra, de Marx, leva a uma série de equívocos. Adiante, levanta-se uma discussão que reflete sobre o valor da terra em si. Fica evidente que os valores atribuídos à terra, atualmente, associam-se a um modelo herdado, no qual algumas pessoas já tinham o monopólio de terras, desde um momento Pré-capitalista. Contudo, o capitalismo não cessa com tal irracionalidade, sendo a propriedade fundiária algo incorporado por esse sistema. Nas palavras de Porto-Gonçalves (1984, p.135) “o que o capitalismo vai engendrar é a renda capitalista da terra. Em outras palavras, dará conteúdo capitalista a esta irracionalidade que é a renda territorial”.

Em seguida, o autor discute a ideia de a terra ser ou não capital constante, sendo, contudo uma discussão baseada em ideias de outros autores, além dos supracitados.

Conclui-se que a terra não pode transferir valor, pois não é fruto do trabalho humano e porque o valor pago por ela deixa de fazer parte do processo de produção, imobilizando o capital. Dessa forma, os proprietários de terra podem adquirir mais valia, por meio de especulação, por exemplo, sem produzir nada, sendo esse um ponto amplamente criticado pelo autor.

O último capítulo, denominado *Geografia, nação e classes sociais*, volta-se para o saber geográfico e as ideologias que tentam preponderar sobre o ensino de Geografia.

Como o título do capítulo sugere, são tecidos comentários sobre o conceito de nação, e de Geografia política de uma forma geral, além do próprio conceito de classe social. Procura-se, assim, desfazer a confusão entre os geógrafos, a da distinção entre nação e Estado. Porto-Gonçalves (1984, p.145) aponta nação como:

Modo como um conjunto de homens sob determinadas relações produzem as suas vidas material e espiritualmente, construindo hábitos e costumes que, historicamente, ensejam um sentimento de identidade que tem na língua a sua expressão mais viva, pois é através dela que expressam seus sentimentos, desejos e aspirações.

As leis e normas não são estabelecidas por todos, mas por aqueles que estão no poder, assim uma nação pode ser, na verdade, o reflexo da imposição de poucos sobre muitos. O Estado nacional, por sua vez, é o que a Geografia didática trata como país. Assim, ignorar como se formou a ideia de Estado moderno é um dos fatores de confusão ideológica, tendo em vista que sua conformação é uma consolidação das aspirações europeias em se estabelecer uma territorialidade que atenda aos interesses burgueses.

A questão nacional e a questão social que envolvem o estabelecimento do Estado nacional como padrão de territorialidades tornam os países como referências para as questões gerando grandes problemas, uma vez que muitos assuntos não se resumem aos limites territoriais dos Estados. Isso implica, dependendo do Estado em questão e de sua influência, que podemos ter interesses que se sobrepõem não em nome de questões ambientais, mas em nome do capital, do investimento estrangeiro dilacerador etc. Nesse contexto, Porto-Gonçalves deixa explícita sua insatisfação com a Geografia, quando ela não se direciona verso ao enfrentamento dessas questões. De certa forma, começamos a observar aquilo que estará presente em sua obra futura.

3.2 – Os (des)caminhos do meio ambiente

A segunda obra que compõe nossa análise é *Os (des)caminhos do meio ambiente*. Essa obra foi publicada pela primeira vez em 1989, contudo, a edição que iremos analisar é a de 2008. Em seu sumário, temos uma divisão de capítulos que, ao todo, somam dezesseis. O primeiro trata-se da *Introdução*. O último denomina-se *Notas Bibliográficas*. As demais divisões referem-se aos textos desenvolvidos pelo autor. Para atingir nossos objetivos, consideraremos a *Introdução* como a primeira parte a ser analisada.

Em sua introdução, a obra nos mostra para quem o texto é dirigido: militantes ecologistas e aqueles que se identificam com esses. Procura-se evidenciar que os movimentos ecológicos são muito complexos e que, portanto, sua compreensão depende de uma leitura ampla, despida de invólucros que facem a realidade.

Nessa parte, também, temos a abordagem de um conceito que será muitas vezes retomado por Porto-Gonçalves – não somente nessa obra, como e outras – que é o conceito de *physis*²². No final dessa parte, o autor nos propõe uma instigante reflexão sobre o conceito de natureza, afirmando que a formulação deste é flexível de acordo com o momento e local em que é utilizado. Ou seja, cada povo acrescenta um significado próprio ao conceito de natureza, que muitas vezes é pouco discutido ou compreendido fora do contexto que fora utilizado.

A segunda parte, denominada *O contexto histórico-cultural de onde emerge o movimento ecológico*, inicia apontando as origens do movimento ecológico, situando-o na década de 1960. Nesse período, tínhamos um movimento de contracultura, num contexto social, e a Guerra do Vietnã, acentuando o contexto geopolítico da Guerra Fria.

Ao tecer suas considerações sobre o movimento ecológico, Porto-Gonçalves realiza, ao mesmo tempo, críticas ao modelo socialista vigente, nesse período, no que tange à extrema burocratização dos países alinhados a esse sistema, sobretudo a União Soviética. Contudo, o foco são as questões ambientais. Por isso, o autor aponta a relevância do movimento ambiental e o modo como esse pode permear diversos campos de luta. Porto-Gonçalves (2008a, p.12) nos evidencia isso ao comentar que “não há, setor do agir humano onde ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar”.

²²A relevância desse conceito será abordada em uma seção subsequente deste capítulo.

Em seguida, são levantadas informações históricas sobre o contexto do movimento ambiental no Brasil, que emerge na década de 1970. Como estávamos mergulhados num cenário de Guerra Fria, Porto-Gonçalves (2008a, p.14) expressa sua insatisfação com a postura governamental brasileira:

Bastava o desmatamento e a ampliação da área cultivada para se obter o momento da produção e isto nos levou a uma tradição de pouco respeito pela conservação dos recursos naturais, a não ser nas letras dos hinos e nos símbolos da nacionalidade.

No terceiro capítulo, *Lutas sociais, Lutas ecológicas*, temos uma reflexão associada à estrutura dos movimentos sociais. Boa parte deles possuem uma condição social de existência que lhes garante propriedade frente aos enfrentamentos. No entanto, a questão que permanece é: qual a condição social do movimento ecológico frente a esse contexto? Buscando exaltar sua importância, Porto-Gonçalves (2008a, p.21) explicita sua posição ao afirmar que a condição social do movimento ecológico:

Diz respeito, entre outras coisas, ao modo como a sociedade, ao instituir suas relações, conforma o corpo dos indivíduos. Há um corpo operário, camponês, indígena, mulher, negro, homossexual e jovem, por exemplo. Não há um corpo ecológico enquanto condição social. Não há, para o movimento ecológico, essa base objetiva, produzida e instituída socialmente através de lutas. Essa é uma diferença extremamente significativa: o movimento ecológico é mais difuso, não apreensível do mesmo modo que os demais corpos que se movimentam social e politicamente.

Contudo, essa difusão de modo algum deslegitima esse tipo de movimento. Pelo contrário, sob esse aspecto o movimento ecológico é, por natureza, interdisciplinar. Trabalha ao mesmo tempo, por necessidade intrínseca de seus objetivos, questões políticas, sociais, filosóficas etc.

O quarto capítulo da obra traz em seu título uma afirmação relevante: *O conceito de natureza não é natural*. Embora curto, o teor teórico desse capítulo conecta-se a todo o desenvolvimento da obra. O conceito de natureza, por ser construído pelo ser humano, não é algo dado pela natureza. Cada sociedade construirá seu próprio conceito de natureza, sendo possível, portanto, termos diversos conceitos de natureza não-naturais. A diferença entre tais conceitos e o modo como cada sociedade poderá impor sua visão

de natureza para outras sociedades é o que irá compor a discussão extensa em Porto-Gonçalves, que se desdobra por toda a sua obra.

Em *A natureza do dia a dia*, no quinto capítulo, temos outra ideia recorrente, na obra de Porto-Gonçalves: a forma como é retratada a natureza em nosso contexto diário, cotidiano. Nesse sentido, ele estabelece que a visão preponderante de natureza, de caráter eurocêntrico, traz um sentido oposto a homem. Ou seja, com base numa visão de mundo amplamente disseminada pelo colonialismo europeu, compreende-se natureza como algo a ser dominado, passível de manipulação pelo seu sentido oposto que é, dentro dessa lógica, o ser humano.

O capítulo seguinte – *Os (des)caminhos do conceito de natureza no ocidente* – vai aprofundar a discussão realizada no capítulo anterior. A separação homem-natureza é discutida, levando-se em consideração seu percurso histórico no que tange sua aceção pelo viés da civilização ocidental. Para tanto, realiza-se um resgate desde o período referente à Idade Antiga. Passe-se dos Pré-socráticos – e sua discussão sobre o conceito de *physis* – até a tomada de pensamento de Aristóteles e Platão, no qual a discussão que envolve homem e natureza é deixada de lado.

Em seguida, parte-se para o desenvolvimento do conceito de natureza, que chega à Idade Moderna e Contemporânea. Desse modo, o autor expõe a forma como o conceito de natureza perpassa o advento da ciência moderna, já no período em que Descartes e Newton, entre outros, começam a compor o saber teórico que irá tornar a natureza um objeto passível de análises. Isso será de grande valor para os eventos que se apresentam posteriormente: o advento do capitalismo e o processo de industrialização europeu.

A fragmentação do conhecimento científico, que deriva desse contexto será, também, um argumento muito destacado e discutido por Porto-Gonçalves. A construção de seu pensamento, presente nessa obra, irá acompanhá-lo em seus textos posteriores, e daí sua extrema relevância para a compreensão de seu pensamento em suas publicações da década de 1980. Com isso, vemos uma divisão que extrapola as ciências e encontra-se no cotidiano.

A título de exemplo, podemos citar a indústria têxtil. Ela se separa da agricultura, refletindo a reprodução do pensamento no modo de produção. Não pensar desse modo dicotomizado perde todo o sentido no contexto industrial-urbano-ocidental que emerge na Europa, no período medieval, passando pelo Iluminismo e presente nos dias atuais.

A configuração da ciência moderna é desenvolvida no capítulo seguinte da obra – *A ciência diante da natureza*. Nele é apontada a oposição entre homem e natureza, entre sujeito e objeto e o paradigma atomístico-individualista que compõe os eixos que formam o tripé da ciência moderna e que se estrutura sob o cenário que permite sua disseminação Europa afora.

A oposição homem e natureza, primeiro eixo apontado, é marcante no pensamento ocidental. Temos nossas universidades estruturadas de acordo com essa oposição, bastando-se observar a divisão dos cursos em ciências humanas e ciências exatas. No caso da Geografia, Porto-Gonçalves (2008a, p.38) aponta que “mesmo a Geografia que, em princípio, não caberia dentro dessa oposição, reproduz no seu interior essa dicotomia através da separação entre Geografia física e Geografia humana”.

Desse modo, enquanto forem mantidos os parâmetros que herdamos desse contexto europeu, as chances de uma superação serão mínimas. Contudo, o autor aponta que o papel de refletir sobre tal situação vem sendo realizado pela ecologia. Atitude que, no pensamento de Porto-Gonçalves, caberia à Geografia.

A oposição entre sujeito e objeto é o segundo eixo destacado. O texto se apoia em um pensamento de Descartes, no qual o homem, ao dispor do domínio do método científico, obterá acesso aos mistérios da natureza. Ao observar esse pensamento e a forma como ele se dissemina pela ciência, a relação sujeito-objeto irá se pautar por uma situação não dialógica entre as partes, fator criticado por Porto-Gonçalves que, por sua vez, tem como consequência uma concepção de natureza externa ao ser humano, extremamente facetada.

Esse pensamento justifica ao extremo as ações sobre os recursos naturais. Observar as consequências ambientais geradas a partir da Revolução Industrial deixa bem evidente o modo como o ser humano sente-se na posição de dominador. Indo além, Porto-Gonçalves (2008a, p.43) ainda assinala que “historicamente, a dominação da natureza tem sido a história da dominação do homem pelo homem e isso, evidentemente, não tem nenhuma justificativa na natureza”. Essa é a visão “dos de cima” e, por isso, tem prevalecido.

O paradigma atomístico-individualista da ciência moderna, por fim, é o último eixo discutido. O autor aponta que, no século XIX, a investigação reducionista obtém êxito frente a outras visões. Edgar Morin é mencionado nesse trecho, destacando que o átomo resplandeceu como o objeto dos objetos na ciência moderna. A ciência física

dispunha, nos final do século XIX, de uma bateria de grandezas que lhe permitia caracterizar, descrever e definir um objeto, fosse ele qual fosse. O método de decomposição para compreensão fixa-se como parâmetro. Porto-Gonçalves (*ibidem*, p.45) aponta: “na física, o átomo, na biologia, a célula e, finalmente, a unidade elementar, a molécula; nas ciências do homem, o indivíduo – enfim, por toda a parte a unidade elementar, indivisível, nuclear, o indivíduo que reinava”.

Na economia, o paradigma continua a ser o indivíduo. Porém, aponta-se para a existência de um retrocesso nessa ciência, pois, segundo autores clássicos, as ciências econômicas deveriam pensar o processo econômico como constituído e constituinte das relações entre classes sociais. Atualmente, temos que essa ciência resume o homem a um ser voltado para o consumo e para a poupança, perspectiva cabível à lógica capitalista.

Daí, termos em Porto-Gonçalves (2008a, p.48) que:

A continuidade/reprodução de uma sociedade em bases capitalistas pressupõe não só a garantia dos meios materiais necessários a cada ciclo de produção, mas também a reprodução das classes sociais, fazendo com que haja sempre pessoas sem condições de produzirem/manterem as suas próprias vidas e que, assim, precisem se submeter aos donos do capital [...] Em suma, não há como continuar pensando em termos de indivíduos. A sociedade humana não é uma soma de indivíduos!

Após discorrer sob cada um desses pontos, Porto-Gonçalves irá retomar ideias apresentadas anteriormente, reforçando o caráter fragmentário da ciência moderna, inserida num contexto capitalista. Para tanto, o autor apresenta (2008a, p.52) que “a ciência fragmentada, individualizada, dicotomizada, tornava-se, no mínimo, coerente com um mundo de homens fragmentados, onde uns pensavam e outros operavam, isolados, individualizados, fragmentados”. Dessas assertivas, parte-se para a exposição de determinados autores que incidem sobre essas temáticas, tais como Marx, Freud, Bachelard e Strauss.

O capítulo seguinte – intitulado *Harmonia natural. Harmonia?* – nos traz uma reflexão que visa a pensar sobre nossa visão de natureza. Nesse sentido, são apresentadas duas visões predominantes sobre o conceito de natureza: uma, em que ela é vista como algo hostil, passível de dominação; outra, na qual ela é vista como algo detentor de bondade e harmonia. Essa primeira visão resulta, segundo o autor, num modo de justificar a existência de mecanismos humanos que visem à imposição sobre a

natureza. Já a segunda visão resulta da perpetuação da mentalidade dicotômica entre ser humano e natureza.

Em seguida, Porto-Gonçalves discute o conceito de ecossistema. A partir da explanação desse conceito, intensifica-se a abordagem que visa a destacar a característica sistêmica que envolve o conceito de natureza. Para tanto, muitas ideias de Edgar Morin são apresentadas, de modo a evidenciar uma ideia muito recorrente em Porto-Gonçalves: a relação entre o todo e suas partes. As partes de uma parcela do real não o explicam da mesma forma que a análise do todo no qual estão inseridas tais partes. Ou seja, a compreensão do todo traz uma perspectiva que a simples soma das partes não permite compreender amplamente.

Com base nisso, Porto-Gonçalves (2008a, p. 74) conclui:

É preciso romper com o pensamento simplificador e excludente e afirmar a complexidade. Afinal, uns só querem falar da rosa. Outros só destacam o espinho. É necessário que se elabore a visão que comporta tanto a rosa quanto o espinho: a visão da roseira.

O homem na natureza e a natureza no homem, capítulo seguinte, discute o conceito de homem que utilizamos no âmbito científico, destacando que o modo como o utilizamos é resultante de uma visão específica (associada à construção da ciência moderna), passível de mudanças. Ou seja: caso tenhamos ciência de que tal visão não nos é útil ou conveniente, temos a liberdade de alterá-la. Contudo, a grande questão que envolve essa ideia é justamente a consciência que o ser humano possui dessa possível alteração.

A seguir, o autor destaca como a Geografia e a Biologia têm dificuldade para lidar com o conceito de homem. No caso específico da Geografia, Porto-Gonçalves (2008a, p.76) aponta que:

Basta acompanhar de perto a produção geográfica mundial para observar como os geógrafos reproduziram no interior da própria Geografia a grande dicotomia do pensamento ocidental, instituindo a Geografia física e a Geografia humana.

Esse capítulo acrescenta, também, ideias referentes ao modo como o homem separa-se conceitualmente da natureza. O autor também assinala que a sustentação dessa ideia está associada ao desenvolvimento de uma economia ligada à ancestrais humanos

que organizavam o modo como era realizada a sobrevivência da espécie, principalmente no que se refere à obtenção de alimentos. No caso exemplificado, a caça é dada como um ato que implica organização lógica de distribuição de tarefas interespecie e resulta, entre outros fatos, na visão dicotômica homem-natureza. Assim, novamente as ideias de Morin são retomadas para indicar a inclinação do autor pelo rompimento com a visão cartesiana.

Em *Sociedade natural. Natural?*, Temos um breve capítulo que discute a questão de considerar diferentes sociedades sob diferentes maneiras. Com isso, o autor levanta a questão de que uma cultura frente a outra, e não é natural. Cada uma possui sua especificidade, seus traços. Portanto, se colocando uma como natural, estamos estabelecendo a diversidade cultural dos diferentes povos em uma hierarquia e relativizando sua importância. Vemos, aqui, traços iniciais da construção de sua visão decolonial pois, como apresentado no primeiro capítulo da presente pesquisa, Porto-Gonçalves expõe a problemática associada à relativização de um cultura – eurocêntrica – frente a outras – americanas tradicionais –, que por sua vez são subjugadas e inferiorizadas.

Ampliando a contextualização desse pensamento, Porto-Gonçalves traz outras questões para a discussão – como a de propriedade privada e suas implicações – que julga poderem ajudar na compreensão do tema desenvolvido, demonstrando sua preocupação em querer, constantemente, apontar como a necessidade de se pensar em diferentes perspectivas da realidade para compreendê-la adequadamente. Deixa-se claro que sua opinião se alinha à ideias associadas à igualdade e liberdade para a definição do próprio destino de vida.

Sociedade moderna e natureza é outro breve capítulo dessa obra. Aqui são resgatadas as críticas às ideias fragmentárias que impulsionam a visão dicotômica entre sociedade e natureza. Assim, o autor procura dialogar e apresentar ideias que reflitam sobre como a realidade atual e seus aspectos econômicos (como a predominância do capitalismo) contribuem para a perpetuação dessa visão fragmentária e que, por sua vez, nos faz herdar um modo de pensar ajustado à reprodução de um estilo de vida e de reprodução material.

O capítulo *Tempo e trabalho: produtividade* nos mostra como a sociedade capitalista prescinde de condições específicas amadurecidas ao longo dos séculos para poder se estruturar de modo eficaz. Primeiramente, discute-se a questão do tempo. O modo como o concebemos (cuja origem remonta aos mosteiros, para indicar a os

períodos de oração) traz consigo um fator importantíssimo para o advento do relógio como máquina indireta de produção, ou seja: quanto mais se produz, melhor é. Temos, desse modo, o aspecto quantitativo sobrepondo-se ao qualitativo.

O outro ponto destacado é o conceito de trabalho. Tido como algo associado ao sofrimento, em outras épocas da sociedade, o trabalho ganha, com o advento do capitalismo, um aspecto positivo: ele permite, ao menos teoricamente, o acúmulo de riquezas. Tal pensamento amadurece junto à ideia de que a valorização de trabalho “dos que pensam” é distinta da ideia do trabalho “dos que fazem”. Para aprofundar-se em tal assunto, Porto-Gonçalves desenvolve, em seguida, reflexões que abordam a distinção entre ecologia e economia, associando-a ao conceito de valor de troca e valor de uso de Marx.

De acordo com o autor destaca que:

Para o capitalista, o “uso” precípua da mercadoria é lhe servir como valor de troca medido em cifras [...] para ele, o valor de uso é simplesmente um veículo para o valor de troca. Tal fenômeno obviamente não é natural, ao contrário, foi instituído com a sociedade burguesa. Não é de se estranhar, portanto, que o ecológico fique subordinado ao econômico numa sociedade onde a generalização das relações mercantis é a tônica. [Para tanto] a expropriação do trabalhador é a condição da mobilidade do capital (PORTO-GONÇALVES, 2008a, p. 113).

Desse modo, o que irá importar é o tempo do capital, não o tempo dos ecossistemas. Isso se sustenta por meio da concorrência de produção que visa o valor de troca, que se sobrepõe ao valor de uso. Logo, a natureza submete-se ao interesse de ampliação do capital, incorporando aí as relações estabelecidas nas relações de trabalho. Desse modo (2008a, p.115):

De nada adianta aos ecologistas acusar os economistas por não manifestarem preocupações ecológicas, se os próprios ecologistas não superarem o ecologismo naturalista – que só se preocupa com os efeitos naturais – das práticas socioeconômicas, instituídas estas através de muitas tensões e lutas e que, portanto, nada têm de naturais.

Os ecologistas devem, portanto, ir além da aparência, ou seja, buscar a essência das relações sociais que culminam na postura atual de relação sociedade-natureza. Em outras palavras, eles devem politizar-se, tal como é proposto aos geógrafos após seu movimento de renovação, ao final da década de 1970.

O décimo-terceiro capítulo intitula-se *A técnica, a sociedade e a natureza*. O desenvolvimento das técnicas, enfatizando-se os aspectos inerentes à evolução da maquinofatura, é apresentado como um pilar estruturante para que o trabalho se paute por uma imensa quantificação que, num momento posterior ao desenvolvimento das máquinas, subordina o homem ao tempo das mesmas.

Ou seja, o controle de produção não mais está nas mãos do trabalhador, mas nas do detentor dos meios de produção. Não só os homens ficam subordinados ao ritmo das máquinas, como a natureza também o fica. Com isso, os capitalistas se sobressaem, “libertando-se”, também, do tempo da natureza, ou imaginando que o possam fazer. Instaura-se uma razão técnica que controla o trabalho, sua produção, o homem e a natureza de acordo com o ritmo desejado por aqueles que produzem. A Revolução Verde é citada como exemplo de perspectiva de controle da produção de alimentos, como se o ser humano detivesse um controle que não lhe pertence.

Natureza e relações sociais é o penúltimo texto da obra. Aqui são tecidas considerações sobre o conceito de natureza em diferentes culturas. Significa que não há um único conceito de natureza, mas vários, como o autor afirma, de modo recorrente, o que revela um modo de pensar particular, associado a um modo de viver e reproduzir pensamentos sobre a vida, também particulares.

Ainda no mesmo capítulo, o autor parte para uma discussão que diz respeito a grupos sociais oprimidos. Com isso ele se encaminha, novamente, para uma crítica ao modo imperante da visão eurocêntrica, relacionada diretamente a uma visão de natureza e a uma visão de homens sobre homens que resulta numa realidade fragmentária e excludente.

O último capítulo, *Ecologia, liberdade e igualdade: autonomia*, levanta questões profundas sobre a relação homem-homem, assinalando-a como uma visão equivalente à relação homem-natureza, onde a natureza é dada como objeto. Ou seja, o autor discute sobre como a relação homem-homem, inserida no contexto erigido a partir de valores eurocêntricos, de cunho capitalista, torna o próprio homem mercadoria, além da própria natureza, obviamente.

De modo evidente, Porto-Gonçalves (2008a, p.143) aponta para a necessidade de mudanças que julga convenientes para construção de outra realidade, indicando que:

A formulação de um outro conceito de natureza envolve também um outro conceito de homem e, obviamente, de uma outra sociedade que

tome a técnica por aquilo que ela verdadeiramente é, ou seja, apenas um meio para se atingir um determinado fim.

3.3 – *Amazônia, Amazônias*

A última obra que analisaremos para subsidiar nossa intenção de compreender a questão socioambiental em Porto-Gonçalves, e para demonstrarmos como suas formulações qualificam o debate em torno de tal questão, é *Amazônia, Amazônias*, que tem sua primeira edição publicada em 2001. A edição que usaremos em nossa análise é a terceira, de 2015, pela editora Contexto. Resultado de vinte e dois anos de pesquisa, essa obra, como nos aponta Porto-Gonçalves (2015b, p.5) procura “romper os muros entre a universidade e a sociedade, sobretudo com os setores ‘de baixo’, como gostava de falar Florestan Fernandes”.

Tendo em vista nossa periodização estabelecida até aqui, temos que a publicação da primeira edição dessa obra não coincida com uma aproximação histórica de publicação, tal como vemos nos demais capítulos da presente pesquisa. Nos primeiro e segundo capítulos, as obras agrupadas foram publicadas por década de publicação e semelhança temática.

Aqui, no entanto, propomos um agrupamento que, no caso dessa obra, especificamente, leva em conta o tempo de estudo – mencionado pelo autor e apresentado no parágrafo anterior – para sua elaboração. Além disso, as temáticas desenvolvidas em *Amazônia, Amazônias* não se assemelham às das três obras seguintes, que compõem o segundo capítulo da presente pesquisa. Observamos, também, que o desenvolvimento de *Amazônia, Amazônias* resgata o caráter de estudos de casos, tal como vemos em *Paixão da Terra*, associado às dissertações de elementos teóricos, como em *Os (des)caminhos do meio ambiente*.

Cabe ressaltar, ainda, que essa obra apresenta semelhanças, obviamente acrescidas de amplo desdobramento do artigo “*Amazônia - ecologia, democracia e soberania*”, publicado pelo autor em 1989. Sem dúvida, *Amazônia, Amazônias*, apresenta considerações muito mais complexas sobre a região amazônica, dada a profundidade de análise histórico-geográfica exposta. Por esses motivos, agrupamos tais obras neste terceiro capítulo.

Partindo-se para sua análise, temos indicado, na *Apresentação*, que a obra conta com quatro capítulos acrescidos de um Apêndice e uma breve dissertação sobre Chico Mendes, militante amplamente citado por Porto-Gonçalves, tendo em vista a

representatividade de sua luta e a convergência dessa luta com os intuítos acadêmicos do autor. Ao final dessa parte, Porto-Gonçalves (2015b, p.10) atesta que “É para o descobrimento que esse livro foi feito. Não para trazer a verdade da região, mas para contribuir no debate dos amazônidas, termo esse que chega a ferir os ouvidos de tão pouco habituados a considerá-los estamos”.

O primeiro capítulo denomina-se *Imagens Amazônicas*. Inicia-se apontando como a visão externa da região predomina sobre a própria visão interna. Temos, dessa maneira, que a visão estabelecida desde o período colonial se sobrepõe à Amazônia, tornando-a um “objeto” facilmente adjetivável para atender as demandas de interesses externos a ela. O período colonial já traz isso, séculos atrás. Um ponto destacado na obra é quando mencionam que a região amazônica representa um vazio demográfico, legitimando possíveis ocupações. Afinal, se não está ocupado, não há geração de riquezas. Vê-se como a lógica capitalista-mercadológica estabelece uma espacialização do capital que ignora a natureza.

Em seguida, o autor apresenta e descreve alterações governamentais recentes criadas na região, tal como a implantação de rodovias – como a Transamazônica – e a implantação de mais de seiscentas empresas – dado que a lógica estabelece que é preciso “ocupar para não entregar”. Ocupar, claro, no sentido que dê lucros e que movimente capital.

A tentativa de imposição de uma imagem única da Amazônia é parte do jogo de interesses e de tentativas de exercício de poder sobre a região. A partir da imagem dada, são criadas as justificativas para ações convenientes de determinados grupos. Contudo, Porto-Gonçalves (2015b, p.16) destaca que: “Não há uma Amazônia, mas várias. Não há conseqüentemente, uma visão verdadeira do que seja a Amazônia”.

A partir desse quadro inicial, Porto-Gonçalves (2015b, p.17) aponta sua afinidade com as ideias de Chico Mendes, indicando que esse ambientalista possui “Visão radicalmente inovadora e complexa, que nos desafia a não dissociar o destino dado à natureza dos destinos a serem dados aos homens”.

E complementa (2015b, p.17):

É nesse sentido, mais profundo, de busca de novos caminhos para a humanidade e seu oikos, que a Amazônia se inscreve como um tema de interesse para cidadãos de todo o planeta. E é com essa perspectiva que nos debruçaremos no estudo das suas particularidades.

Em seguida, numa primeira subseção desse capítulo, denominada *A invenção da Amazônia*, o autor comenta sobre a visão homogeneizadora da região, obviamente inventada pelos não amazônidas. Inicialmente, temos que, segundo a ciência, a região amazônica corresponde à área de cobertura da *Hevea* – um gênero botânico abundante da região. Assim (2015b, p.18):

A Amazônia é marcada com os critérios dos “de fora” e os amazônidas seriam, por consequência, os que estão abrangidos por esses limites. Nessa perspectiva não têm identidade própria, são identificados como decorrência de um recorte, enfim, são uma consequência de uma identificação efetuada por outrem.

Dessa forma, fica exposta a complexidade do estabelecimento da região amazônica. Primeiro, pelo fato de termos uma complexidade interna imensa. Segundo, que os fatores históricos, no caso as intenções colonizadoras, impuseram uma visão simplificadora da região, devido a interesses específicos.

Em seguida, temos uma subseção denominada *A Amazônia como natureza imaginária*. Aqui, o autor aponta para a existência de uma visão externa sobre a Amazônia, que a coloca como um local de natureza pujante e inquestionável. Nesse trecho, salientam-se como os conflitos de visões externas à região influenciam as próprias decisões internas.

A Amazônia como região periférica retoma a ideia da imposição da visão externa sobre a interna, resgatando aspectos históricos para deixar evidente como tal ideia não é somente dos tempos atuais. Assim, destaca-se como as potências coloniais ora disputavam, ora retiravam investimentos devido ao enorme esforço para colonizar tais terras. Com isso, consagram-se dois modos de ver a região: no primeiro, ela é dada como reserva de recursos naturais que, quando conveniente, servirá aos interesses daqueles que a dominam. No segundo, tal região é dada como indomável.

A Amazônia como questão nacional é a subseção seguinte. Aqui, a região possuirá grande relevância para Portugal, sendo tratada com certa ambiguidade: de um lado, é uma região débil em população e economicamente secundária; de outro, representa grande potencialidade. Disso deriva certo receio para sua colonização, o que resulta, conforme Porto-Gonçalves (2015b, p.26), em “enorme importância política que não tem correspondência social e econômica enraizada na região”.

Será nesse contexto que a Amazônia será incorporada ao território brasileiro, sendo que tal integração se dá sob o signo conservador e com permanência dos poderes coloniais, visto que a região não se torna independente em 1822, mas apenas em 1823. Assim, com o passar dos séculos, teremos a ideia de que ocupar a Amazônia é sinônimo de “mantê-la nas rédeas brasileiras”, sem riscos de outra dominação. Dessa forma, ao longo da segunda metade do século XX, principalmente sob a ditadura militar, diversas obras de infraestruturas foram direcionadas para aquela região.

Por meio da perspectiva apresentada, teremos a *Amazônia como vazio demográfico*, como nos aponta a subseção seguinte. Vista dessa maneira, a região amazônica torna-se passível de ocupação. Contudo, como é salientado, não se trata de uma região vazia. Existem diversos povos tradicionais nessa região, que são simplesmente ignorados.

A partir disso, legitima-se *A Amazônia como reserva de recursos*. Essa visão “dos de fora”, apontada pelo autor, coloca a Amazônia como a periferia de um país periférico. Ignora-se, por exemplo, que as populações locais possuem conhecimento extremamente significativo sobre a região e suas potencialidades. No entanto, tamanha riqueza acende a disputa pelas terras amazônicas e seus recursos, fomentada pelas necessidades do capital e debruçadas sobre a Geografia das riquezas naturais, sem se levar em conta a Geografia social. Desse modo, conflitos por questões territoriais serão abundantes.

A visão da Amazônia como uma reserva ecológica e palco do des-envolvimento preterido pelo capital que para ali se dirige, estrutura-se fortemente na segunda metade do século XX por meio de diversos projetos como o Jari e o Carajás. A partir disso (*ibidem*, p.59), temos que “A Amazônia passou a ser inserida nesse novo contexto como uma área de exportação de energia através da implantação de plantas industriais altamente consumidoras de energia, como é o caso das indústrias de beneficiamento de bauxita”.

Outro ponto relevante a ser destacado em nossa análise é a forma como a Amazônia é dada como região atrasada. Porto-Gonçalves nos aponta que (2015b, p.65):

Essa caracterização parece evidente por si mesma e traz em seu bojo a necessidade implícita do seu contrário, ou seja, de se modernizar. Esse modo de colocar as coisas nos seus lugares revela muita mais a respeito de quem faz essa caracterização do que a respeito da realidade da região.

Por consequência, os povos locais também foram dados como atrasados e a figura branca-cristã-burguesa foi imposta como o modelo superior a ser seguido. É a imposição de um conjunto de ideias que compõem a modernidade:

A modernidade busca permanentemente o (des)envolvimento, isto é, procura quebrar o envolvimento, a coesão interna de povos e regiões, submetendo-os à sua lógica de produzir-produzir com uma distribuição desigual da riqueza. Dissocia o lugar de produção do lugar de consumo, ao dissociar, também, quem produz a riqueza de quem ela se apropria (PORTO-GONÇALVES, 2015b, p.67).

Não somente os de fora causam essa desorganização/reorganização a favor da modernidade, mas as elites locais também possuem sua parcela de empreitada com mentalidade colonizadora. A fragmentação do território colonial no Brasil e na região amazônica, por exemplo, resultava numa configuração geográfica claramente voltada para a exportação, fato que será mantido após a “independência”. Será a partir dos anos 60, com a aprovação federal, que a região será disputada palmo a palmo pelo grande capital nacional e internacional, sendo cada vez mais explorada.

Diante desse cenário, os povos indígenas, bem como a integridade de seus territórios são “obstáculos” para o lucro. Como tais populações não se constituíam como um Estado, elas jamais eram vistas com direito de dominar politicamente seus territórios. Aponta-se, com isso, como a forma de territorialização europeia legítima ou não ações que agradem “os de cima”, em quaisquer circunstâncias.

Partimos para o segundo capítulo da obra, intitulado *A organização do espaço amazônico: contradições e conflitos*. Sua introdução apresenta uma perspectiva marcante de Porto-Gonçalves sobre a região amazônica. Nela o autor aponta dois padrões de organização do território dessa região: o rio-várzea-floresta e o estrada-terra firme-subsolo. A década de 1960 é apontada como um divisor de águas com relação a essa padronização territorial, sendo a vontade externa da região – no caso os incentivos dos poderes federais – a principal força transformante da dinâmica geográfica.

A subseção seguinte é *O padrão de organização do espaço rio-várzea-floresta*, aprofundando o que o autor já apresentou na introdução e onde ele discorre sobre os aspectos históricos da região amazônica, desde o período colonial ao ciclo da borracha. Cada ciclo, cada século e cada grupo que gerenciava o processo de ocupação local sempre exercia uma perspectiva de exploração máxima. Destaca-se que a borracha,

desde o final do século XIX, foi responsável por um imenso fluxo migratório para a região.

Observando-se esse período da borracha, em todo seu contexto – de apogeu à crise e retomada pelos seringueiros – percebe-se uma confluência entre elementos regionais que moldam as características geográficas da Amazônia. Porto-Gonçalves (2015b, p.94), aponta que:

É possível identificarmos um modelo de ocupação tradicional na Amazônia plasmado por meio de um intercâmbio orgânico com os ecossistemas: o rio, o vertedouro natural de toda a água que circula através da floresta, solo e atmosfera, que serviu para diferentes atividades que se desenvolveram explorando a floresta, os campos e as várzeas.

Esse excerto representa profundamente a perspectiva de Porto-Gonçalves em suas obras. A conexão entre seres humanos e natureza é ampla e exposta em todos os momentos. A visão que não leva isso em conta irão prejudicar inevitavelmente a relação entre sociedade e natureza. No contexto capitalista, no qual a Amazônia foi extremamente inserida desde a chegada dos colonizadores, seus elementos constituintes passaram a se alterar e, pouco a pouco, século a século, tornaram-se mercadorias – das riquezas e do solo aos seres humanos.

Retomando-se a condução da obra, observa-se a alteração do padrão de organização do espaço amazônico, como dito anteriormente. A fragilidade das elites locais, somada à inconstância da produção, sempre ameaçada pela lógica externa, fazem com que o governo brasileiro adote novas medidas para/com a região. Destaca-se que o ribeirinho ou o seringalista possuem formas de produzir sua vida que não necessariamente dialoga com a lógica do governo federal, que é a lógica capitalista-monopolista submissa aos interesses das forças nacionais e internacionais que observamos no contexto geopolítico desse período.

Disso emerge *A organização do espaço estrada-terra firme-subsolo*. Nesse novo contexto, que se inicia na década de 1960, o governo ditatorial apresentará dois instrumentos de ação para a região amazônica: atração de capital por meio de isenções e ocupação do “vazio demográfico”. A persistência da visão colonizadora exploradora é notável. A Amazônia se inscreve, na divisão internacional do trabalho, como área de exportação de matéria prima, novamente diante da lógica dos “de fora”.

As estradas serão o elemento primordial de conexão dos espaços e concretização da viabilização dos fluxos convenientes ao capital. As Belém-Brasília, Brasília-Cuiabá-Porto Velho e a Transamazônica são os grandes exemplos. A nova fase de modernização se apoia, obviamente, no grande capital. Destaca-se, nesse contexto, a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa – e do Comando Militar da Amazônia. Ao mesmo tempo, é extinto o Banco de Crédito da Amazônia, principal fonte de crédito para os seringalistas. Aponta-se, ainda, a implantação de barragens em rios, aumentando a capacidade do capital de transformar a natureza local para viabilizar sua fluidez.

Instala-se, assim, uma Geografia de conflitos, como destaca Porto-Gonçalves (2015b, p.104):

As populações tradicionais da região, que viviam de uma agricultura de subsistência associada ou à pesca ou ao extrativismo de algum produto da floresta, seja borracha, castanha ou mesmo madeira, sofrerão com a crise que pôs fim aos subsídios que mantinham as elites tradicionais.

Observamos como os dois padrões analisados pelo autor terão dinâmicas bem específicas sobre o espaço geográfico, no que tange a relação sociedade-natureza. O segundo padrão cria uma conexão de dependência somada à demanda por energia maior, além de uma logística mais intensa. Ocorre, assim, a expulsão frequente de moradores locais para exploração mais intensa da terra, com consequente aumento de concentração fundiária e urbanização sem cidadania, conforme aponta o autor.

Assim, a Amazônia se torna uma região limiar entre a ordem e o caos. O capital financeiro e industrial, sobrepondo-se ao comercial, é um dos marcos apontado pelo autor para identificarmos a mudança na organização do espaço. O Estado alia-se a esse novo capital por meio de autarquias federais específicas e de políticas públicas estaduais e municipais de modo a viabilizar sua penetração pela região amazônica, no que a natureza se mantém sempre como mercadoria. Assim:

O que temos hoje é a manifestação na Amazônia de diferenciadas ordens, de múltiplas lógicas que durante séculos foram encobertas e que agora se apresentam ao debate político com viva voz, sem intermediário (PORTO-GONÇALVES, 2015b, p.119).

Por fim, o autor apresenta um cenário mais próximo da atualidade, analisando o programa governamental denominado “Avança Brasil”, o qual estabelece um novo e duvidoso padrão ao espaço geográfico local. Em resumo, tal programa prevê a realização de quarenta e dois projetos sobre a região, nos quais a pretensão de estabelecer eixos de integração compõe o caráter principal.

Com tal programa, o sentido da produção é voltar-se para o exterior, não para as regiões sudeste/sul ou a própria região amazônica. Observa-se ampla influência do Banco Mundial nessa nova proposta de organização espacial. Conforme nos aponta o autor (2015b, p.126):

Tudo indica que o desenho que se está forjando com o Programa Avança Brasil se assemelhe ao padrão de organização socioespacial que vigorou no Brasil antes dos anos 1930, ficando conhecido como “arquipélago econômico”, posto que cada região se ligava ao mercado internacional e não a outras regiões do país.

Desse modo, “é preciso superar essa verdadeira armadilha discursiva que associa Eixo de Integração e Desenvolvimento a progresso” (2015b, p.126). Fica evidente, portanto, o aspecto duvidoso, apontado propositalmente, para se descrever tal programa, uma vez que observamos que sua implementação nada mais é do que a retomada de uma lógica de submissão ao comércio internacional.

O quarto capítulo da obra denomina-se *Outras Amazônias: as lutas por direitos e a emergência política de outros protagonistas*. Destacam-se, nesse capítulo, os movimentos de resistências existentes na região. Tais resistências emergem pelo contexto de dominação externa, exposto anteriormente.

Movimentos como a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário são exemplos mencionados que apontam para a luta de resistência regional. A resistência se espalha através de diversas representatividades, formando uma pluralidade de lutas que reflete a própria pluralidade amazônica. Porto-Gonçalves (2015b, p.128-129) destaca que:

Assim como o capitalismo, para se consolidar em várias regiões do mundo, se fez separando o homem da natureza, mercantilizando a natureza e a força de trabalho, homogeneizando as relações sociais, o que vemos posto por vários desses movimentos sociais é a exigência de um vínculo maior com a natureza, como é o caso dos seringueiros, dos indígenas, das quebradeiras de coco de babaçu ou dos pescadores, entre outros. Há ainda os que disputam um pedaço de terra para se

reproduzirem como produtores familiares, para todos eles a questão da terra se coloca como central.

Com a emergência desses movimentos sociais e da organização dos diferentes grupos de povos tradicionais, os “de baixo” conseguem se expressar e apresentar suas demandas de modo mais sistematizado. As “r-existências”, como escreve o autor, são discutidas uma a uma, sendo a seringueira a primeira delas.

O movimento dos seringueiros começa a ganhar força e a se inserir na cena política a partir da década de 1970. Sua ampla articulação permite que:

Em 1984 levam a Brasília, ao IV Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais da Contag, a proposta de que a Reforma Agrária não poderia ser homogênea para todo o território nacional e, assim, inscrevem a dimensão cultural, do modo de vida, no debate político (2015b, p.132).

Em 1985, surge o Conselho Nacional dos Seringueiros. Pelo fato de o movimento associar a dimensão social àquela ecológica, ele recebe o apoio imediato dos ecologistas. Como resultado de esforços coletivos entre seringueiros e intelectuais ativistas, são criadas as Reservas Extrativistas, na década de 1980. Ao longo dessa década, destaca-se Chico Mendes, seringueiro assassinado em 1988 e muito citado por Porto-Gonçalves, tendo em vista seu papel articulador dentro da visão de mundo integradora que se associa às ideias de Porto-Gonçalves.

A r-existência indígena é comentada em seguida. Além de suas descrições associadas à importância de se preservar a população indígena e suas terras pelo fato de elas representarem uma territorialidade específica, e por seu conhecimento de espécies botânicas das quais a sociedade, de modo geral, usufrui, Porto-Gonçalves (*ibidem*, p.139) destaca, também, um conceito relevante que sintetiza seu pensamento sobre a relação sociedade-natureza:

É possível se afirmar, com as pesquisas já realizadas, que as populações indígenas contribuíram enormemente para a composição da floresta tropical e, nesse sentido essa deveria estar sendo denominada de Floresta Cultural Tropical Úmida.

A r-existência²³ dos trabalhadores rurais, a r-existência das populações negras, a r-existência das mulheres quebradeiras de coco de babaçu e a r-existência dos atingidos por barragens são os demais grupos que Porto-Gonçalves destaca nesse capítulo. Sempre se procura expor como a relação que cada comunidade estabelece com a natureza é única, além, evidentemente, dos problemas intrínsecos a cada grupo, pelo fato de eles representarem um obstáculo à imposição generalizada do capital.

O último capítulo da obra tem título idêntico à obra: *Amazônia, Amazônias*. Inicia-se comentando os novos cenários e possibilidades políticas da região, destacando-se que a imagem da Amazônia precisa levar em consideração os que ali vivem como responsáveis pelo seu presente e pelo seu futuro. De forma evidente, o autor apresenta suas ideias em defesa da integridade das populações tradicionais da região, tendo em vista mencionar a preservação de matrizes de racionalidades distintas da lógica econômica do capital.

As Organizações não governamentais também aparecem nessa parte da obra. Tidas como ambíguas, afirma-se que as ONGs se pautam pelo discurso da ineficiência do Estado. É não sem razão, visto que essas organizações atendem prontamente às exigências dos “de cima”, e vagarosamente às exigências dos “de baixo”.

Além disso, Porto-Gonçalves faz críticas às condições de trabalho das ONGs, pois a elaboração e projetos por elas realizados devem atender às exigências de seus financiadores exclusivamente, fato que pode denotar a aplicação de interesses específicos, entre eles e, sobretudo, o do capital. Destaca-se também que (*ibidem*, p.166), “as relações de trabalho às quais estão submetidos [os trabalhadores das ONGs] são precárias e completamente desregulamentadas”.

Por fim, comenta-se sobre as questões de soberania da região. Segundo o autor:

O Bird, o Bid e o G-7 que deram todo o apoio à ditadura e ao modelo de desenvolvimento anterior, socialmente excludente e ecologicamente irresponsável, agora se veem compelidos a dialogar com esses segmentos sociais que emergem na cena política na Amazônia. Aqui a ambiguidade das chamadas organizações não governamentais também se apresenta (PORTO-GONÇALVES, 2015b, p.168).

²³Utilizamos aqui o termo *r-existência*, da mesma forma que Porto-Gonçalves o faz, simbolizando que resistir e existir coincide na luta cotidiana das diversas populações aqui mencionadas.

Assim, como em muitas passagens, Porto-Gonçalves destaca a condição clientelística à qual foram submetidos os amazônidas ao longo da história, seja por questões governamentais internas, seja pela postura coagida das ONGs. O destino da Amazônia depende de como os brasileiros a veem, devendo levar em consideração que a região não é, nem de longe, desconhecida.

Desse modo, (2015b, p.170), ao final temos que:

É preciso trazer ao debate a questão da autonomia, não como ideia de território autônomo que, nesse caso, privilegia uma de suas dimensões, a geográfica, sem dúvida importante, mas que elude a outra dimensão, a essa intimamente ligada e que, também, como nos ensinam os gregos, diz respeito àqueles que se dão – auto – as próprias normas, suas próprias regras – nomos.

Ao final, o autor nos apresenta um apêndice denominado *Chico Mendes: um ecologista socialista*. Contando com quatro páginas, esse apêndice traz a forma como Porto-Gonçalves retrata o seringueiro mais importante que a região amazônica teve. Ele resume, nessa seção, a vida pessoal, as ações ambientalistas e a morte do seringueiro. Contudo, a relevância de Chico Mendes aparece não somente na atividade seringalista, mas, também, em sua postura de vida diante das calamidades que assolaram a região amazônica na segunda metade do século XX, até a data de sua morte, em 1988. Obviamente, a morte de Chico Mendes faz com que a força de luta dos povos tradicionais não pereça, além de exemplificar o modo de repensar o mundo, as ciências e a Geografia.

3.4 – A questão político-ideológica: de Marx a Chico Mendes

Ao indicarmos no título dessa subseção uma investida ao entendimento dos aspectos políticos e ideológicos na obra de Porto-Gonçalves, mais precisamente nas três obras que compõem este capítulo, devemos nos ater aos limites de nossas aspirações, tendo em vista que a amplitude da discussão desses temas é indiscutivelmente extensa para resumir-se a uma parte de uma pesquisa, tal como a propomos aqui.

Contudo, não podemos renunciar à tentativa de explicitar tais aspectos, que são entendidos por nós como relevantes, na obra de Porto-Gonçalves. Desse modo, deixamos evidente a consciência de nossa limitação no debate sobre assuntos

complexos, ao mesmo tempo em que compreendemos que não abordar tais temas seria uma lacuna estrutural grave para os propósitos desta pesquisa.

Destacamos, de início, que ao citarmos o termo político-ideológico, referimo-nos a um conjunto de pensamentos ligados ao posicionamento crítico-político de Porto-Gonçalves. Ou seja, pretendemos identificar o prisma pelo qual o autor vê, e através dos quais interpreta os temas que aborda.

Nessa perspectiva, vemos saltar aos olhos que as influências de Marx, Gramsci, Habermas (Escola de Frankfurt) e Chico Mendes subsidiam potencialmente a produção escrita de Porto-Gonçalves²⁴. Dessa forma, devemos nos questionar, primeiramente, sobre o motivo para tais autores estarem presentes nas obras. Com isso, acreditamos explicitar a visão de mundo do autor para, assim, compreender melhor a questão socioambiental presente nas obras que compõem este capítulo.

Sem dúvida, a contribuição de Marx despontará como uma das mais relevantes para Porto-Gonçalves, ao menos nessas obras analisadas. Refletir sobre a utilização e a aceitação das ideias de Marx para compor o desenvolvimento de suas ideias, nos mostra como Porto-Gonçalves afilia-se com pensamentos voltados ao espectro de ideologias de esquerda, em termos políticos e ideológicos. Ressaltamos, ainda, que Marx também influencia os demais autores mencionados e utilizados por Porto-Gonçalves.

Cabe-nos levantar, agora, apontamentos que revelem a importância de Marx na compreensão da realidade e, em seguida, observarmos a utilização desse autor em Porto-Gonçalves. Para tal, Ianni (1982, p.7) nos mostra, na introdução de sua obra organizativa de textos de Marx, que “sua análise apanha sempre as estruturas de apropriação econômica e dominação política”. Ianni (1982, p.7) ainda nos aponta que:

Todos os trabalhos de Marx são, fundamentalmente, de interpretação de como o modo capitalista de produção mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas, em âmbito nacional e mundial, ao mesmo tempo em que desenvolve suas contradições.

Essa interpretação destacada no excerto de Ianni esclarece que o desafio em que Marx se aprofunda é, conseqüentemente, extenso e trabalhoso. Não à toa, uma de suas obras mais relevantes sobre o estudo do capitalismo será *O capital*, obra composta por

²⁴ Obviamente, deixamos claro que os nomes e movimento elencados representam os que foram mais vezes apontados ou os que subsidiam as ideias de Porto-Gonçalves de modo mais significativo. Ou seja, outros nomes e movimentos não foram excluídos aleatoriamente.

três volumes de fôlego, que apresenta uma profunda análise do capitalismo na sociedade moderna.

Outro ponto relevante, para ilustrarmos a importância dos textos de Marx, é a presença da discussão das contradições das classes sociais. Ianni (1982, p.14) nos mostra que:

Em quase todas as obras de Marx há uma preocupação persistente e preponderante com o caráter das classes sociais, isto, é, as condições e consequências dos seus antagonismos e lutas na sociedade capitalista. Para Marx, em última instância, a historicidade, ou seja, a transitoriedade do capitalismo depende do desenvolvimento desses antagonismos e lutas. Fundamentalmente, o confronto por meio do qual o capitalismo entra em colapso final é o confronto entre o proletariado e a burguesia, pois que, para ele, essas são as duas classes substantivas do regime. Uma, a burguesia, é a classe revolucionária, que constrói o capitalismo, depois de ter surgido com o desenvolvimento e a desagregação das relações de produção do feudalismo. A outra, o proletariado, é a classe revolucionária que nega o capitalismo e luta para criar a sociedade sem classes, no socialismo. A preocupação com essa problemática surge e ressurgiu em muitas ocasiões e sob diferentes aspectos. É inegável, no entanto, que a teoria da luta de classes formulada por Marx é uma contribuição revolucionária, tanto no contexto da sua obra como relativamente a tudo o que se estava pensando na sua época ou se havia dito anteriormente.

Também acreditamos ser necessário apontar uma tendência filosófica elaborada por Marx que contribuiu para nossa pesquisa: trata-se da concepção de materialismo histórico-dialético. Lessa e Tonet (2011, p.43) nos apresentam, resumidamente, uma ideia sobre esse método:

Descoberto por Marx, ao estudar a sociedade capitalista, caracteriza-se por conceber o mundo dos homens como a síntese da prévia-idealização com a realidade material, típica e elementarmente por meio do trabalho. As dimensões ideal e material dos atos humanos são integradas, possibilitando tanto reconhecer a importância das ideias para a História quanto a sua impotência quando encontram as condições históricas necessárias para que sejam traduzidas em práticas (para que sejam objetivadas) por atos humanos concretos. O materialismo histórico-dialético, portanto, é a superação histórica tanto do idealismo quanto do materialismo mecanicista. Ele possibilita compreender a base material das ideias e, ao mesmo tempo, a força material das ideias na reprodução social.

A crítica ao capitalismo, a discussão sobre a questão das classes e a elaboração do método do materialismo histórico-dialético, que sustenta suas ideias – e de muitos

autores posteriores – nos revela muito pouco sobre Marx. Contudo, a partir desses breves apontamentos já podemos observar sua influência sobre Porto-Gonçalves.

Na obra *Paixão da Terra*, observamos, antes mesmo do sumário, uma citação de Marx que apresenta uma crítica à propriedade privada, elemento intrínseco ao capitalismo e amplamente criticado por Marx. De certo modo, todos os capítulos dessa obra apresentam elementos subsidiados pelos escritos de Marx. Desde a apresentação e discussão dos problemas ambientais – em que os atores mais criticados são os associados às empresas e à negligência de um Estado submisso aos interesses do capital – até a discussão de classes.

Um ponto determinante para ilustrar o impacto de Marx nessa primeira obra de Porto-Gonçalves diz respeito ao uso dos conceitos de valor de uso e valor de troca. Tais conceitos são abordados no primeiro capítulo da obra *O capital*, de Marx. Observando o que Marx diz (2013, p.114), “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”, acrescenta-se, posteriormente, que “o valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo”. Já o valor de troca “aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p.114).

A discussão que envolve esses conceitos relacionados ao valor não é breve, e perpetuam-se por inúmeras páginas, na obra de Marx. Contudo, tendo em vista essas breves definições, podemos observar seu impacto na passagem em que Porto-Gonçalves (1984, p.85) destaca que:

A sociedade capitalista é fundamentalmente produtora de mercadorias e, embora as mercadorias tenham alguma utilidade, o que regula as trocas de mercadorias não é o valor de uso mas o valor de troca. É por isso que o leite produzido numa fazenda, decerto útil para muitos habitantes da cidade, não chega ao mercado urbano se o preço por ele oferecido não garantir a seu proprietário pelo menos a cobertura dos custos de produção mais o lucro (preço de produção). Assim, não é principalmente o fato de ser um alimento necessário aos habitantes da cidade que faz com que o produto se desloque no espaço, mas o fato de ser uma mercadoria: algo produzido objetivando a troca que valorize o capital do proprietário. Também as trocas entre nações são regidas por esse mecanismo.

O autor ainda acrescenta:

O completo desconhecimento dessas questões tem feito com que a maioria dos geógrafos não se mostre capaz de compreender os

processos que produzem a organização do espaço tanto em nível nacional como internacional (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 85).

Observamos, nesse momento, um ponto interessante sobre como a interpretação da Geografia para Porto-Gonçalves se associa aos movimentos de renovação da Geografia, do final da década de 1970, quando muitos autores utilizaram as ideias de Marx para subsidiar sua produção e interpretação por meio da Geografia crítica, por exemplo (MORAES, 1983; DINIZ FILHO, 2009).

Em *Os (des)caminhos do meio ambiente*, temos uma utilização das ideias de Marx, mas não da mesma forma como observamos na obra anterior, citada acima. Aqui, as discussões atravessam um amplo campo teórico que envolve outros autores, tais como Morin, o que será discutido posteriormente. Vale ressaltar uma passagem que enaltece a capacidade da obra de Marx. Ao longo do sétimo capítulo dessa obra – intitulado *A ciência diante da natureza* – Porto Gonçalves apresenta uma discussão sobre a dicotomia entre sujeito e objeto, associando esse debate a diversos autores – entre eles, Marx.

Ressalta-se que Marx apresenta, mediante o conceito de práxis, uma saída para tal dicotomia. Em seguida, temos outra discussão associada a ela, na qual são detectadas as divergências entre Marx e os marxistas no que tange à questão das classes sociais e movimentos sociais, intrínsecos a essas. Sobre isso, Porto-Gonçalves (2008, p.58), afirma que:

Não é aqui [nesta obra] o lugar para desenvolver essa tese, mas creio não ser impossível que a inspiração de Marx consiga nos ajudar a compreender esses movimentos [sociais] e outros que se manifestam particularmente no século XX; contudo, parece-me improvável que os marxistas o façam.

Amazônia, Amazôniaas não apresenta uma discussão tão profunda envolvendo Marx, mas percebemos como esse autor ainda subsidia consideravelmente a obra de Porto-Gonçalves, mesmo de forma menos explícita. Ou seja, sua menção não é feita tão diretamente como nas obras anteriores, mas suas ideias sustentam a interpretação da questão territorial e dos interesses externos – sobretudo o do capital estrangeiro – na região amazônica.

Como dito anteriormente, Gramsci é outro autor que aparece na obra de Porto-Gonçalves. Gramsci também é muito influenciado por Marx. Não à toa, participa da

fundação do Partido Comunista Italiano em 1921, antes de passar bons anos preso e de escrever, na prisão, suas anotações mais reveladoras de seus pensamentos (SADER, 2012).

Destacamos, aqui, que as referências de Porto-Gonçalves a Gramsci não se resumem apenas às três obras que apresentamos neste capítulo, mas é nelas que encontramos os primeiros apontamentos de uso das ideias do autor italiano. Assim, podemos citar a breve referência que temos na obra *Os (des)caminhos do meio ambiente*, na qual, no capítulo seguinte à introdução da obra, temos uma discussão que versa sobre o contexto histórico e cultural de emergência do movimento ecológico.

Nessa discussão, afirma-se que as lutas operárias do final do século XIX e da primeira metade do século XX ofereceram uma tímida mudança favorável à sociedade de modo geral, advinda das lutas operárias. Sobre isso, Porto-Gonçalves destaca que:

O italiano Antonio Gramsci, intelectual-militante comunista, havia feito uma observação interessante acerca dessa situação já na década de 1920. Dizia ele que as próprias conquistas operárias, na medida em que eram institucionalizadas pelo Estado capitalista, significavam também uma consolidação deste regime sócio-político-cultural. E chamava a atenção para o fato de que as revoluções anticapitalistas haviam ocorrido exatamente nos países onde as classes dominantes, seja por características histórico-culturais próprias, seja devido à fragilidade do movimento operário local, opunham maior resistência às demandas dos “de baixo”.

Temos, assim, uma descrição histórica da importância que Porto-Gonçalves vê em Gramsci, ao analisar as lutas de classes do início do século XX, tendo como foco o contexto europeu. Partindo para a obra seguinte de Porto-Gonçalves, *Amazônia, Amazônias*, temos outro conceito trabalhado por Gramsci, recorrente nas obras de Porto-Gonçalves: a questão meridional.

Observemos, primeiramente, o conceito de Gramsci. Esse autor vive num período histórico próximo da unificação italiana. Por esse motivo, ele observa com atenção as discrepâncias sociais e políticas existentes na época, chegando a apresentar a ideia de que, mesmo unificada, a Itália continha em seu território “duas Itálias”: uma desenvolvida, ao norte; outra pobre, ao sul (PEREIRA, 2009).

Sobre tal questão, Pereira (2009, p.49) esclarece que:

Não se deve pensar, todavia, que as “as duas Itálias estivessem separadas; pelo contrário, são as relações estabelecidas entre as elites industriais do norte e os latifundiários do sul que explicam, em boa medida, a sobrevivência desse “modelo”. Em outros, termos, a desigualdade era a forma de desenvolvimento capitalista do país.

Para Gramsci, portanto, pensar a questão meridional era refletir como o processo de perpetuação de desigualdade poderia ser freado e revertido. O autor propunha que existia uma desarticulação entre o proletariado das cidades – os operários urbanos das regiões ao norte e os trabalhadores do campo, ao sul. O combate a tal desarticulação, vista por Gramsci como um componente da revolução socialista na Itália, constituía a denominada questão meridional.

Inspirado em Gramsci e sua análise sobre a Itália, Porto-Gonçalves (2015, p.23) aponta que a visão existente sobre a Amazônia decorre do fato de que os “diferentes blocos regionais de poder [...] não se fizeram igualmente presentes na conformação do pacto que ensejou a constituição do poder nacional”. Isso denota os privilégios de outras regiões sobre a região amazônica, como por exemplo, no campo político, no qual praticamente não temos candidatos dessa região para altos cargos centrais.

Tal fato é decorrente, também, do período colonial e do relativo desprezo de que tal região desfrutou durante séculos, tendo em vista que a região nunca foi amplamente explorada nem por Espanha, nem por Portugal, dadas as dificuldades de penetração em áreas densas da floresta.

Assim, podemos observar que a forma como Porto-Gonçalves constrói seu pensamento sobre a região amazônica é influenciada por ideias de Gramsci, tendo em vista o destaque dado para a questão da desarticulação que o Brasil apresenta ao longo de séculos, não somente com a região amazônica, obviamente, mas que faz com que tenhamos hoje uma diferenciação notável sobre as questões sociais, espaciais e econômicas em nosso país.

A menção a Habermas é outro ponto que destacaremos aqui. Salientamos que a utilização das ideias habermasianas não é extensa, porém, cabível em nossos propósitos de interpretação da obra de Porto-Gonçalves. Dentre as três obras analisadas neste capítulo, a que irá nos mostrar o uso das ideias de Habermas será *Os (des)caminhos do meio ambiente*. Podemos observar outras utilizações desse autor em outras obras de Porto-Gonçalves, tais como *A globalização da natureza e a natureza da globalização e O desafio ambiental*. Contudo, *Os (des)caminhos do meio ambiente* será a primeira

obra, cronologicamente falando, da qual teremos a influência do autor da Escola de Frankfurt.

Antes de compreender os motivos para Habermas ser mencionado no contexto das obras de Porto-Gonçalves, devemos nos ater ao contexto de produção intelectual de Habermas, ou seja, apontar sucintamente o que é o movimento ao qual pertence esse autor: a Escola de Frankfurt. Para tanto, Freitag (1990, p.10) nos traz a seguinte definição:

Com o termo “Escola de Frankfurt” procura-se designar a institucionalização dos trabalhos de um grupo de intelectuais marxistas, não ortodoxos, que na década dos anos 20 permaneceram à margem de um marxismo-leninismo “clássico”, seja em sua versão teórico-metodológica, seja em sua linha militante e partidária.

Podemos apontar, também, que a Escola de Frankfurt reúne uma série de pensadores, organizados de modo heterogêneo (tendo em vista de suas particularidades metodológicas) que, ao mesmo tempo, possui algo que os une num movimento intelectual abrangente (centralizado inicialmente em Frankfurt) no que diz respeito ao alcance e influência de suas ideias e produções publicadas desde as primeiras décadas do século XX, tendo como primeiros expoentes autores como Adorno e Horkheimer (FREITAG, 1990).

Esse movimento passa por diversas implicações, tendo em vista as turbulências que a Alemanha atravessou ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940 ligadas, sobretudo, à ascensão do nazismo. Após o período em que seus autores emigram devido ao fechamento do instituto em que trabalhavam, o retorno a Frankfurt concretizou-se no pós-guerra.

É nesse período que Habermas emerge. Concluindo seu doutorado em 1954, o autor passa as décadas de 1960 e 1970 palestrando em universidades alemãs até que, em 1982, torna-se professor da Universidade de Frankfurt.

Dentre as diversas teorias elaboradas por Habermas, temos a Teoria da Ação Comunicativa. De acordo com Silva (2011, p.5) essa teoria desenvolve “uma análise teórica e epistêmica da racionalidade como sistema operante da sociedade. Nesse sentido, deve-se analisar sua tese como contraposição da razão instrumental”.

Desse modo, razão instrumental e razão comunicativa são conceitos de significados distintos, ambos relacionando-se ao modo como os elementos da sociedade

pensam conjuntamente para reproduzirem sua vida. A razão instrumental representa a preponderância do Estado e da economia cerceando o pensamento crítico-reflexivo da sociedade e mantendo uma determinada “ordem” vigente em prol de um sistema estabelecido, o capitalismo. A razão comunicativa representa outro polo dessa situação, no que a sociedade se liberta de amarras aparentemente imutáveis no que tange a suas limitações como sociedade em si, a ponto de obter autonomia para determinar sua direção na história.

É justamente esse ponto que nos interessa, tendo em vista a abordagem de Porto-Gonçalves. Relembremos que nos atentamos aqui a observar o que sustenta as ideias do autor e que, para tanto, analisamos as formas com as quais ele apresenta a conformação de seu pensamento. Desse modo, observemos o seguinte excerto de Porto-Gonçalves (2008a, p.137): “A razão que numa das perspectivas iluministas se pretendia emancipadora fica associada à dominação, quando o Estado que oprime e domina o faz e fala em nome da razão”.

Outro excerto (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.137), que complementa as ideias acima:

Em nome da razão a humanidade pode se libertar, mas quando ela se faz ideologia, em seu nome se oprime e devasta. É preciso ainda distinguir, como J. Habermas, a razão instrumental, em torno da qual se desenvolve a mediação homem-natureza (a técnica), da razão comunicativa, que se desenvolve no plano das normas e cujo terreno é a intersubjetividade. Confundir esses dois planos é uma das características do capitalismo monopolista de Estado (campo ocidental) e do capitalista de Estado monopolista (campo oriental, URSS, sobretudo) uma vez que em ambos tudo se transforma em questão técnica²⁵.

Observamos, portanto, que o conceito de Habermas se encaixa nas ideias apresentadas pelo autor, que deixa evidente sua posição perante a necessidade de observamos sua aplicação para o entendimento da realidade. Obviamente, precisamos ser cautelosos ao trazer à tona o uso de Habermas como mais um exemplo de autor inserido num contexto em que se discutem as ideias de Marx – que é o caso da Escola de Frankfurt.

Se levarmos em consideração essa breve citação, podemos apontar que o uso de Habermas não apresenta tamanha relevância para destacarmos aqui. Contudo, outras

²⁵ Relembremos que a primeira edição desta obra é de 1989.

obras de Porto-Gonçalves – *O desafio ambiental e A globalização da natureza e a natureza da globalização* – retomam novamente Habermas. Com isso, podemos afirmar que, por um longo intervalo de tempo, as ideias de Habermas perpetuam-se nas obras de Porto-Gonçalves, marcando, assim, uma presença relevante que nos permita destacá-lo neste momento de nossa pesquisa.

Decerto, até este momento, os autores citados aparecem como fontes teóricas para embasamento das obras de Porto-Gonçalves. Agora, cabe-nos ressaltar uma influência diferente, mas não menos importante: Chico Mendes.

O seringueiro, assassinado em 1988, foi uma marca importante na vida e na obra de Porto-Gonçalves. Certamente as ações e a forma como Chico Mendes lutava pela floresta e por seus povos perfazem uma gama de ações que correspondem às ideias expressas e apoiadas por Porto-Gonçalves.

Nascido em Xapuri, no estado do Acre, em 1944, Chico Mendes inicia rapidamente sua trajetória como seringueiro, pois já aos onze anos tivera de iniciar suas atividades seringalistas. Fernando Euclides Távora, militante político de grande influência no Brasil – tendo participado, inclusive, da Revolução boliviana de 1952 – ao morar em Xapuri, torna-se mestre de Chico Mendes, ensinando-o a ler e escrever. Obviamente, além disso, Távora contribui substancialmente para a formação política do seringueiro.

Ao longo de sua vida, Chico Mendes irá arquitetar a luta contra a presença de ações movidas pelo grande capital que visavam à suplantação da floresta por áreas de exploração de diversas naturezas. Nessa trajetória, que se intensifica nas décadas de 1970 e 1980, o militante consegue estabelecer a união entre seringueiros e indígenas, concretizando a luta dos Povos da Floresta e o estabelecimento das Reservas Extrativistas. Por tamanha luta, seu esforço fora reconhecido internacionalmente.

A relação de Chico Mendes com a obra de Porto-Gonçalves é notória. Sem dúvida, podemos afirmar que a forma como o seringalista acreano conjugou seus esforços para fortalecer as comunidades tradicionais da região onde vivia, perfaz muito daquilo que Porto-Gonçalves aponta como forma de se relacionar com a natureza. Dito de outra maneira, a luta de Chico Mendes estabelece uma forma de relação sociedade-natureza na qual ambos não se separam: os seringueiros, munidos de notório saber, lidam com a extração do látex de forma a não destruir aquilo de que dependem para sobreviver: a floresta.

Outro ponto marcante é a luta e a criação das Reservas Extrativistas. Tais áreas denotam uma aplicação ajustada dos conhecimentos políticos socialistas que inspiravam Chico Mendes, tendo em vista que esses territórios pertenciam ao Estado e eram de uso coletivo. Ou seja, para a reprodução de suas vidas, os seringueiros não possuíam uma propriedade da qual pudessem retirar seu sustento. No entanto, a terra era de todos e ninguém era privado de usufruir dela, desde que o trabalho de extração do látex fosse realizado corretamente.

Conforme nos aponta Löwi, sobre as Reservas Extrativistas (2014, p.15):

A solução proposta, uma espécie de reforma agrária adaptada às condições da Amazônia, é de inspiração socialista, posto que se baseia na propriedade pública da terra, e no usufruto dos trabalhadores.

Não é à toa que Porto-Gonçalves termina *Amazônia, Amazônias* com um texto sobre Chico Mendes, que sintetiza muito das ideias defendidas pelo autor. Tendo em vista essa junção de ecologia e socialismo, Chico Mendes será denominado ecossocialista, no qual as cores verde e vermelho unem-se para concretizar uma visão política que não distingue sociedade e natureza, sobretudo a favor do capital.

3.5 – Do conceito de *physis* à influência de Morin

Observar a influência de Morin na obra de Porto-Gonçalves nos direciona à obra *Os (des)caminhos do meio ambiente* de modo predominante. Afirmamos isso pois é nessa obra que temos diversas menções do autor francês no desencadeamento das ideias apresentadas. Ao mesmo tempo, temos um intenso uso do conceito de *physis*. Essa associação, obviamente, não é ao acaso. Discutiremos, primeiramente, o conceito de *physis* para, na sequência, abordarmos os motivos de Morin estruturar as ideias dessa obra de Porto-Gonçalves. Vale ressaltar que as demais obras de Porto-Gonçalves apresentarão o conceito de *physis*, porém, sem desenvolvê-lo da forma como o temos em *Os (des)caminhos do meio ambiente*.

É a partir dos pré-socráticos que observamos o fundamento do conceito de *physis*, (BORNHEIM, 2005). Tendo em vista a importância da retomada constante do termo, devemos levar em consideração que sua utilização não se dá pela simples repetição com que ocorre, mas pelo significado profundo intrínseco ao conceito nas

obras de Porto-Gonçalves e que, por sua vez, exprime uma conotação específica sobre a questão socioambiental.

Para termos uma noção da amplitude de obras que fazem uso de tal conceito, podemos apontar, como dito anteriormente, sua intensa utilização e discussão na obra *Os (des)caminhos do meio ambiente* – publicada pela primeira vez em 1989 – e sua menção, de forma breve, na obra *Amazônia: encruzilhada civilizatória* – de 2017. Dessa forma, percebe-se que, em aproximadamente vinte anos, tal conceito se faz presente nas obras do autor, e isso não ocorre por acaso.

Tendo em vista a significativa quantidade de vezes e a abrangência com que o conceito de *physis* é citado na obra de Porto-Gonçalves, vemo-nos não apenas diante de um termo recorrente, mas de algo que representa uma ideia-chave de interpretação e produção científica para o autor, mostrando-se relevante para atingirmos nosso propósito de elucidar a questão socioambiental no trabalho de Porto-Gonçalves.

Apontaremos, primeiramente, o significado desse conceito, levando em consideração sua complexidade, fazendo uso de autores que versam sobre o tema, incluindo os utilizados por Porto-Gonçalves para, num momento posterior, expormos seu contexto de abordagem.

Desse modo, remeter-se ao conceito de *physis* é retroceder no tempo, como citamos anteriormente, ao menos até o século VI a.C. Um ponto relevante para se compreender o conceito é observar seu contexto histórico de emergência. Assim, retomemos histórico-geograficamente a Grécia Antiga, berço da filosofia, conforme nos aponta Bornheim (2005, p.7) ao indicar que “a filosofia é um produto da cultura grega, devendo-se reconhecer que se trata de uma das mais importantes contribuições daquele povo antigo ao mundo ocidental”.

Contudo, o pensamento grego possui uma discussão sobre sua originalidade, visto que existem vertentes de interpretações que apontam que suas ideias não são totalmente originais, mas resultado da absorção de pensamentos diversos, advindos do oriente. Dessa forma, caracteriza-se a vertente orientalista. Por outro lado, há a corrente ocidentalista, que aponta a originalidade grega, com grande autonomia criativa. Entretanto, prevalece a via de pensamento que admite a influência oriental – e de outros povos, inclusive – levando em conta a originalidade interpretativa grega (SOUZA; KUHNEN, 1978; BORNHEIM, 2005).

O pensamento grego referente ao século VI a.C. será aqui mais enfatizado, pois será a partir desse período que teremos apontamentos relevantes denotando uma

filosofia pré-socrática incipiente – despontando com Tales de Mileto. O que permeia o pensamento grego desse tempo – e de toda Antiguidade Grega, diga-se de passagem – é o processo de amadurecimento da interpretação da realidade que cerca os seres humanos por meio de indagações que direcionam para uma interpretação que começa a se desprender do misticismo, característica muito inserida nas acepções gerais que emergem daquele povo.

A partir de tal premissa, desdobram-se diversos apontamentos sobre as interpretações pré-socráticas. O que podemos salientar nos estudos desses filósofos é o modo como sua visão religiosa aparece entrelaçada com a filosofia, sendo esse um traço marcante, de forma geral, que vai sendo discutido por seus intelectuais.

Marcondes (2001) nos apresenta uma interpretação da história, apontando-nos passagens relevantes para a compreensão da construção do pensamento grego, caracterizado como filosófico-científico. Segundo o autor (2001, p.19-20), tal pensamento representa “uma forma específica de o homem tentar entender o mundo que o cerca, isto não quer dizer que anteriormente não houvesse outras formas de se entender essa realidade”.

Nesse contexto, o pensamento mítico, predominante na época, é colocado em pauta e, também, em xeque. Isso representa a emergência de novas significações de interpretação da realidade, que não se sustentam apenas em dogmatismos, mas numa investigação insatisfeita com aquilo que a precede, não significando o abandono completo das interpretações míticas.

Destacamos que a concepção de dogmatismo, aqui mencionada, refere-se à apresentada por Hessen (2000, p.29), que caracteriza esse pensamento como sendo uma posição “epistemológica para a qual o problema do conhecimento não chega a ser levantado. A possibilidade e a realidade do contato entre sujeito e objeto são pura e simplesmente pressupostas”.

Afirma ainda Hessen (2000, p.30) que o dogmatismo é:

O primeiro e mais antigo dos pontos de vista. No período inicial da filosofia grega, predominou de modo quase generalizado. As reflexões epistemológicas estão, de modo geral, afastadas do pensamento dos pré-socráticos.

Assim, percebemos que a busca por caminhos alternativos às explicações dogmáticas se fazem presentes, fator relevante para nossas aspirações quanto à

compreensão da *physis*. A interpretação centrada na realidade e não somente no mito começa a ser constituída na Grécia Antiga.

Como afirmado anteriormente, o mito não desaparece de modo imediato, pelo contrário, pois segundo Marcondes (2001, p.21), ele “sobrevive ainda que vá progressivamente mudando de função, passando a ser antes parte da tradição cultural do povo grego do que a forma básica de explicação da realidade”.

Tendo em vista o exposto acima, podemos nos remeter aos filósofos da época propriamente ditos, pois estes ilustrarão a forma como o pensamento pré-socrático abstrai a complexidade da realidade a ponto de engendrar suas formulações sobre tal. Os filósofos pré-socráticos podem ser estudados de tal forma que seus autores/obras podem ser agrupados em duas fases: a escola jônica e a escola italiana. A primeira está muito mais relacionada ao interesse de estudo da *physis*, enquanto a segunda apresentará uma visão de mundo voltada ao caráter abstrato, direcionado ao campo da lógica e da metafísica (MARCONDES, 2001).

Dessa forma, a escola jônica constitui uma primeira tentativa de rompimento com o mito, buscando-se a compreensão da natureza e de suas estruturas. Podemos verificar tal passagem em Andery et. al. (1996, p.39), em que se aponta que “eleger a natureza em seu próprio âmbito como o tema a ser investigado e como a fonte das respostas é o aspecto que marca a ruptura com o mito”. Cabe destacar, aqui, que a ideia de natureza não corresponde com a visão atual que se tem do conceito. Para os pré-socráticos, trata-se de conceito amplo, integrador, que reúne numa só concepção o natural e o sobrenatural, sem excluir desse contexto, os deuses (ANDERY et. al., 1996).

Dentre os filósofos mais importantes, da escola jônica, podemos destacar quatro: Tales, Anaximandro, Anaxímenes (os três de Mileto) e Xenófanes (de Colofão). Para tais filósofos, temos uma compreensão de *physis* como representante de uma totalidade pois, segundo Kesselring (p.155, 2000), “o conceito de *physis* representa o cosmo, o universo e tudo o que existe”. Os filósofos jônicos procuravam encontrar a essência desse todo que a *physis* representa, assimilando-a a algum elemento primordial e identificável. Tales, por exemplo, dizia ser a água o elemento primordial; Anaxímenes apontava o ar e Xenófanes apontava a terra (ANDERY et. al., 1996; KESSELRING, 2000; MARCONDES, 2001).

Sobre o pensamento de Tales, podemos apontar sua ligação com a natureza que o cerca, uma preocupação com seu ordenamento. Segundo Bernal (p. 147, 1964),

El materialismo de Tales está contenido en su interés por la naturaleza y en su rechazo de la especulación metafísica [...] No se trata de un materialismo mecánico, sino más bien de uno que considera a la materia como cosa viva.

Assim, percebemos a importância de como os elementos naturais que cercavam tais filósofos reproduziam-se em seus pensamentos, expondo sua visão de mundo da época. Essa característica é apontada já pelos filósofos posteriores. Marcondes (2001, p.24) nos mostra a interpretação aristotélica sobre os pré-socráticos, destacando a relação que o misticismo possui:

Aristóteles chama os primeiros filósofos de fisiólogos, ou seja, estudiosos ou teóricos da natureza (*physis*). Assim, o objeto de investigação dos primeiros filósofos-cientistas é o mundo natural; sendo que suas teorias buscam dar uma explicação causal dos processos e dos fenômenos naturais, isto é, encontráveis na natureza, no mundo natural, concreto, e não fora deste, em um mundo sobrenatural, divino, como nas explicações míticas. Segundo esse tipo de visão, portanto, a chave da compreensão da realidade natural encontra-se nesta própria realidade e não fora dela.

Dessa forma, temos um breve panorama sobre o significado do conceito de *physis*. Ainda podemos salientar que a escola italiana seguirá rumos distintos, com sua preocupação mais voltada para questões abstratas, fato que contribuirá para a evolução da matemática, posteriormente. Numa linearidade histórica, após as duas fases/escolas dos pré-socráticos, teremos a fase aristotélica, a qual colocará as questões naturais em segundo plano, frente as questões éticas e políticas.

Contudo, a origem do conceito *physis* é imprecisa. De fato, conforme nos aponta Murachco (p.14, 1997), “não podemos determinar a data exata do aparecimento da palavra *physis* no grego [...] O que podemos fazer é traçar uma cronologia dos registros dessa palavra”. Podemos verificar essa utilização do termo, tendo em vista que “se nos poemas homéricos a palavra *physis* apareceu uma só vez e nenhuma em Hesíodo, nos fragmentos dos pré-socráticos ela aparece mais de 200 vezes” (MARCONDES, 1997, p.17).

Quanto à sua etimologia, Murachco (p.14, 1997) indica que:

Physis é um derivado da raiz phy; brotar, crescer. O sufixo – sis (o mesmo sufixo – tis), em grego, corresponde ao – tione, em latim, e – ção, em português. O sufixo – sis, em grego, faz oposição com o sufixo ma(t); mentun, em latim, e mento, em português, que significa

o resultado do ato verbal [...] Podemos dizer, então, que *physis* significa ‘brotação’, isto é, o ato dinâmico de nascer, de brotar. É esse o seu significado básico, denotativo.

Dessa forma, podemos perceber o modo como *physis* relaciona-se ao não-estático, ou seja, alinha-se a movimento, dinamismo, à forma como se dão os elementos naturais que cercam o ser humano – a chuva, os rios, o vento etc.

Cabe-nos indagar, neste momento, a importância desse conceito para Porto-Gonçalves e a forma como ele aparece em suas obras. Ao tomarmos como base sua discussão, podemos perceber que a *physis* é dada como uma noção próxima de totalidade. Em *Os (des)caminhos do meio ambiente*, vemos diversas citações apresentadas pelo autor que fazem uso das ideias de Bornheim. Por meio do encadeamento de ideias e citações, a ideia de totalidade emerge. Assim, a *physis* seria uma abstração de uma complexidade que os pré-socráticos reuniriam, conforme aponta Porto-Gonçalves (2008a, p.31):

Do cosmos, dos deuses e das coisas particulares do homem e da verdade, do movimento e da mudança, do animado e do inanimado, do comportamento humano e da sabedoria, da política e da justiça.

É relevante destacar que, na obra em questão, Porto-Gonçalves desenha nitidamente seu pensamento de concepção sobre a ciência e a filosofia atuais. Ele aponta um direcionamento que observa o que os diferentes campos de conhecimento têm a contribuir, sem separações radicais, como as ciências modernas se apresentam, precisam ser mais compreendidos, tendo em vista que a capacidade de entendimento do real amplia-se por meio da interdisciplinaridade ausente nas ciências de modo geral.

Porto-Gonçalves analisa o modo como homem e natureza apresentam-se separados pela ótica da ciência moderna, culpando-a pela forma como se dá essa relação. Ele afirma que (*ibidem*, 2008, p.100) “a extrema fragmentação do conhecimento, sobretudo a partir do século XIX, consagrou a separação entre o homem e a natureza”.

Na obra *O desafio ambiental* (2004), como na obra *Amazônia – encruzilhada civilizatória* (2017), temos outros usos do conceito. Nesta primeira obra mencionada, observemos como o conceito é apresentado, através dessa breve citação: “A linguagem do dinheiro é linguagem matemática e, assim, não dá conta da materialidade da *physis*”

(PORTO-GONÇALVES, 2004a, p.58). Nesse ponto, o autor condensa um amplo ponto de vista, pois se verifica que a noção de totalidade da *physis* se faz presente. Ao mesmo tempo, aponta-se para uma crítica ao capitalismo, associando-o à ciência moderna, por meio da matematização generalizada que, por sua vez, gera uma simplificação do modo de ser e de viver do ser humano que não leva em consideração a complexidade do real – da *physis*.

Voltando-se para a segunda obra mencionada, temos outra interessante passagem que traz o conceito de *physis*. Ao discutir os povos indígenas latino-americanos, sua concepção de mundo e o que eles trazem consigo, Porto-Gonçalves (2017a, p.11) aponta:

Matrizes tão distintas de conhecimento, como no caso da palavra-conceito quéchua-aymara Pacha, que usam pra designar o espaço-tempo, e não espaço e tempo; ou Pachamama, que usam para designar a fonte de toda a vida e que se aproxima da ideia grega de *Physis*.

Vemos aqui, como nos fragmentos anteriores, o significado de *physis* associado à ideia de totalidade, incompatível com a evolução científica moderna, nitidamente europeia. Outro ponto a se destacar é a forma como se apresenta a preocupação em se destacar outras matrizes de pensamento, além da grega, que trazem consigo uma ideia de não separação entre o ser humano e a natureza, de modo que o primeiro é visto como elemento constituinte do segundo, exemplificado, no excerto, pelo termo *Pachamama*.

Não é por acaso que essa associação com povos latino-americanos ocorre. Assim, podemos verificar o aspecto interdisciplinar como elemento crucial na estruturação das ideias de Porto-Gonçalves que permeia, praticamente, toda a sua obra, a qual se encaixa o conceito de *physis* de modo adequado a suas pretensões.

O conceito de *physis*, desse modo, agrega em si uma ideia complexa de compreensão da realidade. Por sua vez, Morin (2015, p. 11) possui um discurso que coaduna com essa perspectiva²⁶, com críticas à visão fragmentadora da realidade:

Vivemos sob o império da disjunção, de redução e de abstração, cujo conjunto constitui o que chamo de o “paradigma de simplificação”. Descartes formulou este paradigma essencial do Ocidente, ao separar o sujeito pensante (ego cogitans) e a coisa entendida (res extensa), isto

²⁶ Ressaltamos que suas ideias se aprofundam muito além da utilização do conceito de *physis*. Destaca-se que abordamos um autor com vasta obra.

é, filosofia e ciência, e ao colocar como princípio de verdade as ideias “claras e distintas”, ou seja, o próprio pensamento disjuntivo.

Em *Os (des)caminhos do meio ambiente*, Porto-Gonçalves reitera inúmeras vezes suas críticas à visão fragmentadora e reducionista que se sobrepõe às ciências modernas ocidentais, fato esse que as incapacita, dada a ausência de associações para compreenderem o real.

Na busca por um pensamento científico que se esquivasse dessa encruzilhada, o uso das ideias de Morin, concomitante a sua ideia de complexidade, apresenta-se como uma maneira eficiente de reflexão em Porto-Gonçalves.

Reiterando as ideias de complexidade de Morin e associando-as à Geografia, Amador (2009, p. 72), nos faz a seguinte observação:

A Geografia, então, para poder compreender a organização do espaço, tem na abordagem sistêmica e na teoria da complexidade um arcabouço teórico e metodológico para a otimização dos seus estudos, pois a partir delas busca explicar os processos naturais e humanos que dinamizam os geossistemas, unidade de análise que tem respaldo em nomes como Sothava; Bertrand; Tricart e Monteiro, este último brasileiro.

Com isso, temos que as inúmeras especializações que permeiam a ciência moderna nos subtraem uma leitura contextual mais precisa para uma compreensão do que está nas entrelinhas da realidade sob a perspectiva fragmentada. Assim tem sido a perspectiva da Geografia e de outras ciências, tanto em universidades quanto na educação básica.

Outro ponto que podemos destacar é o contexto de produção da obra de Porto-Gonçalves. Ou seja, devemos indagar que motivos levaram o autor a elucidar tais ideias em sua obra, no momento de sua publicação – no caso, mais precisamente, sobre a década de 1980, tendo em vista nosso foco numa obra específica.

Ao fazermos isso, podemos compreender ainda mais o quanto a absorção das ideias de Morin é relevante na construção do pensamento e obra de Porto-Gonçalves, tendo em vista sua potencialidade no campo socioambiental. Desse modo, também podemos nos voltar à concepção de ciência que embasa Porto-Gonçalves. Verificamos, assim, que o contexto da ciência geográfica e das demais ciências modernas é, meticulosamente, avaliado para serem criticados e/ou utilizados ao longo de seus textos.

Para verificarmos como isso ocorre, é necessário rever, brevemente, o desenvolvimento da ciência moderna e da Geografia. Assim sendo, verifica-se que a ciência moderna emerge muito antes da Geografia sistematizada. Podemos apontar, inicialmente, que o conhecimento científico de cada época reflete o acúmulo de conhecimentos pré-existentes que se sobrepõem e adequam-se às condições materiais disponíveis de determinada sociedade.

A transição do feudalismo para o capitalismo é um ponto de partida relevante para a compreensão da ciência moderna. Destacamos que a passagem de um para o outro se deu de forma lenta e gradual, sendo que os dois sistemas se mantiveram entrelaçados até a efetivação total do capitalismo. Na prática, a substituição de um pelo outro foi baseada na troca da terra pelo dinheiro.

Podemos demonstrar que existia, no contexto europeu, uma descentralização causada pela configuração feudal que fragmentava os territórios. Tal situação altera-se no momento em que emergem os Estados nacionais durante os séculos XV e XVI, inicialmente por meio das monarquias absolutistas.

O capitalismo que emerge trará consigo um pensamento científico apropriado aos interesses de sua época. Economicamente, temos uma sociedade que irá se fraturar em classes, nas qual a propriedade privada prevalecerá. Ao chegarmos ao século XVIII, temos um capitalismo consolidado sobretudo na Europa, onde as cidades serão a configuração espacial em rápido desenvolvimento. Muitos Estados assegurados pelas benesses da Expansão Marítima, sobretudo a Inglaterra, terão condições para desenvolver suas indústrias, acelerando exponencialmente a produção (PEREIRA; GIOIA, 1996).

No capitalismo, os sistemas de produção de mercadorias podem ser apresentar em fases, nas quais a especialização ficará cada vez mais evidente. Podemos apontar três distintas fases de evolução do processo produtivo sob o capitalismo. A primeira seria o sistema doméstico. Nele, os artesãos, responsáveis pela produção, começam a não dar mais conta da demanda, necessitando, cada vez mais, de intermediários. A manufatura constitui a segunda fase. Caracterizada pela produção coletiva, apresenta o trabalhador como fator limitante de produção, dado seus limites orgânicos. Por fim, o sistema fabril, que impõe a máquina como determinante do ritmo, a quantidade e o tempo de trabalho. Tendo em vista que a automatização do início da I Revolução Industrial não permitia uma total independência da máquina, muitos trabalhadores eram necessários para a realização dos serviços.

Toda essa transformação na produção articula-se com outros aspectos da realidade. Afinal, é sob essa perspectiva integradora que os fatos se executam. O pensamento humano, os sistemas de direito e as instituições diversas, de forma geral – e novamente, com centralização na Europa – também acompanham as mudanças econômicas. Ou seja, uma organização social possuirá vários pilares para se sustentar. Assim, a imagem do ser humano sobre si irá se transformar. A concepção de uma realidade misteriosa e cheia de mitos será sobreposta por outra que irá se descortinar um pouco mais a cada nova descoberta científica.

O conceito de natureza, altamente mutável ao longo da História da humanidade, ganhará novo corpo, conforme a Idade Média chega ao fim. Tudo que era externo e ininteligível mostra-se dominável, controlável e passível de detenção. Surge o autoproclamado “dono” da natureza: o homem, cuja principal ferramenta será a ciência (CARVALHO, 2003).

Assim, um novo contexto, em diversos aspectos, promove o surgimento da ciência moderna no século XVII, com Galileu. Destaca-se que, para que isso tenha ocorrido de fato, foi necessário superar a visão aristotélica de mundo estático, sustentada por teólogos medievais e que ainda em vigor. Tal visão era totalmente incompatível com as mensurações matemáticas estabelecidas, ou seja, era oposta à visão mecanicista proposta por Galileu e, posteriormente, Newton, Hobbes e Bacon, para citarmos apenas alguns cientistas.

Reiterando a questão da Revolução Industrial, podemos apontar que esse processo acentua progressivamente a dicotomia sociedade-natureza. Temos o aumento significativo da produção, ao mesmo tempo em que ocorre o barateamento do produto final. Assim, a demanda por matérias-primas começa a aumentar vertiginosamente. Esse processo, somado a outros aspectos, formaliza o capitalismo industrial. O lucro advém da produção cada vez maior. Tendo em vista a concorrência entre indústrias, fato inerente ao capitalismo, a disputa por matérias-primas será cada vez mais acirrada, independentemente de onde ela se encontre.

Adentra-se ao século XIX com uma ciência que se direciona ao pensamento positivista. Sobre o positivismo, Diniz Filho (2009, p. 54), indica que:

O termo designa uma escola de pensamento filosófico e científico fundada por Augusto Comte (1798-1857), o qual contestou os pressupostos metafísicos das vertentes idealistas e românticas do seu tempo para aproximar a filosofia da ciência.

A partir do exposto, podemos indicar três princípios do positivismo que influenciaram intensamente a produção do conhecimento científico. O primeiro deles afirma que todo conhecimento provém unicamente da experiência imediata; o segundo princípio estabelece a unidade do método científico; o terceiro, por fim, é o caráter de neutralidade da ciência. Tais princípios contribuem para o arcabouço teórico do qual emergem as ciências especializadas, cada uma com seu próprio objeto de estudo (DINIZ FILHO, 2009).

Nesse horizonte temporal, já podemos assinalar a emergência da Geografia moderna, sistematizada num contexto complexo de disputas territoriais entre França e Alemanha. Obviamente, o positivismo não emerge de modo aleatório. Ele se sobrepõe a outros pensamentos, como, por exemplo, o romantismo alemão (MOREIRA, 2014).

Segundo Moreira (2014, p. 67),

O positivismo proclama a coisificação do mundo como uma coleção de coisas que se individualizam umas das outras por suas características formais, ao tempo que se relacionam pelas suas relações matemáticas [...] Nesse sistema, a cada ciência cabe a tarefa de analisar uma parte do todo, e, à matemática, a sua unidade sistêmica.

O positivismo se reflete e perpetua na Geografia, século XX adentro. Sob essa concepção, predomina uma Geografia, portanto, fragmentadora, que analisa a realidade através de compartimentos, descrevendo os processos e pouco explicando suas relações. A dicotomia entre Geografia humana e Geografia física fica, portanto, muito evidente.

Nesse século em questão, não somente o positivismo, mas também o neokantismo contribui para essa visão que cada vez mais separa sociedade e natureza. Conforme aponta Moreira (2014, p. 29) Geografia física e Geografia humana permanecem nesse pensamento neokantiano, submetidas a uma perspectiva pautada no questionamento da:

Validade geral da legibilidade geral da natureza, indagando se o conjunto de leis e determinações, próprios para o entendimento do comportamento dos fenômenos naturais, vale também para o entendimento do comportamento dos fenômenos humanos, posicionando-se pela distinção e diferença, e reivindicando uma legalidade própria para as ciências naturais e uma outra para as ciências humanas.

O pensamento positivista associa-se, predominantemente, ao período da Geografia tradicional, durante o século XX. Já o neokantismo associa-se, predominantemente, ao período da Geografia teórica, de caráter quantitativo, marcante no pós-segunda guerra. Contudo, tendo em vista as imensas transformações que ocorrem em escala mundial, com forte intervenção da tecnologia, meios de comunicação e transportes, entre outros fatores que encurtaram as distâncias, a ciência, de modo geral, e a Geografia, alinham-se às transformações decorrentes desses fenômenos. A partir disso, observa-se uma crise do paradigma fragmentário – entre outros motivos, impulsionado, pela emergência da questão ambiental e pela incapacidade de compreensão da realidade por meio dessa perspectiva.

Esse contexto traz reflexões profundas aos geógrafos brasileiros. Ao final da década de 1970 organiza-se um movimento de renovação no pensamento e na produção da Geografia brasileira, derivando num pensamento crítico no qual despontava a aplicação das ideias de Marx na Geografia. Não somente essa vertente representava uma afronta à denominada Geografia tradicional e à Geografia teórica. As perspectivas humanistas e pós-modernas também podem ser mencionadas como correntes que refutam os resultados que impregnavam a Geografia positivista de então (DINIZ FILHO, 2009; MORAES, 1983).

Como dito anteriormente, a partir das décadas de 1970 e 1980 a Geografia brasileira transforma-se completamente. Podemos incluir, nessa transição, tanto a Geografia acadêmica quanto a Geografia escolar. Dessa forma, é logicamente presumível que as produções geográficas que se seguem a partir desse período poderão apresentar-se sob forte influência dessas transformações. Contudo, teremos, também, resistências a tais mudanças.

Porto-Gonçalves inicia suas produções nesse período. Sua primeira obra analisada neste capítulo – *Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e Geografia* – traz fortes marcas do momento de renovação pelo qual passou a Geografia. Temos, portanto, uma forte presença do discurso marxista ao longo de vários capítulos de sua obra. Destacamos, na primeira seção do presente capítulo, a discussão de conceitos muito trabalhados por Marx, como o par valor de troca e valor de uso, a discussão das questões de classes sociais e as consequências negativas da implementação do capitalismo, entre outros.

Essas análises e discussões apresentadas por Porto-Gonçalves somam-se ao discurso de caráter ecológico, fortemente direcionado a um ataque ao capitalismo predatório que presenciamos, sobretudo, na segunda metade do século XX. A questão socioambiental não se separa de seu discurso. Sempre temos a preocupação da relação sociedade-natureza somada à leitura crítica da Geografia recém transformada. Isso faz a produção de sua Geografia ser de seu tempo, isto é, que esteja alinhada às transformações que ocorreram poucos anos antes da publicação de sua primeira obra.

Com relação à obra *Os (des)caminhos do meio ambiente*, vemos um aprofundamento vertiginoso na análise teórica da fragmentação das ciências e da Geografia em particular. Nessa obra, a contribuição de Morin, e de sua teoria da complexidade, contribuem para revelar a posição teórica de Porto-Gonçalves. Natureza e sociedade formam, para o autor, um par indissociável. A retomada do conceito de *physis* e sua ampla discussão deixam sua visão mais evidente. A produção da ciência geográfica, marcada profundamente por fragmentações diversas – Geografia física x Geografia humana; Geografia regional x Geografia setorial, análise pela tricotomia N-H-E etc. – é dada como obsoleta. A contemporaneidade não pode prescindir de uma análise mais complexa, que leve em consideração as multiplicidades simultâneas dos fatos. Ou seja, uma análise compartimentada não compreende a sociedade, não compreende a natureza, muito menos a complexa relação entre esses elementos do espaço geográfico.

Amazônia, Amazôniaas parte para uma direção em que as ideias do autor irão para um recorte espacial específico. Assim, ele põe em prática o que foi teorizado na obra precedente. Dessa forma, o autor mostra a complexidade da relação sociedade-natureza por meio da ótica capitalista predatória e através dos povos tradicionais que embasam sua teoria de que outra relação sociedade-natureza não só é possível, como existe. Contudo, a voracidade da expansão do capital permeia todos os espaços possíveis, não abrindo possibilidades justas para outras racionalidades, a não ser que haja *r-existência*.

3.6 – Questões socioambientais de um período plural

Os dois primeiros capítulos de nossa pesquisa apresentaram um recorte de obras dentro de uma temática mais evidente. Neste terceiro capítulo temos obras mais heterogêneas, daí podermos apontar as questões socioambientais no plural, tendo em

vista que cada obra expõe, de modo único, as abordagens de questões socioambientais sob o viés da Geografia.

Paixões da Terra é muito contundente no aspecto político. A crítica ao avanço do capitalismo sobre o meio ambiente está presente do começo ao fim da obra. Nesse contexto, o subsídio de Marx é notável. Tendo em vista a proximidade da produção e publicação da obra com o movimento de renovação da Geografia, além da óbvia afinidade de Porto-Gonçalves com as ideias de Marx, ficam ainda mais evidentes os motivos pelos quais suas ideias marcam a obra do geógrafo brasileiro.

Contudo, vale ressaltarmos que Porto-Gonçalves não utiliza como alicerce de produção dessa obra um Marx preocupado com a questão socioambiental. Embora tenhamos outros autores que discutem a questão da natureza em Marx²⁷, Porto-Gonçalves faz uso dos aspectos políticos e filosóficos. É o que vemos, por exemplo, quando o autor apresenta, que para o geógrafo, é fundamental compreender os conceitos de valor de uso e valor de troca para, assim, observar o real funcionamento de fluxos de mercadorias através do espaço geográfico.

A utilização dos conceitos de Marx não são ferramentas à disposição unicamente da questão socioambiental mas, junto ao contexto de apresentação proposto por Porto-Gonçalves, trará subsídios para a compreensão da dinâmica do capital e sua espacialização. As mercadorias, em si, representam a transformação da natureza, mas não só isso. É possível refletirmos sobre a Geografia de cada uma delas, e traçarmos de onde elas vêm e para onde vão. É possível estudar as relações de troca nesse percurso, as relações de trabalho etc., mas também podemos estudar os impactos socioambientais que elas apresentam. Vemos esse aspecto logo no primeiro capítulo da obra, quando se comenta sobre o Caso Tucuruí.

Ao propor uma discussão sobre capitalismo e ecologia, por exemplo, Porto-Gonçalves traz novamente ideias associadas a Marx para subsidiar sua discussão da questão socioambiental. Ao mesmo tempo em que dispara severas críticas à estrutura capitalista, comenta-se que a separação entre homem e natureza é extremamente conveniente a esse sistema econômico.

Tendo em vista o momento de publicação da obra, essa proposta de Porto-Gonçalves fica evidente. Como o referido nos parágrafos acima, poucos anos antes de ser lançada tal obra, em 1984, a Geografia brasileira teve um marco transformador, no

²⁷Tais como Duarte (1985) e Foster (2014).

qual os pressupostos positivistas e neopositivistas foram duramente refutados. No lugar dessa roupagem teórica, que já ruía há certo tempo, a inserção das ideias de Marx no discurso geográfico brasileiro, entre outras linhas de pensamento, ganha força e passa a ser amplamente utilizado por diversos autores até os dias atuais. De forma geral, a Geografia se politiza, como desejava Lacoste (2005), e a Geografia que Porto-Gonçalves expõe apresenta-se politizada, de forma a poder abordar a questão socioambiental.

Com *Os (des)caminhos do meio ambiente*, Porto-Gonçalves apresenta a obra que, provavelmente, mais se dedica à discussão teórica da questão socioambiental. Afirmamos isso tendo em vista que todos os capítulos apresentam reflexões sobre tal tema, estabelecendo concordância direta com o título da mesma. Não afirmamos que as demais obras não contenham abordagens teóricas; porém, de fato, a obra em questão o faz de modo proeminente.

Um dos autores que destacamos ao longo deste capítulo e que permeia significativamente a obra em questão é Morin, com sua teoria da complexidade. É notável como essa teoria se encaixa nas proposições de Porto-Gonçalves, tendo em vista como se discute a todo o momento a relação entre ser humano e natureza. Não só isso mas, também, como se constrói a visão do ser humano sobre a natureza.

O caminho seguido nesse aspecto, em consonância com a obra, é falarmos de visões sobre a natureza, no plural. Afinal, passamos a observar que, dentre as visões existentes, temos uma que, por muitos séculos, se sobressai não por uma vantagem intelectual, mas por uma imposição perversa. Trata-se da visão eurocêntrica de mundo, que conjuga simultaneamente, entre outros elementos: economia, religião, etnocentrismo racista e a ciência moderna como única forma de compreensão de mundo.

Trazer esse debate para dentro da Geografia, que se renovara quase uma década antes, demonstra a força que se procura inserir no discurso geográfico para que essa ciência não fique na dependência de outras quando se deseja abordar a temática socioambiental. Não nos incubemos aqui de tratar da obra de Porto-Gonçalves em si, mas podemos afirmar que sua obra, e em destaque *Os (des)caminhos do meio ambiente*, trazem à Geografia força teórica para adentrar as discussões diversas, ao lado da ecologia, biologia, economia etc. e que, sem optar por uma exposição, tal como fizemos, não poderíamos justificar nossas análises. Dessa forma, podemos afirmar que a observação e análise da questão socioambiental, inserida na obra de Porto-Gonçalves,

nos apresentam uma Geografia renovada e vinculada às demandas das transformações do espaço geográfico, do fim do século XX ao início do século XXI.

Assim, ao fazer uso das ideias de Morin para analisar a questão socioambiental, como vimos, é lançado um olhar histórico para a construção dos conceitos de sociedade e natureza, de trabalho e relações sociais, de tempo e de espaço. Pensar no conjunto e não somente nas particularidades faz toda a diferença, se procuramos compreender o espaço geográfico.

Assim, a Geografia o deve fazer. Produzir ou reproduzir a ideia de um espaço fragmentado, que desarticula totalmente aspectos físicos dos sociais não constrói uma Geografia crítica, mas um inventariado de aspectos que, aparentemente, não se relacionam. De fato, eles se relacionam, tendo em vista que o espaço geográfico é a soma de todos os elementos que vemos, somado às forças que os animam – que, por sua vez, possuem intencionalidades precisas.

A construção da visão de natureza, amplamente discutida em *Os (des)caminhos do meio ambiente*, busca expor como uma única visão se sobressaiu sobre as demais, mediante a imposição da ciência moderna eurocêntrica. Aqui, vemos os alicerces das ideias decoloniais que o autor irá expor nas obras seguintes, sobretudo as que foram expostas no primeiro capítulo da presente pesquisa.

Observamos, portanto, que os desencadeamentos das ideias da obra em questão apresentam uma Geografia que integra e se articula a pensamentos fora dessa própria ciência²⁸. Como consequência do desenvolvimento de tais ideias, é possível abrir um caminho para enriquecer a Geografia e as demais ciências que caminhem nessa direção. Cada uma contribui a seu modo, mantendo suas particularidades, mas não deixando de abrir espaços de interlocução entre os conhecimentos.

Ao apresentar o conceito de *physis*, levantamos como a ideia de “pensar na soma ao invés das partes” – e vice-versa – está presente em outras épocas, tendo em vista essa ser a essência de sua utilização. O conceito exprime, portanto, um significado imenso dentro desta e das demais obras de Porto-Gonçalves. Trata-se, na prática, de um conceito pré-socrático, utilizado muito por Morin – denotando abertamente a influência do autor francês – e inserida numa obra de Geografia. Isso pressupõe que a Geografia do autor quer discutir as implicações que tal conceito nos traz – daí sua reafirmação constante.

²⁸Fato que não é novidade, tendo em vista as interdisciplinaridades apresentadas nos demais capítulos.

Amazônia, Amazônias traz a questão socioambiental voltada para a práxis. Segundo o autor, logo no início de sua obra, seu intuito é “armar” os leitores com conhecimento, verso à transformação da realidade. Podemos apontar como base para tal ideia a décima-primeira tese de Marx contra Feuerbach, na qual essa ideia fica explícita.

Para se compreender melhor toda a proposta de Porto-Gonçalves quanto a sua exposição e posicionamento dentro da questão socioambiental, a tomada de suas obras anteriores é de extrema importância – afinal, é aí que está o potencial da Geografia do autor: na contribuição geográfica inserida na questão socioambiental. Aqui o autor tece todo o caráter conectivo que a ciência geográfica permite na leitura de uma região específica (no caso, a Amazônia brasileira) para a sustentação de sua perspectiva sobre a questão socioambiental.

A obra orienta para uma conjunção dos aspectos históricos, físicos, humanos, econômicos, políticos etc. A proposta de dissertação do tema poderia seguir o receituário básico da literatura geográfica tradicional, de trazer cada aspecto sobre a região amazônica para um único e respectivo capítulo da obra, sem apresentar diretamente a interdependência entre os elementos. Contudo, a proposta da Geografia de Porto-Gonçalves não é essa. Sua compreensão efetiva se dá pela observação do todo, até as particularidades. Aí está a Geografia renovada – tomando-se como base o movimento da década de 1970 – na prática.

A discussão do olhar sobre a Amazônia como vazio demográfico, amplamente utilizado para justificar as ações de políticas públicas exógenas na região, e o estudo e identificação dos padrões espaciais na região – rio-várzea-floresta e estrada-terra firme-subsolo – são exemplos dessa forma conectada que a Geografia nos aparece.

Como vimos no primeiro capítulo, a questão da Amazônia fora trabalhada pelo autor diversas vezes. No entanto, notamos algumas diferenças na incorporação teórica que as obras do primeiro capítulo apresentam que não temos em *Amazônia, Amazônias*, com maior destaque para a incorporação da teoria decolonial. Cabe, porém, destacarmos que esse aspecto de integração dos elementos da realidade se perpetua, expondo, novamente, a Geografia articulada, que leva em consideração os diferentes elementos da realidade para dissertar sobre a questão socioambiental.

Considerações finais

Na presente pesquisa, buscamos analisar a questão socioambiental sob a perspectiva da Geografia contida na obra de Porto-Gonçalves. Por meio do trajeto escolhido, analisamos as nove obras do autor²⁹, levando em consideração que seus livros condensam de forma satisfatória suas principais ideias, teorias, e, sobretudo, a forma como se apresenta a questão socioambiental. Desse modo, acreditamos ter sido possível realizarmos uma análise que permitisse atingir nossos objetivos. Reiteramos que essa opção de trajeto, no desenvolvimento de nossa pesquisa, não significa que outros caminhos seriam falhos simplesmente por se apoiarem em artigos, palestras etc. Obviamente, esse conjunto de materiais publicados coaduna com as possibilidades de análise da questão socioambiental inserida na obra de Porto-Gonçalves.

Observamos, por meio do procedimento exposto acima, como a questão socioambiental jamais ficara ausente, independentemente do escopo das obras do autor. Ou seja, podemos apontar como certo que nosso recorte não apresentou problemas às nossas intenções, tendo em vista que nenhuma obra analisada deixou lacunas para a interpretação de tal questão, além das diferentes formas como tal tema se desenvolve, ora apoiando-se num determinado autor/teoria, ora em outro.

Iniciamos nossa pesquisa do presente para o passado. Vimos como é trabalhada a questão socioambiental na Geografia de Porto-Gonçalves em suas obras mais recentes, para partirmos, em seguida, para uma observação direcionada à década de 1980. Dessa forma, verificaremos agrupamentos possíveis, que apontamos em cada um dos três capítulos apresentados. Ou seja, observamos fatores comuns que delimitaram cada um dos capítulos produzidos, nos quais temas e modos de discussão dos assuntos elencados pelo autor permitiram nossa divisão, de modo a guiar nossa análise.

Notamos como a questão da América Latina é muito presente nas obras mais recentes. Uma leitura do cenário geopolítico dessa região permite-nos compreender como as efervescências político-sociais despontam paulatinamente após, sobretudo, os ditames do Consenso de Washington, que influenciaram fortemente os governos latino-americanos, ao final do século XX. O curto, porém relevante distanciamento histórico desse evento, permite uma complexização das análises voltadas para a América Latina.

Não afirmamos, contudo, que o Consenso de Washington seja o único ou o principal fator de escolha de Porto-Gonçalves para inserir em suas pesquisas tal região

²⁹Tais obras constam de seu Currículo Lattes e são classificadas como *livros publicados*.

como recorte espacial. Salientamos, de fato, que a partir do final do século XX, sob os processos de redemocratização, a América Latina passou por mudanças geopolíticas endógenas e exógenas que, hoje, oferecem aos cientistas sociais dessa região um quadro de análise vasto e de necessária compreensão no qual, obviamente, temas associados à questão socioambiental também se misturam à efervescência política, social e econômica.

Uma leitura voltada para aspectos históricos mais distantes, como podemos verificar na obra *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano (2016), nos apresenta uma “construção” dessa região que se dá sob o comando europeu e nos “deixa como herança” um imenso território destituído de equidade social, de riquezas naturais ou povos e de culturas latinas preservadas dignamente. Ou seja, o momento histórico atual é o resultado trágico da sobreposição eurocêntrica cujas sequelas estão profundamente instauradas nas estâncias política, econômica, cultural etc. dos países latino-americanos. A pujança europeia realiza-se, ao longo dos últimos séculos, sobre seus processos de colonização, e o preço dessa proeminência tem sido pago pelos colonizados durante séculos, até a atualidade.

No caso da obra de Porto-Gonçalves, como apontamos em nosso primeiro capítulo, os estudos da América Latina voltam-se, sobretudo, para a região Amazônica. As três obras que compõem nossa análise apresentam uma discussão da questão socioambiental pautada num discurso fortemente influenciado pela visão decolonial.

Sociedade e natureza formam, na forma apresentada, uma realidade única. Obviamente, não são apenas as três obras que compõem o primeiro capítulo que trazem essa perspectiva. Contudo, sob uma visão decolonial, sua leitura torna-se diferente em comparação à abordagem em nossos outros capítulos.

Assim, a decolonialidade permite uma nova forma de pensar e fazer a Geografia. Será na interlocução com diversos autores— sobretudo os latino-americanos Quijano, Mignolo, Dussel, Casanova e Lander, além do lusitano Sousa Santos – e ideias derivadas desses contatos – tais como a noção de Estado plurinacional e o reconhecimento de direitos da natureza de forma institucionalizada, como vemos na Bolívia – que Porto-Gonçalves vai erigir sua perspectiva decolonial, ao mesmo tempo em que realiza sua crítica às políticas públicas direcionadas à questão socioambiental, tal como ela é tratada pelas (n)ações dos interesses – sobretudo, do grande capital estrangeiro.

Nesse contexto, o autor exalta as populações tradicionais, ao mesmo tempo em que discute a questão das territorialidades em conflito na região amazônica. É essa perspectiva que procuramos apresentar em nosso primeiro capítulo. Vemos, portanto, a forma como se entrelaçam conceitos e ideias – tais como territorialidade e decolonialismo – sobre a questão socioambiental, a partir da Geografia do autor, o que se apresenta como possibilidade de interpretação dos fatos espaciais na Amazônia, levando em consideração os processos históricos e as relações entre os elementos geográficos que a compõem.

Voltando um pouco mais no tempo, no segundo capítulo apresentamos a discussão sobre outras três obras do autor, que realizam análises em escala global, sendo elas: *O desafio ambiental*; *A nova (des)ordem mundial* e *A natureza da globalização e a globalização da natureza*.

Nesse capítulo, vemos como o autor se preocupa e apresenta discussões, no âmbito da questão socioambiental, sem se pautar por um discurso decolonial, como vemos nas últimas três obras apresentadas em nosso primeiro capítulo. Contudo, podemos observar marcas do pensamento decolonial que começam a ser construídas, principalmente quando temos essas discussões pautadas por Wallerstein e a aplicação do conceito de sistema-mundo moderno-colonial.

As ideias de Enrique Leff ganham força nos três livros que compõem nosso segundo capítulo. O autor defende o entendimento e a construção de uma racionalidade ambiental, conceito muito relevante para Porto-Gonçalves. A utilização de tal conceito exprime um modo de pensar específico. No caso, a racionalidade ambiental representa um modo de pensar e também de agir num mundo que se distancia enormemente da racionalidade econômica vigente. Essa última representa, sobretudo, um modo de ser e de agir que coaduna com as forças e intenções do capitalismo. Ou seja, a racionalidade econômica é pautada pela viabilização dos fluxos de capitais, mesmo que esses se sobreponham a interesses diferentes, como por exemplo, a preservação de uma área natural ameaçada em detrimento de um investimento que possa viabilizar fluxos de capitais. Mesmo quando tal racionalidade esbarra numa legislação que possa comprometer os fluxos de capitais, Porto-Gonçalves nos mostra como mecanismos artificiais, como os créditos de carbono, fragmentam a realidade em prol dos valores econômicos.

Não se deixa de poluir, desmatar, extrair e alterar drasticamente o espaço geográfico para se pensar no frágil equilíbrio dos ecossistemas. Simplesmente são

inventadas compensações que desvinculam aspectos do real para legitimar ações depredadoras. A racionalidade ambiental seria mais uma ferramenta teórica para estabelecer compreensões da complexidade do real, de modo que devemos perceber que qualquer ação humana tem consequências sobre o espaço geográfico, mesmo que sejam camufladas pelas chamadas “compensações ambientais”. Fica evidenciada, nesse pensamento, uma característica muito marcante da Geografia, principalmente após seu movimento de renovação: o caráter integrador, ou seja, de se debruçar e estudar as totalidades que compõem a soma dos elementos do espaço geográfico julgados cabíveis de análise pelo geógrafo, apresenta um resultado diferente das análises particulares, ou seja, dos elementos isolados.

Dessa forma, o estudo sobre a Amazônia, ou sobre o mundo, precisa ser realizado no entrecruzamento de aspectos e escalas que compõem o objeto de estudo da pesquisa que se deseja produzir. Essa é a Geografia que nos é apresentada em nossa pesquisa – uma Geografia que prima por uma visão não fragmentadora e não reducionista. A possibilidade de compreensão da Amazônia e de seus conflitos só é possível se levarmos em consideração, além da Amazônia em si, o que age sobre ela de modo exógeno, mesmo que isso signifique observar intenções geopolíticas associadas a países distantes como a China, por exemplo. Não levar em consideração, ao mesmo tempo, os conflitos de escala regional (como os associados às diferentes territorialidades) e ações em escala global (ações econômicas de caráter geopolítico internacional, como as ações chinesas, citadas acima) impede a leitura crítica da Geografia amazônica.

Outro ponto que não podemos deixar de abordar, apresentado em nosso segundo capítulo, é a crítica ao neoliberalismo. Tal tema, nessas obras, é trabalhado junto à escala global. Assim, o neoliberalismo não pode se apresentar apartado de tal questão, tendo em vista que ele é inerente a esse processo, na fase atual da globalização.

Toda essa conjuntura que se observa no processo de globalização vigente traz, ao mesmo tempo, a distribuição das regras neoliberais (obviamente ditadas pelas economias centrais) que irão atingir os países de formas bem diferenciadas, resultando no desenvolvimento desigual e combinado, como abordado em Harvey (BOSCARIOL; COCCO; AMORIM, 2009).

A questão socioambiental, apresentada na obras que compõem nosso segundo capítulo, destacam-se pela relação de tal tema com os fluxos que temos em escala

global, construídos através do tempo e que conformam o sistema-mundo moderno-colonial de hoje.

Os diversos temas trabalhados corroboram para uma Geografia que se volta para explicitar um espaço geográfico amplamente desigual. Países periféricos e países centrais criam, cada vez mais, um abismo entre si, enquanto as rédeas da economia global, que direcionam fluxos diversos, ficam nas mãos das instituições multilaterais guiadas pelos interesses do grande capital. FMI, Banco Mundial e OMC, entre outros, somam esforços de dezenas de países, mas as decisões derradeiras cabem a grupos seletos que só contribuem para perpetuar a exploração dos países periféricos, atropelando as questões existentes em cada território – entre essas, a questão socioambiental, direcionada para a preservação de ecossistemas e dos povos tradicionais.

Em nosso terceiro e último capítulo, abordamos as três primeiras obras de Porto-Gonçalves: *Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e Geografia; Os (des)caminhos do meio ambiente e Amazônia, Amazônias*. Como apresentamos neste trabalho, este é o único capítulo no qual as três obras analisadas não pertencem a um recorte temporal semelhante, fato observado nos demais capítulos apresentados.

O movimento de renovação da Geografia brasileira, realizado ao final da década de 1970, está fortemente presente na primeira obra de Porto-Gonçalves – e, com ele, um forte impulso politizado. Ou seja, o conjunto de sua obra se subtrai totalmente aos padrões da Geografia tradicional³⁰ que vemos nas décadas anteriores, no Brasil, assumindo a necessidade de uma abordagem que vise olhar a realidade, analisá-la, estabelecer estratégias científicas para alterá-la e não apenas para descrevê-la, sem estabelecer relações profundas entre elementos que compõem o espaço geográfico.

Para tanto, como salientamos anteriormente, Marx foi fundamental em sua primeira obra. Seus conceitos e ideias permeiam “sem moderações” as análises e críticas teóricas presentes em seus textos. Essa presença explícita de Marx não será tão marcante nas demais obras de Porto-Gonçalves. Contudo, isso não necessariamente indica um abandono das ideias marxistas em suas obras posteriores.

Destacamos que a questão socioambiental não fica fora das análises de Porto-Gonçalves, enquanto Marx permeia seu discurso. A ideia do ser humano como

³⁰A Geografia tradicional não é um conjunto de autores, obras e debates estáticos e homogêneos do pensamento geográfico. Contudo, seus elementos descritivos eram amplamente criticados e sua superação, ao fim da década de 1970, no Brasil, rompe com a Geografia específica e que precedia esse momento histórico.

controlador da natureza – ideia muito presente na obra – só é possível através de um processo no qual o ser humano controle outro ser humano. Isso, no sistema capitalista, resulta na exploração do homem pelo homem para a obtenção da mais valia e, e isso aparecerá na obra de Porto-Gonçalves.

Assim, Marx permeia as diversas análises do autor, nas quais aparecem formas denunciativas de ações humanas que deterioram ecossistemas, relações sociais, condições de vida etc. Ou seja: a questão socioambiental, vista nessa obra, nos traz uma coletânea de textos que gritam por justiça em favor dos mais pobres, o que chama o geógrafo para lutar e para se apropriar de conceitos e teorias que potencializem sua atividade como tal. Aqui se apresenta, então, uma Geografia inquieta e ansiosa para investir empreitadas sob sua nova configuração pós-renovação.

Em *Os (des)caminhos do meio ambiente* temos um processo semelhante mas, ao invés de Marx aparecer como fonte teórica principal, temos as contribuições de Morin. A obra em questão nos apresenta um profundo desenvolvimento teórico, muito importante para compreendermos a questão socioambiental da Geografia de Porto-Gonçalves. Nela, o autor irá demonstrar uma imensa concordância na admissão do pensamento complexo por parte da Geografia para, por exemplo, explicar como se dá a relação entre sociedade e natureza, ao longo da História.

A partir dessas ideias e direcionamentos, o autor nos traz que o modo como pensamos e realizamos nossas vidas e produzimos o espaço geográfico é submetido primeiramente a um modo, dentre outros possíveis, de pensarmos o mundo. E aqui se iniciam as críticas ao imperativo do pensamento europeu. De certa forma, o pensamento decolonial, que irá florescer posteriormente, dá aqui seus primeiros sinais – contudo, sem a base teórica que a sustenta, nas obras que vimos no primeiro capítulo da presente pesquisa.

Tendo em vista a mesma obra em questão, discutimos e apresentamos o conceito de *physis*, nela presente. Sem dúvida, a escolha de determinados autores diz muito a respeito de uma obra. É sabido que a escolha e, inclusive, a permanência de determinados conceitos, num trabalho, tem muito a dizer sobre o autor que os utiliza. E como apontado anteriormente, o conceito de *physis*, amplamente utilizado por Porto-Gonçalves, carrega em si um longo referencial histórico, que explica a inclinação do autor para a questão da associação sociedade-natureza de uma forma distinta daquela imposta pelas sociedades inseridas num posicionamento central no processo de

globalização (em destaque, a eurocêntrica), que se impõe, com seus valores, sobre as demais culturas com intencionalidade e velocidade jamais vistas.

A utilização desse conceito por parte do autor denota, portanto, sua intenção de demonstrar outras possibilidades de conceber a realidade, na qual sujeito e objeto – e por consequência, sociedade e natureza – não estão e não devem ser separados, como demonstra o termo *Pachamama*, do idioma quéchua, que designa algo que não encontramos em língua portuguesa, e que denota o conceito de integração sociedade-natureza, íntima e harmoniosa.

Esse processo de desconstrução de valores linguísticos é apontado por Souza (1991, p. 66):

Uma das questões mais sérias no que respeita à normatização da língua tupi nos moldes da língua portuguesa (iniciada pela Gramática escrita pelo padre Anchieta) foi, ao nosso ver, o problema do agrupamento das palavras nativas em classes gramaticais, fato que influenciou largamente o ensino oficial da língua indígena aos nativos. Com efeito, na língua portuguesa, como de resto, em todas as línguas ocidentais há uma nítida distinção entre o substantivo, o adjetivo (atributo) e o verbo (ação). Esse fato não ocorre na maioria das línguas indígenas, uma vez que a sua visão de universo faz com que sejam atribuídos aos objetos a noção de vida e de qualidade. Assim, uma pedra tem vida, realiza coisas e possui qualidades.

O autor prossegue:

Ao normatizar as palavras indígenas, questiona-se uma visão de universo e desestrutura-se uma cultura, fato que, mesmo tendo sido praticado talvez de forma inconsciente, causou enormes danos à cultura nativa, preparando terreno para uma penetração vigorosa da cultura do colonizador (*ibidem*).

A Geografia apresentada por Porto-Gonçalves, na obra em questão, volta-se novamente para uma estruturação que não dá margens a interpretações fragmentadas e descontextualizadas da realidade. A questão socioambiental só pode ser discutida, de fato, quando se opta por um caminho que permita sua discussão real. Tendo em vista que temos diversas possibilidades de abordar a questão socioambiental, podemos observar que, dependendo da forma como se trata tal tema, não será possível discuti-lo, de fato. Por exemplo, caso nos preocupemos com a mera descrição de elementos do espaço geográfico analisado, fato comum na Geografia tradicional mencionada nos parágrafos acima, não seria possível compreender as relações e a nova configuração que

essas relações resultam, de fato. Quanto maior a teia de relações estabelecidas, maior será o entendimento do objeto a ser estudado.

Para completar a tríade das três primeiras obras de Porto-Gonçalves aqui analisadas, destacamos a questão das territorialidades, expressa em *Amazônia, Amazônias*. O próprio título da obra nos traz a questão de que existem muitas Amazônias na região amazônica. Dessa forma, o autor propõe nos mostrar como aquilo que, de modo exógeno, fora batizado de Amazônia, não possui uma homogeneidade em termos de territorialidades. Ou seja, a visão colonizadora, sedenta desde o princípio por vantagens econômicas, engloba um vasto território e insere uma ampla heterogeneidade num mesmo patamar. Com isso queremos afirmar que tal região, desde o período colonial, foi delimitada por interesses específicos que desprezaram todas as possibilidades de interpretação das diversidades de comunidades locais.

Essa lógica perpetua-se no tempo, e hoje não somente os povos indígenas encontram-se num macroterritório denominado Amazônia, como outros povos: seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco de babaçu e os atingidos por barragens, entre outros. A luta pelo reconhecimento e sobrevivência desses povos se amplia ao mesmo tempo em que políticas exógenas à região vão se apropriando desse território, sem dar atenções às particularidades e territorialidades desses povos.

Assim como vemos nas últimas obras de Porto-Gonçalves, voltadas à Amazônia latino-americana, em *Amazônia, Amazônias* ele destaca que a relação sociedade-natureza que os povos tradicionais apresentam é única. A lógica de apropriação do espaço geográfico, por parte desses povos, apresenta, como aponta o autor, uma preocupação que não se assimila à reprodução desenfreada de capital, mas com a própria reprodução dos recursos naturais dos quais eles dependem para sobreviver. Vemos a racionalidade ambiental despontando, porém sem a menção direta de Enrique Leff, que será inserida posteriormente em Porto-Gonçalves.

Observamos, portanto, como a questão socioambiental apresenta-se na Geografia de Porto-Gonçalves, partindo-se do presente para o passado. Podemos verificar como existe um acúmulo de ideias, conceitos e autores que perduram como, por exemplo, Marx e Morin. Reiteramos a ideia de que, apesar de não serem mencionados tão diretamente como nas primeiras obras do autor, não podemos afirmar que existe um abandono de suas influências, pois a Geografia que se volta para a questão socioambiental de Porto-Gonçalves não pode ser desvinculada desses.

A crítica à sociedade capitalista por uma visão baseada num pensamento complexo contribuiu para o autor construir seu pensamento decolonial atual. Essa conjuntura, escolhida pelo seu critério (jamais favorecendo, por exemplo, ideias positivistas e neoliberais, entre outras), compõem um quadro de ideias alinhadas a preceitos como o ecossocialismo. Contudo, a questão de rotulação não parece apropriada, sobretudo quando abordamos um autor que demonstra que uma leitura mais ampla e fiel da realidade e complexidade existentes no espaço geográfico, pode ser construída através de uma concatenação de autores, conceitos e práxis que permitem criticar a modernidade imposta às ciências, nos últimos séculos e, de forma geral, à sociedade como um todo, através do processo de globalização.

As alterações que verificamos na forma como é construída a abordagem da questão socioambiental em Porto-Gonçalves – seja por conta dos autores que o embasam, pela escala de abordagem ou pelas teorias e conceitos utilizados – nos aponta para a construção de uma Geografia, como exposto anteriormente, inquieta e ansiosa. Vemos isso como um fator extremamente positivo, pois demonstra que existe uma inerência à constante renovação da própria ciência geográfica. Uma ciência que se renova constantemente, realizando releituras de um mundo em constante transformação. Vemos, portanto, a questão socioambiental sendo trabalhada de forma meticulosa e adequada à época em que vivemos, por uma ciência que se posiciona na complexa tarefa de possuir o espaço geográfico como objeto de estudo. É sem dúvida, através dessa ciência, que elevamos o nível de discussão da questão socioambiental entre as demais ciências – ou seja, que ultrapassamos os limites da própria Geografia.

Assim, podemos afirmar que nosso percurso contemplou um resultado de análise que nos aponta para a intensidade da interdisciplinaridade, intrínseca à questão socioambiental, que no percurso mais recente da obra de Porto-Gonçalves, faz uso da teoria decolonial para construir e contribuir com sua Geografia.

Observamos, portanto, que através da análise da obra de Porto-Gonçalves a interdisciplinaridade está muito presente e que, além disso, a Geografia também se faz necessária à compreensão da complexidade do tema.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, E. A. de; SILVA, J. F. da. Abya Yala como território epistêmico: Pensamento decolonial como perspectiva teórica. **Interritórios**, Caruaru, v. 1, n. 1, p.42-64, 2015.

ALMEIDA, M. G. de. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidade: Teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 195-214.

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. **Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro**. Novos Estudos, São Paulo, v. 3, n. 79, p.151-167, 2007.

ALTAMIRANO, C. Ideias para um programa de História Intelectual. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.9-17, 2007.

AMADOR, M. B. M. O pensamento de Edgar Morin e a Geografia da complexidade. **Revista Científica: ANAP do Brasil**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.60-76, 2009.

ANDERSON, P. **As origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANDERY, M. A. et. al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. São Paulo: Educ, 1996.

ANDRADE, M. C. de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 9, p.143-152, 1991.

_____. A construção da Geografia brasileira. **Ra'e Ga**, Curitiba, v. 3, p.19-34, 1999.

_____. **A questão territorial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O Brasil e a América Latina**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

ARRUDA, J. J. A. Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial. **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 115, p.167-174, 1983.

ATKINSON, S. et al (ed.). **O livro da filosofia**. São Paulo: Globo, 2011. Obra original inglesa, produzida por vários autores.

AZEVEDO, A. L. de. **Samarco segue sem compensar danos quase dois anos depois da tragédia ambiental em Mariana**. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/samarco-segue-sem-compensar-danos-quase-dois-anos-depois-da-tragedia-ambiental-em-mariana-21740655>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p.89-117, 2013.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** 1994. Disponível em: <[http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso de washington.pdf](http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso_de_washington.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GUIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 11-71.

BEHRENDTS, L. R. **O movimento ambientalista como fonte material do direito ambiental.** Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

BENKO, G. Modernidade, pós-modernidade e ciências sociais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 13, p.187-213, 1999.

BERNAL, J. D. **La ciencia en la Historia.** 3. ed. Barcelona: Península, 1964.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P.M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental: diferentes abordagens.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. Cap. 1. p. 17-42.

BERTAGNOLLI, G. L. Da decolonialidade à descolonialidade: diálogos de ciências a partir de uma "epistemologia do sul" - uma análise de comunidades quilombolas. **Grifos.** Chapecó, n. 38/39, p.231-241, 2015.

BHABBA, H. K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda:** Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BORGES, L. A. C.; REZENDE, J.L. P. de; PEREIRA, J. A. A. Evolução da Legislação ambiental no Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 2, n. 3, p.447-466, 2009.

BORNHEIM, G. A. (Org.). **Os filósofos pré-socráticos.** 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **La teoría marxista hoy:** Problemas y perspectivas. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2006.

BOSCARIOL, R. A.; COCCO, R. G.; AMORIM, W. V. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a Geografia.** **Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 3, n. 1, p.1-16, 2009.

BRANCO, S. M. **O meio ambiente em debate.** São Paulo: Moderna, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRASIL. **Legislação ambiental básica**. Brasília: UNESCO/Ministério do Meio Ambiente, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB**. São Paulo: Revan, 2005. p. 201-232.

BRUNHES, J. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

CÁCERES, F. **História da América**. São Paulo: Moderna, 1980.

CAMARGO, L. H. R. di. **A ruptura do meio ambiente: conhecendo as novas mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CAMARGO, M. H. D. Gramsci e a questão meridional. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 173, p.45-50, 2015.

CAMPONOGARA, S.; RAMOS, F. R. S.; KIRCHHOF, A. L. C. Reflexões sobre o conceito de natureza: aportes teóricos e filosóficos. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 18, p.482-500, 2007. Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

CAMPOS, R. R. Uma breve análise da obra “Princípios de Geografia Humana”, de Vidal de La Blache. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 42, p.64-83, 2015.

CARLOS, A. F. A. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, p.161-178, 2002.

CARVALHO, J. M. de. História Intelectualno Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p.123-152, 2000.

CARVALHO, M. B. de. **O que é natureza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. Geografia e complexidade. **Scripta Nova: Revista eletrônica de Geografia y ciencias sociales**. Barcelona, n. 34, p.1-34, 1999.

_____. Geografia: ciência da complexidade (ou da reconciliação entre natureza e cultura). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 83, p.141-162, 2005.

CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 431-458.

CASTRO, A. M. de; DIAS, E. F. **Introdução ao pensamento sociológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1987.

CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. 21. ed. Bogotá (Colômbia): Siglo del Hombre Editores, 2007.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. São Paulo: Círculo do Livro, []. (Primeiros). Volume 1; Edição integral; p.9-86.

CECEÑA, A. E. **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires: Clacso, 2008.

COMISSÃO GULBENKIAN. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.

CORNETTA, A. **A financeirização do clima: uma abordagem geográfica do mercado de carbono e suas escalas de operação**. São Paulo: Annablume, 2012.

CORRÊA, R. L. A trajetória da Geografia brasileira: uma breve interpretação. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 34, p.63-68, 2010.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CORTEZ, A. T. C. O lugar do homem na natureza. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. 22, p.29-44, 2011.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. Os movimentos sociais e a questão ambiental na perspectiva de Enrique Dussel. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 1, p.140-157, 2016.

COSTA, E. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento decolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N.; Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental: Diferentes abordagens**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. Cap. 2. p. 43-79.

DIAS, R. **Sociologia Geral**. 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DINIZ FILHO, L. L. **Fundamentos epistemológicos da Geografia**. 20. ed. Curitiba: IBPEX, 2009.

DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DUARTE, R. A. P. **Marx e a natureza em O Capital**. São Paulo: Loyola, 1986.

DUBE, S.; DUBE, I. B.; MIGNOLO, W. D. (Org.). **Modernidades Coloniales: otros pasados, historias presentes**. Cidade do México, México: El Colegio de México, 2004.

DUBEY, M. Geografias Posmodernas. In: DUBE, S.; DUBE, I. B.; MIGNOLO, W. D. **Modernidades coloniales: Otros pasados, historias presentes**. Cidade do México, México: El Colegio de México, 2004. p. 119-144.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 24-32.

_____. Sistema Mundo y Transmodernidad. In: DUBE, Saurabh; DUBE, Ishita Banerjee; MIGNOLO, Walter D. (Org.). **Modernidades Coloniales: Otros pasados, historias presentes**. Cidade do México, México: El Colegio de México, 2004. p. 201-226.

EVANGELISTA, H. A. Geografias moderna e pós-moderna. **Geographia**, Niterói, n. 1, p.121-137, 1999.

FARHI NETO, L. Concepções filosóficas ambientalistas: uma análise das diferentes perspectivas. **Ethica**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p.34-56, 2006.

FARRET, R. L; PINTO, S. R. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p.30-42.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, D.S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Campo-território**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p.111-133, 2014.

FERREIRA, Leila da Costa (org.). **A questão ambiental na América Latina**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

FERREIRAS, M. B. M.; SALLES, A.O. T. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, Vitória, v. 43, n. 2, p.1-17, 2016.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAG, B. **A teoria crítica: Ontem e hoje**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L & PM Pocket, 2016.

GALVÃO, I. R.; BEZERRIL, K. O. Friedrich Ratzel: uma análise da Difusão de suas ideias no contexto da Geografia brasileira. **Sociedade e Território**, Natal, v. 25, n. 1, p.19-29, 2013.

GAUDIO, R. S. del; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **Geografias e ideologias: submeter e qualificar**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GEORGE, P. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

GIANOTTI, J. A (Org.). **Marx**. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978. (Os pensadores).

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

GOMES, P. C.C. **Geografia e modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos da economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra (Portugal), v. 80, p.115-147, 2008.

GUDYNAS, E.; EVIA, G. **La praxis por la vida: introducción a las metodologías de la ecología social**. Montevideo: Cipfe - Claes - Nordan, 1991.

GUERRA SOBRINHO, L. D. O pós-modernismo e as ciências sociais: anotações sobre o atual estado da discussão. **Impulso**, Piracicaba, v. 12, n. 19, p.99-112, 1997.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **ETC, Espaço, Tempo e Crítica**, Niterói, v. 1, n. 2, p.39-52, 2007. Disponível em: <www.uff.br/etc>. Acesso em: 05 jun. 2019.

HAESBART, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidade: Teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 91-117.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidade: Teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 269-312.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLZER, W. O lugar da Geografia humanista. **Território**, Rio de Janeiro, n. 7, p.67-78, 1999.

IANNI, O. (Org.). **Marx**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p.47-87, 2009.

KARVAT, E. C.; MACHADO, V. F. História intelectual História de intelectuais: reflexões, perspectivas, problemas. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14., 2014, Campo Mourão, Pr. **XIV Encontro regional de História**. Campo Mourão: [s.n.], 2014. p. 934 - 940.

KESSELRING, T. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Episteme**, Porto Alegre, n. 11, p.153-172, 2000.

KIRK, G.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. **Os filósofos pré-socráticos**. 7. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

KLACHKO, P.; ARKONADA, K. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

KONDER, L. **As ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1995.

LACOSTE, Y. **A Geografia– isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2005.

LAGO, A.; PÁDUA, J.A. **O que é ecologia**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LAMENGO, M. Dos propósitos e modos de se escrever histórias. **Terra Brasilis**, São Paulo, n. 2, p.1-15, 2013.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

LEFEBVRE, G.; PROCACCI, G.; SOBOUL, A. Uma discussão histórica: do feudalismo ao capitalismo. In: SANTIAGO, Theo (Org.). **Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 50-77.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p.17-24, 2009.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **Geosp: Espaço e tempo**, São Paulo, n. 24, p.109-123, 2008.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

LEONARD, A.; CONRAD, A. **A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LEPENIES, W. **As três culturas**. São Paulo: Edusp, 1996.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, A. **Economia política em Aristóteles e a perspectiva de Marx**. 2011. 255 f. Tese (Doutorado). Curso de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LIMA, L.; SILVA, L. X. da; FORNO, M. A. R. dal. A evolução histórica dos conceitos de Território/territorialidade no contexto do Desenvolvimento Rural. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**, Alfenas, v. 1, n. 1, p.1-11, 2014.

LOPES, B. A.V. Uma racionalidade ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental: Revista do PPGEA/Furg-RS**, Rio Grande, v. 23, p.103-119, 2009.

LÖWY, M. **O que é ecosocialismo?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MAAR, W. L. **O que é política**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MACHADO, J. V. S. M. **Para (re) pensar a América Latina:** a vertente descolonial de Walter Mignolo. 2014. Revista brasileira de Geografia econômica, Ano III, n. 5. Disponível em: <<https://espacoeconomia.revues.org/899>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

MACHADO, L. O. **História do pensamento geográfico brasileiro.** 2000. Revista Terra Brasilis. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/295>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

MACHADO, L. T. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 35, n. 13, p.199-215, 1999.

MACHADO, M. S.; MARTIN, A. R. (Org.). **Dicionário dos geógrafos brasileiros:** Vol. 1. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

MADEIRA, R. M. et al. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais,** São Luís, v. 8, n. 15, p.171-185, 2011.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein.** 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações.** São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales,** Sevilla, Espanha, n. 5, p.95-108, 2015. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/wp-content/uploads/2015/11/Martins-J.-R.-2015.-Immanuel-Wallerstein-e->>. Acesso em: 05 nov. 2017.

MARX, K. **O capital.** São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.

_____. **Trabalho assalariado e Capital & Salário, preço e lucro.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2011.

_____. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASSON, G. Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. **Práxis Educativa,** Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p.105-114, 2007.

MATA, I. Estudos pós-coloniais. **Civitas,** Porto Alegre, v. 14, n. 1, p.27-42, 2014.

MATTOS, O. C. F. **A escola de Frankfurt: luzes e sobras do iluminismo.** São Paulo: Moderna, 1993.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço e identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E.S. (Org.). **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 215-225.

MEGALE, J.F. (Org.). **Max Surre**. São Paulo: Ática, 1984(Coleção Gr).

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Geografia física: Ciência humana?** São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Geografia Socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p.139-158, 2001.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2014.

MICELI, P. **História Moderna**. São Paulo: Contexto, 2018.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. **La idea de America Latina: La herida colonial y la opición decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 33-49.

_____. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Caderno de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p.287-324, 2008.

_____. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura - um manifesto. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 25-46.

_____. Novas reflexões sobre a "ideia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 53, p.239-252, 2008.

_____. **Modernidades Coloniales: Otros pasados, historias presentes**. Cidade do México, México: El Colegio de México, 2004. p. 119-144.

MIRANDA, O. (Org.). **Trotsky**. São Paulo: Ática, 1981 (Coleção Gr).

MONASTA, A. (Org.). **Antonio Gramsci**. Recife: Massangana, 2010.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, C. A. de F. Geografia entre os séculos XX e XXI: minha convivência na 2º metade do 1º e na entrada do 2º e inquietações sobre o futuro. **Geographia**, Niterói, n. 16, p.7-30, 2006. Ano VIII.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

_____. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Ideologias geográficas**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, [1988?].

_____. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso: Para a crítica da Geografia que se ensina**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. 3 volumes.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

_____. **O método: a natureza da natureza**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOSCOVICI, S. **Sociedade contra natureza**. Petrópolis: Vozes, 1975.

MURACHCO, H. G. O conceito de *physis* em Homero, Heródoto e nos pré-socráticos. **Hypnos**, São Bento, n. 2, p.11-22, 1997.

MUSSE, R. David Harvey: para além de uma Geografia do capital. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 04, p.55-69, 2004.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, J. O. R. Geografia e a busca pelas articulações. **Geographia Meridionalis**, Pelotas, v. 1, n. 1, p.3-29, 2015.

OLIVEIRA, A. B. de. **A unidade esquecida homem-universo**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

_____. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, p.1-9, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de et al. **Para onde vai o ensino de Geografia?** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OUTHWAITE, W. **Teoria social: um guia para entender a sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PEREIRA, L. M. A questão regional no pensamento de Gramsci e Celso Furtado. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, p.48-66, 2009.

PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. F. de (Org.). **Geografias pós-coloniais: ensaios de Geografia cultural**. Porto, Portugal: Figueirinhas, 2007.

PIRES, M. C. **A nova ordem mundial e o consenso de Washington**. **Novos rumos**. Marília, n. 45, p.20-29, 2006.

PONTES, H. Por uma sociologia do mundo intelectual. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p.-126, 1991.

POPPER, K. **Lógica das ciências sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

_____. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015b.

_____. **Amazônia: encruzilhada civilizatória - tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a.

_____. **Chico Mendes, um ecossocialista**. 2009a. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110418070812/09porto.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____. **De utopias e de topoi: espaço e poder em questão** (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina). 2017b. Disponível em: <[https://archive.org/stream/2DeUtopiaEDeTopoiEspacoEPoderEmQuestaoUmaPerspectivaDesdeASubalternidade22/2-DeUtopiaedeTopoi-Espacoepoderemquestao-uma perspectiva desde a subalternidade \(2\) \(2\)_djvu.txt](https://archive.org/stream/2DeUtopiaEDeTopoiEspacoEPoderEmQuestaoUmaPerspectivaDesdeASubalternidade22/2-DeUtopiaedeTopoi-Espacoepoderemquestao-uma perspectiva desde a subalternidade (2) (2)_djvu.txt)>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004a.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. **Paixão da Terra: ensaios críticos de ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Socii, 1984.

_____. A Geografia está em crise. Viva a Geografia! **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 55, p.5-29, 1978.

_____. A Geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da AGB**, Três Lagoas, v. 1, n. 3, p.5-26, 2006a.

_____. A Geopolítica da água e a crise do conhecimento. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; TREVISOL, Joviles Vitorio. **Natureza e Sociedade**. Joaçaba: Unoesc, 2011a. p. 17-54.

_____. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.7-25, 2005a.

_____. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÁ, Ana Ester (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2006b. p. 151-197.

_____. A territorialidade seringueira: Geografia e movimento social. **Geographia: UFF**, Niterói, n. 2, p.67-88, 1999.

_____. A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis**, Santiago, Chile, v. 11, p.1-33, 2012a.

_____. Acumulação e Expropriação: Geografia da violência no campo brasileiro em 2008b. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia, v. 1, p.101-115, 2009b.

_____. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição à ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, v. 107, p.69-89, 2015c.

_____. Amazônia: ecologia, democracia e soberania: contribuição para uma reflexão crítica. **Geosul**, Florianópolis, n. 8, p.48-77, 1989.

_____. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENÁ, Ana Esther; SADER, Emir (Org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2002a. p. 217-256.

_____. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECENÁ, Ana Ester (Org.). **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires, Argentina: Letra Capital, 2008c. p. 37-56.

_____. Décoloniser: l'esprit de Cochabamba. **Projet**, [s. l.], v. 318, p.52-59, 2010a.

_____. Del desarrollo a la autonomía: la reinención de los territorios. **América Latina En Movimiento**, Quito, Ecuador, v. 445, p.10-13, 2009c.

_____. Dos cerrados e de suas riquezas. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia, v. 30, p.88-95, 2015d.

_____. Educação, Meio ambiente e globalização: Conferência de Abertura. In: V CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 5., 2006c, Brasília. **V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental**. Brasília: Anais, 2006. p. 1-16.

_____. El agua no se niega a nadie: la necesidad de escuchar otras voces. **Polis**, Santiago, p.39-69, 2006d.

_____. Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: UFPR, Curitiba, n. 20, p.25-30, 2009d.

_____. Ética e ethos: contribuição para uma ética da sustentabilidade. In: LEFF, Enrique (Org.). **Ética, Vida, Sustentabilidade**. Bogotá, Colômbia: Mma-colômbia/onu/pnuma/PNUD/Cepal, 2002b. p. 259-287.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra e Casa Amarela, 2004b. p. 207-254.

_____. Geografia da violência contra pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. **Conflitos no Campo - Brasil** 2004c, Goiânia, p.142-168, 2005b.

_____. Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 75, p.139-169, 2006e.

_____. Geografia e movimentos sociais no processo de globalização em curso. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 8, p.18-30, 1998.

_____. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre: AGB**, São Paulo, n. 11-12, p.9-76, 1993.

_____. Índices de violência no campo: Brasil 2005. In: AFONSO, José Batista Gonçalves; CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva (Org.). **Conflitos no Campo: Brasil 2005**. Goiânia: CPT, 2006f. p. 183-186.

_____. Las múltiples y contradictorias prácticas de la educación ambiental. **Formación Ambiental**, Cidade do México, México, v. 12, n. 26, p.11-13, 2000a.

_____. Lucha por la tierra, lucha por la Tierra: ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. **Polis**, Santiago, Chile, v. 15, n. 45, p.291-316, 2016.

_____. Navegar é preciso, viver não é preciso. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p.167-213, 2000b.

_____. O complexo de violência e devastação da Amazônia brasileira: o caso do sudeste do Pará. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 114, p.25-40, 2007.

_____. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. **Geographia**, Niterói, v. 4, n. 8, p.33-44, 2002c.

_____. Ou inventamos ou erramos: encruzilhadas da integração regional sul-americana. In: VIANA, Abdré Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (Org.). **Governança Global e Integração da América do Sul**. Brasília: Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011b. p. 133-155.

_____. Outra verdade inconveniente: a nova Geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanísticas**, Bogotá, n. 66, p.327-365, 2008d.

_____. Para além de paradigmas: a ciência e seu contexto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 49, p.10-23, 2012b.

_____. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis**, Santiago, Chile, v. 14, p.237-251, 2015e.

_____. Por uma ecologia política crítica da Amazônia. **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 14, p.30-35, 2010b.

_____. Possibilidades e limites da ciência e da técnica diante da questão ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.7-40, 1988.

_____. Reflexões sobre Geografia e educação: notas de um debate. **Terra Livre**, São Paulo, n. 2, p.1-34, 1987. Transcrição de palestra. Disponível em: <http://www.Geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/2015/2s/Reflexoes_sobre_Geografia_e_educacao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017c.

_____. Um pouco de Filosofia no meio ambiente. In: QUINTAS, José da Silva (Org.). **Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000c. p. 21-48.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, P. R. R. Geografía agraria de la crisis de los alimentos en Brasil. **Mundo Siglo XXI - Revista del Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales del Intituto Politécnico Nacional**, Cidade do México, México, v. 20, p.39-54, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, P. R. R. La contrarreforma agraria por la ley o por la fuerza. **Contrapunto**, Montevideo, Uruguai, n. 1, p.119-132, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. et al. Más allá del desarrollo sostenible. La construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde América Latina. In: LEFF, Enrique et al (Org.). **La transición hacia el desarrollo sustentable**:

perspectivas de América Latina y el Caribe. México: Ine/uam/onu/pnuma, 2002. p. 479-578.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; BETANCOURT, M. **Encrucijada Latinoamericana en Bolívia: el conflicto del tipnis y sus implicaciones civilizatorias**. La Paz, Bolívia: [s.n.], 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; BETANCOURT, M.; HURTADO, L. M. **Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo en la Amazonia**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. P. Geografia dos conflitos por Terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. **Conflitos no Campo Brasil**, Goiânia, v. 1, p.18-26, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; GIARRACA, N. Abya Yala, el descubrimiento de América. In: GIARRACA, Norma (Org.). **Bicentenarios (otros) transiciones y resistencias**. Buenos Aires, Argentina: Una Ventana, 2011. p. 39-46.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; HAESBAERT, R. **A nova des-Ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; HECHT, S. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à ecologia política. Apropriação e reapropriação da natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, p.21-32, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEAL, L. T.; SILVA, M. N. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. **Conflitos no Campo Brasil**, Goiânia, v. 1, p.86-98, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEFF, E. Political ecology in Latin America: the social re-appropriation of nature, the reinvention of territories and the construction of an environmental rationality. **Desenvolvimento e meio ambiente**.UFPR, Curitiba, v. 35, p.65-88, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; SILVA, R. T. da. Da lógica do favor à lógica do pavor: um ensaio sobre a Geografia da violência na cidade do Rio de Janeiro. **Polis: Revista de la Universidad Bolivariana**, Santiago, Chile, v. 10, n. 28, p.323-356, 2011.

PRADO JÚNIOR, C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. **Discurso**: Revista do departamento de filosofia da USP, São Paulo, v. 4, n. 4, p.41-78, 1973.

PRADO, M. L.; PELLEGRINO, G. **A história da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-130.

_____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p.9-31, 2005.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. S. Neil Smith e o desenvolvimento desigual do capitalismo. **Percurso**, Maringá, v. 6, n. 1, p.35-62, 2014.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

ROSENFELD, D. L. **O que é democracia**. São Paulo: Círculo do Livro, []. (Primeiros). Volume 25 / Edição integral.

ROSS, J. L. S. **EcoGeografia do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

ROSSI, M. A; TIERNO, P. A dimensão econômica da economia política aristotélica. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p.179-204, 2009.

SADER, E. (Org.). **Gramsci: poder, política e partido**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SALVI, R. F. A questão pós-moderna e a Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p.95-111, 2000.

SANIN, T. **Marx tardio e a via russa**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SANTOS JUNIOR, J. A. R. dos. David Harvey e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 2, p.10-28, 2014.

_____. David Harvey e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. **Geografia em Questão**, Cascavel, v. 7, n. 2, p.10-28, 2014.

SANTOS, A. C. dos; BECKER, E. (org.). **Entre o homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas**. Porto Alegre: Redes, 2012.

SANTOS, B. S. Do pós-moderno ao pós-colonial: E para além de um e de outro. **Travessias: Revista de ciências sociais e humanas em Língua Portuguesa**. Coimbra, Portugal, n. 6/7, p.15-36, 2008.

_____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.46-71, 1988.

_____. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, J. F. dos. **O que é pós moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **Geo Textos**, Salvador, v. 1, n. 1, p.139-151, 2005.

_____. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.166-172, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidade: Teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-90.

_____.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SENE, E. de. **Globalização e espaço geográfico**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, G. J. **Conceituações teóricas: esquerda e direita. Humanidades em Diálogo**, São Paulo, n. 6, p.149-162, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2014.106265>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SILVA, M. G. da. Conceção materialista e dialética da História desde A Ideologia Alemã. In: ANAIS DO V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013, Londrina. **Concepção materialista e dialética da História desde A Ideologia Alemã**. Londrina: [s.n.], 2013. p. 144 - 154.

SILVA, S. L. P. Razão instrumental e razão comunicativa: um ensaio sobre duas sociologias da racionalidade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 18, p.1-9, 2001.

SINGER, P. **Aprender economia**. 24. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, A. R. **Princípios de economia política: uma introdução à leitura de “O capital”**. Rio de Janeiro: Global, 1985.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, A. J. de. **Geografia linguística: dominação e liberdade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. de. **Geografia linguística: dominação e liberdade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SOUZA, J. C. de; KUHNEN, R. F. (Org.). **Os pré-socráticos**. 2. ed., (Os pensadores). São Paulo: Abril, 1978.

SOUZA, M. A. A. de et al (Org.). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SPINDEL, A. **O que é comunismo**. São Paulo: Círculo do Livro. (Primeiros Passos). Volume 1; Edição integral; p.133-178.

_____. **O que é socialismo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980 (Primeiros Passos). Volume 1; Edição integral; p.89-132.

SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidade: Teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-90.

_____. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina**. 2011. Disponível em: <<http://maristellasvampa.net/archivos/ensayo56.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

TABOSA, A. S. O Conceito de crematística em Aristóteles. **Revista Portuguesa de Filosofia**, Braga, Portugal, n. 1, p.731-736, 2009. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41220825>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____. **Teoria social crítica: do que se trata?** 2013. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Teoria_social_critica.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

TRINDADE, F. **O essencial Proudhon**. São Paulo: Imaginário, 2001.

VAL, E. M.; BELLO, E. (Org.). **O pensamento pós-colonial e descolonial no novo constitucionalismo latino-americano**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

VALVERDE, O. **Estudos de Geografia agrária brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

VELANI, L. G. Escola da Regulação e Espírito do Capitalismo: A Teoria do Capital Humano. In: ENANPAD 2013, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2013, Rio de Janeiro. **XXXVII encontro da Enanpad**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2013. p. 1 - 13.

VERNIER, J. **O meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1994.

VESENTINI, J. W. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **Para uma Geografia crítica na escola**. São Paulo: Editora do Autor, 2008.

VIEIRA, E. F. A Geografia atual. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS**, Porto Alegre, n. 147, p.73-80, 2013.

VILAR, P. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: SANTIAGO, Theo (Org.). **Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 37-49.

VITTE, A. C. **Contribuições à História e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia mundo europeia no século XVI**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1974. Volume 1.

_____. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. **Perspectivas**, São Paulo, n. 21, p.249-267, 1998.

_____. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 447-470.

WALSH, C. **Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo Jurídico**. Quito, Equador: Universidad Andina Simón Bolívar, 2002.

_____. Interculturalidad y colonialidad del poder: Um pensamiento y posicionamento "otro" desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá (Colômbia): Siglo del Hombre, 2017. p. 47-62.

WASSERMAN, C. História intelectual: origem e abordagens. **Tempos Históricos**, [s.l], v. 19, p.63-79, 2015.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1992.

WELLE, D. **Após um ano de funcionamento, Belo Monte segue envolta em polêmicas**. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/apos-um-ano-de-funcionamento-belo-monte-segue-envolta-em-polemicas>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ZAAR, M. H. Élisée Reclus e o seu método geográfico. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, Espanha, v. 20, n. 1123, p.1-34, 2015.